

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

CONEXÃO ELEITORAL NA CIDADE:
geografia do voto e projetos de lei em Belo Horizonte (2001-2007)

Carlos André Teixeira Gomes

Belo Horizonte
2009

Carlos André Teixeira Gomes

**CONEXÃO ELEITORAL NA CIDADE:
geografia do voto e projetos de lei em Belo Horizonte (2001-2007)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Carlos Aurélio Pimenta de Faria
Co-orientador: Malco Braga Camargos

**Belo Horizonte
2009**

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

G633c Gomes, Carlos André Teixeira
Conexão eleitoral na cidade: geografia do voto e projetos de lei em Belo Horizonte (2001-2007) / Carlos André Teixeira Gomes. Belo Horizonte, 2009. 178f.

Orientador: Carlos Aurélio Pimenta de Faria
Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

1. Poder legislativo. 2. Eleições municipais. 3. Projetos de lei – Belo Horizonte (MG). 4. Câmaras municipais. 5. Legislação eleitoral. I. Faria, Carlos Aurélio Pimenta de Faria. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

CDU: 342.8

Carlos André Teixeira Gomes
CONEXÃO ELEITORAL NA CIDADE:
geografia do voto e projetos de lei em Belo Horizonte (2001-2007)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Ciências Sociais.

Carlos Aurélio Pimenta de Faria (Orientador) - PUC Minas

Malco Braga Camargos (Co-orientador) – PUC Minas

Léa Guimarães Souki – PUC Minas

Carlos Ranulfo Felix de Melo - UFMG

Belo Horizonte, março de 2009.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação contou com a colaboração de muitas pessoas e instituições que, a sua maneira e possibilidades, contribuíram para sua realização. Destaco, em especial, algumas delas, decisivas para o trabalho.

Agradeço ao orientador da pesquisa, Prof. Dr. Carlos Aurélio Pimenta de Faria e ao co-orientador, Prof. Dr. Malco Braga Camargos pelas contribuições, atenção e disponibilidade demonstradas sempre que solicitados.

Aos professores Carlos Ranulfo Felix de Melo e Léa Guimarães Souki por aceitarem participar da banca de defesa deste trabalho.

Sou grato aos professores e professoras do Mestrado por me receberem como estudante, acreditando na realização da pesquisa, como também por seus ensinamentos e incentivo.

Agradeço à FAPEMIG pela concessão de bolsa de pesquisa, que permitiu dedicar-me integralmente ao estudo, durante parte da investigação. Sou igualmente grato à colaboração do TRE-MG, na figura de seus funcionários, atenciosos e prestativos todas as vezes que solicitados. O mesmo deve ser dito em relação aos servidores da Câmara Municipal de Belo Horizonte, sempre prontos a fornecerem informações.

Sou grato à equipe do Observatório das Metrópoles da Pontifícia Universidade de Minas Gerais – PROEX/PUC Minas, na figura de sua coordenadora, Profa. Maria Helena de Lacerda Godinho e, em especial, à Naiane ao Rogério que me auxiliaram na utilização da metodologia das UEHs - Unidades Espaciais Homogêneas e na elaboração dos mapas apresentados no trabalho.

Ao André Boy e ao Lucas agradeço pela ajuda na organização e montagem dos bancos de dados.

Aos companheiros de turma pela solidariedade, sugestões e incentivo em vários momentos e circunstâncias, meus agradecimentos.

À minha família e amigos serei sempre grato pelas variadas formas de suporte e colaboração. Em especial, à minha mãe, pelo diálogo, discussões e contribuições ao longo do trabalho.

Agradeço também e, principalmente, à Paulinha, pela paciência, companhia, leitura mais do que cuidadosa e, sobretudo, pelo amor e carinho de sempre.

Enfim, esta dissertação é resultado da colaboração de muitas pessoas. A todas elas, meus agradecimentos.

RESUMO

O trabalho analisa a relação entre geografia eleitoral e projetos de lei. Utiliza como marco teórico a perspectiva neo-institucionalista de estudos legislativos, especialmente em seu modelo distributivista. A pesquisa busca compreender os desdobramentos dos incentivos eleitorais dos vereadores da Câmara Municipal de Belo Horizonte, eleitos em 2000 e 2004, nos projetos de lei apresentados à Casa entre 2001 e 2007. A pesquisa evidencia que, nesse período, os parlamentares da capital mineira dividiram com o Executivo Municipal as funções legislativas na cidade. Além disso, o trabalho revela que a concentração de votos dos vereadores de Belo Horizonte não se configura como variável importante para a definição dos projetos de lei apresentados no período. A baixa relação entre as áreas de apoio e projetos de lei dos parlamentares indica que a conexão eleitoral desenvolvida por esses representantes pode realizar-se menos nas proposições legislativas que mediante atividades e trabalhos outros que, muitas vezes, extrapolam os limites da Câmara Municipal. A investigação mostra, ainda, a existência de diversificadas formas de atuação entre os parlamentares. Um mesmo arranjo institucional, seja relativo ao sistema político ou aos incentivos eleitorais, pode estimular atuações legislativas muito diferenciadas.

Palavras-chave: legislativo, conexão eleitoral, projetos de lei, geografia eleitoral, câmaras municipais

ABSTRACT

This study analyzes the relationship between electoral geography and legislative bills. Its theoretical landmark is based on the neo-institutionalism perspective of legislative studies, especially in its distributive model. The research seeks to understand the unfolding of the electoral incentives of City Council aldermen elected in 2000 and 2004 in Belo Horizonte, with regard to the bills presented to the House between 2001 and 2007. The investigation demonstrates that during this period the city councillors shared legislative functions with the Municipal Executive Branch. In addition, the study reveals that the concentration of votes does not constitute an important factor in defining the bills presented in the aforementioned period. The small relationship between support areas and councillors' bills indicates that the electoral connection developed by these representatives may be less a result of legislative propositions than that of further work and activities which often surpass the limits of the City Council. This paper also demonstrates the existence of distinct forms of action amongst councillors. The same institutional arrangement, whether associated to the political system or to electoral incentives, may encourage rather different legislative actions.

Key words: legislative, electoral connection, legislative bills, electoral geography, City Council

LISTA DE FIGURAS

- Figura 01. Município de Belo Horizonte – Unidades Espaciais Homogêneas (UEH) onde os vereadores Conceição Pinheiro, Preto e Índio concentraram seus votos em 2000 173
- Figura 02. Município de Belo Horizonte – Unidades Espaciais Homogêneas (UEH) onde os vereadores Geraldo Félix, Hugo Thomé e Paulão concentraram seus votos em 2000 174
- Figura 03. Município de Belo Horizonte – Unidades Espaciais Homogêneas (UEH) onde os vereadores Silvinho Rezende, Ronaldo Gontijo e Gêra Ornelas concentraram seus votos em 2000 175
- Figura 04. Município de Belo Horizonte – Unidades Espaciais Homogêneas (UEH) onde os vereadores Silvinho Rezende, Hugo Thomé e Geraldo Félix concentraram seus votos em 2004 176
- Figura 05. Município de Belo Horizonte – Unidades Espaciais Homogêneas (UEH) onde os vereadores Índio, Ronaldo Gontijo, Paulão e Preto concentraram seus votos em 2004 177
- Figura 06. Município de Belo Horizonte – Unidades Espaciais Homogêneas (UEH) onde os vereadores Balbino, Fred Costa, Gêra Ornelas e Sílvia Helena concentraram seus votos em 2004 178
- Figura 07. Distribuição dos locais de votação no Município de Belo Horizonte em 2000 nas UEHs por tipologia socioespacial – 2000 179
- Figura 08. Distribuição dos locais de votação no Município de Belo Horizonte em 2004 nas UEHs por tipologia socioespacial – 2000 180

LISTA DE TABELAS

Tabela 01. UEHs efetivas em termos eleitorais – Vereador Índio 2000	76
Tabela 02. UEHs efetivas em termos eleitorais – Vereador Hugo Thomé 2000	77
Tabela 03. UEHs efetivas em termos eleitorais – Vereador Paulão 2000	77
Tabela 04. UEHs efetivas em termos eleitorais – Vereador Gêra Ornelas 2000	78
Tabela 05. UEHs efetivas em termos eleitorais – Vereador Preto 2000	78
Tabela 06. UEHs efetivas em termos eleitorais – Vereador Ronaldo Gontijo 2000	79
Tabela 07. UEHs efetivas em termos eleitorais – Vereador Geraldo Félix 2000	80
Tabela 08. UEHs efetivas em termos eleitorais – Vereador Sivinho Rezende 2000	81
Tabela 09. UEHs efetivas em termos eleitorais – Vereador Conceição Pinheiro 2000	82
Tabela 10. UEHs efetivas em termos eleitorais – Vereador Gêra Ornelas 2004	83
Tabela 11. UEHs efetivas em termos eleitorais – Vereador Balbino 2004	84
Tabela 12. UEHs efetivas em termos eleitorais – Vereador Paulão 2004	85
Tabela 13. UEHs efetivas em termos eleitorais – Vereador Sílvia Helena 2004	85
Tabela 14. UEHs efetivas em termos eleitorais – Vereador Geraldo Félix 2004	86
Tabela 15. UEHs efetivas em termos eleitorais – Vereador Índio 2004	87
Tabela 16. UEHs efetivas em termos eleitorais – Vereador Fred Costa 2004	87
Tabela 17. UEHs efetivas em termos eleitorais – Vereador Silvinho Rezende 2004	88
Tabela 18. UEHs efetivas em termos eleitorais – Vereador Preto 2004	89
Tabela 19. UEHs efetivas em termos eleitorais – Vereador Hugo Thomé 2004	90
Tabela 20. UEHs efetivas em termos eleitorais – Vereador Ronaldo Gontijo 2004	91
Tabela 21. Reeleitos à CMBH em 2004 entre os titulares da XIV Legislatura	94
Tabela 22. Média de mandatos entre os titulares da XV Legislatura e reeleitos à CMBH, em 2008	95
Tabela 23. Tema dos projetos de lei apresentados à CMBH (2001-2007)	111
Tabela 24. Conteúdo dos projetos de lei apresentados à CMBH (2001-2007)	111
Tabela 25. Aprovação dos projetos de lei apresentados à CMBH (2001-2007)	112
Tabela 26. Conteúdo dos projetos de lei aprovados na CMBH (2001-2007)	113
Tabela 27. Grupos beneficiados explicitados nos projetos de lei apresentados à CMBH (2001-2007)	114
Tabela 28. Área a qual se destinam os projetos de lei apresentados à CMBH (2001-2007)	114
Tabela 29. Autoria dos projetos de lei de iniciativa parlamentar na CMBH (2001-2004) ...	115
Tabela 30. Autoria dos projetos de lei de iniciativa dos titulares da CMBH (2001-2004) ...	115

Tabela 31. Projetos de lei de autoria individual dos parlamentares titulares por perfil eleitoral desses vereadores, apresentados à CMBH (2001-2004)	116
Tabela 32. Projetos de lei apresentados à CMBH, de autoria dos parlamentares com votação concentrada, por tipo de concentração (2001-2004)	116
Tabela 33. Status dos projetos de lei apresentados por parlamentares à CMBH (2001-2004)	117
Tabela 34. Grupos beneficiados explicitados nos projetos de lei apresentados por parlamentares à CMBH (2001-2004)	117
Tabela 35. Conteúdo dos projetos de lei apresentados por parlamentares à CMBH (2001-2004)	119
Tabela 36. Tema dos projetos de lei apresentados por parlamentares à CMBH (2001-2004)	120
Tabela 37. Área de aplicação dos projetos de lei apresentados por parlamentares à CMBH (2001-2004)	122
Tabela 38. Regionais às quais se destinam os projetos de lei localizáveis apresentados por parlamentares à CMBH (2001-2004)	123
Tabela 39. Status dos projetos de lei apresentados pelos parlamentares concentrados à CMBH (2001-2004)	126
Tabela 40. Grupos beneficiados explicitados nos projetos de lei apresentados pelos parlamentares concentrados à CMBH (2001-2004)	126
Tabela 41. Tema dos projetos de lei apresentados pelos parlamentares concentrados à CMBH (2001-2004)	127
Tabela 42. Conteúdo dos projetos de lei apresentados pelos parlamentares concentrados à CMBH (2001-2004)	127
Tabela 43. Área de aplicação dos projetos de lei apresentados pelos parlamentares concentrados à CMBH (2001-2004)	130
Tabela 44. Projetos de lei localizáveis apresentados pelos parlamentares concentrados à CMBH relacionados às regionais nas quais concentram seus votos (2001-2004)	130
Tabela 45. Iniciativas legislativas apresentadas por parlamentares à CMBH (2005-2007) .	131
Tabela 46. Autoria dos projetos de lei de iniciativa parlamentar na CMBH (2005-2007) ...	131
Tabela 47. Autoria dos projetos de lei de iniciativa dos titulares da CMBH (2005-2007) ...	132
Tabela 48. Projetos de lei de autoria individual dos parlamentares titulares por perfil eleitoral desses vereadores, apresentados à CMBH (2005-2007)	132
Tabela 49. Projetos de lei apresentados à CMBH, de autoria dos parlamentares com votação concentrada, por tipo de concentração (2005-2007)	133
Tabela 50. Status dos projetos de lei apresentados por parlamentares à CMBH (2005-2007)	133
Tabela 51. Grupos beneficiados explicitados nos projetos de lei apresentados por parlamentares à CMBH (2005-2007)	134
Tabela 52. Conteúdo dos projetos de lei apresentados por parlamentares à CMBH (2005-2007)	135

Tabela 53. Tema dos projetos de lei apresentados por parlamentares à CMBH (2005-2007)	136
Tabela 54. Área de aplicação dos projetos de lei apresentados por parlamentares à CMBH (2005-2007)	137
Tabela 55. Regionais às quais se destinam os projetos de lei localizáveis apresentados por parlamentares à CMBH (2005-2007)	138
Tabela 56. Status dos projetos de lei apresentados pelos parlamentares concentrados à CMBH (2005-2007)	140
Tabela 57. Grupos beneficiados explicitados nos projetos de lei apresentados pelos parlamentares concentrados à CMBH (2005-2007)	140
Tabela 58. Conteúdo dos projetos de lei apresentados pelos parlamentares concentrados à CMBH (2005-2007)	141
Tabela 59. Tema dos projetos de lei apresentados pelos parlamentares concentrados à CMBH (2005-2007)	141
Tabela 60 Área de aplicação dos projetos de lei apresentados pelos parlamentares concentrados à CMBH (2005-2007)	142
Tabela 61. Projetos de lei localizáveis apresentados pelos parlamentares concentrados à CMBH relacionados às regionais nas quais concentram seus votos (2005-2007)	142
Tabela 62. Partido e número de UEHs efetivas dos vereadores da XIV Legislatura da CMBH	171
Tabela 63. Partido e número de UEHs efetivas dos vereadores da XV Legislatura da CMBH	172

LISTA DE QUADROS

Quadro 01. Caracterização de Deputados segundo a votação	44
Quadro 02. Caracterização das UEHs de Belo Horizonte com locais de votação em 2000..	167
Quadro 03. Caracterização das UEHs de Belo Horizonte com locais de votação em 2004..	169

LISTA DE SIGLAS

ALMG – Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais
CMBH – Câmara Municipal de Belo Horizonte
PL – Projetos de Lei
TRE-MG – Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais
TSE – Tribunal Superior Eleitoral
UEH – Unidade Espacial Homogênea

SIGLAS DOS PARTIDOS POLÍTICOS:

PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PFL – Partido da Frente Liberal
PHS – Partido Humanista da Solidariedade
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPS – Partido Popular Socialista
PRP – Partido Republicano Progressista
PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSC – Partido Social Cristão
PSD – Partido Social Democrata
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PTC – Partido Trabalhista Cristão
PTN – Partido Trabalhista Nacional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 BREVE INCURSÃO PELA LITERATURA DOS ESTUDOS LEGISLATIVOS: DELIMITANDO O OBJETO DE ESTUDO	23
2.1 A Ciência Política e o Neo-Institucionalismo nos Estudos Legislativos	23
2.2 O Neo-Institucionalismo em análises do Congresso Nacional Brasileiro	34
2.3 A análise do cotidiano da política	47
2.4 A Câmara Municipal de Belo Horizonte	49
2.5 O estudo do legislativo municipal e o objeto da pesquisa	58
3 GEOGRAFIA ELEITORAL DOS VEREADORES DE BELO HORIZONTE (2000 e 2004)	63
3.1 Sistema eleitoral proporcional de lista aberta	63
3.2 As eleições municipais de Belo Horizonte	65
3.3 A geografia eleitoral	67
3.4 Considerações sobre a geografia eleitoral dos parlamentares de Belo Horizonte – pleitos de 2000 e 2004	91
4 OS PROJETOS DE LEI E SUA CONEXÃO ELEITORAL EM BELO HORIZONTE (2001-07)	97
4.1 Considerações metodológicas	97
4.2 Os projetos de lei na CMBH – Executivo e Legislativo (2001-07)	109
4.3 Os projetos de lei de iniciativa parlamentar na CMBH	114
4.4 Comentários sobre a conexão eleitoral nos projetos de lei	144
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	152
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	161
ANEXOS	
A. Quadros	167
B. Figuras	173

1 INTRODUÇÃO*

A Constituição Brasileira de 1988 atribuiu aos municípios uma crescente importância na vida dos cidadãos e na configuração do processo democrático no país. Ao longo desse processo de descentralização, as competências das administrações municipais foram sendo redefinidas e ampliadas¹. Suas prerrogativas e responsabilidades têm aumentado significativamente ao longo dos anos, paralelamente à importância e magnitude dos problemas enfrentados por grandes metrópoles como Belo Horizonte. Mudanças sociais e institucionais nas administrações municipais têm alterado o sistema de tomada de decisão no nível local e as práticas dos atores sociais e dos políticos eleitos para representar a sociedade nas funções públicas². Em que pese esta realidade, alguns aspectos e instituições fundamentais da administração pública municipal permanecem encobertos, silenciados e obscuros. E, por vezes, são vistos de forma distorcida não apenas pelos olhos da imprensa e da população, como também por pesquisadores e intelectuais.

Ainda que tenha sido um marco institucional na história social e política brasileira recente, particularmente a partir da retomada do regime democrático vivida nos anos de 1980, a aprovação da Constituição da República, em 1988, apesar das conquistas democráticas nela consagradas, como a universalização do voto, não garantiu, por si só, a plena consolidação da democracia no país. Apesar de necessário, um sistema democrático de qualidade não se resume a um conjunto de normas e procedimentos que assegurem direitos políticos e trâmites eleitorais.

Em razão de sua curta trajetória e de outros aspectos e circunstâncias que vêm constituindo a história republicana brasileira, nossas instituições políticas têm sido muitas vezes ineficientes na resposta às demandas sociais e à resolução de muitos dos principais problemas do país. Por vezes, carecem de lisura, transparência e de mecanismos que assegurem, efetivamente, a cidadania plena a todos os indivíduos.

Outros pontos que merecem destaque neste cenário dizem respeito à qualidade, pertinência e adequação das regras eleitorais. O princípio básico da transformação de votos

* Este trabalho é parte das pesquisas do Instituto Milênio/CNPq, desenvolvida pelo Observatório das Metrópoles/Núcleo Minas Gerais, ligado ao Observatório de Políticas Urbanas (OPUR) – PROEX/PUC Minas. Por sua vez, o OPUR compõe a Rede Observatório das Metrópoles, coordenada por Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, em nível nacional, e, em nível regional, por Luciana Teixeira Andrade.

¹ A esse respeito ver Sadek (1991), sobretudo na definição e provisão de políticas sociais.

² Santos Jr. (2001) considera que as enormes transformações institucionais que vivem as administrações municipais têm alterando a importância, as demandas e exigências sobre os agentes públicos locais.

em cadeiras, por exemplo, pode ser considerado problemático. Na eleição para a Câmara dos Deputados, dependendo do estado da federação, o voto de um eleitor apresenta maior ou menor peso, vale mais ou menos. Além disso, merece consideração a existência da chamada “sombra da representação” relativa ao “caráter rarefeito e distorcido” da transformação de votos em cadeiras “e ao alcance real da exclusão de cidadãos do processo de manufatura da representação” (LESSA, 1996, p.12).

Deve-se salientar, ainda, que as discussões em torno da reforma política brasileira³, há alguns anos em debate, são cada vez maiores⁴. Entretanto, as propostas variam em grau, intensidade e questiona-se também a necessidade de realizá-la. Nesse contexto, tornam-se particularmente necessários estudos que envolvam aspectos relativos ao funcionamento de nossas instituições políticas, como o parlamento e o sistema eleitoral, focos do presente trabalho.

Essa problemática deu origem ao objeto desse estudo, que analisa a conexão eleitoral na Câmara Municipal de Belo Horizonte entre 2001 e 2007, especificamente, buscaremos examinar a influência das bases e dos contornos da configuração dos votos dos representantes do Poder Legislativo local nos projetos de lei por eles apresentados. Em outras palavras, como as características do eleitorado desses vereadores interferem em suas proposições legislativas.

Mais especificamente, a investigação se debruça sobre o funcionamento do sistema proporcional de lista aberta utilizado na escolha dos vereadores nas eleições municipais brasileiras, destacando o caso de Belo Horizonte, no ano 2000 e no ano de 2004. Elaborou-se, ainda, para a devida análise, uma caracterização dos parlamentares eleitos nesses dois pleitos quanto à concentração de suas bases eleitorais, além de uma caracterização sócio-econômica das regiões de concentração geográfica de seus votos, seus redutos eleitorais, visando a obter elementos relativos ao eleitorado dos representantes do Poder Legislativo da capital de Minas Gerais. Completando a discussão do objeto, fez-se um levantamento e análise dos projetos de lei apresentados pelos vereadores entre 2001 e 2007, classificando-os quanto a seu tipo, conteúdo, tema, aprovação, área de abrangência e grupo social beneficiado.

Nessa delimitação do objeto, alguns conceitos devem ser explicitados, uma vez que são eles que o constituem teoricamente, servem de pressupostos e base para a elaboração das hipóteses dessa pesquisa. Destaca-se, nesse sentido, o conceito de *conexão eleitoral*.

³ Avritzer e Anastasia (2006) apresentam uma coletânea na qual se discute 31 verbetes relativos à reforma política no Brasil, o funcionamento do sistema político no país e na América Latina e a controvérsia existente na ciência política brasileira acerca do presidencialismo de coalizão.

⁴ Apesar das crescentes discussões acerca da reforma política, Jofre Neto (2003) afirma que esses debates raramente abordam questões relativas aos governos locais.

A *conexão eleitoral* tem origem nos trabalhos de Downs (1957) e Mayhew (1974) que destacam o papel das eleições como fator decisivo no comportamento dos políticos. Nesse sentido, a arena eleitoral influenciaria os trabalhos dos parlamentares no âmbito legislativo. Esses atores teriam como principal objetivo a conquista da reeleição, fazendo dos partidos políticos no âmbito legislativo um instrumento utilizado para alcançar essa meta. Assim, segundo a perspectiva exposta nesse conceito, as regras eleitorais incentivam os candidatos a desenvolver relações personalistas e paroquialistas com suas bases eleitorais, focadas em seus redutos políticos, fora do âmbito partidário.

Nesse sentido, a *conexão eleitoral* é aqui entendida como uma dimensão da atividade representativa parlamentar relativa às interações entre os mandatários e seus eleitores, entre os políticos e suas bases. Consiste nas relações do representante com seu reduto eleitoral⁵, expressas através de suas ações legislativas (ordenamentos institucionais, políticas públicas, homenagens), tomada de decisões político-ideológicas (discursos e posicionamentos) ou da prestação de serviços e atendimento. O trabalho focaliza e se restringe a uma dessas expressões da *conexão eleitoral*, entendida de forma mais ampla, qual seja: as proposições legislativas encaminhadas pelos parlamentares.

Quanto à *geografia eleitoral* ou *geografia do voto*⁶, designa a distribuição territorial dos votos obtidos por determinado candidato, podendo revelar diferentes graus de concentração ou dispersão espacial dos eleitores de um político e as características socioeconômicas de seus apoiadores.

Como *projetos de lei, iniciativas, proposições legais ou propostas legislativas* dos vereadores, estamos designando o conjunto de todos os Projetos de Lei apresentados à Câmara Municipal de Belo Horizonte, cuja autoria seja dos membros dessa Casa.

Quanto à idéia de *base, eleitorado, área* ou *reduto eleitoral* busca expressar o conjunto dos eleitores de determinado representante. Tal noção não apresenta vinculação geográfica necessária, uma vez que pode, sobretudo em um sistema proporcional, ser formada

⁵ Kuschnir (2000) ressalta a importância de haver identidade entre representantes e representados, nas relações entre esses sujeitos.

A respeito das relações entre sociedade e Estado no Brasil, Edson Nunes (2003) propõe uma nova classificação, visando a complexificar e ampliar análises geralmente dicotômicas, em quatro gramáticas políticas, quais sejam: o clientelismo, o corporativismo, o insulamento burocrático e o universalismo de procedimentos.

⁶ Fleisher (1976), através de seu estudo sobre a dispersão eleitoral do voto em Minas Gerais (1966-1974), é um dos precursores da geografia eleitoral no Brasil.

A geografia do voto em São Paulo, ou melhor, os padrões de competição eleitoral nos distritos administrativos da cidade na disputa para a Câmara Municipal 1992-2000 constituem-se no objeto de estudos do artigo de Kinzo, Borin e Martins Jr. (2003).

Deus (2002) discute a literatura sobre a distribuição espacial dos votos no Brasil, dividindo-a em dois grupos: de análise do padrão de distribuição eleitoral em pleitos majoritários e do estudo da concentração/dispersão do voto em disputas proporcionais.

por segmentos sociais, políticos, religiosos, culturais, ocupacionais, econômicos, entre outros. Entretanto, nesse trabalho, buscamos definir os contornos do eleitorado dos parlamentares belo-horizontinos a partir dos locais onde os sufrágios foram manifestados.

Dito de outro modo, a pesquisa pretende desenvolver com pergunta central, questão que pode ser assim formulada: como os incentivos eleitorais repercutem nas proposições legislativas dos vereadores?

Devido à preocupação institucional do presente estudo, qual seja, o funcionamento do sistema eleitoral e suas implicações na produção legislativa e, por que não, nas políticas públicas municipais, a investigação está referenciada em algumas hipóteses dos estudos neo-institucionalistas, fundamentalmente, em sua perspectiva distributivista, assim delimitadas:

- a) a despeito do sistema proporcional de lista aberta visar a representação de setores da sociedade e incentivar a dispersão dos votos, parte significativa dos vereadores de Belo Horizonte possuem suas bases definidas geograficamente, pela localização dos eleitores;
- b) incentivos oriundos da esfera eleitoral, isto é, as configurações da geografia do voto vereadores, influenciam suas atividades parlamentares. Os vereadores com voto concentrado tenderão a apresentar projetos de lei que concentrem benefícios geograficamente localizados para seus redutos eleitorais, ao passo que parlamentares com votação dispersa tenderão a apresentar proposições legislativas de caráter mais universalista, e representando setores sociais abrangentes. Além disso, dada a configuração de seu eleitorado, parlamentares com voto disperso deveriam priorizar o processo legislativo como forma de alcançar sua base, apresentando, por isso, número maior de projetos e de lei com conteúdo político e maior percentual de aprovações em suas iniciativas. Por sua vez, representantes com eleitorado concentrado terão incentivos e oportunidades de responder ao seu eleitorado sem a necessidade de recorrer ao parlamento, uma vez que leis tendem a ter caráter geral. Apresentaram maior número de projetos de tipo localizado. Poderão, por exemplo, prestar assistências, dos mais variados tipos, diretamente nas áreas onde seus eleitores se concentram;

Quanto à relevância da problemática em estudo, denota-se em vários planos, dentre eles o de sua importância social e acadêmico-científica. A esse respeito, além de buscar acrescentar elementos à discussão em torno da representação no sistema eleitoral brasileiro,

de maneira geral, e das conexões eleitorais e proposições legislativas de nossos parlamentares, em especial, a pesquisa é significativa por tratar essa problemática no nível local, no qual são mais próximas e diretas as relações representante-representado. E, sobretudo, porque é neste âmbito que a ampliação da democracia participativa pode e deve melhor trabalhada. Conforme vários autores salientam, é também necessário ampliar as bases de democratização institucional do poder local, uma vez que quase toda a iniciativa de gestão das cidades encontra-se em poder do chefe do Executivo⁷.

De outra parte, ao mesmo tempo em que pode contribuir para a consolidação democrática, uma vez que aproxima as esferas decisórias do cidadão comum, o governo municipal pode representar também um ambiente mais permeável aos interesses particularistas. Desse modo, muitas vezes, vigora no nível local o atendimento de interesses individuais ou de reduzida abrangência social. A universalidade das leis perde espaço para ordenamentos de caráter particularista⁸.

No que se refere à relevância científica da investigação destaca-se, sobretudo, a necessidade de estudos sobre o legislativo no Brasil⁹, de forma geral. E, especialmente, relacionados à análise das câmaras municipais brasileiras. O país ainda necessita de estudos e pesquisas que se dediquem às instituições locais, de maneira geral, e ao parlamento municipal, em especial¹⁰.

Desta maneira, seja por sua relevância social seja pela necessidade de estudos com essas temáticas e de outros aportes a respeito, essa dissertação se justifica, podendo contribuir, efetivamente, para a ampliação da discussão e do conhecimento neste campo de estudos. Ademais, em que pese a importância do tema e as discussões já dedicadas a ele, as instituições e seus atores ainda estão longe de representar um terreno harmonioso e consensual dentro da ciência política. Talvez o único ponto pacífico dentro dessa literatura diga respeito à necessidade de se ampliar e aprofundar o entendimento acerca da temática institucional. E, no caso brasileiro, em especial, em que muitas instituições políticas e de Estado ainda carecem de estabilidade, eficiência e por vezes de legitimidade, as pesquisas sobre o nosso sistema político e eleitoral tornam-se não apenas relevantes como urgentes. Isso sem falar dos pedidos e projetos de reforma política cada vez mais numerosos no país. É nesse

⁷ A esse respeito, ver Couto e Abrucio (1995).

⁸ Somarriba e Afonso (1987) discutem essas questões relacionadas ao clientelismo.

⁹ Devido à ausência de estudos sistemáticos que possibilitassem um conhecer o real funcionamento do Legislativo brasileiro, no início dos anos 1990, Guillermo O'Donnell sugeriu a Figueiredo e Limongi (1999, p.7) que chamassem a série de pesquisas que ora iniciavam sobre o Congresso Nacional no Brasil, de "Terra incógnita".

¹⁰ Autores como Araújo (2001), Jofre Neto (2003), Caetano (2005) e Kerbauy (2006) fazem considerações sobre o número reduzido de trabalhos acadêmicos dedicados ao estudo do legislativo no âmbito municipal

contexto que esta pesquisa percorre sua problemática, buscando contribuir para o debate relativo ao funcionamento das instituições políticas na democracia brasileira.

Quanto a sua estrutura, esta dissertação está dividida em cinco partes: introdução, capítulo 2, capítulo 3, capítulo 4 e considerações finais. O capítulo 2 trata especificamente exposição do referencial teórico que norteia o trabalho. Apresenta também uma breve revisão de alguns dos principais estudos elaborados sobre a problemática aqui discutida, mostrando as idéias centrais de investigações que abordam as instituições políticas no nível local, em especial trabalhos que discutem o legislativo municipal. Nos capítulos seguintes, apresentamos os resultados obtidos a partir das pesquisas empíricas desenvolvidas nessa dissertação.

O capítulo 3 trata das investigações acerca da geografia eleitoral de Belo Horizonte, desenhada a partir dos quadros eleitorais dos pleitos municipais ocorridos em 2000 e em 2004. Procura traçar um perfil eleitoral dos vereadores do município, classificados como concentrados (contíguos ou não), intermediários e dispersos. Em seguida, apresentamos os mapas eleitorais dos vereadores de tipo concentrado em Belo Horizonte.

Esse capítulo apresenta as discussões sobre a geografia do voto dos vereadores de Belo Horizonte, eleitos nos pleitos ocorridos em 2000 e em 2004. Os votos obtidos por cada um dos vereadores da capital mineira, eleitos nos pleitos municipais de 2000 e 2004, foram divididos entre os locais de votação utilizados no município. Em seguida, esses estabelecimentos, em geral escolas, utilizados durante o processo de votação foram distribuídos, tendo em vista suas localizações, entre as Unidades Espaciais Homogêneas¹¹ (UEHs) nas quais se divide o território municipal de Belo Horizonte.

Em seguida, a partir de metodologia empregada na literatura política para calcular o número efetivo de partidos nas casas legislativas, definimos quantas e quais UEHs seriam efetivas, em termos de votos, para a eleição de cada um dos vereadores de Belo Horizonte. A partir da definição do total dessas unidades territoriais que seriam decisivas na eleição dos representantes, eles foram divididos em três grupos, definidos em quartis de concentração. No primeiro quartil, reunimos os parlamentares que possuem um menor número de UEHs com votação efetiva. Esses vereadores foram classificados como concentrados.

Por sua vez, os parlamentares que necessitam dos votos de uma maior quantidade de UEHs, pertencentes ao quarto quartil de concentração, foram definidos como dispersos. Os

¹¹ Trata-se de metodologia construída a partir de dados dos setores censitários elaborados pelo IBGE, que visa a dividir as áreas urbanas de tal forma que, considerando-se as características sócio-ocupacionais dos seus moradores, em territórios internamente homogêneos. Veremos mais a esse respeito no segundo capítulo deste trabalho.

legisladores localizados no segundo e terceiro quartis de concentração eleitoral, entre os concentrados e os dispersos, foram classificados como de perfil intermediário. A partir de então construímos os mapas que apresentamos, em anexo. As referidas figuras mostram, a partir das UEHs efetivas em termos eleitorais, onde os vereadores de perfil concentrado reúnem seu eleitorado.

As informações a respeito dos locais de votação utilizados nos pleitos em destaque, bem como os respectivos votos que cada parlamentar obteve nesses estabelecimentos, foram obtidos junto ao Foro Eleitoral de Belo Horizonte, às 14 Zonas Eleitorais então existentes no município, ambos órgãos do Tribunal Eleitoral de Minas Gerais, assim como em jornais da época (Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e Estado de Minas).

A seguir, no capítulo 4, classificamos e discutimos os projetos de lei apresentados pelo Legislativo municipal de Belo Horizonte comparado com as iniciativas do Executivo, entre primeiro de janeiro de 2001 e 25 setembro de 2007. Em seguida, as configurações dos projetos de lei de iniciativa dos parlamentares de Belo Horizonte, no período destacado, são cotejadas entre grupos de parlamentares com diferentes perfis eleitorais. No caso dos vereadores eleitos com votação concentrada, analisamos também a produção legislativa desses representantes, individualmente.

Esse capítulo analisa as iniciativas de legislação apresentadas pelos vereadores de Belo Horizonte entre janeiro de 2001 e setembro de 2007. A partir dos dados fornecidos pelo Setor Legislativo da Câmara Municipal de Belo Horizonte, elaboramos um banco de dados com todos os projetos de lei de iniciativa parlamentar do período, no qual contamos com as seguintes informações: autoria, tipo de proposição, quorum, ementa, assunto, data de registro e status. No total, foram 1859 iniciativas legais apresentadas pelos parlamentares que compuseram a 14ª Legislatura e 1489 proposições encaminhadas pelos vereadores entre 2005 e setembro de 2007.

A partir de então, classificamos esses Projetos sob diferentes aspectos:

- tipos de proposição¹²: as iniciativas foram divididas entre Projetos de Lei¹³, Projeto de Decreto Legislativo, Projeto de Resolução e Projetos de Emenda à Lei Orgânica do Município;

- beneficiados (se a proposição apresenta o grupo, setor, categoria ou segmento populacional que será beneficiado a partir da aprovação da norma);

¹² Classificação realizada apenas entre as proposições da 15ª Legislatura. Na Legislatura anterior, só tivemos acesso aos Projetos de Lei.

¹³ Somente os Projetos de Lei foram classificados segundo as categorias que se seguem.

- tema das proposições: os Projetos de Lei foram classificados, quanto às temáticas, nas seguintes categorias: política social, política urbana, política econômica, política cultural, política ambiental, regulação de atividades, administração pública, homenagens, concessão do título de utilidade pública e de denominação;

- conteúdo: em relação ao conteúdo, os Projetos de Lei foram definidos pelo seu caráter político (social, urbano, econômico, ambiental, cultural, administrativo e de regulação de atividades) ou simbólico (homenagens, utilidade pública e de nome)

- localizado¹⁴: consideramos projetos localizados aqueles que possuem abrangência e aplicabilidade restrita a uma determinada área do município.

E, em seguida ao capítulo 4, finalizando o trabalho, apresentamos as considerações finais, onde discutimos os resultados encontrados na pesquisa.

Dessa forma, dando seqüência a este relatório, daremos início, a seguir, à discussão da literatura e das teorias que sustentam a pesquisa.

¹⁴ Os Projetos de tipo localizado foram agrupados de acordo com a Regional Administrativa a qual se destinam e cotejados com as áreas onde os vereadores concentrados recebem sua votação efetiva.

2. BREVE INCURSÃO PELA LITERATURA DOS ESTUDOS LEGISLATIVOS: DELIMITANDO O OBJETO DE PESQUISA

Este capítulo aborda o referencial teórico que norteia o trabalho. Apresenta uma breve revisão bibliográfica de alguns dos principais estudos elaborados sobre a problemática aqui discutida, mostrando as idéias centrais de investigações que abordam o parlamento, sobretudo a partir da perspectivas neo-institucionalistas. Apresenta também um estudo de caráter etnográfico que, por se tratar da análise de um caso de um vereador com votação concentrada possui relação com nosso objeto. Em seguida, apresenta um breve histórico da CMBH, suas organizações e tramites legislativos. E, por fim, delimita o objeto de estudos do trabalho e apresenta suas hipóteses de pesquisa.

2.1 A Ciência Política e o Neo-Institucionalismo nos Estudos Legislativos

As regras, parâmetros e procedimentos do sistema político são aspectos centrais para a compreensão e o funcionamento das democracias. Por si só, o arcabouço institucional não garante a legitimidade e a representatividade das decisões e políticas públicas a serem implementadas. Entretanto, acredita-se que a qualidade das deliberações está intrinsecamente relacionada à qualidade das esferas de discussão e de exercício do poder.

A vertente teórica neo-institucionalista de análise legislativa foi impulsionada pelas críticas aos modelos explicativos predominantes até recentemente nos estudos do Congresso norte-americano, quais sejam, o comportamentalismo e o pluralismo. O neo-institucionalismo tem como ponto de partida a análise das instituições, destacando que essas possuem significativa importância nos sistemas políticos, sendo capazes, por meio de constrangimentos ou incentivos, de interferir em políticas públicas.

Diferentemente das teorias explicativas anteriores, o foco das análises neo-institucionalistas direciona-se para as instituições e para as preferências dos atores políticos. Estão estreitamente vinculadas à teoria da escolha racional. Estes estudos têm nas instituições sua principal variável independente. Consideram que as regras e procedimentos interferem no processo de deliberação e na produção congressional¹⁵, direcionam a atuação dos atores.

¹⁵ A esse respeito, destaca-se o trabalho de Fernando Limongi (1994).

Esta literatura, segundo Limongi (1994), entende por instituições a organização, os procedimentos e os arranjos estabelecidos a partir de leis, regras e normas que acabem por constranger, limitar e até mesmo definir a atuação e o comportamento dos atores. Nas palavras do autor,

o trabalho dos Novos Institucionalistas é marcado pela busca da demonstração de que as instituições que organizam o processo decisório são (a) elas mesmas responsáveis pela estabilidade dos resultados obtidos e (b) influenciam os resultados políticos substantivos (Limongi, 1994, p.8).

Incorporado à ciência política e em particular aos estudos legislativos a partir de sua utilização em trabalhos econômicos, o enfoque neo-institucionalista considera que as instituições fazem diferença e interferem nos resultados das políticas públicas. Para Limongi (1994), o adjetivo *neo* é empregado ao termo para distingui-lo do institucionalismo, corrente teórica que dominou a ciência política dos EUA até a Segunda Guerra Mundial. O autor afirma que, apesar de se autodenominarem neo-institucionalistas no momento em que romperam com os principais autores da corrente institucionalista de estudos legislativos, eles não possuem unidade, uma vez que não estão agregados sob uma mesma escola ou movimento organizado. Esse pesquisador sustenta, ainda, que talvez o único aspecto que permita agrupar estes autores em uma mesma corrente diga respeito à opção metodológica, mais especificamente, a adoção do individualismo metodológico.

O neo-institucionalismo não é um movimento homogêneo. Sob o mesmo rótulo neo-institucionalista, encontram-se estes estudos legislativos e a corrente impulsionada por March e Olsen (1989) e Skocpol (1985) autores que se opõem ao individualismo metodológico. Entretanto, se são vários os fatores que distinguem estes dois grupos de trabalhos, eles carregam um elemento central em comum: a valorização dos aspectos institucionais através do destaque dado às instituições enquanto atores dos processos políticos.

Para melhor compreender os estudos legislativos elaborados sob a perspectiva teórica neo-institucionalista nos EUA, é comum dividir esta literatura em três modelos básicos: o *distributivista*, o *partidário* e o *informativo*. Em linhas gerais e resumidamente, podem-se definir estes três enfoques teóricos a partir de seus componentes institucionais mais relevantes.

Para a análise *distributivista*, os parlamentares buscam aprovar políticas clientelísticas uma vez que estas seriam as que maior efeito teriam em suas pretensões eleitorais. Para esta abordagem, as instituições desempenham um papel fundamental: facilitar o atendimento às clientelas dos congressistas.

A perspectiva *partidária*, por sua vez, diferentemente dos demais modelos, não elabora suas análises partindo apenas do interesse dos deputados. Este enfoque ressalta a importância dos partidos, de certa forma negligenciados do ponto de vista informacional e distributivista, como atores centrais do processo legislativo.

O enfoque *informacional*, por sua vez, destaca a importância das comissões legislativas enquanto instituições que têm o papel de possibilitar que as decisões Congressuais sejam amparadas por muita informação. Segundo este modelo, o parlamento deve estimular os deputados a se especializarem em determinadas áreas políticas, visando a reduzir os efeitos inesperados das políticas aprovadas. Entende-se que a qualidade dos políticos possui relação direta com o volume de conhecimento e informações nas quais se baseiam as tomadas de decisões.

Além da unidade metodológica destacada acima, os três modelos neo-institucionalistas utilizados nos estudos legislativos possuem também em comum o fato de considerarem os parlamentares como atores que orientam suas atividades a partir da satisfação de seus interesses particulares. Isso se deve à base analítica a partir da qual esta teoria se desenvolve. Segundo Limongi (1994), a perspectiva neo-institucionalista de estudos legislativos utiliza-se da *teoria da firma* e da *teoria da escola racional* para afirmar que os parlamentares são individualistas e que, por isso, pautam suas ações pela maximização de seus ganhos pessoais, pelo objetivo de se reeleger.

Nessa mesma linha, Carvalho (2003), afirma que os três modelos relacionam-se ao paradigma da nova economia da organização. Segundo esta perspectiva, as instituições configuram-se como mecanismos destinados à minimização dos custos de transação, de forma a possibilitar que os atores se beneficiem com os ganhos provenientes da cooperação.

Ainda segundo Carvalho (2003), é possível constatar a existência, seja no caso dos estudos legislativos norte-americanos, seja nas pesquisas desenvolvidas no Brasil, duas fases distintas. A primeira seria marcada por análises que o autor denomina “estilizadas”, nas quais se utilizava exclusivamente um único modelo teórico. Em um segundo momento, ganham importância os trabalhos que procuram combinar estes modelos, predominando visões mais complexas acerca dos processos legislativos.

Tanto nos EUA quanto no Brasil, esta primeira fase, de que fala o autor, foi marcada pelo predomínio das pesquisas pautadas pelo modelo distributivista. Mais recentemente, os trabalhos produzidos acerca do Congresso norte-americano foram ampliados pela utilização do modelo informacional e, nos últimos anos, com a expansão da perspectiva partidária.

Hoje, percebe-se um esforço em combinar duas ou mesmo as três perspectivas de análise, pensadas não mais como excludentes, e sim como abordagens complementares. No caso brasileiro, as pesquisas utilizando a teoria partidária ganharam espaço na literatura a partir de meados dos anos 1990, sobretudo com os primeiros resultados das pesquisas de Figueiredo e Limongi (1995). O que não quer dizer que o modelo distributivista tenha sido abandonado nos estudos legislativos brasileiros mais atuais. Nos anos 2000, trabalhos significativos foram produzidos no país, baseados nessa perspectiva.

Mais adiante no texto, veremos que a combinação das perspectivas partidária e distributivista contribui muito para a compreensão do nosso parlamento. Como o sistema eleitoral brasileiro possibilita a existência de representantes com características eleitorais bastante distintas, operam sobre estes atores diferentes incentivos, de paroquialistas a programáticos, necessitando, portanto, como mostra Carvalho (2003), de análises mais sofisticadas.

Antes de apresentar alguns estudos sobre o funcionamento das instituições políticas brasileiras, faremos uma breve exposição teórica de cada um dos modelos teóricos neo-institucionalistas utilizados nos estudos legislativos: *o distributivista, o partidário e o informacional*.

2.1.1 O Modelo Distributivista

A perspectiva distributivista de análise parlamentar foi proposta inicialmente por Mayhew (1974), Fiorina (1989) e Jacobson (1992). O modelo teórico distributivista considera pouco importantes o sistema partidário e a estrutura institucional do parlamento na compreensão e explicação dos resultados políticos (*political outcomes*). Para esta corrente de análise neo-institucionalista, a eleição constitui-se no principal elemento para a compreensão da atuação dos parlamentares e da produção do Congresso.

Segundo esta perspectiva, o sistema eleitoral e a forma segundo a qual os deputados se elegem são aspectos decisivos, não só para entender aquilo que se produz, como também para compreender o próprio arranjo institucional do parlamento. Neste sentido, a lógica de produção das leis, a composição das comissões, o comportamento dos mandatários e dos líderes partidários é determinado por demandas advindas da esfera eleitoral. A perspectiva distributivista defende que a compreensão dos diferentes aspectos que compõem a atividade dos deputados situa-se na chamada *conexão parlamentar* ou *conexão eleitoral*, entendida como o vínculo que liga o congressista a seus eleitores.

Elemento fundamental para o fortalecimento dos vínculos eleitorais está no fato de que o modelo distributivista parte da motivação dos parlamentares em se reeleger. Os congressistas têm como objetivo principal de seus mandatos impulsionarem suas carreiras políticas, algo que passa, necessariamente, pelo sucesso eleitoral continuado, quer dizer, por reeleições consecutivas. Para melhor compreender suas preferências em relação às políticas públicas deve-se ter em mente a necessidade dos legisladores de buscar a reeleição. Estes atores perseguem políticas públicas que ofereçam benefícios ao grupo de eleitores que compõem sua base de apoio. São estas políticas que maximizam as possibilidades eleitorais dos congressistas. Entretanto, como os parlamentares buscam agradar suas clientelas para se reeleger, acabam por se tornarem responsivos a certas demandas de suas bases, estabelecendo uma relação de *accountability*.

A literatura distributivista, a partir da determinação da motivação central dos deputados, considera que as três atividades principais desenvolvidas pelos representantes em seus mandatos, uma vez que buscam se reeleger são, conforme Carvalho (2003, p.35): “a publicização de sua reputação pessoal (*advertising*); a tomada de posição em relação a temas (*position-taking*) e a reivindicação de crédito pela alocação de benefícios desagregados

(*credit-claiming*)”. É nesse último aspecto que o modelo distributivista de estudos legislativos coloca maior importância, centraliza suas análises.

A teoria distributivista baseia-se em dois supostos fundamentais: a profissionalização dos parlamentares e a fragilização dos partidos políticos. Este modelo analítico tem nos legisladores sua unidade básica de pesquisa, pensados como atores que estão diretamente voltados para a maximização de seus resultados eleitorais. É isso que pauta o trabalho dos congressistas que, inclusive, formatam a estrutura interna do parlamento para que este sirva aos seus interesses eleitorais. Neste sentido, segundo os distributivistas, as comissões seriam o principal mecanismo institucional utilizado pelos parlamentares para conquistar sua reeleição.

O arranjo institucional do Congresso dos EUA, sobretudo no que se refere às comissões, gabinetes e partidos, está estruturado de forma a maximizar as possibilidades eleitorais dos deputados. Os distributivistas, como afirma Raimundo (2004), defendem que o Congresso norte-americano é extremamente descentralizado, sobretudo devido à estrutura pautada pelas comissões, possibilitando aos parlamentares um grande peso individual. As regras institucionais, na perspectiva neo-institucionalista, são de caráter exógeno, estão dadas e fixas. O Congresso, assim entendido, reproduz a mecânica eleitoral na medida em que se organiza de forma a possibilitar que os deputados contemplem as demandas da clientela.

É fundamental ressaltar a importância dada pela matriz distributivista ao sistema de comissões, já que, segundo tal perspectiva, elas possuem o monopólio de jurisdição acerca de seus temas. E, principalmente, esses agrupamentos reduzem os custos de transação entre os parlamentares, uma vez que diminuem as discussões em plenário. Os deputados escolheriam a comissão da qual fazem parte de acordo com as características de seu distrito de origem, segundo as demandas dos eleitores de sua base. Neste ponto, é importante lembrar uma característica marcante do sistema eleitoral norte-americano, que o difere do brasileiro. O primeiro estabelece eleições majoritárias, circunscritas a distritos uninominais, enquanto no segundo país vigora a representação proporcional dentro dos estados da federação. Desta forma, o modelo distributivo, inspirado na teoria econômica da firma, postula que a política legislativa terá como prioridade a conquista de benefícios distritalizáveis, uma vez que cada parlamentar, visando sua própria reeleição, procurará aprovar recursos especificamente para seu distrito.

A perspectiva distributivista defende que o acesso aos recursos que serão alocados para os distritos se dá via comissões e subcomissões. Os congressistas aprovam políticas para seus eleitores segundo o princípio da troca de votos (*logroll*). Trata-se de um compromisso estabelecido entre os parlamentares de que um apoiará o projeto do outro e este último fará o

mesmo em relação a uma proposta do primeiro. Isto porque as comissões possuem, em sua área de atuação, o monopólio da produção legal no Congresso norte-americano. Por sua vez, o papel da liderança partidária é, segundo esta lógica, coordenar e organizar o ingresso dos parlamentares nas diferentes comissões, segundo os interesses dos congressistas, pautados pelas demandas de seus distritos.

Quanto à composição das comissões no Congresso norte-americano, os distributivistas, apesar de reconhecerem que essa está a cargo dos partidos políticos, afirmam que as escolhas destes últimos não são determinadas pelos interesses e demandas partidários, e sim dos próprios parlamentares. Neste sentido, as comissões tendem a possuir uma constituição mais homogênea que a do plenário, uma vez que as primeiras agrupam parlamentares com interesses semelhantes.

Segundo essa perspectiva de análise do Congresso norte-americano, muito mais do que os partidos ou o plenário, as comissões representam os atores centrais do legislativo. Limongi (1994) afirma que são esses grupos temáticos que selecionam, dentro de sua matéria, as propostas que serão ou não enviadas ao plenário, colocadas em votação. Os distributivistas advogam que as comissões possuem a prerrogativa de decidir unilateralmente sobre as políticas relacionadas a sua temática. Elas podem, inclusive, definir o sistema de votação no qual o projeto tramitará. Na perspectiva distributivista, o Congresso dos EUA delega às comissões a prerrogativa de legislar em suas matérias. Essa literatura considera que as comissões prevalecem sobre o plenário uma vez que podem, inclusive, impedir a apresentação de emendas aos projetos que encaminham. É por isso que, na visão distributivista, a tramitação dos projetos a partir de sua saída das comissões é algo praticamente irrelevante. Os deputados trocam o apoio em temas de pouco interesse para suas bases pela aprovação de medidas e recursos importantes para seus distritos. Sob esse prisma, as instituições teriam como principal objetivo garantir a estabilidade da troca de votos entre os deputados, possibilitada pelo sistema de comissões.

Nesse sentido, pode-se afirmar que o objetivo dos parlamentares é, prioritariamente, a aprovação de políticas que tenham custos difusos e benefícios concentrados em seus distritos. Buscam a aprovação de projetos particularistas, focados em sua região eleitoral, localizados geograficamente de maneira que tenham como beneficiados, como público-alvo, os eleitores de sua base política. Tais políticas são denominadas na literatura internacional como *pork barrel*.

Neste sentido, a perspectiva distributivista tem na dimensão geográfica do sistema eleitoral um elemento chave de sua análise da atividade parlamentar. Segundo Raimundo

(2005), é a partir da existência do voto distrital que os adeptos desse modelo teórico consideram que se estruturam as relações entre os eleitores e seus representantes, entendidos como executores de políticas para seus distritos¹⁶. Tendo em vista a atuação dos deputados, pode-se afirmar que o Congresso orienta-se segundo a lógica do paroquialismo e do particularismo, por interesses locais.

Sob a ótica distributivista, o parlamento possui uma grande limitação para legislar políticas de caráter universalista. Tais projetos estariam delegados ao Executivo. Isto ocorre porque os deputados não têm um comportamento programático ou motivado com relação a valores e sim em relação a fins. O representante distrital atua como mediador¹⁷ entre os eleitores e a burocracia pública (*casework*). Nesse cenário, não só a atividade congressional torna-se esvaziada de questões de caráter ideológico e programático, como também a própria disputa eleitoral.

2.1.2 O Modelo Partidário

O modelo partidário de estudos legislativos possui como obras e autores fundadores McCubbins e Kiewiet (1991) e McCubbins e Cox (1993). Diferentemente das óticas distributivista e informacional, que negligenciam a atuação dos partidos, a perspectiva partidária procura comprovar a existência de uma agenda legislativa formulada por essas agremiações.

Se a perspectiva distributivista e a informacional consideram ser as comissões o elemento estrutural da atividade legislativa, o modelo partidário não pretende substituir tal elemento pelos partidos. Apenas destaca que estas agremiações políticas são fundamentais para a compreensão do sistema de comissões no qual opera o Congresso norte-americano. Para essa perspectiva teórica neo-institucionalista, as comissões são um instrumento do governo partidário, ou, dito de outra maneira, os partidos atuam e governam através das comissões. As legendas controlam o que e quando cada projeto será discutido e votado.

¹⁶ Kuschnir (2000) desenvolve um estudo etnográfico com uma vereadora carioca. Analisando o caso do Rio de Janeiro, utiliza a categoria deputado ou vereador *da área* para designar o parlamentar que atua exclusivamente em determinada região, seja de um estado ou de uma cidade. Tais políticos possuem, ainda segundo a autora, seus discursos direcionados às demandas e aos moradores da região. Localizam geograficamente suas campanhas, representações, atendimentos e as mediações que desenvolvem em seus mandatos.

¹⁷ Kuschnir (2000) afirma que os parlamentares atuam como mediadores entre o Poder Executivo e os eleitores. Estes atores constituem-se como um tipo de intérpretes culturais, que aproximam a burocracia pública dos cidadãos.

Limongi (1994) afirma que o modelo teórico partidário é o mais heterodoxo dos três aqui apresentados. Segundo o autor, parecia haver determinado consenso na literatura em torno da perda sucessiva de importância dos partidos no contexto político dos EUA, sobretudo até a década de 70 do século passado. A partir desta constatação, alguns trabalhos procuraram testar a sustentabilidade empírica de tal análise. A idéia que perpassa estas pesquisas encontra-se baseada na hipótese de que, ainda que estejam enfraquecidas, as agremiações políticas não perderam a capacidade de controlar o comportamento de seus integrantes.

De acordo com a perspectiva partidária, apesar de estarem visivelmente cindidos, como no caso dos democratas, a partir da década de 1980, os partidos passaram a vivenciar um novo fortalecimento. As agremiações recuperaram grande parte de sua coesão e sua centralidade na indicação dos presidentes das comissões e subcomissões do parlamento. Assim, os partidos teriam resgatado sua principal força dentro do Congresso: o controle da agenda das decisões.

Segundo Raimundo (2005), o modelo partidário enfatiza as regras legislativas, entendidas como algo que prioriza o partido majoritário, possibilitando a este controlar, até mesmo, as atividades das comissões. Isto se deve ao fato de que as agremiações políticas seriam as responsáveis por indicar os componentes das comissões e definir a agenda dos trabalhos do legislativo.

Esta capacidade de controlar e pautar os trabalhos do Congresso se deve ao fato de que existem, dentro do legislativo, cargos com enorme poder de agenda e controle da pauta das votações. Ao contrário da suposição distributivista que considera os deputados como atores em pé de igualdade, o modelo partidário destaca a força dos cargos de presidente da Casa e das comissões, ocupados pelo partido majoritário. O presidente do parlamento, denominado *speaker*, possui poder de veto e o controle do regime de tramitação dos projetos em plenário. Segundo Carvalho (2003), no caso do Congresso norte-americano, a presidência da Comissão de Apropriações, ou Comissão de Resoluções, também representa um cargo chave dentro da estrutura congressual. Este agrupamento temático é o responsável por autorizar a aplicação de verbas orçamentárias, controlando as demandas particularistas dos deputados para seus distritos. É esta comissão que define a prioridade dos gastos, sendo presidida e composta, em sua maioria, por representantes do partido majoritário.

Segundo o modelo partidário, o presidente da Casa, o líder da maioria e o presidente da Comissão de Resoluções devem ser entendidos como representantes dos partidos. Em alguns casos, os partidários apontam que o poder destes atores ultrapassa inclusive o das comissões.

Através do estudo da atuação da Comissão de Apropriações sob a presidência de parlamentares dos dois principais partidos norte-americanos, a literatura partidária afirma que é possível destacar uma diferença básica entre democratas e republicanos. Os primeiros privilegiam os gastos domésticos enquanto que os últimos favorecem os investimentos militares e, de forma geral, pregam a diminuição dos gastos públicos e a redução dos impostos.

A perspectiva partidária também afirma que os legisladores têm como principal objetivo a reeleição. Neste sentido, o poder adquirido pelos partidos deve-se à idéia de que a arena eleitoral é determinada, em grande medida, além da reputação pessoal do candidato, pela reputação de seu partido.

Outro fator que contribui para a força dos partidos diz respeito ao fato de que poucos são os parlamentares que conseguem, isoladamente, aprovar benefícios geograficamente restritos a seus distritos. Isto posto, a cooperação e o apoio ao partido tornam-se as principais estratégias para o fortalecimento das atividades políticas de um deputado no Congresso.

Assim, tanto por sua importância no contexto eleitoral como também pelo mecanismo institucional que os torna capazes de determinar a agenda dos trabalhos legislativos, de acordo que esta perspectiva teórica, os partidos são apontados como os principais atores do parlamento. Neste sentido, segundo o modelo partidário, a filiação é um elemento crucial para a compreensão do posicionamento político de um deputado.

2.1.3 O Modelo Informacional

A teoria informacional foi desenhada e utilizada pela primeira vez por Krehbiel (1991). Essa concepção é apontada como um desdobramento do modelo distributivista. Essas teorias são complementares, aplicando-se a áreas diferentes. Entre as características presentes nos dois enfoques pode-se destacar o individualismo metodológico, a suposição de que os parlamentares têm na reeleição sua principal motivação e a concepção de que os atores centrais do processo legislativo são as comissões. O principal ponto em comum existente entre a perspectiva distributivista e o modelo informacional está no reconhecimento das comissões como eixos estruturais da atividade legislativa. Entretanto, distintamente da primeira perspectiva, a ótica informacional sustenta que a composição de uma comissão será melhor, quanto mais semelhante ao plenário ela for. Segundo este modelo teórico, as

comissões são unidades representativas da Casa, uma vez que a escolha de seus membros é resultado de votação em plenário. Assim sendo, o resultado das políticas de determinada comissão responde aos anseios do legislador mediano.

O reconhecimento das comissões como principais atores da esfera legislativa tem relação direta com a pouca importância que estas duas versões neo-institucionalistas atribuem aos partidos políticos. Entretanto, na perspectiva informacional, este arranjo congressual não visa diminuir os custos de transação entre os deputados e sim a especialização da produção legislativa. Os informacionistas apresentam como postulados teóricos básicos de seu modelo, diferentemente dos distributivistas, a defesa do princípio da maioria e da incerteza em relação aos resultados das políticas que serão adotadas. Assim, para esta perspectiva, a vontade da maioria é soberana e, no Congresso, em última instância, é ela quem decide.

Outra divergência existente em relação ao modelo distributivista diz respeito à distribuição dos deputados nas diversas comissões. Algumas análises informacionais consideram que a história profissional do parlamentar, e não a característica de seu distrito, contribui mais decisivamente para o entendimento de como são compostas as comissões.

No enfoque informacional, a questão central a ser enfrentada pelo Congresso não está no resultado agregado da ação de parlamentares que buscam apenas políticas particularistas. O desafio do Legislativo está na resolução das divergências entre as propostas das comissões e do plenário. A perspectiva informacional afirma que os parlamentares decidem sem saber ao certo qual será o resultado das políticas aprovadas. Acredita-se também que a informação é distribuída desigualmente entre os deputados.

Segundo tal perspectiva, é fundamental que as decisões estejam amparadas pelo máximo de informação, adquiridas por meio da especialização. Só um maior conhecimento acerca das políticas pode reduzir as incertezas em relação aos projetos que são apreciados. A instituição, o Congresso, será mais eficiente quanto maiores forem seus incentivos à informação e à especialização dos parlamentares.

As instituições, segundo a ótica informacional, têm como objetivo ampliar ao máximo o volume de informações com as quais se tomam decisões, reduzindo a imprevisibilidade. A organização do parlamento deve ser capaz de fazer com que a diminuição das incertezas seja um objetivo de todos os congressistas. Por isso, o arranjo institucional deve incentivar a difusão de informação entre os atores e sua maior especialização por meio da divisão dos trabalhos legislativos.

Em que pese a importância da perspectiva informacional nas pesquisas sobre o Congresso norte-americano, este modelo possui pouca expressão na literatura produzida sobre

o legislativo brasileiro¹⁸. O fato pode ser explicado por uma possível menor importância das comissões parlamentares dentro dos legislativos do país.

Devido a esta falta de expressão das idéias informacionais no contexto brasileiro, ao apresentarmos exemplos de estudos neo-institucionalistas sobre o poder legislativo no país, nos limitaremos aos trabalhos de referência do modelo partidário e da perspectiva distributivista. A seguir, daremos destaque à aplicação dessas perspectivas à compreensão da realidade brasileira, apresentando contribuições e possíveis limites em três trabalhos de referência.

2.2 O Neo-Institucionalismo em análises do Congresso Nacional Brasileiro

A Constituição Brasileira de 1988 consolidou não somente o fim do Regime Militar no Brasil, como também pode ser considerada um marco da abertura democrática do país. A Carta definiu os parâmetros sob os quais operam nossas instituições políticas desde então. Por isso, as implicações, conseqüências e resultados deste novo esqueleto institucional, que pode ainda ser considerado recente, têm estado no foco da ciência política brasileira das últimas décadas. Neste cenário, destacam-se, notadamente, as questões que envolvem o tema da governabilidade.

Segundo Carvalho (2003), é possível distinguir duas fases da literatura política nas últimas décadas no país. Nos anos 80 do século passado, inspirada na literatura européia, o enfoque dos trabalhos brasileiros relacionava-se principalmente às conseqüências políticas da legislação eleitoral. No contexto desse debate, considerava-se que havia uma relação de causalidade entre o sistema eleitoral e o partidário, ambos tidos como problemáticos no país. O Brasil teria um número excessivo de partidos, resultado do sistema proporcional de lista aberta adotado para escolha dos representantes legislativos. Essa literatura possuía um forte caráter normativo e doutrinário propondo, muitas vezes, alterações no desenho de nossa legislação eleitoral.

Alguns anos depois, a partir de novos trabalhos realizados no país, o debate passa a ser colocado em outros termos. Ainda assim, manteve-se o suposto normativo da literatura

¹⁸ Sob a perspectiva informacional, Pereira e Mueller (2000) analisam as comissões como produtoras de informação e redutoras das incertezas das políticas públicas. Santos e Almeida (2005) discutem, a partir do modelo informacional, o processo de escolha e a importância do cargo de relator no processo decisório do Congresso brasileiro.

européia acerca do sistema partidário: quanto maior o número de partidos, mais delicada é a estabilidade governamental.

A década de noventa trouxe uma mudança significativa aos estudos sobre a dinâmica institucional do sistema político brasileiro. A governabilidade passou a ser entendida de forma mais abrangente. O sistema eleitoral e partidário já não eram tidos como suficientes para o entendimento da governabilidade. Questões relativas ao sistema de governo passaram a ser contempladas nas análises.

As discussões inicialmente pautadas pelo plebiscito ocorrido em 1992, marcadas pela caracterização dos sistemas de governo e pela defesa do presidencialismo ou do parlamentarismo, foram sendo substituídas por pesquisas de caráter mais empírico. Análises comparadas dos sistemas presidencialistas latino-americanos contribuíram para destacar as especificidades da forma de governo adotada no Brasil. Além disso, aspectos relacionados à abrangência, limites e relações entre os poderes também foram incluídos nesta nova agenda de pesquisas.

De forma geral, este grupo de trabalhos considerava que o sistema institucional vigente no presidencialismo brasileiro, caracterizado pela representação proporcional de lista aberta, aliada ao multipartidarismo, apresentava um enorme potencial de ingovernabilidade. Acreditava-se que o Executivo não seria capaz de implementar sua agenda política, uma vez que encontraria no Legislativo um enorme obstáculo. O governo não teria a possibilidade de estabelecer coalizões estáveis, necessárias ao Executivo no presidencialismo, dado o contexto partidário fragmentado, aliado a parlamentares politicamente indisciplinados.

Em síntese, a literatura política do início da década de noventa veio a confirmar um sentimento já presente na sociedade brasileira, não só do período democrático, pós-Constituinte, como também do período pré-Golpe (1946-64), qual seja: o Congresso configura-se como um obstáculo à governabilidade e ao progresso do país. A diferença fundamental que pode ser apontada nestes diagnósticos acerca do Legislativo brasileiro, nesses dois períodos democráticos distintos, não se encontra nas análises propriamente ditas, mas sim nos argumentos que fundamentam suas conclusões. No contexto mais recente, as explicações são de caráter institucional.

Negligenciados até então, o papel das estruturas, normas e procedimentos internos do parlamento sobre o comportamento e deliberações dos atores tem sido aspectos centrais da literatura mais recente. Tal enfoque se deve à orientação neo-institucionalista destes estudos. Desenvolvida por pesquisadores norte-americanos para análise do Congresso daquele país, a teoria neo-institucionalista tem também dominado nossas pesquisas recentes. Porém, no caso

brasileiro, como dito anteriormente, a influência dos estudos legislativos institucionalistas norte-americanos concentra-se nos enfoques partidário e distributivista, sendo raras as análises sob a perspectiva informacional.

Entretanto, se o enfoque neo-institucionalista já está presente na literatura brasileira desde o início dos anos 1990, há bastante diferença dentro desse conjunto de trabalhos. Podem-se destacar duas ondas de estudos legislativos neo-institucionalista no Brasil: um primeiro grupo de trabalhos mais normativos e deterministas, e as pesquisas mais atuais baseadas em dados empíricos que, por vezes, apresentam explicações mais complexas e variadas para a compreensão da realidade político/institucional brasileira.

Nesta segunda onda de trabalhos neo-institucionalistas, atual fase dos estudos legislativos do país, teve início um caloroso debate na literatura política. Convivem e concorrem ao menos duas visões acerca do funcionamento e das conseqüências políticas da estrutura institucional brasileira.

De um lado, tem-se Argelina Figueiredo e Fernando Limongi (1999), autores que representam uma perspectiva que defende que o poder concentrado que o Executivo detêm no país lhe permite controlar a agenda do Legislativo de forma a induzir a cooperação dos partidos e deputados. Essa visão acerca do funcionamento do parlamento brasileiro define toda uma corrente de análise da articulação entre os poderes Executivo e Legislativo no Brasil. Tal perspectiva é caracterizada pela defesa da preponderância legislativa por parte do poder Executivo, o que garante certa governabilidade ao país.

A partir das críticas à interpretação proposta e capitaneada por Figueiredo e Limongi configura-se uma visão radicalmente distinta do funcionamento institucional do Congresso brasileiro, definindo o outro lado do debate. Segundo tal perspectiva, encabeçada por Barry Ames (2003) o país viveria uma constante crise de governabilidade, dada a dispersão e baixa efetividade do Executivo no parlamento. Conquistar e manter coesa uma maioria no Legislativo seria extremamente delicado para o Executivo Federal. Em um contexto institucional que alia federalismo e presidencialismo, que possui partidos pouco institucionalizados e extremamente fragmentados, no qual os deputados possuem fortes estímulos para defender políticas de caráter localizado, a implementação de reformas e projetos abrangentes por parte do Executivo torna-se algo raro. Como resultado desse sistema político, uma importante agenda de projetos tidos como fundamentais para o desenvolvimento do país não chega sequer a ser colocada em votação.

A seguir, discutiremos mais detidamente cada uma destas concepções utilizando os principais trabalhos destes autores. Apresentaremos também a formulação de Nelson Rojas de

Carvalho (2003) que, em meio a esse debate, procura relacionar as perspectivas distributivista e partidária para explicar a dinâmica institucional brasileira.

Assim, a partir das pesquisas e das análises compiladas por Argelina Figueiredo e Fernando Limongi no livro “Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional”, de 1999, apresentaremos a contribuição da perspectiva partidária. Através do livro “Os entraves da democracia no Brasil”, de Barry Ames, cuja primeira versão foi publicada em 2001, teremos uma visão do modelo distributivista. E, utilizando o trabalho de Nelson Rojas de Carvalho como referência, “E no início eram as bases”, livro de 2003, analisaremos um enfoque que busca articular esses dois modelos analíticos.

2.2.1 A análise partidária

Em meados dos anos 90 do século passado, o olhar pessimista sobre o funcionamento das instituições políticas no Brasil, sobretudo a visão de que o país viveria uma constante crise de governabilidade, sofreu um forte impacto. Isso ocorreu a partir da publicação dos primeiros artigos nos quais Argelina Figueiredo e Fernando Limongi apresentam alguns dos resultados de suas pesquisas. No livro “Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional”, de 1999, os autores compilam esta série de trabalhos acerca dos efeitos do arranjo institucional do sistema político brasileiro sobre nossas políticas públicas.

Figueiredo e Limongi (1999) focalizam as articulações entre os poderes Legislativo e Executivo, tendo como referência o Congresso Nacional brasileiro. O estudo prioriza a estruturação do processo decisório e sua influência na atividade dos deputados e no desempenho do Governo. Como dito anteriormente, os autores adotam a perspectiva neo-institucionalista uma vez que destacam os efeitos da organização interna do parlamento e das prerrogativas legislativas da Presidência da República sobre o funcionamento do sistema político nacional.

Sob o enfoque partidário, os autores interpretam a organização institucional e os procedimentos internos do Congresso, entendidos como variáveis independentes. Defendem tratar-se de um equívoco transportar os acontecimentos da arena eleitoral para a estrutura interna do Congresso, já que isto implicaria desconsiderar seu arranjo institucional. Embora reconheçam que a conexão eleitoral estimula os parlamentares a investirem em suas reputações pessoais, consideram haver uma descontinuidade entre as eleições e o Congresso.

Figueiredo e Limongi (1999) partem do questionamento das principais concepções existentes até então sobre o funcionamento das instituições políticas do país, oferecendo um novo entendimento acerca da relação Executivo-Legislativo. Negam, portanto, a existência de uma crise de governabilidade no país.

Procurando verificar empiricamente o comportamento dos partidos brasileiros no Congresso, realizam sistemática pesquisa empírica, algo até então pouco utilizado nos estudos legislativos do país. A partir da matriz teórica neo-institucionalista, os autores analisam as votações nominais do período 1988-94. Coletam, também, dados sobre as comissões parlamentares, referentes aos deputados e suas discussões e acerca das proposições legislativas.

A partir da análise desse *corpus* documental, Figueiredo e Limongi (1999) afirmaram que o Congresso Nacional não se configura como uma instância de veto aos projetos do Governo. Para eles, os dados não possibilitam interpretar a não cooperação e a irresponsabilidade como estratégias dominantes entre os parlamentares em relação aos projetos do Executivo. Ao contrário, afirmam que o governo obtém alto índice na aprovação de sua agenda dentro do parlamento. A explicação para o êxito legislativo da Presidência da República está nos instrumentos de que ela dispõe para controlar a agenda parlamentar e nos incentivos que oferece aos deputados que participam de sua base de apoio.

Os autores reconhecem que o sistema eleitoral brasileiro cultiva o voto pessoal. Entretanto, para implementar políticas de cunho distributivista e realizar a chamada conexão eleitoral, os parlamentares necessitam acessar a arena decisória. Como os congressistas, de maneira geral, não dispõem do controle da agenda legislativa, grande parte dos políticos não pode se utilizar desse tipo de estratégia. Ainda segundo Figueiredo e Limongi (1999), os controles da pauta e do ritmo dos trabalhos do Congresso são exercidos pelos líderes partidários e pelo Executivo. Tal fato diminui as possibilidades de sucesso das iniciativas individuais dos deputados, torna pouco interessante um comportamento individualista e oportunista.

Esses autores afirmam que a nova ordem constitucional instaurada após a Carta Magna de 1988 não significou um retorno ao sistema que vigorou entre 1946 e 1964. Se não foram aprovadas muitas das reformas propostas no período constituinte, também não foram revogados os poderes legislativos atribuídos ao Executivo durante o Regime Militar. Os recursos e prerrogativas de atuação à disposição do Governo possibilitam à Presidência da República o controle da agenda legislativa. A exclusividade na iniciativa de proposições em

algumas áreas, os pedidos de urgência e a edição de medidas provisórias são instrumentos poderosos utilizados pelo Executivo para a aprovação de suas matérias.

Assim, a partir dessas prerrogativas legislativas, mesmo após a Constituição de 1988, o Presidente da República seguiu como o principal legislador no país, sendo raras as rejeições a suas proposições. Além desses recursos, Figueiredo e Limongi (1999) destacam que, com a distribuição de pastas ministeriais, da presidência de empresas estatais e outros cargos, entre os partidos, o chefe do Governo assegura o controle do conteúdo e *timing* do Congresso, uma vez que conquista o apoio dos líderes partidários, principais atores dentro da organização legislativa brasileira.

A capacidade do Executivo para aprovar seus projetos se deve também, como reconhecem os autores, à enorme centralização existente nos trabalhos do Legislativo nacional. Ainda segundo Figueiredo e Limongi (1999), a organização institucional do Congresso no Brasil, diferentemente da existente nos EUA, tem nos partidos, representados por suas lideranças, seus principais atores. E, dado o poder de que dispõem estes políticos, eles quase sempre conseguem aglutinar suas bancadas. Tal organização concentrada pelas lideranças das legendas explica o alto grau de previsibilidade nas votações em plenário do Congresso Nacional. Figueiredo e Limongi (1999) afirmam que a filiação partidária é um excelente sinal do voto dos parlamentares. Tendo-se como referência a indicação do voto dos líderes para suas bancadas, foi possível prever, no período pesquisado, 89% dos resultados das votações em plenário, asseguram os autores.

Além da forte coesão entre os deputados de um mesmo partido, principalmente nos de esquerda, Figueiredo e Limongi (1999) verificaram a existência de coerência programática entre as distintas legendas do Congresso, quando distribuídas dentro do espectro partidário, classificadas em direita e esquerda. Os autores sustentam que tal nível de disciplina partidária refuta a tese segundo a qual são as leis eleitorais, o sistema partidário e a forma de governo que determinam o comportamento dos congressistas.

Mas, se o que o trabalho de Figueiredo e Limongi (1999) traz de mais significativo é o fato de sustentar suas análises acerca da governabilidade no país em pesquisas empíricas, é justamente nessas que estariam sua maior fragilidade. Barry Ames (2003) destaca que as votações nominais em plenário, principal elemento considerado pelos autores como indicador de coesão partidária, devem ser pensadas como o ponto final de um processo que pode ter sido marcado por intensas negociações e disputas, inclusive dentro dos partidos. O voto uniforme da bancada de determinada legenda pode ser resultado, mais do que de uma unidade

programática, de disputas que em muitos casos envolvem nomeações, verbas e outros favores. Em uma palavra, de negociações e concessões pautadas por demandas de caráter pessoal.

Neste sentido, prossegue Ames (2003), o voto disciplinado entre os legisladores brasileiros não é fruto do poder de agenda do Executivo ou mesmo da atuação das lideranças partidárias no interior do Congresso. Trata-se do resultado das concessões do Governo às demandas fisiológicas dos parlamentares, barganhas por cargos e verbas para a realização de obras.

Ainda segundo Ames (2003), como destacamos anteriormente, o equívoco na interpretação dos autores ocorre porque, ao se concentrarem nas votações em plenário, desconsideram o processo de negociações que envolve governo, líderes partidários e demais deputados, que apenas culmina com o resultado do plenário.

Outra lacuna apontada por Ames (2003) nas análises de Figueiredo e Limongi (1999) está no fato de que os autores não problematizam quais são os projetos que chegam a ser votados. Segundo Ames (2003), muitas vezes, políticas e propostas anunciadas, defendidas e consideradas fundamentais pelo Governo não conseguem ser apreciadas em plenário. Geralmente, são levados à votação nominal apenas alguns poucos projetos. As propostas mais abrangentes e polêmicas do Executivo dificilmente vão a plenário. E isso sem falar das emendas ao texto original que, por vezes, descaracterizam completamente a legislação que se pretendia criar.

2.2.2 A análise distributivista

Em seu livro “Os entraves da democracia no Brasil”, publicado originalmente em 2001, Barry Ames discute a elaboração de políticas como forma de analisar a governabilidade no país. Estuda a influência do arranjo institucional da democracia brasileira no desempenho de nossos representantes e nos resultados do processo político nacional. O autor considera que as principais estruturas formais da política brasileira estão intimamente articuladas, quais sejam: o sistema eleitoral, o Poder Executivo e o Poder Legislativo. O sistema eleitoral interfere na definição dos candidatos que participam de eleições, em suas campanhas e, inclusive, na atuação destes atores no exercício de seus mandatos.

Talvez seja essa articulação entre as instituições o principal aspecto que diferencia o enfoque partidário de Figueiredo e Limongi (1999), que acabamos de ver, da perspectiva

distributivista de Ames (2003), que ora destacamos. Em outras palavras, enquanto os primeiros autores priorizam as estruturas internas do Congresso, quase que o isolando enquanto objeto de estudo, o trabalho que ora apresentamos busca estudar o parlamento brasileiro em suas conexões, sobretudo com o sistema eleitoral e o Poder Executivo.

Ames (2003) defende que as instituições devem ser compreendidas como algo vivo e, embora sejam criadas por pessoas, têm trajetória histórica própria e atuam de forma independente e autônoma em relação aos objetivos daqueles que as formularam. Ele considera que a configuração institucional brasileira apresenta determinantes históricas nas quais fatores como o federalismo, o empreguismo e o fisiologismo tiveram fundamental importância. Contribui com essa análise do autor sua hipótese de que os políticos brasileiros são mais interessados em questões de caráter pessoal, em se reeleger ou aumentar seu patrimônio, do que nas questões de feição pública, ideológica ou programática.

O autor afirma que as instituições políticas brasileiras funcionam mal, sobretudo de seu ponto de vista público. Isso ocorre porque elas estão voltadas para si mesmas, beneficiando, sobretudo, aos próprios burocratas e aos políticos. Mesmo reconhecendo que esses órgãos geram estabilidade, Ames (2003) destaca que, no Brasil, as instituições são completamente avessas a mudanças. É extremamente difícil implementar políticas que alterem o *status quo* no país.

Ames (2003) considera que a governabilidade é um problema permanente no cenário político-institucional brasileiro. O autor defende que a combinação das instituições existente no Brasil – três níveis de governo, presidencialismo, o sistema proporcional de lista aberta, as regras para criação de partidos e a separação entre os poderes - é responsável pela crise na elaboração de políticas vivenciada pelo país. Ele afirma que os deputados constituintes mantiveram o mesmo arranjo institucional que vigorou no país no período democrático anterior ao Regime Militar.

O argumento teórico central do texto parte, como o próprio Ames (2003) esclarece, da teoria da *escolha racional*¹⁹ combinada com o *institucionalismo histórico*²⁰. Os

¹⁹ A abordagem da escolha racional (ER), nos termos do autor, parte do individualismo metodológico para explicar os fenômenos sociais. Considera que os indivíduos agem em contextos restritivos nos quais buscam maximizar seus objetivos. Tal enfoque relaciona os limites e estímulos de curto prazo provenientes das estruturas políticas existentes às atuações dos sujeitos. A perspectiva da escolha racional, segundo Ames (2003), sugere inclusive que as próprias preferências e objetivos são de certa forma moldados pelas regras e procedimentos da política. Em poucas palavras, a abordagem da ER considera que as instituições impõem restrições aos atores racionais. O aparato institucional, as regras do jogo determinam o comportamento dos indivíduos de forma a gerar efeitos políticos.

²⁰ Para Ames (2003), o rótulo *institucionalista* designa pelo menos quatro linhas de análise. Segundo o autor, uma dessas é encabeçada por March e Olsen (1989). Esta vertente considera que as instituições são atores no jogo político. Um segundo grupo teórico, formado, sobretudo, por economistas, inspira-se no formato

institucionalistas históricos consideram que instituições políticas geram incentivos para os atores. A partir dessa idéia básica, o autor constata que, no caso brasileiro, esses incentivos estimulam os deputados a maximizar seus ganhos pessoais. Neste sentido, os parlamentares buscam aprovar projetos que beneficiem suas clientelas políticas ou os patrocinadores de suas campanhas. As regras, procedimentos e práticas da política eleitoral e parlamentar brasileiras desestimulam os congressistas a elaborar políticas de interesse público, de caráter universalista.

O Executivo, por sua vez, opera sob outros incentivos. Entretanto, possui enorme dificuldade para implantar suas políticas públicas, prossegue Ames (2003). Embora reconheça que a Presidência concentra muito poder no Brasil, o autor afirma que lhe falta um recurso fundamental: dispor de um partido majoritário no Congresso. Por isso, sem possuir maiorias estáveis na Casa, o Governo brasileiro tem dificuldade para aprovar seus principais projetos. Além disso, Ames (2003) avalia que a fragilidade do sistema partidário também repercute no arranjo institucional do Congresso. Os líderes das legendas não dispõem de prerrogativas que lhes permitam controlar suas bancadas. A cada novo encaminhamento, o Executivo necessita negociar, barganhar e fazer concessões aos parlamentares para que obtenha seus votos.

E, se o chefe do Executivo, com todas as suas prerrogativas, ainda enfrenta muita dificuldade para aprovar políticas de interesse nacional, para os deputados resulta praticamente impossível. É por isso que Ames (2003) afirma que o Congresso poucas vezes se dedica a enfrentar questões sociais e econômicas de maior relevância para o país.

Neste sentido, Ames (2003) considera que as instituições políticas brasileiras configuram uma dinâmica que inviabiliza a tomada de decisões de forma ágil e em questões mais relevantes. Elas possibilitam a existência de um número excessivo de *veto-players*, atores capazes de obstruir os processos de tomada de decisões. Vigora no país um obstrucionismo parlamentar que, quando não impede a aprovação de vários dos projetos do Governo Federal, dele demanda grandes contrapartidas fisiológicas aos congressistas. E, muitas vezes, quando estes projetos são aprovados, perdem aspectos significativos de seu conteúdo devido ao número excessivo de emendas apresentadas pelos parlamentares.

organizacional da firma para relacionar custos de transação à eficiência econômica. Ames considera que um terceiro enfoque institucionalista agrega os teóricos da escolha racional. Tal perspectiva define as instituições como um conjunto de regras e procedimentos capazes de coagir o comportamento dos atores. A quarta linha institucionalista de que fala o autor é oriunda da sociologia histórica. Essa corrente de pesquisa concentra-se nas mudanças institucionais, entendidas enquanto processos de longo prazo e enquanto fator importante na definição de políticas públicas. Os autores desta corrente por vezes se nomeiam *institucionalistas históricos* ou *novos-institucionalistas* (*neo-institucionalistas*).

Como foi dito anteriormente, Ames (2003) considera que um dos aspectos institucionais que mais peso possui no funcionamento atual da democracia brasileira diz respeito à legislação eleitoral. Mais especificamente, ao sistema proporcional de lista aberta utilizado na escolha de deputados, estaduais e federais e vereadores. Ames defende que os incentivos derivados da esfera eleitoral definem grande parte das ações dos parlamentares.

Buscando revelar esses estímulos e a conexão eleitoral existente no parlamento brasileiro, Ames (2003) propõe a classificação dos nossos deputados segundo suas bases de votação. Para caracterizar a diversidade existente, utiliza o cruzamento entre duas variáveis: *dominância e concentração*.

A *dominância* relaciona-se à competição eleitoral. Ela se define em função do percentual dos votos que determinado candidato obtém em um ou mais municípios. Um parlamentar é *dominante (d)* quando conquista a maioria dos votos do município ou dos municípios onde concentra seus votos. Do contrário, será *compartilhado (c)* quando obtém apoio de menos de 50% dos eleitores.

A *concentração* é aferida a partir da distribuição geográfica dos municípios nos quais o deputado conquista a maior parte dos seus votos. O parlamentar pode ser classificado, a partir de sua base, como *concentrado (c)* ou *disperso (d)*. Concentrado é aquele que possui grande parte de seus eleitores em um único município ou em municípios vizinhos. Disperso é o representante com votos em cidades não contíguas ou em uma grande área do estado.

Assim, a partir da relação entre essas categorias, Ames (2003) define quatro tipos de deputados: concentrado / dominante (c/d), concentrado / compartilhado (c/c), disperso / dominante (d/d), e disperso/compartilhado (d/c) (Quadro 1). Segundo o autor, os parlamentares de tipo c/d são oriundos das regiões mais atrasadas do país, caracterizadas por relações tradicionais de clientelismo e empreguismo. Geralmente são membros de famílias tradicionais e já foram prefeitos de seus municípios. Os representantes classificados como c/c freqüentemente possuem suas bases eleitorais em regiões metropolitanas. Por sua vez, os congressistas agrupados como d/d costumam possuir grandes recursos financeiros ou administrativos. Ocupam postos importantes na burocracia estatal e estabelecem acordos com líderes locais. E, por fim, os deputados d/c possuem suas bases em segmentos delimitados do eleitorado, presentes em vários municípios, embora quase sempre numericamente reduzidos.

Quadro 01. Categorização de deputados segundo a votação

	Dominante	Compartilhado
Concentrado	c/d (concentrado/dominante)	c/c (concentrado/compartilhado)
Disperso	d/d (disperso/dominante)	d/c (disperso/compartilhado)

Fonte: Ames (2003)

A partir da determinação do perfil eleitoral dos deputados brasileiros, Ames (2003) afirma que as instituições políticas brasileiras criam incentivos para que os parlamentares atuem visando ampliar seus benefícios pessoais e a aprovação de projetos de natureza clientelística, que buscam beneficiar região e eleitorado específicos. O autor reconhece que é possível encontrar entre os parlamentares brasileiros aqueles que se orientam por questões programáticas, universalistas, e de interesse nacional. Entretanto, a maioria dos nossos representantes direciona seus mandatos para a aquisição de verbas para obras públicas em seus redutos eleitorais e nomeações em postos da burocracia estatal. Suas preocupações estão quase sempre voltadas para as demandas particularistas de suas bases de apoio pessoal. Ames (2003) acredita que estes congressistas, grupo majoritário no Legislativo, são responsáveis pelo atual desenho institucional brasileiro, que cria incentivos para uma atuação de tipo paroquial.

Talvez seja por considerar que os representantes com maior espírito público são raros no parlamento brasileiro e que o arranjo institucional não incentiva a ação destes políticos, que Ames (2003) negligencia em suas análises outros incentivos eleitorais que não os de tipo localizado e particularista. É justamente neste ponto que se concentram as maiores críticas ao trabalho do autor.

Melo (2005) reconhece nesta taxonomia espacial das bases eleitorais dos parlamentares a principal contribuição de Ames (2003) ao entendimento do funcionamento institucional brasileiro. Assim como dissemos do trabalho de Figueiredo e Limongi (1999), o trabalho que ora apresentamos possui sua principal virtude relacionada às principais críticas que recebeu.

Foi justamente por considerar que o sistema eleitoral brasileiro possibilita a eleição de deputados com perfis de votação distintos que Ames (2003) propôs sua tipologia. Entretanto, mesmo distinguindo quatro configurações eleitorais diferentes para os parlamentares no Brasil, o autor generalizou a lógica do clientelismo como estratégia política adotada pelos

deputados, desconsiderou a existência de incentivos diferenciados (Figueiredo & Limongi, 2002; Carvalho, 2003; Melo, 2005). Se os parlamentares agem estrategicamente visando contentar suas bases para serem reeleitos na próxima eleição, congressistas com desenhos eleitorais distintos deveriam atuar de forma diferenciada. Ames (2003) concentra sua análise em um único perfil eleitoral (concentrado/dominante), ainda que seus dados distribuam os representantes brasileiros igualmente dentro das quatro categorias.

Os teóricos da escolha racional (ER) consideram importantes os elementos do contexto estratégico, já que esse ambiente muitas vezes pode restringir as ações unicamente direcionadas à realização de interesses pessoais. Neste sentido, as instituições definem o contexto no qual os atores políticos elaboram suas estratégias para alcançar seus interesses. O autor defende que a utilização da racionalidade como pressuposto não significa considerar que todos os indivíduos atuem sempre visando maximizar seus ganhos. A racionalidade é adequada enquanto instrumento analítico quando os objetivos e os atores estão definidos e a interação entre esses possui regras conhecidas e claras. Ou seja, a ER, que utiliza a preferência dos atores como pressupostos, se aplica somente quando as condições acima estão asseguradas. Diferentemente, os institucionalistas históricos enfocam as consequências mais amplas do comportamento estratégico dos partidos e dos representantes.

2.2.3 A análise partidária e a distributivista articuladas

A partir do debate entre as perspectivas partidária e distributivista, travado nos estudos legislativos da ciência política brasileira, alguns dos trabalhos mais recentes, para além de tomar posição em algum dos lados da discussão, têm buscado ampliar e diversificar suas análises. Estas pesquisas possuem um caráter menos estilizado, se valendo dos dois modelos teóricos, buscando dar conta da complexidade institucional presente na política brasileira. O livro que vamos apresentar agora, “E no início eram as bases”, de Nelson Rojas de Carvalho, publicado em 2003, é um exemplo dessa perspectiva.

Carvalho (2003) busca explorar as hipóteses sobre o funcionamento legislativo decorrentes dos modelos distributivista e partidário. O autor procura saber até que ponto cada teoria contribui ou não para a compreensão do arranjo institucional do Congresso brasileiro. O trabalho analisa as duas legislaturas passadas entre 1995 e 2002 a partir da perspectiva teórica da escola racional. A pesquisa tem nos deputados, entendidos como representantes que

procuram maximizar suas possibilidades de reeleição, suas unidades primárias de análise. Utiliza como pressuposto neo-institucionalista a concepção de que, na busca pela ampliação de suas chances de obter sucesso na próxima eleição, a ação dos deputados é moldada por incentivos oriundos da legislação eleitoral brasileira.

O autor tem como propósito analisar as variadas possibilidades existentes em nossa conexão eleitoral. Carvalho (2003) entende que configurações geográfico-eleitorais distintas oferecem incentivos específicos aos congressistas, levando-os a priorizar questões diferenciadas dentro do parlamento.

Para caracterizar a geografia dos votos dos deputados, o livro adota as categorias criadas por Ames (2003), com indicadores de concentração e dispersão próprios. Considera que um deputado com perfil eleitoral não-dominante tem maiores incentivos para posicionar-se em relação a temas, uma vez que possui dificuldade para receber o crédito por políticas focadas geograficamente. Por outro lado, se os parlamentares não-dominantes se pautaram por certo universalismo legislativo, os representantes com votação dominante buscam aprovar projetos que beneficiem determinadas localidades.

Carvalho (2003), assim como Ames (2003), procura testar a hipótese de que a clivagem capital/interior ou urbano/rural também seria um importante elemento na configuração da atividade parlamentar. Segundo o autor, deputados com bases eleitorais em áreas mais urbanizadas, com maior grau de escolarização e renda, terão maiores incentivos para desenvolver um posicionamento político em relação a temas, mais universalista do que congressistas com votação concentrada em áreas rurais.

Neste sentido, a pesquisa procura verificar o impacto das diferentes origens eleitorais sobre o comportamento legislativo dos parlamentares. Explora tanto aquilo que o autor denomina “atitude”, a partir da percepção dos deputados acerca das atividades que realizam na Câmara, como também o “comportamento” dos mesmos, determinado segundo a *rationale* existente nas emendas apresentadas ao orçamento, nos projetos de lei, nos requerimentos de informação e nos discursos em plenário. A partir destas análises, o trabalho encontrou uma enorme congruência entre atitude e comportamento e entre esses e a origem geográfico-eleitoral dos congressistas.

Segundo Carvalho (2003), a hipótese da conexão eleitoral, ou seja, de que a arena na qual ocorrem as eleições repercute no trabalho legislativo, encontra respaldo empírico, mostrando-se pertinente. Neste sentido, diferentes incentivos eleitorais configuram comportamentos políticos distintos, por vezes paroquiais (no caso dos representantes de voto dominante e de áreas rurais), por vezes universalistas (políticos com apoio compartilhado e de

regiões mais urbanizadas). O autor afirma haver um impacto independente da origem eleitoral dos representantes sobre os trabalhos do Congresso. Entretanto, ele destaca que não apenas a esfera eleitoral interage com o parlamento. A variável ideológico-partidária não pode ser desprezada, uma vez que também incide sobre o comportamento legislativo. É por isso que o autor defende, embora considere o modelo distributivista o mais rico para analisar nosso parlamento, sua articulação com a perspectiva partidária.

Esses estudos, além de sua importância e do fato de serem referência na literatura recente sobre as instituições políticas brasileiras, em especial do Poder Legislativo, representam as diferentes perspectivas, os distintos modelos teóricos neo-institucionalistas aplicados no país. Com a apresentação dessas pesquisas, buscou-se mapear o cenário no qual se desenvolvem as discussões travadas na literatura política brasileira contemporânea, em sua perspectiva neo-institucionalista de análise legislativa.

2.3 A análise do cotidiano da política

Feita essa sucinta apresentação de alguns modelos teóricos e seus trabalhos de referência no país, passaremos à discussão do Legislativo a partir de uma outra perspectiva: do cotidiano da política analisado sob o prisma da antropologia da política e da antropologia urbana.

A esse respeito, Karina Kuschnir (2000) desenvolve um cuidadoso trabalho etnográfico sobre a atividade de uma vereadora com alta concentração de votos em um populoso bairro de subúrbio do Rio de Janeiro. Trata-se de estudo sobre um caso emblemático de um vereador com votação concentrada, que analisa o estilo político de membros da família dos “Silveira” no “atendimento” à população de Roseiral²¹.

A autora investiga o caso da vereadora Marta Silveira, filha de tradicional político local, então deputado estadual, Fernando Silveira²². Essa parlamentar se reelegeu para seu segundo mandato em 1996, tendo sido considerada um “fenômeno” eleitoral, pois à época era uma das vereadoras com maior número de votos em toda a história do Brasil, conforme Kuschnir destaca.

21. Trata-se de tese de doutorado realizada por Karina Kuschnir no Museu Nacional do Rio de Janeiro, sob orientação do Prof. Dr. Gilberto Velho, publicada pela Jorge Zahar em 2000, sob o título de O Cotidiano da Política.

²² Todos os nomes usados são fictícios, exceto o da cidade do Rio de Janeiro, conforme a pesquisadora salienta.

Kuschnir (2000) afirma que alguns políticos não só atuam, mas também se vêem como despachantes ou como “mediadores” entre os eleitores e o Estado, na resolução de problemas pessoais junto ao poder público. Fazem a intermediação entre o Governo e suas bases a fim de conquistar benefícios para essas últimas. Além disso, sobretudo no nível municipal, alguns representantes legislativos baseiam suas atividades em prestação de serviços e na assistência social aos seus eleitores (Kuschnir, 2000; Santos Jr., 2001; Souza, 2004).

A razão principal de nosso interesse por esse trabalho se deve à sua contribuição ao entendimento da atuação e dos incentivos que incidem sobre o trabalho de um vereador com votação concentrada. Esse trabalho, apesar de apoiado em campo metodológico diverso (etnografia), apresenta como resultado, em seu estudo de caso, o pressuposto da literatura neo-institucionalista no que diz respeito ao objetivo central dos parlamentares. Em ambos os casos, estes direcionam suas atividades para serem reeleitos.

É importante salientar que embora a investigação tenha sido realizada numa perspectiva teórico-metodológica completamente distinta dos estudos institucionalistas, algumas de suas descobertas se aproximam de análises embasadas na teoria da escolha racional, como a matriz dos estudos institucionalistas. Qual seja, embora a autora entenda, diferentemente de tal abordagem, que “as mesmas instituições podem provocar comportamentos totalmente distintos” e que “o que interessa é justamente investigar práticas que desafiam a lógica instrumental mais ampla, mostrando o quanto esta pode ser permeável a princípios os mais diversos” (Kuschnir, 2000, p.145), há tendências comuns observadas nas análises em uma e outra direção.

Nesse sentido, ao analisar vários aspectos da vida e do trabalho político dos Silveira, em especial daquela vereadora, entre eles o que denominou *o trabalho de rua*; *as reuniões com os moradores*; *as audiências* e *o atendimento ao público feitas no escritório*, ao lado do *trabalho no gabinete*, da *divulgação das ações* e do *atendimento aos pedidos*, Kuschnir observa a existência do mesmo clientelismo na relação e prática política dessa vereadora, reiterando trabalhos feitos a partir de outras bases teórico-metodológicas. Dentre eles os que salientam e analisam o chamado clientelismo, também constatado pela pesquisadora. Porém, ela problematiza ou relativiza essa idéia ou o próprio conceito e entendimento dessa prática política, compreendendo-a a partir do universo cultural, dos valores e crenças não somente da população/eleitores da vereadora, quanto dela mesma. Dessa maneira o trabalho agrega à idéia de clientelismo elementos usualmente desconsiderados em outros estudos, a exemplo da relação e da noção/conceito de troca analisada por Marcel Mauss (1923-1924), de que a autora lança mão em sua análise.

Construindo sua reflexão a partir de categorias oriundas de sua observação empírica e respectiva teorização, quais sejam: *os acessos* do político que conferem legitimidade a seu papel de *mediador* (que envolve *redes* e *alianças*) que precisa estar permanentemente reforçado, a autora entende que o sucesso e possibilidades de reeleição desse tipo de vereador/a dependem de sua capacidade de atender à *comunidade* – outra de suas categorias analíticas centrais. Essa possibilidade está associada, por sua vez, às negociações do político com os órgãos públicos. Além disso, a autora considera que

“Em se tratando de um contexto de sociedades complexas, sua *performance* depende também de seu potencial de *metamorfose* entre diferentes esferas e províncias de significado dessa sociedade, isto é, de sua capacidade de negociar e transitar por universos pautados por valores e crenças distintos, como, por exemplo, os que separam em parte o mundo da administração pública do mundo dos moradores de Roseiral. (Kuschnir, 2000, p.145)

Embora não seja o referencial teórico escolhido para a discussão nesta dissertação, inclusive porque não se trata de analisar o cotidiano da política, estudos como os de Kuschnir são essenciais para a compreensão da problemática da atuação política dos vereadores, em seu caso, aqueles com alta concentração de votos, nos termos desta dissertação. Esses trabalhos podem e devem ser cotejados e complementados àqueles realizados mediante outras preocupações e referenciais, razão pela qual o apresentamos sucintamente e a ele voltaremos adiante, na discussão dos dados empíricos analisados nesta investigação.

2.4 A Câmara Municipal de Belo Horizonte

Neste tópico, voltamos nosso olhar para a CMBH, sobretudo no que diz respeito à sua história e, em seguida, abordaremos sua configuração organizacional e seus trâmites legislativos.

2.4.1 Breve Histórico

Nascida nos primórdios da instalação da nova capital de Minas Gerais, a atual Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH) surge como um Conselho Deliberativo, encarregado de tratar exclusivamente dos tributos e orçamentos municipais. Adiante, trinta anos depois, mais precisamente, o referido Conselho Deliberativo é substituído por um Conselho Consultivo. Com uma história iniciada em 1936, quando de sua criação como Câmara Municipal, mediante protagonismos de atores individuais e coletivos, internos e externos à instituição, marcada por continuidades e descontinuidades, inclusive com um fechamento em 1937 e reabertura dez anos adiante, a Câmara Municipal de Belo Horizonte é uma instituição política proeminente na centenária capital mineira.

Conforme estudos, entre os quais se destaca o de Silva (1998), construída mediante a destruição de um pequeno arraial dos tempos coloniais, o “Curral Del Rei”, a nova capital mineira surge como um símbolo republicano. Apresentada como uma “cidade nova e moderna” é vista como um projeto modelar para outras localidades brasileiras, segundo seus planejadores.

Na origem da atual Câmara Municipal de Belo Horizonte está o Conselho Deliberativo da nova capital mineira. Culminando longas discussões e polêmicas sobre um legislativo municipal, a lei número 275 de 12 de setembro de 1899 o institui, determinando que seja composto por sete membros eleitos pela população da cidade, com a atribuição de votar os impostos e estabelecer as despesas relativas aos encaminhamentos pertinentes à administração da Capital. Quanto às funções executivas, prosseguiriam nas mãos do Prefeito - então designado pelo Presidente do Estado – encarregado da administração e regulamentação dos diversos serviços da cidade.

O Conselho Deliberativo, instalado em janeiro de 1900, tendo como primeiro presidente Afonso Pena, funcionou até 1930 exercendo suas funções pertinentes à aprovação do orçamento da nova capital e aos tributos municipais.

Passando à segunda fase da periodização apresentada por Silva (1998), tem-se o interregno dos anos pós 1930, nos quais a autora registra a criação do Conselho Municipal e posterior criação da Câmara Municipal, que permanece até os dias atuais, tal como focalizada nessa dissertação.

Mediante o novo cenário político nacional, o Conselho Deliberativo de Belo Horizonte foi extinto, medida que reforça a subordinação da administração municipal aos poderes

estaduais, reafirmando em outras bases a tendência de submissão do mesmo ao poder estadual, observada já durante as três décadas de seu funcionamento. Por imposições de decretos subseqüentes à denominada Revolução de 1930, os governos municipais foram reorganizados, dissolvem-se os Legislativos Municipais e são redefinidas as atribuições dos Prefeitos, que passam a acumular funções executivas e legislativas, além de serem nomeados, como também exonerados, pelos governos estaduais.

Por decreto institui-se, também, para assessorar o Prefeito, um Conselho Consultivo Municipal, constituído por cinco membros, três deles escolhidos pelo Prefeito e dois escolhidos entre os maiores contribuintes de impostos municipais. Tal Conselho, à semelhança dos Conselhos Consultivos Estaduais criados em agosto de 1931, por decreto federal, possuíam jurisdição sobre as capitais dos estados. Tinham como função opinar sobre projetos e preços de alienação de imóveis, planos e orçamentos de obras, além de sugerir providências a esse mandatário e emitir relatórios e pareceres sobre seus relatórios e contas.

O trabalho do Conselho Municipal até a instalação da Câmara Municipal, em agosto de 1936, tinha caráter político e não técnico, desenvolvendo assuntos diversos e deliberações relativas à municipalidade, dos quais os mais relevantes eram a votação de impostos e do orçamento. O Conselho Municipal funcionou como um “arremedo de representação da comunidade dos moradores da cidade”. E embora deva ser mencionado, não pode ser tratado como parte integrante da história do Legislativo Municipal de Belo Horizonte, porque foi um instrumento do estado de exceção pós-1930, devendo ser considerado, contudo, por oferecer elementos acerca da “dinâmica das relações entre o Estado e a sociedade civil do Município nesses anos”. (Silva (1998, p.42-43).

Com o retorno ao Estado de Direito em 1936, as Câmaras Municipais e as eleições de vereadores foram restabelecidas. Algumas questões sobressaem na atuação da Primeira Câmara Municipal de Belo Horizonte, em sua rápida existência (entre 1936 e 1937), desempenho marcado por discursos e projetos de progresso econômico, de um lado, e por questões políticas nacionais, de outro, entre elas a campanha anticomunista pós 1935. Deve-se considerar, ainda, que a existência da Câmara à época não constituiu mais do que um desligamento formal do Conselho Consultivo Estadual, evidenciada inclusive na permanência de alguns conselheiros.

Quanto às atribuições da Casa, eram elas: deliberar sobre receitas e despesas do Município, deliberar sobre impostos, taxas e emolumentos e julgar as contas do Prefeito, deliberações realizadas através de provimentos e resoluções.

No conjunto das deliberações havidas no período, destacam-se definições relativas ao espaço urbano e seus usos, a regulamentação de atividades urbanas e o incentivo ao lazer e à cultura. Com as medidas votadas, orientadas por referenciais estéticos e sanitários, iam sendo alterados as práticas e padrões de convivência e formas de sociabilidade entre os habitantes de Belo Horizonte, que incidiam para além dos aspectos formais urbanísticos e arquitetônicos da cidade.

Esses percursos iniciais da primeira Câmara Municipal de Belo Horizonte foram interrompidos em 1937, visto que em seu artigo 178 a Constituição imposta pelo Estado Novo extinguiu a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, as Assembléias Legislativas Estaduais e as Câmaras Municipais.

Após um interregno de um ano, uma vez que foi fechada pelo referido artigo, o Órgão passa por outro período de sua consolidação como uma Casa representativa da municipalidade de Belo Horizonte. Reaberta com o fim do Estado Novo, no curso da reconstrução e redemocratização do país, a Câmara Municipal de Belo Horizonte constrói sua história durante duas décadas, partindo de outras bases, até o momento em que sofrerá novas restrições, oriundas do Ato Institucional Número 2, de 1966, decretado pelo regime ditatorial que vigora no Brasil a partir do golpe militar de 1964.

O período entre 1947 e 1966, que sucede ao interregno dos anos 1936-1937, caracterizou-se por uma acelerada transformação da nova capital, que vai tomando nítidas feições de uma grande metrópole. Assim sendo, as preocupações dessa Casa Legislativa passam a envolver um grande espectro de questões, que são objeto de deliberação e que se estrutura como um organismo com capacidade técnica administrativa. Na atuação da Casa nesse período observa-se, entre outros aspectos, a preocupação com o traçado e a malha urbana necessária ao controle do espaço de uma “cidade (re)desenhada”, nos termos de Silva. Nesse sentido, destaca-se o debate relativo à criação do Serviço do Plano Diretor da Capital, de modo a possibilitar seu futuro e estabelecer critérios de intervenção na mesma, mediante uma visão mais global e um planejamento de mais longo prazo.

No amplo espectro de questões estão em pauta, dentre outros, assuntos de tributos e impostos municipais; de adequação das ruas ao tráfego crescente e os arranjos necessários à “chegada da indústria”. Incluem-se, também, a regulamentação da construção civil na cidade, envolvendo novos materiais, técnicas e a segurança das obras; a doação de lotes a pessoas individuais e instituições, entre elas estabelecimentos escolares.

Visto que a cidade crescia e junto dela os pobres, os mendigos e as favelas, a habitação popular é também uma temática, assim como os benefícios e serviços a serem

instalados nas várias regiões da cidade. A esse respeito vê-se uma preocupação da Câmara com o espaço público, desde a alocação desses serviços e benefícios até questões relativas ao zelo com as ruas e vias públicas – fixação de cartazes e anúncios, consertos de veículos em passeios, andaimes e tapumes de construções foram regulamentados.

Essas duas décadas, às quais sucederá o período do regime militar, foram um período no qual a noção de direito dos moradores de modificarem a cidade vai se estabelecendo, numa apropriação e produção da cidade por parte daqueles que nela habitam, assim como a idéia de que os vereadores os representam na Câmara.

O novo cenário político-institucional do país, forjado pelo regime militar dos anos 1960/70, dá origem a um período na história da Câmara Municipal de Belo Horizonte, em um processo de dupla direção. Um deles se refere à nova correlação de forças políticas existente no quadro nacional e local. E a outra, de ordem legal, se relaciona aos ajustes internos aos quais a Câmara foi obrigada, tendo em vista a nova ordem constitucional do país, razão pela qual, em 1966, seu Regimento Interno sofreu alterações. Foi necessário adaptá-lo às determinações da Lei Constitucional número 14 e ao Ato Institucional número 2, que reduziam significativamente o poder dos Legislativos Municipais como instâncias políticas de discussão e deliberação. A proibição de ampliar despesas, de criar órgãos, autarquias, repartições e programas, a não ser por remanejamento, restringia a atuação do Legislativo Municipal em termos práticos. O papel ativo da política na municipalidade passava à Prefeitura. O Legislativo perdeu a possibilidade de encaminhar soluções às demandas da população e o plenário perdeu o seu poder de deliberação, interrompendo o período de grande trabalho e rica atuação legislativa da CMBH, anterior ao golpe militar.

Mas que tipo de atuação ainda caberia à Câmara e o que marcou sua história nas duas décadas do regime militar? A esse respeito registram-se alguns fatos, entre eles o confronto acerca de quem governa a cidade, do que caberia ao Legislativo e ao Executivo, que se manifestou em relação a vários projetos. Este foi um período de tímidas proposições feitas e votadas na Câmara, que teve seus trabalhos limitados a referendar projetos enviados pelo Executivo, desde que não implicassem despesas e/ou grandes modificações. Nesse contexto, as proposições aprovadas revelam uma preocupação do Órgão com variados aspectos da vida urbana e com os habitantes da cidade, mas inexistem intervenções propriamente ditas e essa nova dinâmica deu origem a uma imagem negativa da Câmara junto à população. Entre aquelas ainda possíveis, vê-se a preocupação com a cidade em seus vários aspectos, destacando-se iniciativas relativas à: melhoria das deficiências da coleta de lixo; denominação

de prédios e logradouros públicos; preocupações culturais e históricas; preocupações e iniciativas referentes ao trânsito, ao turismo, ao lazer e à estética da cidade de um modo geral.

Na década de 70 assistimos a uma tentativa de retomada do papel da Câmara. Os vereadores tentavam resgatar o papel político do Órgão, a exemplo de suas pequenas manifestações em pareceres e/ou em algumas emendas a projetos do Executivo. Impedidos de gerar despesas, voltavam sua atenção para as justificativas dos projetos e suas regras, como no caso da proposta de criação da Coordenadoria de Habitação de Interesse Social de Belo Horizonte (CHISBEL).

Nessa busca pelo resgate de sua importância política, a Câmara retoma iniciativas que introduzem modificações na cidade, no que concerne à dinâmica da população. Nessa direção destacam-se, entre outras, iniciativas relativas aos direitos dos consumidores e à preservação do patrimônio arquitetônico da cidade.

Com o fim do regime militar e as restrições impositivas que o caracterizam, novos ares se apresentam na Câmara Municipal de Belo Horizonte, que reinaugura seus percursos das duas décadas anteriores a 1964, como instituição política representativa da capital mineira. Temos então um novo período, que se estende da década de 1980 aos dias atuais, nos quais as iniciativas dos vereadores e da Casa como um todo se realizam em vários planos e direções.

Ao lado dessa medida, de caráter mais político, pois instituía e ampliava as formas de se “garantir a livre manifestação popular”, em conformidade com o clima geral de redemocratização do país, aspectos e questões relativos à vida da população na cidade retornaram às pautas e debates da Câmara Municipal de Belo Horizonte. Tem-se, a esse respeito, realizações e iniciativas pertinentes aos portadores de direitos/necessidades especiais; ao transporte coletivo (inclusive com a criação da METROBEL); à saúde e à educação; ao bem-estar e à segurança do cidadão, entre outras.

Deve-se destacar, ainda, que a partir dos anos 70 há mudanças em relação aos projetos que a Prefeitura enviava à Câmara, visto que uma parte deles diz respeito a projetos financiados por organismos externos e/ou bancos nacionais, bem como outros que pretendiam implantar na capital mineira programas existentes no país, no plano nacional. Havia também aqueles que extrapolavam os limites do município, a partir da idéia de região metropolitana. Trata-se, aqui, de proposições que restringiam a margem de influência dos vereadores, visto que nem mesmo a Prefeitura possuía controle sobre os mesmos. Um exemplo desse novo quadro seria o Programa Municipal de Regulamentação de Favelas (PROFAVELA).

Passando aos anos 80 e à Constituição de 1988, pós-ditadura militar, há novidades relativas não somente à sociedade em seu conjunto, como também ao funcionamento da

Câmara propriamente dito. Nesse novo cenário destacam-se a emergência dos novos movimentos sociais, tal como denominados, e suas respectivas repercussões e desdobramentos político-sociais e institucionais.

Outra novidade significativa do período, consagrada na nova Carta Magna, é a participação e iniciativa popular, visto que a população passa a ter direito de apresentar projetos de lei de interesses do bairro, da cidade, do município visando, mediante determinadas condições, transformá-los em lei. Ao lado dessa prerrogativa, a nova Constituição criou três outros instrumentos de participação popular aplicáveis aos municípios: a cooperação das associações representativas no planejamento municipal, o plebiscito e o *referendum*.

Prosseguindo sua história, os anos 90 trazem outra institucionalidade às Câmaras Municipais no país, acrescentando-se as proposições, discussões e deliberações relativas à criação de Conselhos Municipais. Entre eles, o Conselho Municipal de Saúde e, ainda, as formulações e decisões relativas à Lei Orgânica do Município (LOA), que atribuem às Câmaras Municipais a responsabilidade de deliberar sobre o Plano Diretor da Cidade.

Esses novos contornos das iniciativas, dinâmicas e trabalhos da Câmara Municipal de Belo Horizonte, vindos dos anos 90, permanecem nos dias atuais. Passemos, pois, a algumas considerações relativas às normas gerais vigentes quanto a seu funcionamento e aos trâmites processuais da Casa, para melhor caracterizar o pano de fundo e o contexto de atuação dos vereadores eleitos para as legislaturas municipais focalizadas nesse trabalho.

2.4.2 Configuração organizacional e trâmites legislativos

As instituições do poder legislativo no Brasil são reguladas por vários instrumentos, começando pela Constituição de 1988, em vigor, indo até seus Regimentos Internos, que estabelecem suas normas gerais de funcionamento e contornos institucionais.

Em relação aos institutos que estruturam o processo legislativo da CMBH, em conformidade com seu Regimento Interno, tem-se a Mesa Diretora e as Comissões. A primeira, que deve expressar as forças partidárias da Casa, é eleita pela maioria dos vereadores e tem como função administrar e coordenar seus trabalhos. Seu presidente ocupa papel central, tendo poderes exclusivos, discricionários, quanto à distribuição de cargos e funções no Órgão e à definição da ordem e dinâmica dos trabalhos legislativos, além de deter

atribuições relativas à distribuição de cargos político-administrativos e outros recursos de poder. Por essa razão a eleição da Mesa Diretora, momento decisivo para a base governista, envolve articulações políticas de que participa, inclusive, o Executivo Municipal.

Quanto ao sistema comissional, é outro mecanismo política e tecnicamente importante no funcionamento da CMBH. Todo projeto apresentado à Câmara deverá ser encaminhado às Comissões Técnicas para avaliação. Estas possuem o monopólio da avaliação e deliberação de assuntos específicos e, assim como a Mesa Diretora, deverão expressar a proporcionalidade das forças partidárias presentes na Câmara em sua composição. Ainda segundo o Regimento Interno, seus membros são nomeados pelo presidente e, no caso das comissões técnicas permanentes, tal escolha será feita pelos líderes partidários.

O Regimento Interno da CMBH permite a existência de dois tipos de Comissões, as ordinárias ou as especiais. As primeiras responsabilizam-se pela avaliação do mérito da lei e opinam sobre sua adequação técnica/jurídica, relevância e sobre a conveniência de sua temática. Quanto às comissões especiais, são constituídas com a finalidade de apreciar assuntos de importância e urgência, conforme seu conteúdo, devendo ser apreciadas por uma única comissão, diferentemente da norma existente para as comissões ordinárias, que permite apreciação conjunta de matérias por até três Comissões, matérias que exijam rápida tramitação²³.

Junto dessas duas instâncias e dos partidos políticos e legisladores individuais que compõe a Câmara Municipal de Belo Horizonte, seu Regimento Interno prevê a existência do Colégio de Líderes, com finalidade de coordenação das condutas dos parlamentares, buscando consensos e o cumprimento dos acordos, contribuindo para a discussão dos temas polêmicos. Trata-se de um instrumento formado inicialmente nos trabalhos da assembléia que elaborou a Constituição de 1988, sendo que sua função supõe que cada líder se articule com a sua

²³ Em relação às Comissões Temáticas é significativa a consideração geral de Araújo (2001, p.101) a respeito. Segundo o autor, “embora precárias, as informações relativas às comissões temáticas fornecem indicações da existência de um sistema ainda fracamente estruturado no que se refere à sua função de democratização informacional. Paradoxalmente, suas funções são estratégicas para os vereadores da Casa, uma vez que ali, por um lado, se processa parte considerável dos trabalhos legislativos cotidianos e, por outro, se estabelecem barganhas centrais nas estratégias político-eleitorais dos legisladores. Ou seja, a indução à especialização nas comissões não leva à extensão do debate ao plenário, mas de toda forma, viabiliza os *side payments* – a negociação com base na ordem e intensidade das preferências – possibilitando ganhos mútuos e estabilizando as escolhas coletivas. Ademais, em que pese o sistema ter pouca influência direta na seleção das propostas apresentadas, quando se considera também os efeitos indiretos do seu desempenho, percebe-se sua relevância no processo de racionalização dos trabalhos na Câmara, onde não há incentivos ao comedimento na proposição e leis e nas quais, conseqüentemente, surgem centenas de propostas de lei que, por sua inadequação e inviabilidade, contribuem apenas para o congestionamento do processo legislativo.”

bancada e faça a mediação entre esta e o plenário, as comissões, a Mesa Diretora e o Executivo. Conforme o Regimento Interno, o líder é um porta-voz de sua bancada e um intermediário entre esta e os demais órgãos da Câmara.

Complementando essa breve apresentação dos traçados formais e organizacionais da CMBH, é necessário considerar que seus trabalhos e a tramitação dos projetos sofrem interferências dos blocos e alianças político-partidários, do Colégio de Líderes, da Mesa Diretora do plenário, dos vereadores individuais e do Executivo. Salienta-se ainda a esse respeito, conforme observações de Araújo (2001, p. 102), que “os recursos legislativos, disponíveis aos grupos e indivíduos na Câmara Municipal, à medida em que são utilizados, alteram o fluxo dos trabalhos, atrofiando certas instâncias decisórias e hiperdimensionando outras.”

Uma visão geral do funcionamento e contornos organizacionais da Câmara conduz, ainda, a considerações relativas ao poder Executivo Municipal e sua influência na Casa. Embora não componha os órgãos e instâncias de administração e trabalho dessa Casa, nela estando diretamente presente, uma vez que os poderes político-institucionais das municipalidades brasileiras se distribuem entre essas duas instâncias - do Poder Legislativo e do Poder Executivo, do Prefeito, propriamente dito – esse último é um ator político a ser considerado no jogo e na dinâmica de funcionamento das Câmaras Municipais. Ambos, Legislativo e Executivo Municipal, se interpelam e, não raro, se interpenetram na administração e governo da cidade.

No que se refere à relação e distribuição de poderes entre o Executivo e o Legislativo Municipal de Belo Horizonte e às interferências do primeiro sobre o segundo, Araújo tece algumas considerações importantes. A primeira refere-se à suspensão do impedimento relativo ao aumento de despesas que incidiu sobre as Câmaras Municipais, imposto pelo regime militar, que permitiu aos parlamentares recuperarem seu direito de apresentar emendas aos orçamentos, desde que suas proposições e medidas não modifiquem os valores finais do plano apresentado pelo Executivo. E a segunda diz respeito às negociações diretas entre vereadores e prefeitos para efeito de aprovação de pedidos, projetos, leis e/ou medidas.²⁴

²⁴ Araújo considera que nas interações Executivo-Legislativo no Brasil vigoram alguns padrões ideais de interação e negociação, classificados por Couto (1998) em quatro “tipos ideais”, sendo que algumas combinações entre eles são possíveis no decorrer dos mandatos, quais sejam: a) a coalizão programática – apoio com base na similitude ideológico-programática que viabiliza a aprovação sistemática do programa de governo; b) negociação pontual – apoio com base em barganhas pontuais e em coalizões *ad hoc*, que podem ser fundadas em afinidade programático-ideológica ou em barganhas alocativo-fisiológicas; c) coalizão fisiológica – forma de apoio fundada na busca de vantagens particulares, na qual os legisladores demandam negociação fisiológica por parte do governo; d) impasse decisório – ausência de apoio. (Araújo, 2001,p.138).

Deve-se destacar, finalmente, que mediante as normas regimentais vigentes na CMBH, as leis podem ser propostas por cidadãos (uma proporção de 5% dos eleitores, conforme artigos da Lei Orgânica do Município), pelos legisladores individualmente ou coletivamente e pelo Poder Executivo. Tais projetos são encaminhados às Comissões para elaboração de pareceres conforme prazos regimentais, sendo que as matérias podem ser submetidas a diligências, emendas, pedidos de vista, apreciação em regime de urgência ou apreciação conjunta de comissões, inclusão na ordem do dia, avaliação pelo plenário e outros trâmites regimentais. Uma vez discutidas e aprovadas, as proposições seguem para o Executivo, que poderá acatá-las e sancioná-las ou vetá-las em parte ou na íntegra. Caso haja veto, a proposta volta à Câmara, que pode aceitá-lo ou recusá-lo, arquivando ou promulgando a lei, conforme o caso.

Uma vez delineados alguns aspectos dos contornos organizacionais e dos trâmites processuais da Câmara Municipal de Belo Horizonte, pano de fundo da problemática para a discussão e entendimento dos conteúdos/temáticas e percursos de apresentação, discussão e deliberação acerca dos projetos e proposições apresentados pelos vereadores, passemos à análise dos mesmos no período em estudo.

2.5 O estudo do legislativo municipal e o objeto da pesquisa

Assim como ocorre nas análises do Congresso Nacional, os estudos recentes sobre o Legislativo municipal no Brasil quase sempre possuem como referencial teórico os modelos neo-institucionalistas partidário e distributivista. Isto ocorre porque, como afirma Raimundo (2005), de forma geral, o arcabouço institucional em vigor no país é semelhante nos três níveis de governo: federal, estadual e municipal.

Neste sentido, como ocorre no nível federal, os estudos dos legislativos municipais no Brasil podem ser agrupados entre aqueles que priorizam o caráter distributivo no comportamento dos vereadores, dando destaque aos incentivos eleitorais personalistas e, no outro grupo, trabalhos que enfatizam a preponderância do Executivo no andamento das Casas legislativas, assim com destacam Santos e Almeida (2005) para os três níveis governamentais.

As relações entre Legislativo e Executivo no nível local também podem ser separadas, dentro do grupo de trabalhos que priorizam a centralidade do chefe do Governo Municipal no processo decisório, a partir do tamanho das cidades. Couto e Abrucio (1995) diferenciam o

“presidencialismo” existente nos pequenos e médios municípios brasileiros daquele que vigora nas grandes cidades e capitais dos estados. Nos primeiros, vive-se um “ultrapresidencialismo”, como ocorre no nível estadual. Vigora o “executivismo” no qual a hipertrofia do Governo Municipal é acompanhada pela fragilidade do Legislativo local (Couto & Abrucio, 1995, p.59). Por sua vez, nas cidades maiores, o poder do chefe do Executivo, o prefeito, estaria entre o do Presidente da República e o dos governadores dos estados. Nesse sentido, os governadores seriam aqueles com maior supremacia em relação ao Poder Legislativo, seguidos pelos prefeitos, no caso das grandes cidades, e, depois, pelo presidente.

A diferença é que, no nível local, ainda que alguns trabalhos destaquem a importância que podem assumir as câmaras municipais na vida da cidade (Raimundo, 2005), os vereadores não dispõem de um poder de veto semelhante ao verificado no Congresso Nacional, completam Couto e Abrucio (1995). Os problemas de governabilidade verificados no funcionamento da Câmara dos Deputados por Ames (2003) não têm paralelo na literatura sobre as instituições políticas locais. O número excessivo de *veto players* de que fala o autor, atores que necessitam consentir com as decisões que envolvem mudanças de política, capazes de vetar tais deliberações, não é verificado no nível municipal. Raimundo (2005) afirma que o parlamento paulistano, apesar de sua relevante participação na produção legislativa da cidade, não se mostrou uma instância de veto aos projetos do Executivo. Os vereadores raramente alteraram as legislações encaminhadas pelo Governo Municipal. Muitas vezes, esses próprios atores afirmam a pequena importância e atuação dos parlamentares no processo de fiscalização e controle dos trabalhos do Executivo (Raimundo, 2005; Souza 2004).

A partir da perspectiva partidária, minoritária nos estudos municipais, Raimundo (2005) destaca que, além do poder do Governo na aprovação de suas políticas, a centralização dos trabalhos da Câmara Municipal de São Paulo e o comportamento disciplinado por parte dos vereadores nas votações contribuem para a supremacia legislativa do Executivo. Vale destacar que, exceção feita aos casos de São Paulo e Porto Alegre, os partidos têm atuação mais efetiva no Congresso Nacional que nas câmaras municipais.

Por sua vez, Araújo (2001), utilizando-se da perspectiva distributivista, considera que a racionalidade individual e a estrutura institucional explicam o comportamento dos parlamentares da Câmara Municipal de Belo Horizonte, de 1989 a 1996. O autor ressalta que a produção legislativa dos vereadores no período é marcada pela aprovação de medidas de interesse restrito dos representantes ou de sua clientela. O contexto institucional privilegia a atuação individual dos parlamentares. Ainda segundo Araújo (2001), o Executivo, dadas as suas enormes prerrogativas, é o principal legislador no município, mas possui alguma

dificuldade na aprovação de suas políticas mais controversas. Segundo o autor, diferentemente do que afirma Raimundo (2005) para o caso de São Paulo, os obstáculos encontrados pelo Governo na aprovação de algumas de suas políticas se devem, sobretudo, à não centralização dos trabalhos no legislativo da Capital Mineira. Diferentemente do modelo canônico, baseado no Congresso norte-americano, Araújo (2001) afirma que as comissões nos legislativos municipais do país não são atores centrais nas estruturas institucionais das Casas.

Para Souza (2004), é comum em muitas cidades brasileiras que os parlamentos locais não se caracterizem por práticas democráticas e universalistas, como ocorre no caso de Campos dos Goytacazes. Muitas vezes, há certa negligência por parte dos vereadores, não apenas de suas funções fiscalizatórias, como dissemos acima, mas também de suas prerrogativas e funções legislativas. Ainda segundo o autor, o abandono das funções típicas do Legislativo ocorre em troca de bens e serviços para uso privado ou de suas clientelas. Souza (2004) afirma que a baixa visibilidade existente nos mandatos de vereadores contribui para a busca de diferenciação por meio da transferência de recursos localizados. Os parlamentares priorizam o atendimento às demandas da comunidade em detrimento das atividades legislativas propriamente ditas.

Na mesma linha, Santos Jr. (2001) afirma que o clientelismo predomina entre os vereadores fluminenses em suas relações com a população. A prestação de serviços sociais é parte integrante do mandato de muitos desses representantes. Segundo Lopez (2004), em torno da prática do “atendimento”, resolução de pequenos problemas e respostas às demandas pessoais dos eleitores, destacada também por Kuschnir (2000), gira a atividade cotidiana da maioria dos vereadores de Araruama-RJ. O autor afirma que tal prática, além de configurar as relações entre vereadores e eleitores, possui grande retorno eleitoral, na medida em que cumpre com as expectativas desses últimos.

Tendo em vista as discussões que envolvem os estudos do Legislativo municipal no Brasil acima apresentados, este trabalho tem como objeto de pesquisa a *conexão eleitoral* na Câmara Municipal de Belo Horizonte entre 2001 e 2007. A *conexão eleitoral* (*electoral connection*) é aqui entendida como uma dimensão da atividade representativa que abarca as interações entre os mandatários e seus eleitores, entre os políticos e suas bases. Consiste nas relações do representante com seu reduto eleitoral, expressas através de suas ações legislativas (ordenamentos institucionais, políticas públicas, homenagens), tomada de decisões político-ideológicas (discursos e posicionamentos) ou da prestação de serviços. Entretanto, neste trabalho vamos nos ater a apenas uma dessas dimensões da *conexão eleitoral* entendida de

forma mais ampla, qual seja: os projetos de lei de iniciativa parlamentar. Tal recorte se deve ao limite temporal desta pesquisa e à importância dos projetos de lei.

O estudo procura verificar o impacto das diferentes *bases eleitorais*, definidas a partir da *geografia do voto* dos vereadores, sobre suas *proposições legislativas*, sobre os *projetos de lei* por eles apresentados. Considera-se *base*, *área* ou *reduto eleitoral (constituencies)* o conjunto dos eleitores de determinado político. Tal noção não apresenta vinculação geográfica necessária, uma vez que pode, sobretudo em um sistema proporcional, ser formada por segmentos sociais, políticos, religiosos, culturais, ocupacionais, econômicos, dispersos no território. Porém, no caso de alguns dos vereadores de Belo Horizonte, a dimensão territorial tem importância decisiva na constituição de suas bases de apoio.

A *Geografia do voto* ou *geografia eleitoral* designa a distribuição territorial dos votos obtidos por determinado candidato, podendo revelar diferentes graus de concentração ou dispersão espacial dos eleitores de um político e características socioeconômicas de seus apoiadores. Nesta pesquisa, elaboraremos os mapas de votação dos vereadores eleitos em Belo Horizonte nos pleitos ocorridos nos anos 2000 e 2004. Borges (2005) afirma que uma identificação mais segura das *bases eleitorais* só é possível a partir da apuração dos votos, da definição dos mapas de votação dos candidatos.

Em outras palavras, o trabalho procura verificar a *conexão eleitoral* existente na *produção legislativa* dos parlamentares. Pretendemos avaliar, a partir da *geografia eleitoral* dos vereadores de BH, se a *base de apoio* desses representantes se mostra uma variável importante na definição das políticas por eles defendidas através de suas *proposições legislativas*.

Como *projetos de lei*, *iniciativas* ou *proposições legislativas* dos vereadores estamos considerando o conjunto de todos os Projetos de Lei, Projetos de Decreto Legislativo, Projetos de Resolução e os Projetos de emenda à Lei Orgânica de iniciativa dos parlamentares, apresentadas entre 2001 e agosto de 2007.

Em suma, a pergunta central desta pesquisa pode ser formulada da seguinte maneira: como diferentes incentivos eleitorais repercutem nas proposições legislativas dos vereadores de Belo Horizonte, entre os anos de 2001 e 2007?

Temos como objetivo analisar a influência das bases nas proposições legislativas dos vereadores da Câmara Municipal de Belo Horizonte, entre 2001 e 2007. Para tanto, discutiremos o funcionamento do sistema proporcional de lista aberta utilizado na escolha dos vereadores nas eleições municipais de Belo Horizonte de 2000 e de 2004. Caracterizaremos os parlamentares eleitos nestes pleitos quanto à concentração de suas bases eleitorais. E, no

caso dos redutos eleitorais concentrados geograficamente, qualificaremos estas áreas do ponto de vista socioeconômico para melhor caracterizar estes eleitores. Além disso, classificaremos os *projetos de lei* apresentados pelos vereadores entre 2001 e 2007 quanto ao tipo, conteúdo, tema e abrangência.

Tendo em vista o universo temático no qual se insere esta pesquisa, fica clara a importância e a contribuição da teoria neo-institucionalista de estudos legislativos, sobretudo de sua perspectiva distributivista. Desta forma, a partir do objeto e dos objetivos desta pesquisa, ora nos apoiamos nos pressupostos distributivistas, relacionados à conexão eleitoral dos parlamentares de votação concentrada para formular as seguintes hipóteses de pesquisa:

- a despeito do sistema proporcional visar à representação de setores da sociedade, incentivando a dispersão dos votos, parte significativa dos vereadores possuem suas bases definidas geograficamente;

- incentivos oriundos da esfera eleitoral, demandas da base de apoio dos vereadores, influenciam na atividade parlamentar desses representantes. Os vereadores com voto concentrado tenderão a apresentar projetos de lei que concentrem benefícios geograficamente localizados para seus redutos eleitorais, enquanto parlamentares com votação dispersa tenderão a apresentar proposições legislativas temáticas e mais universalistas.

3. GEOGRAFIA ELEITORAL DOS VEREADORES DE BELO HORIZONTE (2000 e 2004)

Neste capítulo discutimos e elaboramos a geografia do voto dos vereadores de Belo Horizonte, eleitos nos pleitos de 2000 e 2004. Iniciamos nosso percurso com algumas considerações sobre o sistema eleitoral proporcional de lista aberta, utilizado nas eleições dos legislativos municipais no Brasil. Em seguida apresentamos uma breve contextualização dos dois sufrágios aqui analisados. A partir de então, começamos a análise da geografia eleitoral propriamente dita, apresentando seus aspectos metodológicos, configurações e contornos a partir dos pleitos de 2000 e 2004 e, finalmente, discutimos comparativamente os resultados obtidos.

3.1 Sistema eleitoral proporcional de lista aberta

O sistema eleitoral brasileiro apresenta dois processos de escolha de representantes distintos: majoritário e proporcional.

As eleições majoritárias são realizadas a partir da definição de determinadas circunscrições²⁵ eleitorais. Esse é o caso dos pleitos que definem prefeitos, governadores e Presidente da República que têm, respectivamente, municípios, estados e o Distrito Federal e o país como circunscrições.

A escolha dos representantes nos parlamentos brasileiros ocorre sob princípio proporcional, exceção feita aos Senadores da República. Vereadores e deputados - estaduais ou federais - são eleitos tendo como circunscrição os territórios municipais, no caso dos primeiros, e os estados e o Distrito Federal no caso desses últimos. Lembrando que, no caso do Distrito Federal, não são chamados deputados distritais.

Diferentemente do que ocorre em pleitos majoritários, nos quais os representantes são eleitos segundo algum critério que estabeleça maioria (simples ou absoluta), no sistema proporcional adotado no país, os partidos ou coligações conquistam um lugar no parlamento quando recebem certo número de votos. Essa quantidade de votos que define uma cadeira nos parlamentos é chamada coeficiente eleitoral. Trata-se da divisão dos votos válidos pelo

²⁵ Divisão territorial que pode ser uma cidade, um estado, o Distrito Federal ou o país. No caso das eleições locais a circunscrição equivale ao território do município.

número de assentos em disputa. Os pleitos proporcionais são utilizados quando há mais de uma vaga em disputa, enquanto que o critério majoritário, geralmente, define um único vencedor.

Se os sistemas majoritários procuram aferir maiorias, seja para a escolha de um governante, seja para a aprovação de uma lei, os critérios que balizam a representação proporcional são de outra ordem. Essa entende que as eleições visam a representar no Legislativo as distintas forças e interesses sociais, bem como os diferentes grupos políticos de acordo com sua proporção, expressa nos votos, dentro da sociedade. Nesse sentido, um pleito proporcional democrático deve ser capaz de refletir no Parlamento, proporcionalmente, uma espécie de mapa com as divisões, tendências, opiniões e segmentos sociais organizados ou representados por partidos políticos (inclusive minoritárias) existentes na circunscrição (CINTRA, 2006).

Cabe ainda destacar, a respeito das eleições proporcionais no Brasil, que estas se realizam com a utilização das chamadas listas abertas. Os partidos e coligações apresentam uma relação de candidatos que são hierarquizados pelos eleitores segundo o número de votos que receberem. Assim, se uma dada coligação conseguir atingir o coeficiente eleitoral (somados os votos nas legendas que a compõem mais os de todos os seus candidatos) estará eleito aquele que, dentro da coligação, obtiver o maior número de votos.

Entretanto, apesar de, em tese, os pleitos proporcionais buscarem preencher as cadeiras dos parlamentos com legisladores que representem os diversos interesses presentes em uma dada circunscrição, os estudos eleitorais brasileiros afirmam que a composição de câmaras municipais, assembleias legislativas e do Congresso Nacional tem obedecido a outras lógicas. Fatores econômicos, históricos, culturais e, muitas vezes, geográficos também são importantes e, por vezes, decisivos na eleição de um candidato.

Neste capítulo iremos tratar especificamente desse último aspecto. Ou seja, vamos analisar como o local onde votam alguns eleitores pode ser importante na escolha de seus candidatos. Em outras palavras, iremos discutir como o aspecto geográfico pode ser decisivo na definição do voto e da representação.

3.2 As eleições municipais de Belo Horizonte

Apresentaremos, a seguir, breves considerações acerca dos contextos eleitorais e resultados dos dois pleitos ocorridos no município de Belo Horizonte nos anos de 2000 e 2004.

3.2.1 O pleito do ano 2000

As eleições municipais do ano 2000 ocorreram em 5559 das 5561 cidades brasileiras. Apenas em Brasília e em Luís Eduardo Magalhães, município baiano criado em março daquele ano, não estiveram em disputa os cargos de prefeito e vice-prefeito e de vereador. Essas eleições foram marcadas por ser o primeiro pleito local a se realizar após Emenda Constitucional 16, de 04/06/1997, que permitiu a reeleição para o cargo de prefeito. Foi também a primeira eleição municipal a utilizar o sistema informatizado de votação, as urnas eletrônicas, em todas as cidades do país.

Belo Horizonte contou, no pleito realizado em 2000, com nove candidatos a prefeito e 812 pessoas disputaram uma das 37 cadeiras da Câmara Municipal. Entretanto, durante o processo eleitoral, o Deputado Federal Cabo Júlio, candidato pelo Partido Liberal (PL), retirou sua candidatura, manifestando apoio ao Prefeito, candidato à reeleição, Célio de Castro, membro do Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Dos 37 parlamentares que cumpriam o último ano de seus mandatos em 2000, 36 disputaram a reeleição. O percentual de representantes reeleitos na Câmara Municipal de Belo Horizonte no pleito do ano 2000 foi de 62,2%.

Dentre os 37 parlamentares que tomaram posse em primeiro de janeiro de 1997, 23 se reelegeram em 2000, o que representa 62,2% da Casa. Durante seus mandatos na CMBH alguns vereadores concorreram a vagas no parlamento estadual. Seis desses parlamentares interromperam seus mandatos para assumir cadeiras na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, deixando, portanto, vagos seus assentos para que fossem preenchidos por seus respectivos suplentes. O Vereador Joaquim Valentim, do PPS, foi o único parlamentar do município que, em 2000, ano do término de seu mandato, não postulou mais quatro anos de mandato no legislativo local.

A disputa para o Executivo realizou-se em dois turnos, polarizada entre a esquerda e o centro. O primeiro turno realizou-se no dia 1º do mês do outubro enquanto que a votação em segundo turno ocorreu no dia 22 deste mesmo mês. Isso porque nenhum dos candidatos obteve mais da metade da soma dos votos válidos²⁶. Dos nove candidatos que concorreram ao cargo de chefe do Executivo Municipal em Belo Horizonte, apenas quatro foram considerados competitivos, inclusive pela imprensa. Essa praticamente excluiu de sua cobertura as cinco candidaturas denominadas “nânicas” (CAMARGOS, 2002). Ao fim da primeira rodada, Célio de Castro e João Leite, candidato pelo Partido da Social Democracia Brasileira, foram aqueles que conquistaram o maior número de votos, 43,54% e 31,25%, respectivamente. Ao final do segundo turno, Célio de Castro foi eleito prefeito de Belo Horizonte, com 54,94% dos votos.

Naquele ano, o eleitorado do município compunha-se de 1.573.635 pessoas. O comparecimento, no primeiro turno das eleições, foi de 85,88% dos cidadãos aptos a votar naquele pleito.

3.2.2 O pleito do ano 2004

Por sua vez, a disputa realizada em Belo Horizonte, em 2004, contou com 5 candidatos à prefeitura da cidade. Foram, no total, 1.115 postulantes às 41 vagas no legislativo municipal. As eleições municipais daquele ano realizaram-se no dia três de outubro, não havendo necessidade de segundo turno. O eleitorado belo-horizontino era então composto de 1.680.169 pessoas.

O Prefeito Fernando Pimentel, candidato à reeleição pelo Partido dos Trabalhadores (PT), foi eleito, no primeiro turno, com 68,49% dos votos válidos. João Leite, agora candidato pelo PSB, foi o segundo colocado no pleito, conquistando 22,78% dos votos.

Vice-prefeito na chapa que elegera Célio de Castro nas eleições de 2000, Pimentel assumiu a prefeitura em novembro de 2001, após pedido de licença médica do então prefeito. Em abril de 2003, a partir da concessão de aposentadoria vitalícia a Célio de Castro, Pimentel assumiu definitivamente a prefeitura. Em sua candidatura à reeleição, o candidato do PT

²⁶ São considerados votos válidos os votos dados a algum dos candidatos que concorrem na disputa e, no caso de eleições proporcionais, entram nessa contagem também os votos dos partidos ou votos de legenda. Ou seja, trata-se de total de votos, excetuados brancos e nulos. Esses últimos não são considerados válidos desde as eleições de 1998.

contou em sua coligação com o apoio de outros nove partidos: PTB, PSL, PTN, PCB, PL, PPS, PMN, PRP e PCdoB.

Nas eleições municipais de Belo Horizonte, em 2004, o percentual de vereadores reeleitos foi de 67,6%. Contribuiu com esse índice o aumento no número de cadeiras em disputa naquele ano, passando de 37, em 2000, para 41 no pleito seguinte. Tal acréscimo de vagas tornou facilitou a ocorrência de um percentual de reeleitos maior do que o verificado em outros pleitos.

No último pleito municipal, realizado no ano de 2008, houve uma maior renovação do Legislativo da capital de Minas Gerais. Entre os vereadores que finalizaram seus mandatos em 31 de dezembro de 2008, 58,5% prosseguirão mais um mandato, iniciado em 01 de janeiro de 2009, como representantes do povo belo-horizontino.

3.3 A geografia eleitoral

Os votos que recebem um partido, coligação ou candidato podem ser geograficamente localizados. Disso trata a geografia eleitoral. Ela pode ser entendida como a análise da distribuição espacial dos votos em uma determinada eleição. Ou seja, busca definir como uma dada região, seja do país, de um estado ou cidade se comporta ou se comportou do ponto de vista eleitoral. Em outras palavras, é a definição dos votos de determinada localidade.

Os Tribunais Regionais Eleitorais de cada estado e seus respectivos cartórios e foros eleitorais definem um ou mais municípios ou regiões de municípios mais populosos como Zonas Eleitorais (ZEs). Cada Zona Eleitoral, por sua vez, é dividida em Seções e, cada uma dessas últimas, possui uma urna. Os votos de uma Seção eleitoral equivalem, portanto, aos votos obtidos na urna que nela funcionou. As Seções são alocadas em locais de votação, geralmente escolas, localizados dentro dos limites espaciais estabelecidos para a ZE. Cada local de votação pode possuir uma ou mais Seções, dependendo da quantidade de eleitores interessados em lá votar e das limitações físicas do lugar.

A partir do referendo²⁷ realizado em 2005, o TRE-MG passou a dividir o município de Belo Horizonte em 18 ZEs. Nos pleitos aqui destacados, 2000 e 2004, a cidade foi fracionada em 14 ZEs²⁸. Cada uma dessas áreas é delimitada de forma contínua, sendo que a principal referência está no número de eleitores, mas também possui importância o tamanho territorial da ZE. Quanto às Seções, foram utilizadas 3674 e 3911, respectivamente, nos pleitos de 2000 e de 2004. Na primeira dessas eleições, as 3674 urnas eletrônicas utilizadas foram distribuídas em 420 locais de votação. Em 2004, por sua vez, foram utilizadas 3911 urnas, divididas em 438 pontos.

Após estas redefinições, os procedimentos utilizados pelo TRE-MG quanto à distribuição dos eleitores entre as ZE, Seções e locais de votação permaneceram os mesmos. Quando os eleitores realizam seu alistamento eleitoral, são obrigados a votar na Zona Eleitoral onde se localiza sua residência. A partir dessa determinação, é facultada ao eleitor a escolha do local de votação de sua preferência, desde que pertença à Zona Eleitoral de sua residência. Em seguida, o eleitor é direcionado a uma das Seções que funcionam no local de votação por ele indicado²⁹.

Os TREs solicitam que os eleitores, quando mudem de residência, ainda que dentro de uma mesma cidade, comuniquem ao Cartório Eleitoral mais próximo para que, quando for o caso, sejam realocados para que continuem votando na Zona Eleitoral correspondente ao seu domicílio. Entretanto, é sabido que muitos cidadãos, mesmo quando mudam de cidade ou estado, não efetuam a mudança de seu domicílio eleitoral. Ainda assim, veremos que, por vezes, há algo que une os eleitores de um mesmo local de votação ou de locais próximos que faz com que votem de modo semelhante, provavelmente associado ao fato de residirem, ou mesmo, haverem residido na região.

A elaboração dos mapas eleitorais dos vereadores eleitos em Belo Horizonte, em 2000³⁰ e 2004³¹, foi feita a partir dos votos obtidos por cada um desses parlamentares nas

²⁷ Referendo realizado em todo o país, dia 23 de outubro de 2005, perguntando se “o comércio de armas de fogo e munição deve(ria) ser proibido no Brasil”. Essa votação referia-se à entrada em vigor do artigo 35 do Estatuto do Desarmamento, Lei 10.826, de 23 de dezembro de 2003. O resultado final mostrou que 63,9% dos eleitores responderam não à pergunta acima, ou seja, foram favoráveis a não proibição do comércio de armamentos no Brasil.

²⁸ Funcionaram, em 2000 e 2004, no município de Belo Horizonte, as seguintes Zonas Eleitorais do TRE-MG: 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38 e 39.

²⁹ Segundo funcionária do TRE-MG, o procedimento padrão, tanto em relação ao alistamento eleitoral, quanto nos casos de transferência do título é, uma vez localizada a Zona Eleitoral na qual se situa o domicílio do eleitor, esse é chamado a escolher, entre os locais de votação daquela Zona, onde deseja votar. Minha experiência pessoal, uma vez que já transferei meu título de eleitor em duas oportunidades, mostrou que o procedimento foi seguido conforme descrito pela funcionária.

³⁰ Dados fornecidos pelo TRE-MG, em formato digital, após solicitação para pesquisa.

³¹ Dados disponibilizados pelo TSE em sua página na internet, acessados em 19/09/2007.

3674 e 3911 Seções de votação desses respectivos pleitos. Para realizar a análise da geografia eleitoral dos Parlamentares, as Seções eleitorais foram agrupadas de acordo com os locais de votação em que funcionaram. Dessa maneira, obtivemos o número de votos que cada um dos legisladores eleitos conquistou nos 420 locais de votação utilizados no pleito do ano 2000 e nos 438 estabelecimentos que abrigaram urnas eletrônicas em 2004.

A partir dos endereços desses locais de votação, eles foram georeferenciados³², plotados no mapa de Belo Horizonte. Em seguida, relacionou-se os locais de votação a cada uma das 77 Unidades Espaciais Homogêneas nas quais o município está dividido. Assim, foi possível determinar quantos votos cada candidato recebeu em cada uma das UEHs de Belo Horizonte. Em outras palavras, quantos votos os vereadores eleitos conquistaram nos locais de votação existentes na área definida para cada uma dessas Unidades.

A problemática das Câmaras Municipais e de seus representantes, nessa investigação, enviou-nos à questão da estratificação, das hierarquias e da segregação da população da capital mineira. A questão da geografia do voto, em especial, remonta às configurações da distribuição dos moradores do município em seu espaço urbano, colocando-nos diante de uma cartografia geopolítica da cidade inscrita em processos históricos sócio-econômicos, políticos e culturais mais amplos. O espaço e seus conteúdos, formas e significados não são neutros. Eles traduzem e revelam, em bases materiais e geográficas, as estruturas e dinâmicas sociais seja nos micro-espacos do cotidiano da vida social, seja em suas dimensões mais gerais, nos macro-espacos da sociabilidade urbana.

A discussão da conexão eleitoral, sobretudo no que se refere à *geografia do voto*, está implicada nessa problemática. Nas sociedades complexas e socialmente desiguais e hierárquicas, como as metrópoles brasileiras, o espaço, os equipamentos públicos, os modos de vida estão associadas ao lugar e aos posicionamentos de classe nas hierarquias sociais. Os grupos e segmentos habitam os territórios urbanos conforme as estruturas de poder e de desigualdade existentes, conforme seus posicionamentos sócio-econômicos, conforme as clivagens do tecido social

Como discutir essa questão em relação à Belo Horizonte no período em estudo? Quais os contornos e dinâmicas da configuração sócio-espacial de Belo Horizonte com a qual está associada a problemática da concentração e da dispersão dos votos, sua geografia política?

A regionalização da RMBH construída pelo PLAMBEL (Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte, criada em 1974 e extinta em

³² Para o georeferenciamento dos locais de votação do município de Belo Horizonte utilizamos o software MapInfo.

1996), auxilia-nos a esse respeito. Elaborada em 1981 e revista após o Censo Demográfico de 1991, tal regionalização foi desenvolvida a partir de uma estrutura constituída por um conjunto de unidades espaciais elaboradas dentro dos limites metropolitanos. Essas unidades, por sua vez, foram configuradas mediante uma certa homogeneidade interna e consistência estatística em relação aos dados dos Censos Demográficos. Trata-se, pois, de frações de uma cartografia social da cidade, denominadas Unidades Espaciais Homogêneas (UEH) que “agrupam Áreas Homogêneas contíguas, com perfil social e urbanístico semelhante” (Quadros 02 e 03), conforme Mendonça (2002, p.200).

Quanto à metodologia de construção das UEHs propriamente dita trata-se, de um modo geral, de uma tipologia, com os respectivos benefícios e limites que todo e qualquer modelos de análise possui.

Segundo Mendonça (2002, p.206), trata-se de uma tipologia “*construída como instrumento para classificar o espaço metropolitano segundo as posições sociais relativas*”, que toma como base “*as categorias sócio-ocupacionais e sua representação espacial*”. Nesse sentido, “*a tipologia sócio-espacial expressa a densidade de representação das diversas categorias e sua combinação no espaço metropolitano*”. Ainda segundo a autora,

“para a sua construção foi utilizada a Análise Fatorial de Correspondências de forma a verificar os índices de “variância” das categorias sócio-profissionais. Em outras palavras, a identificação de uma regularidade da representação das categorias no espaço da RMBH permitiu identificar áreas homogêneas entre si, do ponto de vista da composição sócio-ocupacional.”(Mendonça, 2002, p.206).

Uma vez conhecida a votação obtida por cada parlamentar eleito em cada uma das UEHs, procuramos definir o nível de concentração dos votos desses legisladores. Ou seja, ver como e onde se distribuem os eleitores desses políticos. Determinado vereador recebe a maioria de seus votos em poucas UEHs ou possui votos distribuídos por toda a cidade? Em que região da cidade se localiza grande parte de seu apoio? Quais as características sócio-ocupacionais dessa região? Quais UEHs são importantes na sua eleição? Essas UEHs são contíguas, ou descontínuas?

Essas são as principais perguntas que procuraremos responderemos a seguir, seja para os vereadores eleitos no pleito ocorrido em Belo Horizonte em 2000, seja nas eleições desse município havidas quatro anos mais tarde.

3.3.1 Considerações metodológicas

Em uma eleição proporcional como a que elege os vereadores brasileiros, o município é a circunscrição. Assim sendo, um candidato a uma vaga no legislativo local pode receber votos em qualquer um dos locais de votação espalhados pelo território do município e só neles. Isso porque os eleitores apenas podem votar em seu domicílio eleitoral, em sua Zona e Seção específicas e nos candidatos que concorrem às vagas no legislativo desta mesma cidade.

Apesar do arranjo institucional que prevê a representação proporcional vislumbrar que a representatividade deve se dar a partir da abertura das urnas, pautada por questões programáticas, sociais, ideológicas, ocupacionais, partidárias, muitas vezes se verifica que determinantes territoriais também possuem relevância na escolha de um candidato. Isso é o que possibilita a existência de parlamentares eleitos com perfil eleitoral concentrado.

Esse também foi o caso de Belo Horizonte em 2000 e em 2004, quando examinamos de que áreas da cidade os parlamentares recebem seus votos.

Para calcular o número de UEHs efetivas para a votação total dos vereadores eleitos em Belo Horizonte, em 2000 e em 2004, utilizamos o indicador aplicado à definição do número de partidos efetivos dentro de uma determinada Casa legislativa (LAAKSO; TAAGEPERA, 1979). Dito de outra forma, para saber quantas UEHs contribuem de forma decisiva para a votação final dos legisladores, utilizamos uma adaptação da fórmula para se calcular quantos são os partidos efetivos.

Na aplicação original, o cálculo é dado a partir da expressão matemática a seguir:

$$N = 1 / \sum v_i^2$$

Onde: N = número de partidos políticos efetivos³³

v_i = proporção de votos de cada partido (ou de cadeiras)

O índice N revela o número de partidos políticos efetivos, em uma situação hipotética, na qual todos receberam o mesmo número de votos, ou possuem o mesmo número de assentos no parlamento. Assim, se quatro partidos obtivessem proporção idêntica de votos, 25%, N seria igual a 4.

³³ Considera-se como partidos políticos efetivos dentro de um parlamento aquelas legendas que possuem significativa importância no resultado das votações. Ou seja, trata-se de bancadas com número expressivo de cadeiras sendo, portanto, partidos com atuação chave dentro da dinâmica congressual.

$$N = 1 / \{(0,25)^2 + (0,25)^2 + (0,25)^2 + (0,25)^2\}$$

$$N = 1 / 0,25$$

$$N = 4$$

Por sua vez, para calcular o número de UEHs com votação efetiva para determinado candidato³⁴, a fórmula é dada por:

$$U = 1 / \sum vt^2$$

Onde: U = número de UEHs efetivas (índice de concentração eleitoral)

vt = proporção em cada UEH do total de votos obtidos por um vereador

O índice U revela o número de UEHs efetivas para a eleição de um determinado candidato, em uma situação hipotética, na qual ele recebeu votos em apenas três Unidades, na seguinte proporção: 70%, 28%, 2%. Neste caso, o número de UEHs efetivas seria 1,76.

$$U = 1 / \{(0,7)^2 + (0,28)^2 + (0,02)^2\}$$

$$U = 1 / 0,5688$$

$$U = 1,76$$

A partir da definição do número de UEHs efetivas para a eleição dos vereadores de Belo Horizonte em 2000 e 2004, distinguimos, dentro de cada legislatura, 2001-2004 e 2005-2008, dois grupos de parlamentares: com voto mais concentrado (concentrados) e com votação mais dispersa (dispersos).

O primeiro grupo é formado pelos vereadores que concentram seus votos em um menor número de UEHs. Dito de outra forma, esse grupo é composto pelos legisladores que apresentam, comparativamente, votação efetiva em menos UEHs. Por sua vez, o grupo de representantes com votação mais dispersa, em termos geográficos dentro do território municipal, é composto pelos parlamentares que apresentam votação mais equilibrada e homogênea do ponto de vista territorial, uma vez que repartida entre diversas UEHs.

Para precisar a delimitação de cada um desses grupos dividimos os votos dos vereadores em quatro quartis de concentração. O primeiro quartil está composto por vereadores que necessitam de um menor número de UEHs para se eleger (concentrados). O

³⁴ De maneira análoga ao número de partidos efetivos dentro de um parlamento, consideramos Unidades Espaciais Homogêneas efetivas em termos eleitorais aquelas nas quais um candidato obtém parcela significativa de seu total de votos. Trata-se das áreas onde o candidato conquista parte importante de sua votação.

quarto quartil equivale àqueles vereadores que definimos como dispersos, ou seja, que necessitam de um maior número dessas Unidades para se eleger. O segundo e terceiro quartis formam o grupo intermediário, aqueles que não estão nem entre os mais concentrados nem entre os mais dispersos (não concentrados).

Optamos aqui por não fracionar as UEHs. Desta forma excluímos as casas decimais existentes no cálculo dos índices. Tal critério se mostrou mais adequado, devido às características eleitorais dos legisladores aqui estudados. Nesse sentido, foi possível criar grupos mais homogêneos. Assim, se o índice de concentração de um representante é 4,6098275, consideraremos apenas o algarismo da unidade, as UEHs completas, ou seja, nesse exemplo, 4.

A Tabela 04 apresenta os índices de concentração que definem os quartis dos vereadores eleitos em Belo Horizonte no ano 2000. O primeiro quartil é formado por vereadores que possuem até 11 UEHs efetivas, ou seja, é composto por um grupo de nove parlamentares que apresentam índices entre 2, do Vereador Índio, e 9, dos legisladores Geraldo Félix, Silvinho Rezende e Conceição Pinheiro.

O grupo de vereadores chamados não concentrados, com concentração intermediária, é formado por 19 legisladores, com índices de 10 a 37. Esses possuem o índice de concentração eleitoral entre 13, do Vereador Rui Rezende, e 37 do Vereador André Quintão.

No caso dos vereadores dispersos, o quarto quartil é composto por nove vereadores, uma vez que estabelece como referência um mínimo de 38 UEHs efetivas. Em outras palavras, compõem o grupo de parlamentares dispersos aqueles que apresentam índice de concentração eleitoral igual ou superior a 38, indo do Vereador Juarez Amorim, com 39 UEHs efetivas em sua votação, até o Vereador Leonardo Mattos, representante com voto mais disperso entre essas Unidades da cidade, sendo que 57 delas são importantes em sua votação.

Entre os 41 vereadores eleitos em 2004, a definição dos índices que estabelecem os quartis de concentração estão apresentados na Tabela 05. O primeiro quartil, dos vereadores concentrados, está limitado aos parlamentares que possuem até 9 UEHs efetivas em sua votação. Isso significa dizer que abrange dos parlamentares Gêra Ornelas, Balbino e Paulão, com índice 4, até os vereadores Hugo Thomé e Ronaldo Gontijo, com 9 áreas. No total, no pleito municipal de Belo Horizonte ocorrido em 2004, são 11 os vereadores no grupo dos concentrados.

Entre os vereadores considerados não concentrados, encontra-se aqueles com índices de concentração entre 10 e 36. Tal critério agrupa 20 parlamentares, dos vereadores Miguel

Correa Jr e Valdivino, com 10 UEHs efetivas em sua votação, ao legislador Carlão, com 34 dessas Unidades.

Quanto aos parlamentares que têm sua votação caracterizada como dispersa, no caso do pleito ocorrido em 2004, encontram-se no grupo compreendido por vereadores com no mínimo 39 UEHs significativas para o seu contingente total de votos. Os representantes presentes nesse conjunto apresentam índices de concentração eleitoral entre 38, caso do Vereador Pastor Autair Gomes, e do Vereador Pastor Wanderlei Miranda, o mais disperso, com 61 UEHs efetivas.

A partir da determinação e diferenciação dos votos obtidos pelos vereadores de Belo Horizonte, eleitos em 2000 e em 2004, quanto à concentração/dispersão do eleitorado de cada representante pelo território do município, localizamos no mapa, entre os parlamentares que apresentam eleitorado de tipo concentrado, as UEHs efetivas para sua eleição.

Neste sentido, com a definição do número de UEHs efetivas para cada um dos eleitos para a Câmara Municipal de Belo Horizonte, e a classificação dos vereadores com votação concentrada, restava saber quais Unidades são importantes para cada representante. Não se trata mais de saber quantas, mas quais UEHs são efetivas para o candidato.

Um problema se colocava na associação entre a quantidade de áreas e sua definição precisa. A quantidade de locais de votação varia de UEH para UEH. Quatro UEHs, por exemplo, nem sequer possuem estabelecimento que abrigam urnas durante os pleitos. Por sua vez, a UEH 31, Jardim América, apresentava oito locais de votação, e o maior número de Seções eleitorais entre essas áreas, 101. Configura-se, então, uma diferença enorme, em alguns casos, entre o número de eleitores ou, mais precisamente, entre o número de votos recebidos em distintas UEHs.

Buscando minimizar as diferenças entre o número de eleitores de cada UEH e para hierarquizar essas áreas no caso de cada candidato, dividiu-se o número de votos pela quantidade de Seções eleitorais existentes na Unidade. As Seções eleitorais possuem não mais que 500 eleitores. Desta forma, ordenamos as UEHs de cada um dos candidatos concentrados segundo o número de votos obtidos por Seção. Ou seja, é possível perceber mais nitidamente as áreas onde esse candidato possui, proporcionalmente, mais votos por eleitores. Em outras palavras, estabelecemos, para cada parlamentar, uma hierarquia entre as UEHs da cidade de acordo com a força eleitoral que ele possui em cada uma dessas Unidades.

Tal classificação se justifica também, e principalmente, porque, mais do que saber em qual UEH o parlamentar conquistou um maior número de votos, interessa-nos aqui saber em quais dessas áreas se localiza sua base. Estamos buscando definir, ainda que de forma

bastante limitada, qual dessas Unidades é foco de sua campanha eleitora, concentra grande parte de seus eleitores e deveria ser, pelo menos em tese, foco de sua representação.

Assim sendo, uma vez sabidas quantas são as UEHs efetivas para a eleição de um vereador e ordenadas, tendo como referência o número de votos por Seção que ele conquistou em cada uma delas (sua provável participação no eleitorado) construímos os mapas com as áreas onde o candidato é mais forte.

Esses mapas permitem, além de visualizar as regiões do município nas quais os vereadores concentrados reúnem grande parte de seu eleitorado, classificá-los em dois tipos, quanto à distribuição de suas UEHs efetivas: *contíguos* e *não-contíguo* (Figuras 1-6).

Os vereadores de tipo concentrado contíguo, além de, com vimos, se enquadrarem no primeiro quartil de concentração de votos, possuem suas UEHs efetivas interligadas, vizinhas umas às outras. No caso dos parlamentares que apresentam voto do tipo concentrado não-contíguo, apesar também possuírem um número reduzido de áreas efetivas para sua votação, estas não são adjacentes, são descontínuas.

A partir de então, analisaremos as características sócio-ocupacionais das UEHs efetivas para os vereadores com votação concentrada. Isto é, discutiremos como são classificadas essas áreas onde cada um desses parlamentares consegue a parte mais significativa de seus votos. Em outras palavras, procuraremos determinar o perfil médio, levando-se em conta as seguintes variáveis: média do total de rendimentos por domicílio particular e o grau de escolaridade³⁵ das pessoas de 25 anos ou mais da população das regiões onde esses vereadores concentram suas bases.

Em seguida, depois de apresentar os dados, informações e mapas com a geografia do voto proporcional nas eleições de 2000 e 2004 em Belo Horizonte, analisaremos de forma ampliada configurações, aspectos, continuidades e mudanças nas configurações do voto na capital.

3.3.2 A geografia do voto na eleição municipal de Belo Horizonte - 2000

Dentre os 37 vereadores eleitos em Belo Horizonte no pleito municipal de 2000, a partir dos critérios anteriormente apresentados, classificamos nove como concentrados. São

³⁵ Variáveis utilizadas na construção das tipologias sócio-ocupacionais que definem as UEHs - Unidades Espaciais Homogêneas.

eles, por ordem de concentração, do mais concentrado para o menos concentrado: Índio, Hugo Thomé, Paulão, Gêra Ornelas, Preto, Ronaldo Gontijo, Geraldo Félix, Silvinho Rezende e Conceição Pinheiro. Desses, quatro parlamentares apresentam suas UEHs mais importantes distribuídas de forma contígua e cinco de maneira não-contígua (Quadro 04).

O Vereador Índio, eleito para a Câmara Municipal de Belo Horizonte em 2000, agora pelo PPS, apresentou votação efetiva em apenas duas UEHs. Dispostas de forma contígua, essas Unidades são classificadas, quanto à tipologia Socioespacial, como Operário-Popular e Médio. Segundo os critérios aqui utilizados, Índio foi o parlamentar eleito, em Belo Horizonte, com votação mais concentrada no pleito municipal de 2000. Ou seja, o parlamentar que apresentou um menor número de UEHs efetivas do ponto de vista eleitoral. Foi, incluindo também o pleito de 2004, o vereador que concentrou o maior percentual de seus votos em um menor número dessas Unidades, 75,2% em apenas duas UEHs. Essas duas unidades espaciais onde o vereador do PPS concentrou seus votos apresentam renda média domiciliar mensal de 6,40 e 10,92 salários mínimos. Quanto à escolaridade média dos moradores dessas áreas com 25 anos ou mais, varia de 6,37 e 7,84 anos de estudo, respectivamente (Tabela 01).

Tabela 01. UEHs efetivas em termos eleitorais – Vereador Índio 2000

Nº da UEH	Tipo	Renda*	Anos de estudo**	População	Locais de		Votos	Voto/seção
					votação	Seções		
46	Operário-popular	6,40	6,37	27253	5	44	2.696	61,27
37	Médio	10,92	7,84	29055	5	35	469	13,40

Fonte: Instituto do Milênio – Observatório das Metrôpoles – Núcleo MG – PUC Minas 2006.

Construído a partir de dados do Senso Demográfico – IBGE 2000 e informações do TRE-MG referentes a 2000.

* Renda média familiar mensal, em salários mínimos. ** Média de anos de estudo dos moradores com 25 anos ou mais.

Vereador eleito pelo PRTB, Hugo Thomé apresentou apenas três UEHs efetivas para sua votação, áreas essas que se localizam dispostas de maneira não-contígua. A primeira dessas Unidades Espaciais Homogêneas está definida, quanto à tipologia Socioespacial, como Médio-Superior. As outras duas áreas são classificadas como de tipo Médio. A renda média mensal nos domicílios dessas três Unidades varia entre 8,01 e 14,41 salários mínimos. A escolaridade média entre as pessoas com 25 anos ou mais, por sua vez, fica entre 7,17 e 9,31 anos de estudo (Tabela 02).

Tabela 02. UEHs efetivas em termos eleitorais – Vereador Hugo Thomé 2000

Nº da UEH	Tipo	Renda*	Anos de estudo**	População	Locais de votação	Seções	Votos	Voto/seção
38	Médio-superior	14,41	9,31	32693	3	29	1.739	59,97
48	Médio	8,01	7,17	36727	4	52	424	8,15
29	Médio	11,86	8,63	18845	5	45	114	2,53

Fonte: Instituto do Milênio – Observatório das Metrôpoles – Núcleo MG – PUC Minas 2006.

Construído a partir de dados do Senso Demográfico – IBGE 2000 e informações do TRE-MG referentes a 2000.

* Renda média familiar mensal, em salários mínimos. ** Média de anos de estudo dos moradores com 25 anos ou mais.

Reeleito pelo PCdoB em 2000, o Vereador Paulão apresentou, nesse pleito, votação efetiva em quatro UEHs. Dispostas de forma não-contígua, as áreas onde ele obteve suas votações mais expressivas são: uma de tipo Popular, duas de tipo Médio e a última é classificada como de tipo Operário-Popular. A renda média mensal nos domicílios das UEHs onde o vereador do PCdoB concentra grande parte de sua votação vai de 3,65 a 9,43 salários mínimos. No caso da escolaridade média dos moradores dessas Unidades, com mais de 25 anos, vai de 3,90 a 7,63 anos de estudo (Tabela 03).

Tabela 03. UEHs efetivas em termos eleitorais – Vereador Paulão 2000

Nº da UEH	Tipo	Renda*	Anos de estudo**	População	Locais de votação	Seções	Votos	Voto/seção
133	Popular	3,65	3,90	58895	6	46	3.117	67,76
19	Médio	7,23	6,94	22195	4	30	903	30,10
18	Médio	9,43	7,63	38239	9	78	336	4,31
57	Operário-popular	5,84	6,07	46875	7	62	203	3,27

Fonte: Instituto do Milênio – Observatório das Metrôpoles – Núcleo MG – PUC Minas 2006.

Construído a partir de dados do Senso Demográfico – IBGE 2000 e informações do TRE-MG referentes a 2000.

* Renda média familiar mensal, em salários mínimos. ** Média de anos de estudo dos moradores com 25 anos ou mais.

Por sua vez, Gêra Ornelas, vereador reeleito pelo PSB, apresentou quatro UEHs significativas para sua votação no pleito de 2000. Essas Unidades encontram-se dispostas de maneira contígua, na Regional Leste do município. Quanto à tipologia, a primeira dessas quatro áreas é de tipo Médio-Superior, as duas seguintes de tipo Médio e a quarta Popular. A renda média domiciliar nas UEHs nas quais o Vereador Gêra Ornelas conquistou a maioria de seus votos varia entre 3,65 e 15,28 salários mínimos mensais. No caso da escolaridade média dos habitantes, com 25 anos ou mais, dessas mesmas Unidades do município de Belo Horizonte, estava entre 3,90 e 9,62 anos de estudo (Tabela 04).

Tabela 04. UEHs efetivas em termos eleitorais – Vereador Gêra Ornelas 2000

Nº da UEH	Tipo	Renda*	Anos de estudo**	População	Locais de votação	Seções	Votos	Voto/seção
8	Médio-superior	15,28	9,62	30625	8	80	3.159	39,49
18	Médio	9,43	7,63	38239	9	78	714	9,15
19	Médio	7,23	6,94	22195	4	30	238	7,93
133	Popular	3,65	3,90	58895	6	46	169	3,67

Fonte: Instituto do Milênio – Observatório das Metrôpoles – Núcleo MG – PUC Minas 2006.

Construído a partir de dados do Senso Demográfico – IBGE 2000 e informações do TRE-MG referentes a 2000.

* Renda média familiar mensal, em salários mínimos. ** Média de anos de estudo dos moradores com 25 anos ou mais.

O Vereador Preto, reeleito pelo PFL em 2000, mesma legenda com a qual se candidatou no pleito anterior, apresentou sete áreas com participação efetiva para o total de sua votação. Essas sete principais UEHs, em termos eleitorais para o Vereador Preto, estão dispostas de forma não-contígua, mas todas elas se situam na Regional Oeste do município. Essas sete áreas são tipologicamente classificadas de Médio a Superior, sendo três delas de tipo Médio-Superior, duas Superior e duas de tipo Médio. As UEHs que compõem a área onde se concentram os votos do parlamentar Preto apresentam renda média domiciliar entre 8,01 e 33,74 salários mínimos mensais. No que diz respeito à escolaridade média da população residente nessa área, vai de 7,17 a 12,35 anos de estudo, para os maiores de 25 anos (Tabela 05).

Tabela 05. UEHs efetivas em termos eleitorais – Vereador Preto 2000

Nº da UEH	Tipo	Renda*	Anos de estudo**	População	Locais de votação	Seções	Votos	Voto/seção
31	Médio-superior	17,49	10,09	37609	12	101	3.731	36,94
21	Superior	31,69	12,35	33373	5	41	1.105	26,95
38	Médio-superior	14,41	9,31	32693	3	29	451	15,55
13	Médio-superior	19,70	11,03	20077	4	45	459	10,20
32	Médio	9,89	8,10	36143	7	48	338	7,04
48	Médio	8,01	7,17	36727	4	52	365	7,02
20	Superior	33,74	12,60	37189	8	76	506	6,66

Fonte: Instituto do Milênio – Observatório das Metrôpoles – Núcleo MG – PUC Minas 2006.

Construído a partir de dados do Senso Demográfico – IBGE 2000 e informações do TRE-MG referentes a 2000.

* Renda média familiar mensal, em salários mínimos. ** Média de anos de estudo dos moradores com 25 anos ou mais.

O Vereador Ronaldo Gontijo reelegeu-se vereador em Belo Horizonte em 1996 pelo PL. Nas eleições municipais de 2000, o parlamentar concorreu pelo PPS. Quanto ao

eleitorado de Ronaldo Gontijo nessas últimas eleições, pode ser classificado como concentrado contíguo. O representante conquistou apoio efetivo para o total de sua votação em oito Unidades Espaciais Homogêneas, todas elas localizadas na região do Barreiro. Tal região possui UEHs que vão de Operário a Médio. No caso específico das oito UEHs efetivas para votação de Ronaldo Gontijo, a primeira delas é de tipo Médio, as quatro seguintes Médio-Inferior e as três últimas delas de tipo Operário. A região onde são predominantes os votos do referido parlamentar possuem renda média domiciliar mensal entre 4,49 e 10,46 salários mínimos. Quanto à escolaridade média dos moradores maiores de 25 anos dessas UEHs, vai de 5,13 a 7,99 anos de estudo (Tabela 06).

Tabela 06. UEHs efetivas em termos eleitorais – Vereador Ronaldo Gontijo 2000

Nº da UEH	Tipo	Renda*	Anos de estudo**	População	Locais de votação	Seções	Votos	Voto/seção
59	Médio	10,46	7,99	19322	6	53	2.350	44,24
73	Médio-inferior	7,73	6,74	35548	5	50	1.327	26,54
72	Médio-inferior	7,13	6,81	22592	2	27	613	22,70
74	Médio-inferior	5,64	5,63	26596	5	40	884	22,10
58	Médio-inferior	7,17	6,96	31310	4	59	1.006	17,05
81	Operário	4,72	5,46	43802	5	54	682	12,63
82	Operário	4,49	5,13	23857	2	15	124	8,27
50	Operário	4,62	5,34	31133	3	31	195	6,29

Fonte: Instituto do Milênio – Observatório das Metrôpoles – Núcleo MG – PUC Minas 2006.

Construído a partir de dados do Senso Demográfico – IBGE 2000 e informações do TRE-MG referentes a 2000.

* Renda média familiar mensal, em salários mínimos. ** Média de anos de estudo dos moradores com 25 anos ou mais.

Por sua vez, o Vereador Geraldo Félix, reeleito para um terceiro mandato pelo PMDB, apresentou nove UEHs efetivas em sua votação. Essas áreas estão dispersas no município de maneira não-contígua, ou seja, não estão interligadas entre si. Quanto à classificação tipológica dessas Unidades, cinco estão definidas como de tipo Médio, três de tipo Médio-Superior e uma Operário-popular. A renda média domiciliar mensal nos locais onde o parlamentar Geraldo Félix concentra seus votos vai de 6,13 a 15,84 salários mínimos. Já no que se refere à escolaridade média dos moradores com 25 anos ou mais dessa mesma região de Belo Horizonte, vai de 5,77 a 9,62 anos de estudo (Tabela 07).

Tabela 07. UEHs efetivas em termos eleitorais – Vereador Geraldo Félix 2000

Nº da UEH	Tipo	Renda*	Anos de estudo**	População	Locais de votação	Seções	Votos	Voto/seção
5	Médio	9,43	7,69	23392	8	50	2.979	59,58
25	Médio	9,18	7,77	22888	9	51	1.684	33,02
4	Médio-superior	12,46	9,62	22893	10	66	1.271	19,26
24	Médio-superior	15,84	9,42	29963	7	69	811	11,75
14	Médio	10,64	8,30	19598	4	36	322	8,94
27	Médio	12,50	8,64	38159	6	39	166	4,26
34	Médio	7,06	7,04	35387	4	29	105	3,62
69	Operário-popular	6,13	5,77	38158	7	62	217	3,50
15	Médio-superior	13,79	9,37	19547	6	45	143	3,18

Fonte: Instituto do Milênio – Observatório das Metrôpoles – Núcleo MG – PUC Minas 2006.

Construído a partir de dados do Senso Demográfico – IBGE 2000 e informações do TRE-MG referentes a 2000.

* Renda média familiar mensal, em salários mínimos. ** Média de anos de estudo dos moradores com 25 anos ou mais.

O Vereador Silvinho Rezende foi reeleito para a Câmara Municipal de Belo Horizonte em 2000, pelo mesmo PSD que o elegeu quatro anos antes. Sua votação, nesse último pleito, concentrou-se em nove UEHs, distribuídas de forma contígua na região de Venda Nova. A área onde o parlamentar Silvinho Rezende concentra seus votos possui, em cinco de suas UEHs, caracterização Socioespacial de tipo Operário-Popular, duas delas possuem o perfil Médio e outras duas são classificadas como Médio-Superior. A renda média domiciliar mensal nessas Unidades varia entre 4,95 a 14,09 salários mínimos. Quanto à escolaridade média dos moradores desta área, varia de 5,34 a 9,10 anos de estudo, entre os maiores de 25 anos (Tabela 08).

Tabela 08. UEHs efetivas em termos eleitorais – Vereador Sivinho Rezende 2000

Nº da UEH	Tipo	Renda*	Anos de estudo**	População	Locais de votação	Seções	Votos	Voto/seção
91	Operário-popular	4,95	5,34	22043	5	44	1.856	42,18
90	Operário-popular	6,21	5,86	23980	5	31	996	32,13
71	Médio	8,59	7,73	28715	7	46	884	19,22
78	Operário-popular	6,32	6,52	32133	5	44	778	17,68
92	Operário-popular	5,63	6,03	37113	4	43	576	13,40
69	Operário-popular	6,13	5,77	38158	7	62	617	9,95
54	Médio-superior	13,82	9,10	40436	7	54	223	4,13
70	Médio	10,24	8,20	20411	3	27	110	4,07
45	Médio-superior	14,09	9,02	26363	5	38	154	4,05

Fonte: Instituto do Milênio – Observatório das Metrôpoles – Núcleo MG – PUC Minas 2006.

Construído a partir de dados do Senso Demográfico – IBGE 2000 e informações do TRE-MG referentes a 2000.

* Renda média familiar mensal, em salários mínimos. ** Média de anos de estudo dos moradores com 25 anos ou mais.

Membro do legislativo municipal reeleita no pleito do ano 2000 pelo PSC, Conceição Pinheiro apresenta o voto mais disperso dentre os parlamentares pertencentes ao primeiro quartil de concentração, dentre aqueles que classificamos como possuindo voto concentrado. São nove as UEHs efetivas para a votação da Vereadora Conceição Pinheiro, dispostas de maneira não-contígua dentro do município de Belo Horizonte. Quanto à tipologia, as Unidades onde a parlamentar concentra seus votos são: cinco delas classificadas como Operário-Popular e as outras quatro como de tipo Médio. A renda média domiciliar dessas Unidades varia de 4,95 a 10,24 salários mínimos por mês. Já a escolaridade média dos moradores de 25 ou mais dessas áreas vai de 5,34 a 8,20 anos de estudo (Tabela 09).

Tabela 09. UEHs efetivas em termos eleitorais – Vereador Conceição Pinheiro 2000

Nº da UEH	Tipo	Renda*	Anos de estudo**	População	Locais de votação	Seções	Votos	Voto/seção
78	Operário-popular	6,32	6,52	32133	5	44	2.318	52,68
71	Médio	8,59	7,73	28715	7	46	758	16,48
92	Operário-popular	5,63	6,03	37113	4	43	562	13,07
91	Operário-popular	4,95	5,34	22043	5	44	555	12,61
69	Operário-popular	6,13	5,77	38158	7	62	428	6,90
19	Médio	7,23	6,94	22195	4	30	193	6,43
25	Médio	9,18	7,77	22888	9	51	286	5,61
70	Médio	10,24	8,20	20411	3	27	148	5,48
90	Operário-popular	6,21	5,86	23980	5	31	151	4,87

Fonte: Instituto do Milênio – Observatório das Metrôpoles – Núcleo MG – PUC Minas 2006.

Construído a partir de dados do Senso Demográfico – IBGE 2000 e informações do TRE-MG referentes a 2000.

* Renda média familiar mensal, em salários mínimos. ** Média de anos de estudo dos moradores com 25 anos ou mais.

3.3.3 A geografia do voto na eleição municipal de Belo Horizonte - 2004

No pleito municipal de 2004, em Belo Horizonte, elegeu-se 41 parlamentares. A alteração em relação às 37 cadeiras que compunham a Câmara Municipal na legislatura anterior se deveu a uma revisão no número de vereadores em todo o Brasil. Em 2003, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) corrigiu o número de vagas nos legislativos municipais, adequando-as à população de cada município. A correlação entre o número de legisladores e de habitantes estava equivocada em muitas cidades. As 60.276 cadeiras disputadas no pleito de 2000 foram reduzidas para 51.748 em 2004, diminuição de 14,1% no número total de vereadores existentes no país. Apesar dessa redução que atingiu muitas das Casas legislativas municipais brasileiras, no caso da CMBH, o ajuste serviu para aumentar o número de representantes.

Dos 41 vereadores eleitos em 2004, podem ser considerados como possuidores de votos concentrados onze legisladores, aqueles que apresentaram menos de nove UEHs efetivas para sua votação. Em ordem, do mais concentrado para o menos concentrado, os parlamentares que necessitaram dos votos de um menor número de UEHs para se eleger em 2004 foram: Gêra Ornelas, Balbino, Paulão, Sílvia Helena, Geraldo Félix, Índio, Fred Costa, Silvinho Rezende, Preto, Hugo Thomé, Ronaldo Gontijo (Quadro 05).

Enquanto Gêra Ornelas, Balbino e Paulão apresentaram votação efetiva em apenas quatro UEHs, sendo portanto os vereadores eleitos com voto mais concentrado no pleito de 2004, Hugo Thomé e Ronaldo Gontijo, dentre os considerados concentrados, são aqueles que possuem um número maior de Unidades importantes em sua eleição – nove.

Desses onze vereadores de votação concentrada, eleitos em 2004, oito possuem suas áreas de maior concentração de votos distribuídas de forma contígua, isto é, vizinhas umas as outras. Desta forma, três desses parlamentares possuem votação classificada como concentrada não-contígua: Silvinho Rezende, Preto e Hugo Thomé.

É também importante destacar que, dos nove vereadores eleitos com votação mais concentrada no pleito do ano 2000, oito foram reeleitos. Esses oito parlamentares mantêm-se no primeiro quartil de concentração. Apenas a Vereadora Conceição Pinheiro não conseguiu se reeleger.

O Vereador Gêra Ornelas, reeleito pelo PSB em 2004 para seu terceiro mandato, foi o parlamentar da capital mineira que obteve a votação mais concentrada nesse pleito, segundo a metodologia aqui empregada para analisar o desenho eleitoral dos vereadores de Belo Horizonte. Dividindo-se o município em 77 UEHs, 73 dessas com locais de votação, são efetivos para Gêra Ornelas os votos obtidos em 4 dessas áreas. Tais Unidades encontram-se dispostas de maneira contígua, na região Leste da cidade. Quanto à caracterização dessas UEHs, uma é do tipo Médio-Superior, duas do tipo Médio e uma de tipo Popular. A renda média dos domicílios dessas áreas varia de 3,65 a 15,28 salários mínimos por mês. Quanto à escolaridade média dos moradores com mais de 25 anos, varia de 3,90 a 9,62 anos de estudo (Tabela 10).

Tabela 10. UEHs efetivas em termos eleitorais – Vereador Gêra Ornelas 2004

Nº da UEH	Tipo	Renda*	Anos de estudo**	População	Locais de votação		Votos	Voto/seção
					Seções			
8	Médio-superior	15,28	9,62	30625	8	82	3.030	36,95
18	Médio	9,43	7,63	38239	9	74	600	8,1
19	Médio	7,23	6,94	22195	4	37	271	7,32
133	Popular	3,65	3,90	58895	7	55	279	5,07

Fonte: Instituto do Milênio – Observatório das Metrôpoles – Núcleo MG – PUC Minas 2006.

Construído a partir de dados do Senso Demográfico – IBGE 2000 e informações do TRE-MG referentes a 2004.

* Renda média familiar mensal, em salários mínimos. ** Média de anos de estudo dos moradores com 25 anos ou mais.

Balbino, eleito vereador pelo PTC em 2004, apresentou votação efetiva em quatro UEHs. Essas áreas estão dispostas de maneira contígua, sendo duas delas de tipo Médio-

Superior e as outras duas de tipo Médio. Grande parte da área onde o Vereador Balbino concentra seus votos se localiza na Regional Nordeste de Belo Horizonte. No que se refere à renda média domiciliar, a região apresenta variação de 10,64 a 16,74 salários mínimos mensais. Já a escolaridade média dos moradores maiores de 25 anos está entre 8,30 e 10,30 anos de estudo. O grupo de UEHs que compõem a área de concentração do parlamentar pode ser considerado bastante homogêneo quanto a esses critérios (Tabela 11).

Tabela 11. UEHs efetivas em termos eleitorais – Vereador Balbino 2004

Nº da UEH	Tipo	Renda*	Anos de estudo**	Locais de		Votos	Voto/seção	
				População	votação			
15	Médio-superior	13,79	9,37	19547	6	46	2.313	50,28
6	Médio-superior	16,74	10,30	27879	9	78	2.535	32,5
14	Médio	10,64	8,30	19598	4	37	304	8,22
27	Médio	12,50	8,64	38159	6	41	156	3,8

Fonte: Instituto do Milênio – Observatório das Metrôpoles – Núcleo MG – PUC Minas 2006.

Construído a partir de dados do Senso Demográfico – IBGE 2000 e informações do TRE-MG referentes a 2004.

* Renda média familiar mensal, em salários mínimos. ** Média de anos de estudo dos moradores com 25 anos ou mais.

Reeleito para seu terceiro mandato em 2004, o Vereador Paulão, do PCdoB, concentra sua votação em quatro UEHs. Essas Unidades, localizadas de forma contígua na Regional Leste do município, são exatamente as mesmas em que o parlamentar Gêra Ornelas obtém grande parte de seus votos. Porém, essas quatro UEHs onde esses dois representantes concentram seus votos apresentam ordem inversa de importância para cada um deles. Ao contrário de Gêra Ornelas, os votos de Paulão crescem à medida que as áreas vão ficando mais pobres. Nesse sentido, esse último obtém mais votos na área de tipo Popular, seguida pelas duas de tipo Médio e a menos importante é a UEH classificada como de nível Médio-Superior. A renda média domiciliar mensal nessas quatro Unidades varia de 3,65 a 15,28 salários mínimos. Por sua vez, a escolaridade média de seus moradores maiores de 25 anos encontra-se entre 3,90 e 9,62 anos de estudo (Tabela 12).

Tabela 12. UEHs efetivas em termos eleitorais – Vereador Paulão 2004

Nº da UEH	Tipo	Renda*	Anos de estudo**	População	Locais de		Votos	Voto/seção
					votação	Seções		
133	Popular	3,65	3,90	58895	7	55	2.713	49,33
19	Médio	7,23	6,94	22195	4	37	785	21,26
18	Médio	9,43	7,63	38239	9	74	921	12,44
8	Médio-superior	15,28	9,62	30625	8	82	326	3,98

Fonte: Instituto do Milênio – Observatório das Metrôpoles – Núcleo MG – PUC Minas 2006.

Construído a partir de dados do Senso Demográfico – IBGE 2000 e informações do TRE-MG referentes a 2004.

* Renda média familiar mensal, em salários mínimos. ** Média de anos de estudo dos moradores com 25 anos ou mais.

A Vereadora Sílvia Helena reelegeu-se pelo PPS, nas eleições municipais de 2004, com votação de tipo concentrada contígua. Os votos de apenas seis Unidades Espaciais Homogêneas foram efetivos na votação total da parlamentar. Quanto à classificação Socioespacial dessas áreas, situadas na região Oeste da cidade, uma é de tipo Operário-Popular, duas de tipo Médio e três delas tem o perfil Médio-Superior. A renda média domiciliar desse conjunto de UEHs varia de 5,48 a 19,70 salários mínimos mensais. Em relação à escolaridade média dos moradores de 25 anos ou mais dessa região, vai de 5,84 a 11,03 anos de estudo (Tabela 13).

Tabela 13. UEHs efetivas em termos eleitorais – Vereador Sílvia Helena 2004

Nº da UEH	Tipo	Renda*	Anos de estudo**	População	Locais de		Votos	Voto/seção
					votação	Seções		
39	Operário-popular	5,48	5,84	23592	5	61	1.994	32,69
40	Médio	8,57	7,33	21500	5	62	798	12,87
38	Médio-superior	14,41	9,31	32693	3	29	140	4,83
48	Médio	8,01	7,17	36727	4	53	229	4,32
31	Médio-superior	17,49	10,09	37609	11	105	330	3,14
13	Médio-superior	19,70	11,03	20077	4	47	113	2,4

Fonte: Instituto do Milênio – Observatório das Metrôpoles – Núcleo MG – PUC Minas 2006.

Construído a partir de dados do Senso Demográfico – IBGE 2000 e informações do TRE-MG referentes a 2004.

* Renda média familiar mensal, em salários mínimos. ** Média de anos de estudo dos moradores com 25 anos ou mais.

Reeleito pelo PMDB, em 2004, para seu quarto mandato na Câmara Municipal de Belo Horizonte, o Vereador Geraldo Félix apresentou sete UEHs efetivas em termos eleitorais para sua votação, áreas essas que estão dispostas de maneira contígua. A caracterização Sócio-ocupacional dessas Unidades onde o parlamentar concentra seus eleitores é de apenas dois tipos: quatro Médio, três Médio-Superior. A renda e a escolaridade médias nessas UEHs

são razoavelmente homogêneas, sobretudo no caso dessa última. Variam, no caso da primeira, de 9,18 a 16,29 salários mínimos mensais por domicílios, enquanto que, para a segunda, a oscilação vai de 7,69 a 9,62 anos de estudo para os moradores maiores de 25 anos (Tabela 14).

Tabela 14. UEHs efetivas em termos eleitorais – Vereador Geraldo Félix 2004

Nº da UEH	Tipo	Renda*	Anos de estudo**	População	Locais de votação	Seções	Votos	Voto/seção
5	Médio	9,43	7,69	23392	7	53	2.342	44,19
25	Médio	9,18	7,77	22888	8	54	1.143	21,17
4	Médio-superior	12,46	9,62	22893	10	70	858	12,26
24	Médio-superior	15,84	9,42	29963	7	71	634	8,93
14	Médio	10,64	8,30	19598	4	37	274	7,4
27	Médio	12,50	8,64	38159	6	41	129	3,15
22	Médio-superior	16,29	9,60	19587	3	26	75	2,88

Fonte: Instituto do Milênio – Observatório das Metrôpoles – Núcleo MG – PUC Minas 2006.

Construído a partir de dados do Senso Demográfico – IBGE 2000 e informações do TRE-MG referentes a 2004.

* Renda média familiar mensal, em salários mínimos. ** Média de anos de estudo dos moradores com 25 anos ou mais.

Por sua vez, o Vereador Índio, reeleito pelo PTB em 2004, apresenta perfil eleitoral concentrado contíguo. Suas UEHs efetivas são quatro de tipo Operário-Popular, duas de tipo Médio e uma tem perfil Médio-Superior. A maior parte das áreas onde o parlamentar concentra seus votos situa-se na Regional Nordeste de Belo Horizonte. Quanto à renda média domiciliar mensal nessas Unidades, situa-se entre 5,12 e 13,52 salários mínimos, e a escolaridade média de seus habitantes com 25 anos ou mais varia de 5,50 a 9,49 anos de estudo (Tabela 15).

Tabela 15. UEHs efetivas em termos eleitorais – Vereador Índio 2004

Nº da UEH	Tipo	Renda*	Anos de estudo**	População	Locais de votação	Seções	Votos	Voto/seção
46	Operário-popular	6,40	6,37	27253	5	47	2.681	57,04
37	Médio	10,92	7,84	29055	5	39	838	21,49
17	Médio-superior	13,52	9,49	24308	4	34	257	7,56
47	Operário-popular	5,12	5,50	28810	4	39	199	5,1
56	Operário-popular	6,00	6,31	41619	6	57	247	4,33
27	Médio	12,50	8,64	38159	6	41	155	3,78
57	Operário-popular	5,84	6,07	46875	7	77	259	3,36

Fonte: Instituto do Milênio – Observatório das Metrôpoles – Núcleo MG – PUC Minas 2006.

Construído a partir de dados do Senso Demográfico – IBGE 2000 e informações do TRE-MG referentes a 2004.

* Renda média familiar mensal, em salários mínimos. ** Média de anos de estudo dos moradores com 25 anos ou mais.

Eleito para seu primeiro mandato na Câmara Municipal de Belo Horizonte, o Vereador Fred Costa, filiado ao PHS, apresentou votação efetiva em oito UEHs no pleito de 2004. As áreas onde o parlamentar concentra seus votos estão dispostas de maneira contígua e a maior parte delas localiza-se na zona Sul da cidade. As UEHs em que Fred Costa obteve suas votações mais expressivas são de tipo Superior, seis delas, e duas possuem perfil Operário. A renda média dos domicílios dessas localidades varia de 4,62 a 44,44 salários mínimos mensais. No caso da escolaridade média dos moradores com mais de 25 anos dessas UEHs, vai de 5,34 a 13,08 anos de estudo (Tabela 16).

Tabela 16. UEHs efetivas em termos eleitorais – Vereador Fred Costa 2004

Nº da UEH	Tipo	Renda*	Anos de estudo**	População	Locais de votação	Seções	Votos	Voto/seção
20	Superior	33,74	12,60	37189	10	90	1.364	15,16
50	Operário	4,62	5,34	31133	3	36	260	7,22
11	Superior	44,44	13,08	21335	3	27	85	3,15
12	Superior	36,10	12,94	31138	7	78	224	2,87
2	Superior	39,27	12,74	28095	8	80	173	2,16
21	Superior	31,69	12,35	33373	5	42	73	1,74
10	Superior	35,07	12,86	21863	5	86	140	1,63
49	Operário	5,61	6,06	28034	4	32	52	1,62

Fonte: Instituto do Milênio – Observatório das Metrôpoles – Núcleo MG – PUC Minas 2006.

Construído a partir de dados do Senso Demográfico – IBGE 2000 e informações do TRE-MG referentes a 2004.

* Renda média familiar mensal, em salários mínimos. ** Média de anos de estudo dos moradores com 25 anos ou mais.

No pleito municipal de 2004, Silvinho Rezende reelegeu-se para um terceiro mandato de vereador em Belo Horizonte pelo PTN, concentrando seus votos em oito UEHs. Tais Unidades encontram-se dispostas de forma não-contígua dentro do território do município. Quanto à classificação Sócio-ocupacional dessas áreas, seis delas enquadram-se na tipologia Operário-popular e duas têm perfil Médio. Os domicílios dessas áreas apresentam renda média mensal que varia de 4,95 a 10,24 salários mínimos. No caso da escolaridade média dessas seis UEHs, oscila entre 5,34 e 8,20 anos de estudo, no caso dos moradores com 25 anos ou mais (Tabela 17).

Tabela 17. UEHs efetivas em termos eleitorais – Vereador Silvinho Rezende 2004

Nº da UEH	Tipo	Renda*	Anos de estudo**	População	Locais de votação	Seções	Votos	Voto/seção
91	Operário-popular	4,95	5,34	22043	5	52	2.488	47,85
90	Operário-popular	6,21	5,86	23980	5	37	834	22,54
71	Médio	8,59	7,73	28715	7	53	853	16,09
78	Operário-popular	6,32	6,52	32133	5	48	556	11,58
92	Operário-popular	5,63	6,03	37113	4	49	540	11,02
69	Operário-popular	6,13	5,77	38158	7	72	504	7
70	Médio	10,24	8,20	20411	3	30	167	5,57
57	Operário-popular	5,84	6,07	46875	7	77	427	5,54

Fonte: Instituto do Milênio – Observatório das Metrôpoles – Núcleo MG – PUC Minas 2006.

Construído a partir de dados do Senso Demográfico – IBGE 2000 e informações do TRE-MG referentes a 2004.

* Renda média familiar mensal, em salários mínimos. ** Média de anos de estudo dos moradores com 25 anos ou mais.

O Vereador Preto, do PFL, reeleito em 2004 para seu terceiro mandato na Câmara Municipal de Belo Horizonte, classifica-se em termos eleitorais, utilizando a metodologia aqui empregada, como concentrado não-contíguo. As oito UEHs eleitoralmente efetivas para esse parlamentar dividem-se quanto ao perfil em: três Médio-Superiores, duas Superiores e três de tipo Médio. No que se refere à renda média dos domicílios dessas áreas, varia de 8,01 a 33,74 salários mínimos mensais, enquanto que a escolaridade média vai de 7,17 a 12,60 anos de estudo para os moradores com mais de 25 anos (Tabela 18).

Tabela 18. UEHs efetivas em termos eleitorais – Vereador Preto 2004

Nº da UEH	Tipo	Renda*	Anos de estudo**	População	Locais de votação	Seções	Votos	Voto/seção
31	Médio-superior	17,49	10,09	37609	11	105	2.440	23,24
21	Superior	31,69	12,35	33373	5	42	822	19,57
13	Médio-superior	19,70	11,03	20077	4	47	369	7,85
32	Médio	9,89	8,10	36143	7	53	407	7,68
20	Superior	33,74	12,60	37189	10	90	477	5,3
48	Médio	8,01	7,17	36727	4	53	250	4,72
25	Médio	9,18	7,77	22888	8	54	240	4,44
38	Médio-superior	14,41	9,31	32693	3	29	120	4,14

Fonte: Instituto do Milênio – Observatório das Metrôpoles – Núcleo MG – PUC Minas 2006.

Construído a partir de dados do Senso Demográfico – IBGE 2000 e informações do TRE-MG referentes a 2004.

* Renda média familiar mensal, em salários mínimos. ** Média de anos de estudo dos moradores com 25 anos ou mais.

Reeleito para seu segundo mandato, o Vereador Hugo Thomé, desta vez pelo PHS, obteve votação efetiva, nas eleições de 2004, em nove UEHs. Tais Unidades distribuem-se pelo município de maneira não-contígua, embora estejam, em sua maioria, localizadas na zona Oeste da cidade. Quanto à tipologia Sociocupacional, Hugo Thomé apresenta, entre as UEHs nas quais possui votação efetiva, três classificadas como Médio-Superior, duas de tipo Médio, duas de tipo Superior, uma Unidade definida como Operário-Popular e outra como Operário. Em relação à renda média domiciliar dessas nove áreas nas quais o parlamentar concentra seu eleitorado, varia de 5,61 a 36,42 salários mínimos mensais. Por sua vez, a menor escolaridade média da população maior de 25 anos residente nessas áreas é de 6,06 anos de estudos e, a maior, de 12,55 anos (Tabela 19).

Tabela 19. UEHs efetivas em termos eleitorais – Vereador Hugo Thomé 2004

Nº da UEH	Tipo	Renda*	Anos de estudo**	População	Locais de votação	Seções	Votos	Voto/seção
38	Médio-superior	14,41	9,31	32693	3	29	1.618	55,8
48	Médio	8,01	7,17	36727	4	53	684	12,9
29	Médio	11,86	8,63	18845	5	46	257	5,59
31	Médio-superior	17,49	10,09	37609	11	105	381	3,63
13	Médio-superior	19,70	11,03	20077	4	47	105	2,23
28	Operário-popular	7,10	6,68	22220	4	36	75	2,08
49	Operário	5,61	6,06	28034	4	32	51	1,59
3	Superior	36,42	12,55	22221	7	65	101	1,55
21	Superior	31,69	12,35	33373	5	42	62	1,48

Fonte: Instituto do Milênio – Observatório das Metrôpoles – Núcleo MG – PUC Minas 2006.

Construído a partir de dados do Senso Demográfico – IBGE 2000 e informações do TRE-MG referentes a 2004.

* Renda média familiar mensal, em salários mínimos. ** Média de anos de estudo dos moradores com 25 anos ou mais.

Por sua vez, Ronaldo Gontijo, dentre os vereadores com eleitorado classificado como de tipo concentrado, é aquele que obteve mais dispersa dentre os representantes eleitos na capital mineira em 2004. Vereador filiado ao PPS para seu quarto mandato na CMBH, Ronaldo Gontijo obteve votação efetiva em nove UEHs contíguas, localizadas na Regional Barreiro. Quatro dessas áreas são de tipo Médio-Inferior, quatro de tipo Operário e uma classificada como Médio. A renda média domiciliar dessas áreas varia de 4,49 a 10,46 salários mínimos mensais. Já a escolaridade média dos moradores do Barreiro com mais de 25 anos encontra-se entre 5,13 e 7,99 anos de estudo (Tabela 20).

Tabela 20. UEHs efetivas em termos eleitorais – Vereador Ronaldo Gontijo 2004

Nº da UEH	Tipo	Renda*	Anos de estudo**	População	Locais de votação	Seções	Votos	Voto/seção
59	Médio	10,46	7,99	19322	6	63	2.317	36,78
74	Médio-inferior	5,64	5,63	26596	5	45	1.082	24,04
58	Médio-inferior	7,17	6,96	31310	5	66	1.332	20,18
72	Médio-inferior	7,13	6,81	22592	2	32	626	19,56
73	Médio-inferior	7,73	6,74	35548	5	57	1.039	18,23
81	Operário	4,72	5,46	43802	6	67	737	11
82	Operário	4,49	5,13	23857	2	18	142	7,89
50	Operário	4,62	5,34	31133	3	36	245	6,8
49	Operário	5,61	6,06	28034	4	32	169	5,28

Fonte: Instituto do Milênio – Observatório das Metrôpoles – Núcleo MG – PUC Minas 2006.

Construído a partir de dados do Senso Demográfico – IBGE 2000 e informações do TRE-MG referentes a 2004.

* Renda média familiar mensal, em salários mínimos. ** Média de anos de estudo dos moradores com 25 anos ou mais.

A partir da apresentação dos perfis das UEHs que compõem as áreas onde os vereadores concentrados e Belo Horizonte, da XIV e XV Legislaturas, apresentam seus redutos eleitorais discutiremos, a seguir, esses resultados obtidos de forma agrupada e comparada.

3.4 Considerações sobre a geografia eleitoral dos parlamentares de Belo Horizonte – pleitos de 2000 e 2004

Durante o atual capítulo, abordamos questões relacionadas ao sistema eleitoral brasileiro, no qual vigora, para escolha de vereadores e deputados, a votação proporcional de lista aberta. Visamos a compreender como essa conformação das regras eleitorais repercutiria na concentração/dispersão espacial dos votos dos vereadores da CMBH. Ou seja, mediante análise empírica dos resultados eleitorais dos pleitos municipais ocorridos na capital mineira em 2000 e 2004, como podemos definir e classificar o eleitorado de cada um dos parlamentares daquela Casa legislativa, especificamente em relação à origem geográfica de seus votos? Nosso trabalho parte da hipótese de que o sistema eleitoral proporcional em vigor, mais do que representar diferentes interesses dos habitantes da cidade, estaria, na prática, sendo utilizado para defender demandas de regiões específicas do município. Em outras

palavras, estaria ocorrendo, nas eleições municipais brasileiras, em certa medida, uma distritalização informal do voto proporcional para os parlamentos locais.

Segundo revelam Kuschnir (2000), Ames (2003) e Carvalho (2003), as regras eleitorais que elegem vereadores e deputados no Brasil estariam possibilitando que as disputas políticas visando às casas legislativas ocorram não apenas entre setores e grupos de interesse existentes na sociedade, como também entre regiões de municípios e de estados.

Contudo, a despeito da existência de um número significativo de vereadores eleitos com votação concentrada, a análise dos resultados³⁶ dessas duas eleições ocorridas na capital mineira, em 2000 e 2004, não nos autoriza a falar em distritalização dos votos para a CMBH. Há, dentro desse parlamento, vereadores com os mais diferentes níveis de concentração eleitoral. De muito concentrados a extremamente dispersos, a CMBH possui, entre seus parlamentares, representantes eleitos sob os mais diferenciados padrões de concentração espacial de votos.

Dos 37 parlamentares eleitos pelo sufrágio ocorrido na capital mineira em 2000, nove podem ser considerados detentores de votação concentrada em determinada área da cidade. Do mesmo modo, dos 41 vereadores escolhidos pela população de Belo Horizonte quatro anos mais tarde, onze desses tiveram seu apoio centralizado em regiões específicas e limitadas do território municipal.

Entretanto, se é possível afirmar que alguns dos parlamentares eleitos para a CMBH, em 2000 e 2004, possuem seus eleitores concentrados em determinadas regiões da cidade, outros distribuem seus votos por praticamente todo o território municipal. Enquanto há vereadores que possuem menos de cinco UEHs efetivas, do ponto de vista eleitoral, outros parlamentares apresentam votação significativa em mais de 50 dessas Unidades. Dessa forma, se o caso de Belo Horizonte parece corroborar a idéia de que o sistema eleitoral em vigor permite que a representação parlamentar possa se dar a partir de questões regionais, ou melhor, a partir da definição de áreas e de localidades a serem privilegiadas dentro da circunscrição eleitoral, isso não significa que a maioria dos vereadores do município se enquadre nesse perfil. Trata-se, seja na XIV ou na XV Legislaturas, de um grupo minoritário dentro da CMBH.

É importante destacar que, como mostram os Quadros 04 e 05, em relação à concentração dos votos dos legisladores eleitos em 2000 e 2004, respectivamente, existe uma gradação iniciada pelo Vereador Índio, mais concentrado de Belo Horizonte em 2000, e

³⁶ Somente analisamos o perfil dos votos dos políticos eleitos.

finalizada por Leonardo Mattos, parlamentar eleito com votação mais dispersa entre os membros da CMBH, no início da XIV Legislatura.

Outro ponto que merece destaque em relação à geografia do voto dos vereadores de Belo Horizonte, especificamente em relação aos legisladores com perfil concentrado, refere-se à comparação entre as áreas de concentração eleitoral desses parlamentares em cada um dos pleitos destacados.

No que se refere à forma como se distribuem as UEHs efetivas dos legisladores concentrados, em cada um dos pleitos, podemos destacar algumas diferenças que, como veremos, ocorrem não apenas entre parlamentares distintos, como também em relação a um mesmo vereador, no caso de reeleitos. Nas eleições do ano 2000, a maioria dos concentrados possuía suas principais UEHs dispostas de maneira esparsa, não vizinhas umas as outras. Enquanto as áreas de concentração de cinco vereadores se distribuía de forma não-contígua, quatro outros parlamentares tiveram suas UEHs efetivas dispostas contiguamente. No caso dos legisladores eleitos no pleito de 2004, três concentraram votos em Unidades não-contíguas e oito vereadores tiveram suas UEHs com maior votação disposta de maneira contígua.

Em relação à caracterização sócio-ocupacional das UEHs que configuraram e delimitaram as áreas onde os vereadores com votação concentrada reúnem a maior parte de seus votos, é possível afirmar que apresentam significativa diversidade. Tal dissimilitude ocorre na maioria dos casos analisados, tanto se compararmos as UEHs das áreas de concentração de dois vereadores distintos, quanto de um mesmo parlamentar em duas eleições distintas. Dito de outra forma, dos vereadores concentrados da XIV Legislatura, apenas dois tiveram, entre suas UEHs efetivas, Unidades com classificação sócio-ocupacional próxima³⁷. Entre os parlamentares da Legislatura subsequente, somente quatro não tiveram, entre suas UEHs efetivas, Unidades com enormes diferenças sócio-ocupacionais. No caso dos demais vereadores, as UEHs que compõem suas áreas de concentração eleitoral apresentam grande diversidade sócio-ocupacional. Como exemplo, podemos citar as UEHs eleitoralmente efetivas para o Vereador Paulão a partir de seus votos em 2004. Entre as quatro Unidades com votação significativa para esse parlamentar, há três tipos sócio-ocupacionais, com enorme diferença entre esses, tão grande quanto a que separa UEHs classificadas como médio-superior das de perfil popular.

³⁷ Tendo como referência as categorias da tipologia sócio-ocupacional das UEHs, qual seja, Superior, Médio-Superior, Médio, Médio-Inferior, Operário, Operário-Popular e Popular, nessa ordem, estamos considerando vereadores com Unidades efetivas próximas ou semelhantes aqueles que possuem, em sua área de concentração eleitoral, no máximo três tipos de UEHs, dispostas em seqüência dentro dessa hierarquia classificatória.

Isso posto, destacaremos abaixo como evoluiu a geografia do voto dos vereadores concentrados eleitos em 2000 e reeleitos em 2004. Ou seja, abordaremos a seguir, além de questões relacionadas aos diferentes índices de parlamentares reeleitos entre os diferentes grupos de concentração, as alterações/continuidades da configuração geográfica das áreas nas quais se localiza o eleitorado dos vereadores concentrados da XIV Legislatura, reeleitos em 2004 (Figuras 1 a 7).

Dos 37 vereadores escolhidos pelo sufrágio do ano 2000, aqui denominados titulares³⁸, 19 parlamentares, ou 51,3% do total, foram reeleitos em 2004, fazendo parte dos 41 titulares da XV Legislatura³⁹. Comparados os percentuais de reeleitos entre os grupos de concentração, tem-se que, entre os 9 vereadores concentrados, 8 foram reeleitos, o equivalente a 88,9%. No caso dos parlamentares titulares da XIV Legislatura, com concentração de votos definida como intermediária⁴⁰, 47,4% foram reeleitos, ou seja, 9 dos 19 vereadores desse grupo. Por sua vez, apenas 2 dos 9 legisladores com voto disperso entre os titulares da XIV Legislatura conseguiram se reeleger (Tabela 21).

Tabela 21. Reeletos à CMBH em 2004 entre os titulares da XIV Legislatura

	<i>Titulares XIV</i>	<i>Reeleitos em 2004</i>	
<i>Perfil eleitoral</i>	número de vereadores		%
Concentrado	9	8	88,9
Intermediário	19	9	47,4
Disperso	9	2	22,2
Total	37	19	51,3

Fonte: Produzida pelo autor a partir de informações disponibilizadas pelo TRE-MG.

O percentual de reeleitos entre os 41 titulares da XV Legislatura, quando comparados aos titulares da legislatura seguinte, eleita em 2008, é de 56,1%. Quando comparados os índices de reeleição entre esses vereadores distribuídos por seus distintos perfis eleitorais, tem-se que, mais uma vez, os concentrados obtiveram um maior aproveitamento. Concentrados, intermediários e dispersos apresentaram como percentual de reeleição, respectivamente, 63,6%, 55% e 50%.

³⁸ Chamamos titulares os vereadores que tomaram posse no primeiro dia da XIV ou da XV Legislaturas, ou seja, aqueles que na eleição obtiveram votos suficientes para conquistar uma das cadeiras em disputa na CMBH. Desta forma, estamos excluindo aqueles parlamentares que ocuparam essas na condição de suplente, ainda que tenham tomado posse no decorrer desses períodos.

³⁹ Os índices de reeleição são geralmente determinados pela comparação entre os parlamentares que finalizam uma Legislatura e começam a subsequente. Aqui estamos comparando aqueles que começaram a XIV Legislatura em relação aos que começaram a XV.

⁴⁰ Parlamentares pertencentes ao 2º e 3º quartis de concentração eleitoral.

Tabela 22. Média de mandatos entre os titulares da XV Legislatura e reeleitos à CMBH, em 2008

Perfil eleitoral	Titulares XV		Reeleitos em 2008	
	média de mandatos	número de vereadores		%
Concentrado	3,1	11	7	63,6
Intermediário	2,5	20	11	55,0
Disperso	1,8	10	5	50,0
Total	2,2	41	23	56,1

Fonte: Produzida pelo autor a partir de informações disponibilizadas pelo TRE-MG.

Relacionado à capacidade de reeleição dos vereadores de Belo Horizonte, outro aspecto distintivo entre os grupos de concentração eleitoral diz respeito ao número de mandatos dos parlamentares neles reunidos. O conjunto dos vereadores titulares da XV Legislatura tinha, em média, 2,2 mandatos⁴¹. Entre os grupos de concentração dessa mesma Legislatura, vereadores concentrados, intermediários e dispersos possuíam, em média, 3,1, 2,5 e 1,8 mandatos na CMBH⁴², respectivamente (Tabela 22).

Quanto aos desenhos e contornos da geografia do voto dos oito parlamentares eleitos com votação concentrada em 2000 e reeleitos em 2004, apenas um, o Vereador Gêra Ornelas, manteve inalterada sua configuração eleitoral de um pleito para o outro. Ou seja, tomando como referência o desempenho nesses dois sufrágios, somente o político do PSB concentrou novamente seus votos, exclusivamente, nas mesmas UEHs. Quatro dos concentrados reeleitos aumentaram o número de UEHs efetivas para sua votação. Dois legisladores, por sua vez, a partir de sua atuação durante a XIV Legislatura e da campanha eleitoral de 2004, concentraram ainda mais os seus votos, reduzindo o número de Unidades significativas em termos eleitorais. Em relação à distribuição das UEHs efetivas para os parlamentares, houve casos em que vereadores avizinham suas áreas eleitoralmente mais expressivas, como também se verificou o contrário, ou seja, a mudança de uma base contígua para uma não-contígua.

⁴¹ Dado produzido a partir de informações fornecidas pela CMBH, em 2008. Consideramos como uma unidade ou um mandato, o fato do parlamentar ter tomado posse em uma determinada legislatura. Ou seja, consideramos, quer o vereador tenha feito parte da CMBH durante os quatro anos de uma legislatura ou apenas em parte dela, como um mandato. A partir de então foi tirada a média aritmética dos projetos de cada um dos grupos de parlamentares.

⁴² A título de ilustração, ainda à cerca da permanência e continuidade de alguns membros do poder legislativo municipal de Belo Horizonte em seus cargos, outro dado parece ser significativo. O *site* do TRE-MG, ao apresentar a relação dos vereadores eleitos para a CMBH no sufrágio de 2004, informa também a profissão dos legisladores. Nessa relação, nada menos que 17 dos 41 parlamentares têm o campo destinado à profissão preenchido como: “membro do legislativo”.

No entanto, se a ocorrência de alterações nas áreas onde eles centralizam seus votos, de um pleito para o outro, parece ser a regra entre esses parlamentares, eles continuaram apresentando votação concentrada e, pode-se afirmar, localizadas nas mesmas regiões da cidade. Em outras palavras, essas alterações nos contornos que delimitam as áreas nas quais os vereadores concentrados centralizaram seus votos não impedem que afirmemos que eles se mantiveram, em 2004 relacionado a 2000 com votação localizada nas mesmas regiões do município. Ou seja, as mudanças nos limites da geografia eleitoral desses parlamentares, apesar de relevantes, são, no geral, menos significativas e expressivas que suas manutenções e continuidades.

Tendo como referência a geografia eleitoral dos vereadores de Belo Horizonte eleitos em 2000 e em 2004 aqui apresentada, daremos início, no próximo capítulo, à análise dos projetos de lei de autoria do Legislativo e do Executivo municipais. Em seguida, focaremos nossa reflexão sobre os vereadores, divididos entre os grupos de concentração aqui elaborados. Assim, pretendemos verificar possíveis reflexos dos diferentes perfis eleitorais sobre a atuação dos parlamentares da CMBH, especificamente, no que se refere aos seus projetos de lei. Analisaremos se estímulos eleitorais distintos repercutem, e de que forma repercutem, na produção legislativa da cidade. Em outras palavras, discutiremos a conexão eleitoral existente entre concentração eleitoral e projetos de lei.

4. OS PROJETOS DE LEI E SUA CONEXÃO ELEITORAL EM BELO HORIZONTE (2001-07)

Neste capítulo analisamos as proposições legislativas apresentadas à CMBH entre 2001 e 2007. Após a exposição da metodologia e definição das categorias utilizadas, classificamos e discutimos os projetos de lei apresentados pelo Legislativo municipal de Belo Horizonte comparado com as iniciativas do Executivo. Em seguida, as configurações dos projetos de lei de iniciativa dos parlamentares de Belo Horizonte, no período destacado, são cotejadas entre grupos de parlamentares com diferentes perfis eleitorais. No caso dos vereadores eleitos com votação concentrada, analisamos também a produção legislativa desses representantes, individualmente. Desta forma, iniciamos nossa análise das proposições legislativas da capital mineira apresentando a metodologia utilizada para tal.

4.1 Considerações metodológicas

A proposta deste capítulo é analisar em que medida a configuração dos votos dos vereadores da capital mineira interfere na legislação debatida e produzida na Câmara Municipal de Belo Horizonte. Dito de outra forma, procuramos discutir a importância, ou não, dos contornos da geografia eleitoral dos representantes do legislativo local para os projetos de lei que tramitam nesse parlamento. O objetivo é compreender em que medida as bases de votos dos vereadores podem nos ajudar a explicar seu trabalho legislativo, ou melhor, os projetos de lei que esses parlamentares apresentam.

Nesse sentido, para estabelecer essa conexão eleitoral entre votos e proposições legislativas necessitamos não só dos contornos eleitorais dos parlamentares, discutidos no capítulo anterior, como também da análise dos projetos de lei que tramitaram na CMBH no período estabelecido por nossa pesquisa: primeiro de janeiro de 2001 a 25 de setembro de 2007. Assim sendo, aqui daremos início à discussão e abordagem dos projetos de lei apresentados ao parlamento local de Belo Horizonte durante aquele período.

A análise das proposições legislativas parte dos registros realizados pela Câmara Municipal de Belo Horizonte, mais precisamente por seu Setor Legislativo. Os registros

apresentam o tipo de proposição, o número do projeto, data de recebimento, autor ou autores, assunto, ementa e *status*⁴³ (fase do trâmite legislativo em que se encontra o projeto).

Essas informações foram organizadas em dois bancos de dados: um referente às iniciativas apresentadas durante a XIV Legislatura e outro com as proposições encaminhadas na XV Legislatura. O primeiro passo foi separar os projetos de lei, nosso foco neste trabalho, das demais proposições legislativas, tais como: Projeto de Emenda à Lei Orgânica, Projetos de Resolução e Decreto Legislativo. Em seguida, passamos à classificação dos projetos de lei apresentados à CMBH, no período em destaque, segundo *tema, conteúdo, público beneficiado e área de abrangência*

A partir da leitura dos assuntos e ementas⁴⁴ dos projetos de lei apresentados à CMBH no período compreendido entre os anos de 2001 e 2007, elaboramos dez categorias,⁴⁵ buscando classificar de forma mais específica as proposições encaminhadas ao parlamento quanto ao tema. Nesse sentido, cada projeto de lei foi classificado a partir das seguintes temáticas: *administrativa, social, econômica, urbana, ambiental, regulação de atividades, cultural, utilidade pública, denominação e homenagem*.

Abaixo, apresentamos de forma detalhada a descrição e o que consideramos como um projeto de lei pertencente a cada um dos temas acima listados. Além disso, incluímos exemplos de ementas de projetos classificados sob cada uma dessas categorias.

Administrativo: projetos relacionados a contratos, licitações, regimento interno, organização de serviços e atividades da administração pública, sempre que não diretamente

⁴³ A partir das informações acerca do *status* dos projetos de lei no dia 25 de setembro de 2007, fornecidas pela CMBH, estabelecemos três categorias: *aprovado, não aprovado e tramitando*. *Aprovado*, como o próprio nome sugere, são aquelas iniciativas que, após passarem pelo trâmite legislativo, foram aceitas e transformadas em lei. Os projetos classificados como *não aprovado* são aqueles que foram rejeitados após serem colocados em discussão, as iniciativas retiradas por seus autores e aquelas que, ao fim da XIV Legislatura, foram arquivadas, uma vez que não tiveram sua tramitação concluída. Por sua vez, sob a rubrica *tramitando*, encontram-se proposições da XV Legislatura, em discussão (seja nas comissões ou em plenário) ou votação (em turno único, primeiro ou em segundo turno), assim como aquelas que apenas foram apresentadas, que não iniciaram as etapas subsequentes do processo legislativo.

⁴⁴ Por vezes, apenas as ementas e assuntos se mostraram insuficientes para classificar os projetos de lei de maneira satisfatória, seja em relação ao tema e conteúdo, seja quanto à área do município a qual se destinava a iniciativa. Recorremos, então, ao texto dos projetos de lei propriamente ditos, à legislação criada em caso de proposição aprovada e, em caso de alteração de legislação existente, à lei original. Ainda assim, sobretudo no caso de projetos da primeira legislatura estudada, algumas proposições foram agrupadas sob a rubrica *indefinido*, indicando a impossibilidade de determinar sua classificação entre uma das categorias utilizadas.

⁴⁵ A elaboração dessas categorias teve como ponto de partida a organização da própria Câmara Municipal de Belo Horizonte, a partir de suas comissões temáticas. São elas: Legislação e justiça; Administração pública; Orçamento e finanças públicas; Meio ambiente e política urbana; Desenvolvimento econômico; Transporte e sistema viário; Saúde e saneamento; Direitos humanos e defesa do consumidor; Educação, ciência, tecnologia, cultura, esporte, lazer e turismo. Além disso, constituiu-se em referência importante a classificação elaborada por Raimundo (2005) para agrupar os projetos de lei apresentados à Câmara Municipal de São Paulo entre Política social, Administração pública, Política urbana, Política econômica, Regulação de atividades, não programáticos.

relacionadas aos outros temas. Iniciativas destinadas à criação de órgãos e conselhos municipais, questões relacionadas aos servidores municipais, tais como concursos públicos, remuneração, plano de carreira, licença. Encontram-se listados abaixo exemplos de ementas de projetos considerados de tema administrativo:

Dispõe sobre o exercício do referendo e do plebiscito no Município;
Dispõe sobre condições para aposentadoria do Chefe do Executivo;
Dispõe sobre a utilização de programas de computador na administração pública de Belo Horizonte.

Social: projetos relacionados às áreas de saúde e educação (exceto servidores e questões administrativas das secretarias de saúde e educação), de ciência e tecnologia, trabalho, habitação, alimentação, políticas de abastecimento, assistência social, direitos humanos e questões relacionadas a grupos sociais minoritários (não relacionadas a transporte ou à acessibilidade). Abaixo estão algumas iniciativas no tema social:

Dispõe sobre assistência à mulher vítima de violência;
Dispõe sobre distribuição de preservativos à população de rua;
Dispõe sobre reserva de vaga para criança com necessidades especiais em centro de educação infantil da rede municipal de ensino e dá outras providências;
Dispõe sobre o policiamento obrigatório nas Escolas da Rede Municipal de Ensino que funcionam no período noturno;
Estabelece diretrizes para a implantação do Programa de Desospitalização Psiquiátrica – PDP;
Autoriza o Executivo a criar o serviço de psicologia escolar;
Concede à gestante em estado de risco nutricional o direito de acesso à merenda distribuída em escola da rede pública municipal;
Cria o programa municipal de combate e prevenção à dengue e dá outras providências.

Econômico: relacionados ao orçamento, finanças públicas, impostos, tributos, taxas, tarifas, desenvolvimento econômico. Exemplos de ementas de projetos de tema econômico apresentados na CMBH entre 2001 e 2007:

Concede anistia de ITBI às empresas que se instalarem no Município e dá outras providências;

Dispõe sobre a criação do pólo de desenvolvimento econômico nas zonas oeste e norte do Município;

Dispõe sobre recolhimento dos valores de Multas, preços públicos e encargos nas situações que menciona e dá outras providências;

Dispõe sobre a redução da taxa de iluminação pública do município;

Dispõe sobre a obrigatoriedade do estabelecimento de datas opcionais para o pagamento de impostos e taxas públicas Municipais;

Altera a Lei nº 5.839/90, que trata de isenções, incentivos e benefícios fiscais;

Autoriza compensação entre valores de precatório e débito vincendo ou vencido decorrente do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU);

Altera a Lei nº 8.725/03, que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - e dá outras providências.

Urbano: trata do zoneamento, parcelamento, uso e ocupação do solo, do código de posturas no que diz respeito à realização de obras, regulação de edificações, trânsito, questões relacionadas a transporte, sistema viário, acessibilidade e segurança pública. Abaixo estão relacionadas algumas ementas de projetos de temática urbana:

Cria faixas de trânsito exclusivas para motocicleta, nas avenidas que menciona, e dá outras providências;

Altera o zoneamento previsto no Anexo II da Lei nº 7.166/96, que estabelece normas e condições para parcelamento, ocupação e uso do solo urbano do Município;

Assegura a pessoa maior de 60 anos gratuidade de transporte no Sistema Municipal de Transporte Público por ônibus;

Cria o Passe Livre para o Líder Comunitário;

Estabelece medidas para facilitar a locomoção de pessoas portadoras de deficiência física.

Ambiental: aborda questões relacionadas à ecologia, natureza e preservação do meio ambiente, direito e licença ambiental, fontes alternativas de energia, parques, limpeza urbana, reciclagem, reaproveitamento, coleta e destinação do lixo e saneamento. Exemplo de projetos com tema definido como ambiental:

Dispõe sobre concessão dos serviços públicos de tratamento e destinação final de resíduos de limpeza urbana;

Dispõe sobre o plantio de espécimes de pau-brasil em parques e praças do Município e dá outras providências;

Dá nova redação ao Capítulo IV da Lei nº 4.253/85, que dispõe sobre a política de proteção, do controle e da conservação do meio ambiente e da melhoria da qualidade de vida no Município de Belo Horizonte;

Cria o Parque Ecológico e Cultural "Goiânia" e dá outras providências;

Dispõe sobre a localização das compensações ambientais ao município por parte dos empreendimentos/empreendedores sujeitos ao licenciamento ambiental.

Regulação de atividades: estabelece padrões, procedimentos, critérios e normas para a prestação de serviços, regulação de atividades (exceto atividades da administração pública), funcionamento de estabelecimentos comerciais e feiras, questões relacionadas ao exercício profissional e realização de trabalhos, código de posturas não relacionado a obras, regras e organização da vida comunitária, defesa do consumidor e questões relacionadas ao consumo, a anúncios e à publicidade no município, de maneira geral. Abaixo estão listadas ementas de iniciativas cujo tema central relaciona-se à regulação de atividades:

Torna obrigatório, em sacolão ou estabelecimento similar, o uso de balança equipada com informações sobre descrição, peso e preço dos produtos comercializados;

Torna obrigatório, em farmácia ou estabelecimento similar, a destinação de área exclusiva para a venda de medicamentos genéricos;

Dispõe sobre o controle da poluição sonora no Município;

Altera a Lei número 7.617/98 , que dispõe sobre atendimento de cliente em estabelecimento bancário;

Dispõe sobre horário de funcionamento da Feira de Arte e Artesanato da Região Centro-Sul nos domingos que menciona;

Dispõe sobre propriedade, importação, adoção, comercialização, criação e manutenção de cães das raças que menciona e dá outras providências;

Dispõe sobre a proibição de transporte de ossadas e ou derivados de carne em carros ou caminhões abertos;

Dispõe sobre correção de erros de grafia em meios de publicidade e dá outras providências;

Dá nova redação ao inciso II do artigo.oitavo da Lei número 7.131/96, que dispõe sobre a instalação de engenho de divulgação de publicidade em logradouros públicos.

Cultural: relacionado às artes, patrimônio e eventos culturais, artísticos, esportivos e religiosos, questões relacionadas ao esporte, ao lazer e ao turismo. Listadas abaixo estão algumas proposições com tema cultural:

Institui a cobrança da meia-entrada em Estabelecimentos Culturais e de Lazer do Município de Belo Horizonte;

Oficializa o Festival Internacional de Teatro "Palco & Rua" de Belo Horizonte - FIT/BH e dá outras providências;

Institui área de lazer em avenida que denomina;

Institui o Registro de bens culturais de natureza imaterial no âmbito do município de Belo Horizonte e dá outras providências;

Dispõe sobre criação de campos e escolinhas para a prática de futebol e atividades correlatas.

Utilidade pública: relacionados à declaração, concessão e manutenção de Título de Utilidade Pública. Seguem abaixo exemplos de ementas de proposições com tema utilidade pública:

Declara de Utilidade Pública a Creche Infantil Dois Dentinhos;

Concede o Título de Utilidade Pública Municipal à entidade que menciona;

Mantém o Título de utilidade pública ao Grande Oriente do Estado de Minas Gerais, antigo Grande Oriente de Minas Gerais.

Denominação: estabelece a denominação de “próprios”⁴⁶ municipais, logradouros, praças, parques, etc.. Abaixo estão exemplos de projetos cuja temática é denominação:

Dá o nome de Rua Esaú à Rua Mil Quinhentos e Quarenta e Três, no Bairro Antônio Ribeiro de Abreu;

Dá o nome de Praça do Apostolado da Oração ao local que menciona;

Dá o nome de Governador Leonel Brizola a uma escola municipal da Capital.

⁴⁶ Termo utilizado para se referir a propriedades e bens imobiliários de uma entidade de direito público interno.

Homenagem: projetos que envolvem a concessão de Títulos de Cidadão Honorário e outras condecorações, declaração de Cidade Irmã, estabelecimento de datas comemorativas e de destaque, etc.. Listadas abaixo estão algumas ementas de projetos cujo tema é homenagem:

Institui a Semana da Família e dá outras providências;

Declara a Cidade de Trípoli, Capital da Líbia, Cidade Irmã de Belo Horizonte;

Fica instituído o Feriado Municipal do "Dia da Consciência Negra";

Institui o Dia Municipal da Marcha para Jesus;

Declara Belo Horizonte a Capital da Peteca e dá outras providências;

Institui o Dia Municipal do Porteiro.

A partir da elaboração dessas categorias relacionadas ao tema das proposições, organizamos dois conjuntos de temas, tendo em vista a natureza dessas rubricas, com o objetivo de distinguir temáticas que possuem maior importância potencial, isto é, que possuem maior impacto provável sobre a vida dos moradores da cidade. Dividimos, então, o grupo de temas, ou melhor, o conjunto dos projetos quanto ao conteúdo: político ou simbólico.

Entendemos como projetos de conteúdo propriamente político aqueles que se relacionam mais diretamente às principais atribuições da administração pública municipal. Não estamos querendo dizer, com isso, que não faça parte das funções do Executivo ou do Legislativo nomear ruas, praças ou mesmo escolas. Mas discussões em torno do nome a ser dado a um estabelecimento de ensino, por exemplo, são substantivamente distintas daquelas que deliberam sobre a construção, ou não, de uma escola, sua localização, tamanho, níveis de ensino ou mesmo turnos de funcionamento. Nesse sentido, as iniciativas de conteúdo político expressarão, mais que aquelas de caráter simbólico, divergências de pensamentos, visões de mundo ou de interesses. Assim, consideramos temas cujo conteúdo tende a ser propriamente político o administrativo, o cultural, o econômico, o ambiental, a regulação de atividades, o social e o urbano. Por sua vez, as proposições de caráter simbólico possuem temas de nomeação, utilidade pública ou homenagem.

O fato de considerarmos os temas listados acima como possuidores de conteúdo político não exclui a possibilidade de que projetos apresentados nessas áreas possam ser entendidos como desnecessários, irrelevantes, ou mesmo possuírem caráter simbólico. Casos

desse tipo não faltam, como mostram alguns dos exemplos acima, dentro da temática regulação de atividades. Por outro lado, se há espaço para projetos simbólicos e de importância questionável também nos temas considerados políticos, praticamente não há possibilidade para discussão de questões relevantes e políticas entre as proposições de temáticas simbólicas.

Outro aspecto analisado nos projetos de lei apresentados à CMBH no período em destaque é a existência ou não de um grupo ou setor social que será claramente *beneficiado* a partir da aprovação da iniciativa. Entendemos que toda e qualquer proposição apresentada à CMBH ou a qualquer outro parlamento interessa a alguém (nem que seja apenas ao seu autor) e, nesse sentido, pode ser apontada a existência de um beneficiado. Entretanto, o que estamos tratando aqui não é de que interesse está sendo defendido com a iniciativa ou quem a proposição representa. Tais definições demandariam um estudo extremamente aprofundado da iniciativa, sua origem, seus possíveis impactos e dos grupos de interesse a ela relacionados. O que estamos destacando com essa categoria é se o projeto segmenta explicitamente a população a ser diretamente atingida de forma positiva, a ser beneficiada a partir de aprovação da lei ou não. Os exemplos de ementas de iniciativas, apresentados abaixo, nos ajudarão a compreender aquilo que estamos querendo dizer por existência ou não de grupo social beneficiado:

Institui a gratuidade aos portadores do vírus HIV⁴⁷, nos serviços de transporte coletivo de passageiros por ônibus do Município;

Isenta o servidor público municipal inativo e pensionista da contribuição previdenciária;

Dispõe sobre assistência à mulher vítima de violência;

Institui cota para acesso de descendentes afro-brasileiros a cargos na Administração Pública do Município ou a empresa que a ele preste serviço;

Permite acréscimo do potencial construtivo em edificação de uso residencial ou misto que utilize energia solar;

Institui a participação popular na discussão e elaboração do orçamento municipal;

Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de câmera de vídeo em local de grande risco de violência no Município.

⁴⁷ Sublinhados feitos pelo autor.

As quatro primeiras ementas de projetos de lei acima são exemplos de casos em que o grupo social beneficiado pela iniciativa está explicitado. Em destaque, nestes exemplos, estão os setores da sociedade que serão contemplados a partir da aprovação da proposição. Por sua vez, as três últimas ementas não especificam aqueles que serão beneficiados pela nova legislação, ou melhor, apresentam um ganho capaz de ser usufruído, pelo menos em tese, por todo e qualquer munícipe.

Outro aspecto aqui analisado das proposições legislativas apresentadas à CMBH trata da área de abrangência da iniciativa. Em outras palavras, procuramos determinar se o projeto de lei refere-se especificamente a uma determinada região da cidade, limitando-se em termos de implicações àquela porção do território municipal – *localizável* – ou abrange espacialmente toda ou várias regiões da capital – não localizável.

Todas as leis aprovadas pela Câmara Municipal de Belo Horizonte, assim como ocorre com todos os parlamentos locais no Brasil, possuem sua aplicação restrita aos limites do território da cidade. Contudo, o que pretendemos discriminar aqui são iniciativas que tratam o município como um todo daquelas que possuem aplicação pontual, restrita a uma pequena parcela geográfica da cidade. Abaixo apresentamos exemplos de ementas de algumas proposições que ajudarão a compreender melhor os limites dessa categoria:

Localizáveis

Declara de utilidade pública a Creche Lar da Criança Feliz; Céu Azul, Regional Venda Nova;

Dispõe sobre desafetação e alienação da área que menciona, no Bairro Universitário;

Cria a Área de Proteção Ambiental Fazenda Capitão Eduardo e dá outras providências;

Não localizáveis

Dispõe sobre proibição de feiras, eventos e festas públicas e privadas em avenidas que tenham Pista de Cooper;

Dá nova redação ao caput do art. 3º e acrescenta parágrafo à Lei nº 3.213/80, que estabelece normas para a exploração do comércio ambulante e dá outras providências.

Nos três primeiros exemplos acima, classificados como projetos localizáveis, é possível determinar com clareza a área da cidade que vai ser afetada a partir da aprovação da

iniciativa. Isso ocorre porque a Creche Lar da Criança Feliz atende meninos e meninas de sua vizinhança, no Bairro Céu Azul, ou, no caso da segunda ementa, trata de uma área específica do Bairro Universitário. Diferentemente, os dois últimos projetos definem regras gerais que valem para toda e qualquer avenida que possua pista de Cooper, aplicando-se, então, a várias vias de diversas regiões da cidade. E, no caso do último exemplo, as normas se aplicam ao comércio ambulante em qualquer área do município, seja ele realizado no Centro, no Barreiro ou em Venda Nova, por exemplo.

A partir da classificação dos projetos de lei cuja aplicabilidade seria geograficamente localizável, procuramos determinar a que bairro ou bairros vizinhos se destinava para, então, definir a regional administrativa do município a que a medida se direcionava. Mediante definição da regional contemplada com a proposição legislativa, realizamos um cotejamento relacionando as UEHs efetivas em termos eleitorais para os vereadores de votação concentrada com seus projetos localizáveis. Ou seja, dito de outra forma, determinamos em que regionais se localizam as UEHs efetivas para os vereadores concentrados. Tal medida tornou possível, também, definir para cada regional quantos e quais seriam os vereadores com votação concentrada que, nessas áreas do município, obtêm parte significativa de seus votos. A partir de então, foi possível dizer quais projetos localizáveis de determinado *vereador concentrado* foram destinados, ou não, à regional ou regionais administrativas nas quais o parlamentar concentrou seus votos.

Assim, classificadas as proposições legislativas apresentadas à CMBH entre 2001 e 2007 nas categorias acima apresentadas, isto é, *temática, conteúdo, público beneficiado e área de abrangência*, e uma vez determinadas as regionais às quais se destinam os projetos localizáveis, os dados serão a seguir apresentados de forma a possibilitar a comparação entre os diferentes grupos abaixo relacionados.

Em um primeiro momento apresentaremos, em tabelas, os dados referentes à totalidade dos projetos de lei apresentados pelo Legislativo⁴⁸ e pelo Executivo em todo o período destacado. Dividiremos, também, as proposições encaminhadas por ambos os poderes em cada uma das legislaturas analisadas, XIV e XV. Neste momento, utilizaremos as seguintes nomenclaturas:

Legislativo (2001-07): todos os projetos de lei apresentados por membros do parlamento municipal de Belo Horizonte no período de primeiro de janeiro de 2001 a 25 de setembro de 2007;

⁴⁸ Projetos dos vereadores, de autoria individual ou coletiva.

Legislativo XIV: todos os projetos de lei de autoria dos vereadores da capital mineira apresentados durante a XIV Legislatura, entre primeiro de janeiro de 2001 e 31 de dezembro de 2004;

Legislativo XV: todos os projetos de lei apresentados por parlamentares durante o período da XV Legislatura, ou seja, de primeiro de janeiro de 2005 a 25 de setembro de 2007;

Executivo (2001-07): todos os projetos de lei apresentados pelo chefe do Executivo à CMBH entre primeiro de janeiro de 2001 e 25 de setembro de 2007;

Executivo XIV: todos os projetos de lei de autoria do Poder Executivo apresentados durante a XIV Legislatura, entre primeiro de janeiro de 2001 e 31 de dezembro de 2004;

Executivo XV: todas os projetos de lei apresentados pelo Prefeito de Belo Horizonte no período da XV Legislatura, isto é, de primeiro de janeiro de 2005 a 25 de setembro de 2007.

Em seguida, daremos início ao estudo específico da legislação apresentada pelos membros do parlamento. Neste segundo momento, dividiremos a análise entre os projetos apresentados durante a XIV e a XV Legislaturas. Em ambas, trataremos inicialmente dos parlamentares agrupados segundo os grupos abaixo e, posteriormente, compararemos os *vereadores concentrados* individualmente:

XIV Legislatura

Legislativo: todos os projetos de lei de autoria dos vereadores da capital mineira apresentados durante a XIV Legislatura, entre primeiro de janeiro de 2001 e 31 de dezembro de 2004;

Titulares total XIV: projetos de lei apresentados por parlamentares da CMBH durante a XIV Legislatura, excetuando-se aqueles de autoria dos vereadores que, logo após a eleição, não haviam conquistado um lugar entre as vagas em disputa, ficando na suplência de outros legisladores;

Titulares: projetos de lei de autoria individual apresentados à CMBH, por parlamentares não suplentes, durante a XIV Legislatura;

Concentrados XIV - Total: projetos de lei de autoria individual apresentados à CMBH durante a XIV Legislatura, por vereadores titulares cuja votação pertence ao primeiro quartil de concentração eleitoral⁴⁹;

Concentrados XIV – Contíguos: projetos de lei de autoria individual apresentados à CMBH durante a XIV Legislatura, por vereadores titulares cuja votação pertence ao primeiro

⁴⁹ A distribuição completa dos vereadores titulares de Belo Horizonte, eleitos nas eleições de 2000 e 2004, entre os quartis de concentração eleitoral encontra-se disponível no segundo capítulo deste trabalho.

quartil de concentração e suas UEHs efetivas do ponto de vista eleitoral se encontram distribuídas de forma contígua;

Concentrados XIV – Não-contíguos: projetos de lei de autoria individual apresentados à CMBH durante a XIV Legislatura, por vereadores titulares cuja votação pertence ao primeiro quartil de concentração e suas UEHs efetivas do ponto de vista eleitoral não se encontram distribuídas de forma contígua;

Dispersos: projetos de lei de autoria individual apresentados à CMBH durante a XIV Legislatura, por vereadores titulares cuja votação pertence ao quarto quartil de concentração eleitoral.

XV Legislatura

Legislativo total XV: todas as propostas legislativas⁵⁰ (projetos de emenda à lei orgânica, projetos de resolução, decretos legislativos e projetos de lei), de autoria dos vereadores de Belo Horizonte, apresentadas durante o período analisado da XV Legislatura, entre primeiro de janeiro de 2005 e 25 de setembro de 2007;

Legislativo: projetos de lei de autoria dos vereadores da capital mineira apresentados durante o período em estudo da XV Legislatura;

Titulares total XV: projetos de lei apresentados por parlamentares da CMBH durante a XV Legislatura, excetuando-se aqueles de autoria dos vereadores que, logo após a eleição, não haviam conquistado um lugar entre as vagas em disputa, ficando na suplência de outros legisladores;

Titulares: projetos de lei de autoria individual apresentados à CMBH, por parlamentares não suplentes, durante a XV Legislatura;

Concentrados XV - Total: projetos de lei de autoria individual apresentados à CMBH durante a XV Legislatura, por vereadores titulares cuja votação pertence ao primeiro quartil de concentração eleitoral;

Concentrados XV – Contíguos: projetos de lei de autoria individual apresentados à CMBH durante a XV Legislatura, por vereadores titulares cuja votação pertence ao primeiro quartil de concentração e suas UEHs efetivas do ponto de vista eleitoral se encontram distribuídas de forma contígua;

⁵⁰ Trata-se do único conjunto de proposições em que apresentamos dados empíricos relativos às propostas, em termos de legislação, que não se restringem aos projetos de lei. Isso porque somente em relação à segunda legislatura estudada tivemos acesso aos dados referentes ao total de propostas legislativas. Sendo assim, ao longo desse estudo, em todos os demais grupos, quando utilizarmos o termo *projetos*, *proposições* ou *iniciativas*, em se tratando de legislação, estaremos nos referindo apenas a projetos de lei.

Concentrados XV – Não-contíguos: projetos de lei de autoria individual apresentados à CMBH durante a XV Legislatura, por vereadores titulares cuja votação pertence ao primeiro quartil de concentração e suas UEHs efetivas do ponto de vista eleitoral não se encontram distribuídas de forma contígua;

Dispersos: projetos de lei de autoria individual apresentados à CMBH durante a XV Legislatura, por vereadores titulares cuja votação pertence ao quarto quartil de concentração eleitoral.

Dessa forma, uma vez descritas as categorias utilizadas na classificação dos projetos de lei e grupos de autores das proposições que iremos comparar, daremos início à apresentação dos dados obtidos a partir da utilização dessa metodologia. Começaremos pela comparação entre as iniciativas do Executivo e do Legislativo municipais.

4.2 Os projetos de lei na CMBH – Executivo e Legislativo (2001-07)

Antes de entrarmos de forma mais detalhada no estudo dos projetos de lei apresentados pelos vereadores de Belo Horizonte durante a XIV e XV⁵¹ Legislaturas, apresentaremos uma breve comparação entre as iniciativas legais do Poder Executivo e Legislativo ao longo do período. Analisaremos todos os projetos de lei que passaram pela Câmara Municipal de Belo Horizonte durante o intervalo destacado, seja de autoria do Executivo ou do Legislativo, assim como a contribuição em cada uma das duas legislaturas para as iniciativas do período. A comparação entre os projetos de lei apresentados pelos dois Poderes se dará em relação ao *tema* das propostas legislativas, ao seu *conteúdo*, à capacidade de *aprovação* das suas iniciativas, bem como se é possível destacar com clareza se há explicitamente um *grupo social beneficiado* pela proposição e se, do ponto de vista geográfico, o projeto tem aplicação *localizada*.

O Poder Executivo do município de Belo Horizonte apresentou, entre o ano de 2001 e o ano de 2007, 282 projetos de lei. Desse total, igual número de projetos foi apresentado

⁵¹ Como salientado anteriormente, nossa análise sobre a XV legislatura se encerra no dia 25 de setembro de 2007. Em outras palavras, todos os projetos analisados neste trabalho, seja de iniciativa do Poder Executivo ou do Poder Legislativo, foram apresentados entre o dia primeiro de janeiro de 2001 e o dia 25 de setembro de 2007. Da mesma maneira, o *status* dessas iniciativas, aqui limitadas ao fato de estarem em tramitação, de já terem sido aprovadas (transformadas em lei) ou de não terem mais chance de serem aprovadas, foi definido tendo como base o dia 25 de setembro de 2007. Assim, sempre que nos referirmos à XV Legislatura estaremos, na verdade, considerando-a somente até a data limite destacada acima.

Administrativo	427	12,9	50	17,7	236	12,7	27	19,1	191	13,2	23	16,3
Cultural	130	3,9	3	1,1	62	3,3	0	0	68	4,7	3	2,1
Econômico	106	3,2	52	18,4	55	2,9	31	22	51	3,5	21	14,9
Homenagem	136	4,1	0	0	89	4,8	0	0	47	3,2	0	0
Meio ambiente	163	4,9	19	6,7	65	3,5	8	5,7	98	6,8	11	7,8
Denominação	670	20,3	8	2,8	518	27,9	7	5,0	152	10,5	1	0,7
Reg. atividade	506	15,3	8	2,8	271	14,6	5	3,5	235	16,2	3	2,1
Social	385	11,6	30	10,6	183	9,8	13	9,1	202	13,9	17	12,1
Urbano	387	11,7	112	39,7	168	9,0	50	35,5	219	15,1	62	44,0
Utilid. pública	391	11,8	0	0	206	11,1	0	0	185	12,8	0	0
Indefinido*	6	0,2	-	-	6	0,3	-	-	-	-	-	-
Total	3307	100	282	100	1859	100	141	100	1448	100	141	100

Fonte: Produzida a partir de informações fornecidas pela CMBH em 2007. *Projetos cujas informações não possibilitaram a classificação.

Quando se agrupam as diversas temáticas nas quais classificamos os projetos de lei apresentados à CMBH no período analisado quanto ao conteúdo, simbólico ou político, destaca-se que ambos os poderes privilegiam iniciativas de caráter propriamente político. Entretanto, a intensidade com que Executivo e Legislativo priorizam proposições de conteúdo político é bem diferente. Enquanto os vereadores no período analisado dedicaram 63,6% de seus projetos de lei às questões políticas, sendo que durante a XV Legislatura esse percentual chegou a 73,4%, o Executivo destinou 97,2% de suas iniciativas a aspectos políticos, atingindo 99,3% entre os anos de 2005 e de 2007 (Tabela 24).

Tabela 24. Conteúdo dos projetos de lei apresentados à CMBH (2001-2007)

Conteúdo	Legislativo (2001-07)		Executivo (2001-07)		Legislativo XIV		Executivo XIV		Legislativo XV		Executivo XV	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Político	2104	63,6	274	97,2	1040	55,8	134	95,0	1064	73,4	140	99,3
Simbólico	1197	36,2	8	2,8	813	43,8	7	5,0	384	26,6	1	0,7
Indefinido*	6	0,2	-	-	6	0,3	-	-	-	-	-	-
Total	3307	100	282	100	1859	100	141	100	1448	100	141	100

Fonte: Produzida a partir de informações fornecidas pela CMBH em 2007. *Projetos cujas informações não possibilitaram a classificação.

Em relação à aprovação de suas iniciativas, Executivo e Legislativo se mostram, mais uma vez, diferentes. Enquanto o primeiro havia aprovado, em 25 de setembro de 2007, 68,8% dos projetos de lei por ele apresentados durante a XVI e XV Legislaturas, as proposições de autoria parlamentar apresentaram resultado mais de duas vezes menor, uma vez que aprovaram 32,0% de suas iniciativas. Uma vez que parte significativa dos projetos de lei apresentados durante a XV Legislatura ainda se encontrava em fase de tramitação na data limite desta pesquisa, os resultados verificados na XIV Legislatura podem ser mais

conclusivos. Entre 2001 e 2004, Executivo e Legislativo aprovaram, respectivamente, 82,3% e 42,6% das iniciativas por eles apresentadas nesse período (Tabela 25).

Tabela 25. Aprovação dos projetos de lei apresentados à CMBH (2001-2007)

	<i>Legislativo (2001-07)</i>		<i>Executivo (2001-07)</i>		<i>Legislativo XIV</i>		<i>Executivo XIV</i>		<i>Legislativo XV</i>		<i>Executivo XV</i>	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Aprovado												
Sim	1060	32,0	194	68,8	793	42,6	116	82,3	267	18,4	78	55,3
Não	1543	46,7	50	17,7	1066	57,4	25	17,7	477	32,9	25	17,7
Tramitando	704	21,3	38	13,5	-	-	-	-	704	48,6	38	27,0
Total	3307	100	282	100	1859	100	141	100	1448	100	141	100

Fonte: Produzida a partir de informações fornecidas pela CMBH em 2007.

Quando analisamos de maneira mais detalhada apenas os projetos aprovados por cada um desses Poderes, ou seja, somente a legislação produzida pelo Executivo e pelo Legislativo municipal de Belo Horizonte no período, as diferenças quanto à capacidade de aprovação de iniciativas de sua autoria, entre prefeito e vereadores, ficam ainda mais evidentes.

O Legislativo, entendido como todos os projetos de lei de autoria de vereadores entre os anos de 2001 e 2007 em Belo Horizonte, aprovou um total de 1060 novas leis municipais. Desse montante, 77,3% é composto por legislação de caráter simbólico, contra 22,4% de leis com conteúdo propriamente político. Essa significativa diferença no número de leis aprovadas pelo Legislativo com temáticas simbólicas e políticas, com ampla vantagem em favor das primeiras, pode ser verificada, ainda que elas sejam minoritárias no conjunto de iniciativas encaminhadas por vereadores. Quando um parlamentar apresenta uma proposição que possui conteúdo simbólico, terá, em média, 68,5% de chance de aprovar tal iniciativa. Da mesma forma, se o projeto de lei tiver caráter político, sua possibilidade de se tornar lei municipal se reduz significativamente, caindo para, em média, 11,3% de chance (Tabela 26).

Por sua vez, o Poder Executivo Municipal aprovou 194 leis, a partir de projetos de sua autoria, durante a XIV Legislatura e a XV Legislatura até o dia 25 de setembro de 2007. De toda a legislação produzida no período a partir de iniciativas dos prefeitos, apenas oito normas ou 4,1% das leis apresentam caráter simbólico. Ou seja, a ampla maioria das leis aprovadas pelo Executivo, 95,9% do total, possui conteúdo político. Deve-se destacar ainda que, assim como o Legislativo, o Executivo possui um melhor aproveitamento em seus projetos de tipo simbólico. Todas as proposições desse tipo de autoria do Executivo foram aprovadas. Entretanto, diferentemente dos parlamentares, durante o período pesquisado, quando o prefeito apresentou um projeto de caráter político, aprovou na maioria das vezes, isto é, em 67,9% dos casos (Tabela 26). Avaliando somente a XIV Legislatura, que já não apresenta

projetos em andamento, o Executivo obteve um percentual de aprovação para seus projetos de lei de caráter político de 81,3%.

Tabela 26. Conteúdo dos projetos de lei aprovados na CMBH (2001-2007)

Conteúdo dos aprovados	Legislativo (2001-07)			Executivo (2001-07)		
	Abs	%	% de aprovação	Abs	%	% de aprovação
Político	238	22,4	11,3	186	95,9	67,9
Simbólico	820	77,3	68,5	8	4,1	100
Indefinido*	2	0,2	-	-	-	-
Total	1060	100	32,0	194	100	68,8

Fonte: Produzida a partir de informações fornecidas pela CMBH em 2007. *Projetos cujas informações não possibilitaram a classificação.

No que diz respeito à apresentação do grupo social a ser beneficiado pela proposição, as diferenças existentes entre Legislativo e Executivo não são tão grandes quanto em outros quesitos. Os projetos que não definem explicitamente a categoria ou setor da população que vai ser diretamente beneficiado são minoria tanto nas iniciativas de autoria parlamentar quanto nas dos prefeitos. Do total de proposições apresentadas à CMBH no período, 19,2%, no caso do Legislativo e 12,8%, no caso dos projetos de lei de autoria do Executivo, especificaram o grupo social a ser beneficiado com a iniciativa. Portanto, a expressiva maioria dos projetos possui um caráter, em princípio, mais universal, uma vez que não secciona explicitamente a população que terá determinado benefício. Ainda assim, pode-se considerar que os vereadores utilizam, proporcionalmente, parcela 50% maior que a destinada pelo Executivo, com o objetivo de beneficiar, de forma aberta, segmento social específico (Tabela 27). Deve-se destacar também que, nos projetos de autoria parlamentar, os grupos sociais são diversificados. Por sua vez, em relação ao Executivo, em apenas um dos 36 casos, os beneficiados não foram os servidores da administração pública municipal, mas sim os deficientes.

Tabela 27. Grupos beneficiados explicitados nos projetos de lei apresentados à CMBH (2001-2007)

Beneficiados	Legislativo (2001-07)		Executivo (2001-07)		Legislativo XIV		Executivo XIV		Legislativo XV		Executivo XV	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Sim	636	19,2	36	12,8	317	17,1	20	14,2	319	22,0	16	11,3
Não	2671	80,8	246	87,2	1542	82,9	121	85,8	1129	78,0	125	88,7
Total	3307	100	282	100	1859	100	141	100	1448	100	141	100

Fonte: Produzida a partir de informações fornecidas pela CMBH em 2007.

Em relação à possibilidade de se determinar, do ponto de vista geográfico, a área do município à qual se destina o projeto de lei, não há grande diferença, pelo menos se considerarmos todo o período analisado, entre as proposições de autoria do Executivo e Legislativo. Enquanto as iniciativas localizáveis do Executivo representaram 35,1% do total dos projetos de lei de sua autoria, no caso das proposições apresentadas por parlamentares, as proposições destinadas a áreas específicas da cidade representaram 30% do montante (Tabela 28).

Tabela 28. Área à qual se destinam os projetos de lei apresentados à CMBH (2001-2007)

	Legislativo (2001-07)		Executivo (2001-07)		Legislativo XIV		Executivo XIV		Legislativo XV		Executivo XV	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Localizável												
Sim	993	30,0	99	35,1	669	36,0	39	27,7	324	22,4	60	42,6
Não	2314	70,0	183	64,9	1190	64,0	102	72,3	1124	77,6	81	57,4
Total	3307	100	282	100	1859	100	141	100	1448	100	141	100

Fonte: Produzida a partir de informações fornecidas pela CMBH em 2007.

4.3 Os projetos de lei de iniciativa parlamentar na CMBH

4.3.1 XIV Legislatura (2001-04)

Durante a XIV Legislatura da Câmara Municipal de Belo Horizonte, transcorrida entre primeiro de janeiro de 2001 e 31 de dezembro de 2004, os vereadores apresentaram 1859 projetos de lei. Desse total, 97% foram de iniciativa individual, ou seja, tiveram um único parlamentar como autor. Os 3% restantes foram assinados por dois ou mais parlamentares em conjunto (Tabela 29).

Tabela 29. Autoria dos projetos de lei de iniciativa parlamentar na CMBH (2001-2004)

Autoria	Legislativo	
	Abs	%
Individual	1803	97,0
Coletiva	56	3,0
Total	1859	100

Fonte: Produzida a partir de informações fornecidas pela CMBH em 2007.

Os vereadores que obtiveram votação que os incluiu nas 37 vagas em disputa, que tomaram posse em primeiro de janeiro de 2001, aqui denominados titulares, objeto da geografia eleitoral do pleito municipal de 2000, discutida no capítulo anterior, apresentaram 1641 projetos de lei de iniciativa individual. Em média, cada um desses 37 parlamentares da CMBH apresentou 44,3 projetos de lei durante o mandato, sendo que no curso da XIV legislatura, os vereadores de Belo Horizonte apresentaram 56 projetos coletivos. (Tabela 30 e 31).

Tabela 30. Autoria dos projetos de lei de iniciativa dos titulares da CMBH (2001-2004)

Autoria	Titulares total XIV	
	Abs	%
Individual	1641	96,7
Coletiva	56	3,3
Total	1697	100

Fonte: Produzida a partir de informações fornecidas pela CMBH em 2007.

Do total de projetos de lei apresentados pelo legislativo municipal, 23,3% foram de autoria dos nove vereadores classificados como concentrados⁵² quanto a seu eleitorado. Os nove parlamentares com votação definida como dispersa⁵³, pertencentes ao 4º quartil de concentração de votos, por sua vez, apresentaram, individualmente, 24,1% das propostas. Quanto aos dezenove vereadores definidos como de votação intermediária, localizados no 2º e 3º quartis de concentração, apresentaram 52,5% dos projetos de lei do total dos 37 vereadores. Desta forma, os vereadores concentrados, intermediários e dispersos apresentaram, em média, 42,5, 45,4 e 44 projetos de lei, respectivamente. (Tabela 31).

⁵² Consideramos como parlamentares eleitos com votação concentrada, no pleito de 2000, os seguintes vereadores: Índio, Hugo Thomé, Paulão, Gêra Ornelas, Preto, Ronaldo Gontijo, Geraldo Félix, Silvinho Rezende e Conceição Pinheiro.

⁵³ Classificamos como vereador eleitos com votação dispersa, no pleito de 2000, os seguintes parlamentares: Juarez Amorim, Pastor Carlos Henrique, Tarcísio Caixeta, Carlos Willian, Jô Moraes, Leo Burguês, César Masci, Leonardo Quintão e Leonardo Mattos.

Tabela 31. Projetos de lei de autoria individual dos parlamentares titulares por perfil eleitoral desses vereadores, apresentados à CMBH (2001-2004)

Perfil eleitoral	Titulares		
	Abs	%	Média
Concentrado (09)*	383	23,3	42,5
Intermediário (19)	862	52,5	45,4
Disperso (09)	396	24,1	44,0
Total (37)	1641	100	44,3

Fonte: Produzida a partir de informações fornecidas pela CMBH em 2007. *Número de vereadores.

Dentre os 383 projetos de lei de iniciativa individual dos nove vereadores definidos como concentrados, 35,2% foram apresentados pelos quatro vereadores que possuem suas UEHs com votação efetiva dispostas de forma contígua, enquanto os cinco legisladores com voto concentrado/não-contíguo foram responsáveis por 64,7% das propostas dos parlamentares do primeiro quartil de concentração. Em média, os vereadores concentrados/contíguos apresentaram 33,7 projetos durante a XIV legislatura, enquanto os cinco parlamentares concentrados/não-contíguos encaminharam uma média de 49,6 propostas legislativas. (Tabela 32).

Tabela 32. Projetos de lei apresentados à CMBH, de autoria dos parlamentares com votação concentrada, por tipo de concentração (2001-2004)

Distribuição das UEHs efetivas	Concentrados XIV		
	Abs	%	Média
Contíguas (4)*	135	35,2	33,7
Não-contíguas (5)	248	64,7	49,6
Total	383	100	42,5

Fonte: Produzida a partir de informações fornecidas pela CMBH em 2007. *Número de vereadores.

Quanto à sua aprovação, dos 1859 projetos de lei de iniciativa dos parlamentares apresentados durante a XIV legislatura, foram aprovados 42,6%, sendo que de cada 100 propostas apresentadas pelos 37 vereadores empossados em primeiro de janeiro de 2001, 43,1 tornaram-se leis municipais. No caso dos vereadores com votação concentrada, o percentual de aprovação de suas iniciativas legislativas foi de 27,9%, sendo que os de tipo contíguo aprovaram 48,1% de suas propostas e os não-contíguos 16,9% de seus projetos. Entre os parlamentares com votação dispersa, o percentual de aprovação foi de 31,8%. (Tabela 33).

Tabela 33. Status dos projetos de lei apresentados por parlamentares à CMBH (2001-2004)

	<i>Legislativo</i>		<i>Titulares</i>		<i>Concentrados XIV</i>							
					<i>Total</i>		<i>Contíguos</i>		<i>Não-contíguos</i>		<i>Dispersos</i>	
Status	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Aprovado	793	42,6	707	43,1	107	27,9	65	48,1	42	16,9	126	31,8
Não Aprovado	1066	57,4	934	56,9	276	72,1	70	51,9	206	83,1	270	68,2
Total	1859	100	1641	100	383	100	135	100	248	100	396	100

Fonte: Produzida a partir de informações fornecidas pela CMBH em 2007.

Há projetos de lei que explicitam indivíduos, grupos ou setores e segmentos populacionais que serão beneficiados caso a lei seja aprovada. Outras propostas legislativas, entretanto, não especificam o grupo social que será contemplado e representado com a iniciativa demonstrando um caráter mais universalista. Na grande maioria dos casos, os projetos de lei de iniciativa parlamentar apresentados pelos vereadores da capital mineira, entre 2001 e 2004, não permitem determinar o grupo social beneficiado. Isto é, do total de propostas apresentadas por esses parlamentares durante a XIV legislatura, somente 17% explicitaram a parcela da população que seria favorecida com a nova norma. Dos projetos individuais dos vereadores não-suplentes, aqui definidos como titulares, 16,4% definiram no texto da lei o grupo social a ser beneficiado.

Entre as propostas apresentadas por vereadores de votação concentrada, 20,4% especificaram o público a ser diretamente afetado caso a lei fosse aprovada. E se separarmos os parlamentares com UEHs contíguas daqueles com UEHs não contíguas temos, respectivamente, 11,8% e 25% de projetos que representam um público específico. Entre os legisladores com votação dispersa, por sua vez, as iniciativas destinadas a um grupo específico representaram 18,4% das suas propostas (Tabela 34).

Tabela 34. Grupos beneficiados explicitados nos projetos de lei apresentados por parlamentares à CMBH (2001-2004)

	<i>Legislativo</i>		<i>Titulares</i>		<i>Concentrados XIV</i>							
					<i>Total</i>		<i>Contíguos</i>		<i>Não-contíguos</i>		<i>Dispersos</i>	
Beneficiados	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Sim	317	17,0	269	16,4	78	20,4	16	11,8	62	25,0	73	18,4
Não	1542	82,9	1372	83,6	305	79,6	119	88,1	186	75,0	323	81,6
Total	1859	100	1641	100	383	100	135	100	248	100	396	100

Fonte: Produzida a partir de informações fornecidas pela CMBH em 2007.

Quanto ao conteúdo dos projetos de lei apresentados pelo legislativo no período 2001-2004, 55,8% possuem caráter propriamente político, enquanto 43,8% podem ser considerados

simbólicos, visto que tratam fundamentalmente da concessão de homenagens. Quando analisados os projetos de iniciativa individual dos parlamentares empossados no início da legislatura, percentual semelhante foi encontrado. A maioria das proposições, 55,3% possuíam caráter político e 44,4% foram classificadas como simbólicas. Em relação aos projetos apresentados por vereadores com votação de tipo concentrada, 63,7% tiveram cunho político contra 36,3% de iniciativas de caráter simbólico. Por seu lado, enquanto a maioria dos projetos apresentados por parlamentares concentrados/contíguos foi de caráter simbólico, 59,3%, um índice de 76,2% das iniciativas legais dos vereadores com votação concentrada/não-contígua tiveram conteúdo político. Completando esse quadro, dentro do grupo dos representantes com eleitorado disperso, 73,8% dos projetos apresentados tiveram conteúdo político e 25,4% possuíam caráter simbólico (Tabela 35).

Deve-se considerar, ainda, que embora durante a XIV legislatura a maioria dos projetos apresentados pelos parlamentares tenha sido de natureza política, 55,8%, quando observarmos apenas as leis aprovadas no período, vê-se que 78,7% possui conteúdo simbólico. Portanto, pode-se afirmar que embora aqueles legisladores tenham apresentado um maior número de propostas de teor político, a maior parte do que foi aprovado tinha natureza simbólica. Dito de outro modo, utilizando outros dados, enquanto um projeto de caráter político teve 16,1% de chance de ser aprovado, propostas de tipo simbólico foram aprovadas em 76,8% dos casos (Tabela 35).

Tabela 35. Conteúdo dos projetos de lei apresentados por parlamentares à CMBH (2001-2004)

Conteúdo	Legislativo				Titulares			Concentrados XIV									Dispersos		
			% dos aprovados	% de aprovação			% dos aprovados	Total			Contíguos			Não-contíguos					
	Abs	%			Abs	%		Abs	%	% dos aprovados	Abs	%	% dos aprovados	Abs	%	% dos aprovados	Abs	%	% dos aprovados
Político	1040	55,8	21,1	16,1	908	55,3	20,5	244	63,7	17,8	55	40,7	18,5	189	76,2	16,7	292	73,8	34,9
Simbólico	813	43,8	78,7	76,8	728	44,4	79,2	139	36,3	82,2	80	59,3	81,5	59	23,8	83,3	101	25,4	63,5
Indefinido*	6	0,3	0,2	33,3	5	0,3	0,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	0,7	1,6
Total	1859	100	100	42,7	1641	100	100	383	100	100	135	100	100	248	100	100	396	100	100

Fonte: Produzida a partir de informações fornecidas pela CMBH em 2007. *Projetos cujas informações não possibilitaram a classificação.

No que diz respeito à legislação aprovada pelos 37 vereadores não suplentes entre 2001 e 2004, apresentou 20,5% de leis de conteúdo político e 79,2% de normas de caráter simbólico. Números semelhantes foram encontrados entre os parlamentares com votação concentrada, uma vez que 17,8% dos projetos aprovados são políticos e 82,2% possuem conteúdo simbólico, sem grandes variações entre os vereadores concentrados/contíguos e concentrados/não-contíguos. Os parlamentares com perfil eleitoral disperso, por sua vez, tiveram um aproveitamento bem superior aos demais grupos. Durante o período, 34,9% das leis que aprovaram possuem caráter político e 63,5% conteúdo simbólico (Tabela 35).

Analisando melhor o conteúdo dos projetos de lei apresentados pelos membros da Câmara Municipal de Belo Horizonte durante 2001 e 2004, tem-se que 27,9% dos projetos tiveram como finalidade a nomeação de logradouros, praças, parques e outros próprios públicos. Propostas legislativas visando regular atividades desenvolvidas no município representaram 14,6% das iniciativas dos parlamentares da capital mineira. Destacam-se, ainda, os projetos de cunho administrativo, representando 12,7% do total, e aqueles que propõem a concessão do título de Utilidade Pública a determinada instituição, que atingiram 11,1% das propostas (Tabela 36).

Tabela 36. Tema dos projetos de lei apresentados por parlamentares à CMBH (2001-2004)

	Legislativo		Titulares		Concentrados XIV							
	Abs	%	Abs	%	Total		Contíguos		Não-contíguos		Dispersos	
Tema	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Administrativo	236	12,7	202	12,3	44	11,5	13	9,6	31	12,5	70	17,7
Cultural	62	3,3	53	3,2	13	3,4	3	2,2	10	4,0	21	5,3
Econômico	55	2,9	48	2,9	21	5,5	6	4,4	15	6,0	9	2,3
Homenagem	89	4,8	74	4,5	28	7,3	6	4,4	22	8,9	22	5,5
Ambiental	65	3,5	51	3,1	7	1,8	3	2,2	4	1,6	19	4,8
Denominação	518	27,9	473	28,8	75	19,6	51	37,8	24	9,7	42	10,6
Reg. atividade	271	14,6	254	15,5	78	20,4	13	9,6	65	26,2	79	19,9
Social	183	9,8	160	9,8	27	7,0	8	5,9	19	7,7	64	16,2
Urbano	168	9,0	140	8,5	54	14,1	9	6,7	45	18,1	30	7,6
Utilid. pública	206	11,1	181	11,0	36	9,4	23	17,0	13	5,2	37	9,3
Indefinido*	6	0,3	5	0,3	-	-	-	-	-	-	3	0,7
Total	1859	100	1641	100	383	100	135	100	248	100	396	100

Fonte: Produzida a partir de informações fornecidas pela CMBH em 2007. *Projetos cujas informações não possibilitaram a classificação.

Entre os vereadores empossados no início da XIV Legislatura, titulares, os números são semelhantes àqueles verificados para todos os parlamentares do período

compreendido entre 2001 e 2004, Legislativo. Entretanto, há diferenças significativas nos temas dos projetos apresentados pelos parlamentares com votação concentrada, concentrada/contígua, concentrada/não-contígua e com votos dispersos (Tabela 36).

Os primeiros, os vereadores com eleitorado concentrado, propuseram 20,4% de seus projetos visando regular atividades desenvolvidas no município. Propostas de denominação de equipamentos públicos ocuparam 19,6% do total de normas encaminhadas por esses parlamentares. Do total de projetos de iniciativa dos vereadores concentrados, 14,1% tiveram caráter urbano e 11,5% estavam relacionados a questões administrativas, seja da Câmara Municipal de Belo Horizonte, seja da prefeitura da cidade (Tabela 36).

O grupo de parlamentares classificados como concentrados/contíguos privilegiaram, durante seus mandatos, propostas legislativas que nomeiam equipamentos do município, representando 37,8% do total de proposições desse grupo. Projetos de lei com outras temáticas, isoladamente, não alcançaram 10% das propostas de normas que encaminharam (Tabela 36).

Os vereadores com votos de tipo concentrado/não-contíguo, por sua vez, tiveram 26,2% de seus projetos relacionados à regulação de atividades, sendo 18,1% delas associadas a questões urbanas e 12,5% voltadas para aspectos da administração municipal (Tabela 36).

De outra parte, os vereadores com votação mais homogênea nas diversas áreas da cidade, definidos como dispersos do ponto de vista eleitoral, concentraram suas proposições legais em regulação de atividades, administração municipal e em projetos destinados a questões sociais no município, 19,9%, 17,7% e 16,2%, respectivamente (Tabela 36).

Outro aspecto das propostas de legislação dos vereadores de Belo Horizonte, que procuramos analisar, diz respeito à área beneficiada pelo projeto de lei. Algumas propostas de normas não possuem um caráter territorial, referem-se a questões e aspectos mais gerais ou atingem igualmente todo o município. Entretanto, outros projetos podem ser localizados geograficamente, na medida em que especificam a região, área ou bairro da cidade a qual se destinam.

Durante a XIV legislatura, 36% dos projetos de lei apresentados pelo Poder Legislativo tiveram seu foco localizável do ponto de vista geográfico, destinavam-se a determinada região do município. Dentre os vereadores eleitos, o percentual de projetos localizados chegou a 36,7% das iniciativas legais. A grande maioria dessas propostas

legislativas visa nomear equipamentos públicos. Os vereadores concentrados apresentaram proporcionalmente menos projetos localizáveis que a média total dos parlamentares, isto é, 26,6%. Entretanto, no caso dos vereadores concentrados/contíguos, as propostas destinadas a uma área específica da cidade representaram quase metade das iniciativas desse grupo, ou seja, 48,9% do total. Os parlamentares concentrados/não-contíguos, por sua vez, apresentaram 14,5% de seus projetos localizados, destinados a regiões específicas da capital, índice próximo, mas inferior, ao dos vereadores dispersos, 16,7% (Tabela 37).

Tabela 37. Área de aplicação dos projetos de lei apresentados por parlamentares à CMBH (2001-2004)

	Concentrados XIV											
	Legislativo		Titulares		Total		Contíguos		Não-contíguos		Dispersos	
Localizável	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Sim	669	36,0	596	36,6	102	26,6	66	48,9	36	14,5	66	16,7
Não	1190	64,0	1045	63,4	281	73,4	69	51,1	212	85,5	330	83,3
Total	1859	100	1641	100	383	100	135	100	248	100	396	100

Fonte: Produzida a partir de informações fornecidas pela CMBH em 2007.

Quanto à sua destinação geográfica, dentre os projetos de lei geograficamente localizáveis, 17% dos projetos apresentados pelo Legislativo foram direcionados à área da Regional Barreiro. Isso ocorreu mesmo ela possuindo a terceira maior população, dentre as regionais de Belo Horizonte, e apesar de contar com um único parlamentar com votos concentrados em seus limites. Em segundo lugar, com 13,9% das propostas votadas para ruas, instituições ou equipamentos públicos, ficou a Região Norte, onde residem 8,7% da população municipal e se localizam UEHs efetivas em termos eleitorais para três parlamentares. A Regional Nordeste, segunda mais populosa do município, foi contemplada com 13,7% das proposições apresentadas na CMBH durante a XIV Legislatura. Três vereadores concentrados tiveram parcelas significativas de seus votos recebidas na região Nordeste, terceira em número de projetos. Por sua vez, a Regional Noroeste, a mais populosa do município, onde residem 15,1% dos habitantes da capital, foi aquela que recebeu um menor número de iniciativas legislativas, apenas 3,4% do total de projetos dos parlamentares. Essa disparidade ocorreu, embora dois dos vereadores com votação mais concentrada do município tenham parcelas significativas de seus eleitores localizadas na zona noroeste de Belo Horizonte (Tabela 38).

Tabela 38. Regionais às quais se destinam os projetos de lei localizáveis apresentados por parlamentares à CMBH (2001-2004)

					Concentrados XIV							
	Legislativo		Titulares		Total		Contíguos		Não-contíguos		Dispersos	
Regionais	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Barreiro	114	17,0	92	15,4	16	15,7	14	21,2	2	5,5	5	7,6
Centro Sul	63	9,4	57	9,6	8	7,8	4	6,1	4	11,1	13	19,7
Leste	24	3,6	20	3,4	5	4,9	2	3,0	3	8,3	2	3,0
Nordeste	92	13,7	85	14,3	5	4,9	3	4,5	2	5,5	6	9,1
Noroeste	23	3,4	21	3,5	6	5,9	2	3,0	4	11,1	4	6,1
Norte	93	13,9	90	15,1	5	4,9	5	7,6	0	0	3	4,5
Oeste	57	8,5	52	8,7	14	13,7	2	3,0	12	33,3	5	7,6
Pampulha	47	7,0	41	6,9	7	6,9	5	7,6	2	5,5	11	16,7
Venda Nova	45	6,7	42	7,0	17	16,7	16	24,2	1	2,8	4	6,1
Favelas	3	0,4	3	0,5	-	-	-	-	-	-	1	1,5
Indefinido*	108	16,1	93	15,6	19	18,6	13	19,7	6	16,7	12	18,2
Total	669	100	596	100	102	100	66	100	36	100	66	100

Fonte: Produzida a partir de informações fornecidas pela CMBH em 2007. *Projetos cujas informações não possibilitaram a classificação.

Em relação aos vereadores titulares, concentraram seus projetos nessas mesmas regionais. Entretanto, a ordem e o percentual de propostas dedicadas a estas regiões foi diferente. A Regional Barreiro foi contemplada com 15,4% das iniciativas, para a Norte foram destinadas 15,1% das proposições e, no caso da Nordeste, 14,3% dos projetos de caráter localizado foram ao seu território (Tabela 38).

Entre os parlamentares com votação concentrada, Venda Nova, Barreiro e a Regional Oeste foram aquelas que mais receberam proposições legislativas, 16,7%, 15,7% e 13,7%, respectivamente. Essas Regionais do município contribuíram de modo efetivo para a eleição de dois vereadores concentrados, no caso de Venda Nova e da Região Oeste, e, no caso do Barreiro, um legislador. As demais seis regiões administrativas de Belo Horizonte, embora tenham sido decisivas na eleição de até três parlamentares com votação concentrada, não receberam, individualmente, mais do que 7,8% das proposições legislativas desse grupo de parlamentares (Tabela 38).

Os vereadores com votação de tipo concentrada/contígua, por sua vez, voltaram 24,2% de seus projetos para a região de Venda Nova e 21,2% para a Regional Barreiro. Nenhuma das outras sete áreas administrativas da capital mineira obteve, isoladamente, percentual superior a 7,6% dos projetos de lei dos representantes com voto concentrado/contíguo (Tabela 38).

No caso das iniciativas legais localizadas, apresentadas pelos vereadores com perfil eleitoral concentrado/não-contíguo da XIV Legislatura, 33,3% destinaram-se à Zona Oeste e 11,1% às regiões Noroeste e Centro-sul. As outras regionais do município, separadamente, não foram contempladas com mais do que 7,6% dos PLs desse grupo de parlamentares (Tabela 38).

Os representantes com eleitorado disperso entre diversas UEHs da cidade, apresentaram 19,7% de suas propostas legislativas localizadas, voltadas para a Regional Centro-sul e 16,7% para a Região da Pampulha. As demais regionais da capital não obtiveram, individualmente, mais que 9,1% dos projetos de lei localizáveis dos vereadores dispersos da Câmara Municipal de Belo Horizonte eleitos em 2000 (Tabela 38).

No plano das autorias individuais, entre os parlamentares com votação concentrada, aquele que apresentou o maior número de projetos de lei de autoria individual, durante a XIV Legislatura, foi o Vereador Preto, com 112 propostas, mais que o dobro da média dos mandatários da Casa. Em segundo lugar, em número de projetos apresentados, encontra-se o Vereador Hugo Thomé, com 88 iniciativas legais. No extremo oposto, os representantes, de voto concentrado que encaminharam menos projetos de lei foram a vereadora Conceição Pinheiro, com 3 PLs de iniciativa individual, e o parlamentar Geraldo Félix, autor de 10 propostas em seu mandato. Entretanto, se a parlamentar Conceição Pinheiro foi aquela que apresentou um menor número de propostas e o Vereador Preto aquele que encaminhou o maior número de iniciativas, quanto ao aproveitamento, esses representantes trocam de lugar: ele é o último colocado, com 10,7% de aprovação, enquanto ela obteve um aproveitamento de 66,7%. Quanto aos números absolutos totais, o Vereador Índio foi o que conseguiu aprovar um maior número de normas, 24 no total. (Tabela 39).

Como mostrado anteriormente, os nove representantes da Câmara Municipal de Belo Horizonte, eleitos com voto concentrado, apresentaram, percentualmente, mais projetos de lei em que não explicitavam o grupo a ser beneficiado a partir da aprovação da norma que os parlamentares dispersos ou o legislativo como um todo. O parlamentar que apresentou mais iniciativas legais que especificaram o grupo social a ser beneficiado pela nova legislação foi o Vereador Paulão. Do total de projetos encaminhados pelo legislador do PCdoB, 40% explicitaram o grupo social a ser contemplado pela medida, sendo que metade desses, sete PLs, visavam a beneficiar negros e afro-descendentes. No extremo oposto encontra-se o vereador Silvinho

Rezende. A grande maioria dos projetos apresentados por esse parlamentar, 96,4%, não discriminaram a parcela populacional a ser contemplada pela medida. Em números absolutos, porém, o vereador Hugo Thomé foi aquele que apresentou o maior número de iniciativas visando beneficiar grupos específicos, qual seja, 29 projetos (Tabela 40).

Passando à identificação dos temas dos PLs apresentados pelos parlamentares de votação concentrada no período compreendido entre 2001 e 2004, aqueles que despertaram menor interesse por parte dos parlamentares foram os relacionados a questões ambientais, seguidas das questões culturais e econômicas (Tabela 40). Quanto ao conteúdo, apesar de numericamente o grupo dos nove parlamentares com perfil eleitoral concentrado ter apresentado mais projetos de caráter político, 63,7%, sendo eles tratados individualmente, os vereadores se distribuem de maneira equilibrada. Quatro representantes apresentaram mais projetos de caráter simbólico (os vereadores Índio, Geraldo Félix, Silvinho Rezende e a vereadora Conceição Pinheiro); quatro concentraram suas iniciativas em questões políticas (os vereadores Hugo Thomé, Paulão, Preto e Ronaldo Gontijo) e o vereador Gêra Ornelas distribuiu de forma bem equitativa suas propostas políticas e simbólicas.

Observados em sua atuação individual, a temática que obteve maior interesse por parte do Vereador Índio, a julgar pelo número de projetos apresentados, esteve relacionada à nomeação de equipamentos públicos, concentrando 36,4% de suas proposições. Em segundo lugar entre suas prioridades, ficaram as propostas que buscavam conferir o título de utilidade pública a instituições localizadas no Município. Quanto ao conteúdo das iniciativas legais apresentadas por esse parlamentar, 29,5% foram de questões propriamente políticas, enquanto 70,4% foram de projetos com teor simbólico. (Tabela 41 e 42).

O Vereador Hugo Thomé apresentou, entre 2001 e 2004, em sua maioria, Projetos de Lei de caráter político, 69,2% mais precisamente. Entretanto, as temáticas que mereceram mais proposições por parte deste legislador foram as que visavam prestar homenagem, totalizando 20,4% de suas iniciativas. Nenhum outro vereador com votação concentrada apresentou percentual maior de projetos de homenagem naquele período. Proposições legislativas que propunham a regulamentação de atividades e serviços desenvolvidos no município foram alvo de 17% das iniciativas de Hugo Thomé e 15,9% de seus PLs referiam-se à temática urbana. (Tabela 41 e 42)

Tabela 39. Status dos projetos de lei apresentados pelos parlamentares concentrados à CMBH (2001-2004)

	<i>Concentrados XIV</i>																	
	<i>Índio*</i>		<i>Hugo Thomé</i>		<i>Paulão</i>		<i>Gêra Ornelas</i>		<i>Preto</i>		<i>Ronaldo Gontijo</i>		<i>Geraldo Félix</i>		<i>Silvinho Rezende</i>		<i>Conceição Pinheiro</i>	
Status	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Aprovado	24	54,5	12	13,6	10	28,6	11	40,7	12	10,7	15	41,7	6	60,0	15	53,6	2	66,7
Não Aprovado	20	45,5	76	86,4	25	71,4	16	59,3	100	89,3	21	58,3	4	40,0	13	46,4	1	33,3
Total	44	100	88	100	35	100	27	100	112	100	36	100	10	100	28	100	3	100

Fonte: Produzida a partir de informações fornecidas pela CMBH em 2007. *Os nomes dos vereadores concentrado-contíguos estão em itálico.

Tabela 40. Grupos beneficiados explicitados nos projetos de lei apresentados pelos parlamentares concentrados à CMBH (2001-2004)

	<i>Concentrados XIV</i>																	
	<i>Índio*</i>		<i>Hugo Thomé</i>		<i>Paulão</i>		<i>Gêra Ornelas</i>		<i>Preto</i>		<i>Ronaldo Gontijo</i>		<i>Geraldo Félix</i>		<i>Silvinho Rezende</i>		<i>Conceição Pinheiro</i>	
Beneficiados	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Sim	4	9,1	29	32,9	14	40,0	4	14,8	18	16,1	7	19,4	1	10,0	1	3,6	0	0
Não	40	90,9	59	67,0	21	60,0	23	85,2	94	83,9	29	80,5	9	90,0	27	96,4	3	100
Total	44	100	88	100	35	100	27	100	112	100	36	100	10	100	28	100	3	100

Fonte: Produzida a partir de informações fornecidas pela CMBH em 2007. *Os nomes dos vereadores concentrado-contíguos estão em itálico.

Tabela 41. Tema dos projetos de lei apresentados pelos parlamentares concentrados à CMBH (2001-2004)

	Concentrados XIV																	
	Índio*		Hugo Thomé		Paulão		Gêra Ornelas		Preto		Ronaldo Gontijo		Geraldo Félix		Silvinho Rezende		Conceição Pinheiro	
Tema	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Administrativo	5	11,4	11	12,5	8	22,8	3	11,1	11	9,8	5	13,9	1	10,0	0	0	0	0
Cultural	2	4,5	7	7,9	2	5,7	1	3,7	1	0,9	0	0	0	0	0	0	0	0
Econômico	1	2,3	4	4,5	1	2,8	3	11,1	9	8	2	5,5	1	10,0	0	0	0	0
Homenagem	6	13,6	18	20,4	3	8,6	0	0	2	1,8	0	0	0	0	0	0	0	0
Ambiental	0	0	0	0	1	2,8	0	0	2	1,8	2	5,5	0	0	1	3,6	0	0
Denominação	16	36,4	8	9,1	4	11,4	7	25,9	7	6,2	10	27,8	4	40,0	18	64,3	1	33,3
Reg. atividade	3	6,8	15	17	7	20,0	4	14,8	43	38,4	2	5,5	0	0	4	14,3	0	0
Social	0	0	10	11,4	2	5,7	1	3,7	6	5,3	6	16,7	1	10,0	1	3,6	0	0
Urbano	2	4,5	14	15,9	1	2,8	2	7,4	29	25,9	4	11,1	1	10,0	1	3,6	0	0
Utilid. pública	9	20,4	1	1,1	6	17,1	6	22,2	2	1,8	5	13,9	2	20,0	3	10,7	2	66,7
Total	44	100	88	100	35	100	27	100	112	100	36	100	10	100	28	100	3	100

Fonte: Produzida a partir de informações fornecidas pela CMBH em 2007. *Os nomes dos vereadores concentrado-contíguos estão em itálico.

Tabela 42. Conteúdo dos projetos de lei apresentados pelos parlamentares concentrados à CMBH (2001-2004)

	Concentrados XIV																	
	Índio*		Hugo Thomé		Paulão		Gêra Ornelas		Preto		Ronaldo Gontijo		Geraldo Félix		Silvinho Rezende		Conceição Pinheiro	
Conteúdo	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Político	13	29,5	61	69,2	22	62,6	14	51,8	101	90,1	21	58,2	4	40,0	7	25,0	0	0
Simbólico	31	70,4	27	30,6	13	37,1	13	48,1	11	9,8	15	41,7	6	60,0	21	75,0	3	100
Total	44	100	88	100	35	100	27	100	112	100	36	100	10	100	28	100	3	100

Fonte: Produzida a partir de informações fornecidas pela CMBH em 2007. *Os nomes dos vereadores concentrado-contíguos estão em itálico.

Quanto ao Vereador Paulão, por sua vez, 62,6% de suas propostas de lei tiveram caráter político. Ele foi o parlamentar concentrado a dedicar um maior percentual de suas iniciativas às questões administrativas do município, totalizando 22,8%. Em segundo lugar nas preferências deste legislador, temos 17,1% de suas proposições, dedicadas a leis que conferem o título de utilidade pública a determinadas instituições, iniciativas essas classificadas como de caráter simbólico. (Tabela 41 e 42)

Os projetos de cunho político dividiram espaço com as proposições de caráter simbólico no conjunto das iniciativas do Vereador Gêra Ornelas. Seus projetos políticos representaram 51,8% do total. Quanto às temáticas majoritárias entre os PLs deste parlamentar, destacam-se aquelas de nomeação e de título de utilidade pública, com respectivamente, 25,9% e 22,2% das iniciativas de Gêra Ornelas. (Tabela 41 e 42)

O Vereador Preto, por seu lado, foi o parlamentar com votos concentrados que dedicou o maior número de projetos de lei à regulação de atividades e a questões urbanas, representando 38,4% e 25,9% de suas iniciativas, respectivamente. As proposições de cunho político ocuparam 90,1% das propostas desse representante durante a XIV Legislatura. (Tabela 41 e 42)

Apesar de ser a segunda quanto à participação no total das suas iniciativas, o Vereador Ronaldo Gontijo foi o parlamentar que dedicou, proporcionalmente, maior quantidade de PLs à temática social, 16,7%, dentre os concentrados. As propostas legislativas de caráter político significaram 58,2% do total apresentado por Ronaldo Gontijo no período 2001-2004. Entretanto, legislações visando nomear equipamentos públicos significaram 27,8% de suas iniciativas, sendo a temática priorizada pelo parlamentar. (Tabela 41 e 42)

No que diz respeito ao Vereador Geraldo Félix, foi ele o parlamentar que apresentou mais projetos simbólicos que políticos, visto que os primeiros representaram 60% do total. Essas iniciativas de caráter simbólico referem-se a propostas de denominação e de concessão de títulos de utilidade pública, significando 40% e 20% do total de PLs apresentadas por esse legislador. (Tabela 41 e 42)

O vereador Silvinho Rezende, por seu lado, também foi autor de mais projetos de caráter simbólico que políticos, uma vez que estes últimos representaram um quarto de suas proposições legais. Iniciativas legislativas para conferir nomes a próprios públicos significaram 64,3% dos PLs do vereador. A segunda temática mais valorizada por Silvinho Rezende em suas proposições legislativas visava estipular novas regras

para a realização de determinadas atividades no município, representando 14,3% do total de seus encaminhamentos. (Tabela 41 e 42)

Quanto à Vereadora Conceição Pinheiro, a parlamentar não apresentou projetos de lei individuais de cunho político durante seu mandato. As três propostas legislativas da representante tinham caráter simbólico. Dessas iniciativas legais defendidas pela vereadora, duas visavam conferir o título de utilidade pública a determinadas instituições e a outra tinha como finalidade denominar um equipamento público. (Tabela 41 e 42)

Completando essas considerações com a discussão da localização geográfica das medidas legais, podemos distribuir os representantes do legislativo municipal de Belo Horizonte, nos mandatos em pauta, em três grupos. O primeiro, composto pelo Vereador Índio, apresentou um equilíbrio entre projetos de lei localizáveis do ponto de vista geográfico e aqueles que não se restringem a uma região específica do município, 47,7% e 52,3%, respectivamente. O segundo grupo compõe-se de seis dos nove vereadores com votação concentrada, quais sejam: Hugo Thomé, Paulão, Gêra Ornelas, Preto, Ronaldo Gontijo e Geraldo Félix. Esses parlamentares apresentaram, majoritariamente, propostas legislativas independentes de áreas específicas de Belo Horizonte. O terceiro grupo, por sua vez, formado pelos vereadores Silvinho Rezende e Conceição Pinheiro, compõe-se por representantes que apresentaram mais iniciativas legais de caráter localizado, cuja efetividade pode ser espacialmente delimitada.

Os PLs de caráter localizado, apresentados pelos vereadores com votação concentrada em um menor número de UEHs, foram confrontados como as regiões onde esses parlamentares obtiveram quantidades mais significativas de votos. Tal cruzamento de dados permitiu visualizar se as iniciativas legais localizadas desses vereadores se destinavam às áreas nas quais se encontram seus eleitores. Cinco desses parlamentares destinaram a maioria de seus projetos de lei de caráter localizado aos seus redutos eleitorais, com destaque para os vereadores Geraldo Félix e Silvinho Rezende, com 100% e 94,1% respectivamente. Os outros quatro vereadores, Índio, Gêra Ornelas, Preto e Conceição Pinheiro, apresentaram a maioria de seus projetos de lei que tem sua aplicação localizável direcionados a outras regiões da cidade que não aquelas nas quais concentraram seus votos. Nesse grupo destacam-se os vereadores Conceição Pinheiro e Índio, com respectivamente 100% e 76,5% de suas proposições localizadas, com destinação para as regionais do município onde possuem poucos votos. (Tabela 43 e 44).

Tabela 43. Área de aplicação dos projetos de lei apresentados pelos parlamentares concentrados à CMBH (2001-2004)

	<i>Concentrados XIV</i>																	
	<i>Índio*</i>		<i>Hugo Thomé</i>		<i>Paulão</i>		<i>Gêra Ornelas</i>		<i>Preto</i>		<i>Ronaldo Gontijo</i>		<i>Geraldo Félix</i>		<i>Silvinho Rezende</i>		<i>Conceição Pinheiro</i>	
Localizável	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Sim	21	47,7	9	10,2	7	20,0	10	37,0	14	12,5	14	38,9	4	40,0	21	75,0	2	66,7
Não	23	52,3	79	89,8	28	80,0	17	63,0	98	87,5	22	61,1	6	60,0	7	25,0	1	33,3
Total	44	100	88	100	35	100	27	100	112	100	36	100	10	100	28	100	3	100

Fonte: Produzida a partir de informações fornecidas pela CMBH em 2007. *Os nomes dos vereadores concentrado-contíguos estão em itálico.

Tabela 44. Projetos de lei localizáveis apresentados pelos parlamentares concentrados à CMBH relacionados às regionais nas quais concentram seus votos (2001-2004)

	<i>Concentrados XIV</i>																	
	<i>Índio*</i>		<i>Hugo Thomé</i>		<i>Paulão</i>		<i>Gêra Ornelas</i>		<i>Preto</i>		<i>Ronaldo Gontijo</i>		<i>Geraldo Félix</i>		<i>Silvinho Rezende</i>		<i>Conceição Pinheiro</i>	
Área	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Mesma	4	23,5	7	87,5	3	60,0	2	25,0	5	41,7	8	72,7	4	100	16	94,1	0	0
Outra	13	76,5	1	12,5	2	40,0	6	75,0	7	58,3	3	27,3	0	0	1	5,9	1	100
Total	17	100	8	100	5	100	8	100	12	100	11	100	4	100	17	100	1	100

Fonte: Produzida a partir de informações fornecidas pela CMBH em 2007. *Os nomes dos vereadores concentrado-contíguos estão em itálico.

4.3.2 XV Legislatura (2005- 2007)

Durante o período da XI Legislatura da Câmara Municipal de Belo Horizonte em análise, de primeiro de janeiro do ano de 2005 ao dia 25 de setembro de 2007, os membros do parlamento local apresentaram, em seu conjunto, um total de dois Decretos Legislativos, 16 Projetos de Emenda à Lei Orgânica, 23 Projetos de Resolução e 1448 Projetos de Lei. Dentre os 1448 Projetos de Lei, objeto dessa análise, 94,3% foram de autoria individual, ou seja, tiveram como autor um único parlamentar, enquanto 5,7% foram propostas coletivas, assinadas conjuntamente por dois ou mais parlamentares (Tabelas 45 e 46).

Tabela 45. Iniciativas legislativas apresentadas por parlamentares à CMBH (2005-2007)

Tipo de Legislação	Legislativo total XV	
	Abs	%
Decreto Legislativo	2	0,1
Projeto de Lei	1448	97,2
Projeto de Resolução	23	1,5
PELO	16	1,1
Total	1489	100

Fonte: Produzida a partir de informações fornecidas pela CMBH em 2007.

Tabela 46. Autoria dos projetos de lei de iniciativa parlamentar na CMBH (2005-2007)

Autoria	Legislativo	
	Abs	%
Individual	1365	94,3
Coletiva	83	5,7
Total	1448	100

Fonte: Produzida a partir de informações fornecidas pela CMBH em 2007.

Entre os vereadores denominados titulares, parlamentares diplomados em 01 de janeiro de 2005, o total de projetos de lei de autoria individual apresentados durante o período foi de 1438, sendo 94,4% desses de iniciativa de apenas um representante e 5,6% assinados coletivamente (Tabela 47).

Tabela 47. Autoria dos projetos de lei de iniciativa dos titulares da CMBH (2005-2007)

Autoria	Titulares total XV	
	Abs	%
Individual	1357	94,4
Coletiva	81	5,6
Total	1438	100

Fonte: Produzida a partir de informações fornecidas pela CMBH em 2007.

O número médio de projetos de lei de autoria individual dos vereadores titulares, apresentados durante o período da XV Legislatura, foi de 33,1 iniciativas. Em outras palavras, cada vereador diplomado em primeiro de janeiro de 2005 apresentou individualmente, em média, 33,1 propostas legais até o dia 25 de setembro de 2007.

Os onze vereadores eleitos com votação concentrada em um menor número de UEHs foram responsáveis por 397 dos 1357 projetos de lei apresentados individualmente pelos titulares, num percentual de 29,3% do total. Os parlamentares com perfil eleitoral intermediário (vinte) e disperso (dez), por seu turno, encaminharam, respectivamente, 42,9% e 29,1% das proposições do período. Resumindo e considerada a média, os vereadores concentrados apresentaram 36,1 PLs, os intermediários 29,1 e os dispersos 37,8 iniciativas legais (Tabela 48).

Tabela 48. Projetos de lei de autoria individual dos parlamentares titulares por perfil eleitoral desses vereadores, apresentados à CMBH (2005-2007)

Perfil eleitoral	Titulares		
	Abs	%	Média
Concentrado (11)*	397	29,3	36,1
Intermediário (20)	582	42,9	29,1
Disperso (10)	378	27,9	37,8
Total (41)	1357	100	33,1

Fonte: Produzida a partir de informações fornecidas pela CMBH em 2007. *Número de vereadores.

Quanto à distribuição espacial das áreas onde os vereadores concentrados obtêm a maioria de seus votos, essas podem ser classificadas como contíguas (interligadas, vizinhas) ou não-contíguas (espaças ou espalhadas no território municipal). Em Belo Horizonte, foram eleitos, no pleito de 2004, oito vereadores com perfil eleitoral concentrado/contíguo e três parlamentares concentrados/não-contíguos. O primeiro grupo apresentou 58,7% das proposições dos legisladores concentrados, possuindo média de 29,1 processos por parlamentar. Os três representantes concentrados/não-

contíguos, por seu lado, foram os autores de 41,3% das iniciativas, apresentando 54,7 iniciativas de lei no período compreendido entre 2005 e 2007, em média (Tabela 49).

Tabela 49. Projetos de lei apresentados à CMBH, de autoria dos parlamentares com votação concentrada, por tipo de concentração (2005-2007)

Distribuição das UEHs efetivas	Concentrados XIV		
	Abs	%	Média
Contíguas (8)*	233	58,7	29,1
Não-contíguas (3)	164	41,3	54,7
Total	397	100	36,1

Fonte: Produzida a partir de informações fornecidas pela CMBH em 2007. *Número de vereadores.

No que se refere aos percentuais de proposições aprovadas pelos grupos de grupos parlamentares que estamos analisando, observados separadamente, não há grande variação entre eles. Enquanto os vereadores concentrados/contíguos, aqueles que aprovaram o maior percentual das proposições no período estudado, transformaram em leis 19,7% de suas iniciativas, o grupo com menor aproveitamento foi o dos concentrados/não contíguos, com 15,2% de sucesso (Tabela 50).

Tabela 50. Status dos projetos de lei apresentados por parlamentares à CMBH (2005-2007)

					Concentrados XV							
	Legislativo		Titulares		Total		Contíguos		Não-contíguos		Dispersos	
Status	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Aprovado	267	18,4	246	18,1	72	18,1	47	20,2	25	15,1	71	18,8
Não Aprovado	451	31,1	426	31,4	136	34,2	93	39,9	43	26,1	113	29,9
Tramitando	730	50,4	685	50,5	190	47,7	93	39,9	97	58,8	194	51,3
Total	1448	100	1357	100	398	100	233	100	165	100	378	100

Fonte: Produzida a partir de informações fornecidas pela CMBH em 2007.

A mesma semelhança ou proximidade nos índices desses grupos analisados – legislativo, titulares, concentrados, concentrados/contíguos, concentrados/não-contíguos e dispersos – pode ser encontrada em relação ao percentual de proposições que explicitam o segmento social a ser beneficiado pela medida. Enquanto os vereadores dispersos, aqueles que mais representam grupos específicos em seus PLs, o fazem em 22,5% dos casos, os parlamentares concentrados/não-contíguos são aqueles com menor percentual de casos, com 17,1% de seu total (Tabela 51).

Tabela 51. Grupos beneficiados explicitados nos projetos de lei apresentados por parlamentares à CMBH (2005-2007)

					<i>Concentrados XV</i>							
	<i>Legislativo</i>		<i>Titulares</i>		<i>Total</i>		<i>Contíguos</i>		<i>Não-contíguos</i>		<i>Dispersos</i>	
Beneficiados	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Sim	319	22	294	21,7	77	19,4	49	21	28	17,1	85	22,5
Não	1129	78	1063	78,3	320	80,6	184	79	136	82,9	293	77,5
Total	1448	100	1357	100	397	100	233	100	164	100	378	100

Fonte: Produzida a partir de informações fornecidas pela CMBH em 2007.

Os parlamentares da Câmara Municipal de Belo Horizonte, no período compreendido entre 2005 e setembro de 2007, apresentaram um total de 1448 projetos de lei. As proposições legais de cunho político significaram 73,4%, enquanto as iniciativas de caráter simbólico representaram 26,5% daquele total. Entretanto, assim como ocorreu na XIV Legislatura, anteriormente registrada, quando analisamos apenas as iniciativas aprovadas, esses números se invertem. Ou seja, da legislação produzida por esses parlamentares durante o período, 26,6% tinham cunho político e 73,4% apresentavam caráter simbólico. Outro dado importante para clarear essa situação é o percentual de aprovação de medidas de caráter político, que atingiu apenas 6,7%, enquanto as iniciativas de conteúdo simbólico foram aprovadas em 51% dos casos. Há que se lembrar, contudo, que grande parte dos projetos ainda estavam em trâmite quando da realização do levantamento empírico desse estudo, uma vez que esse não chegou ao final da XV Legislatura (Tabela 52).

Ainda em relação a seu conteúdo, os projetos de lei dos grupos que estamos comparando também se mostram bastante homogêneos. As iniciativas de caráter político são majoritárias em todos os casos, atingindo o percentual mais elevado no caso dos vereadores concentrados/não-contíguos, 77,5% e o menor índice entre os concentrados/contíguos, 69,5%. Entretanto, os vereadores concentrados/contíguos são aqueles que mostraram uma maior participação das proposições de cunho político entre suas iniciativas aprovadas, entre leis de sua autoria (Tabela 52).

Tabela 52. Conteúdo dos projetos de lei apresentados por parlamentares à CMBH (2005-2007)

									<i>Concentrados XV</i>										
	<i>Legislativo</i>				<i>Titulares</i>			<i>Total</i>			<i>Contíguos</i>			<i>Não-contíguos</i>			<i>Dispersos</i>		
Conteúdo	Abs	%	% dos aprovados	% de aprovação	Abs	%	% dos aprovados	Abs	%	% dos aprovados	Abs	%	% dos aprovados	Abs	%	% dos aprovados	Abs	%	% dos aprovados
Político	1064	73,4	26,6	6,7	990	73,0	23,6	289	72,6	29,6	162	69,6	30,4	127	77,5	28,0	274	72,5	26,8
Simbólico	384	26,6	73,4	51,0	367	27,0	76,4	108	27,1	70,4	71	30,4	69,6	37	22,5	72,0	104	27,5	73,2
Total	1448	100	100	18,3	1357	100	100	397	99,7	100	233	100	100	164	100	100	378	100	100

Fonte: Produzida a partir de informações fornecidas pela CMBH em 2007.

Em relação aos temas das proposições apresentadas pelos parlamentares, as relacionadas à regulação de atividade, às questões urbanas e sociais representaram, respectivamente, 16,2%, 15,1% e 13,9% do total apresentado no período. Entre os titulares as temáticas foram, mais uma vez, muito semelhantes. Já os vereadores com perfil eleitoral concentrado priorizaram as questões urbanas, em 20,1% dos casos, e as medidas visando à regulação de atividades, com 16,1% dos projetos desse grupo de parlamentares. Os representantes concentrados/contíguos apresentaram 18% de propostas relacionadas a questões sociais, ao passo que 15% das iniciativas desse grupo de parlamentares foram dedicadas à denominação de próprios públicos. Entre os vereadores com votação do tipo concentrada/não-contígua, as proposições legislativas relacionadas às temáticas urbanas e de regulação de atividades foram as predominantes, significando, juntas, mais da metade dos projetos, respectivamente, 28,7% e 22,6%. Diferentemente, no caso dos legisladores com votos dispersos por inúmeras UEHs, a área social foi privilegiada, com 16,7%, seguida dos PLs que definem parâmetros para atividades desenvolvidas no município, com 14,5% do total de proposições (Tabela 53).

Tabela 53. Tema dos projetos de lei apresentados por parlamentares à CMBH (2005-2007)

	<i>Legislativo</i>		<i>Titulares</i>		<i>Concentrados XIV</i>							
					<i>Total</i>		<i>Contíguos</i>		<i>Não-contíguos</i>		<i>Dispersos</i>	
<i>Tema</i>	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Administrativo	191	13,2	170	12,5	46	11,6	30	12,9	16	9,7	48	12,7
Cultural	68	4,7	63	4,6	10	2,5	5	2,1	5	3,0	22	5,8
Econômico	51	3,5	50	3,7	14	3,5	8	3,4	6	3,7	14	3,7
Homenagem	47	3,2	44	3,2	12	3,0	8	3,4	4	2,4	14	3,7
Ambiental	98	6,8	89	6,6	24	6,0	17	7,3	7	4,3	32	8,5
Denominação	152	10,5	147	10,8	49	12,3	35	15,0	14	8,5	49	13,0
Reg. atividade	235	16,2	218	16,1	64	16,1	27	11,6	37	22,6	55	14,5
Social	202	13,9	192	14,1	51	12,8	42	18,0	9	5,5	63	16,7
Urbano	219	15,1	208	15,3	80	20,1	33	14,2	47	28,7	40	10,6
Utilid. pública	185	12,8	176	13,0	47	11,8	28	12,0	19	11,6	41	10,8
Total	1448	100	1357	100	397	100	233	100	164	100	378	100

Fonte: Produzida a partir de informações fornecidas pela CMBH em 2007.

Os projetos de lei localizados, que se referem a áreas específicas da cidade, foram minoritários nos seis grupos de parlamentares que estamos comparando. Os percentuais das iniciativas localizadas, em relação ao total de propostas legislativas apresentadas pelos grupos em separado, também se mostraram-se bastante próximos. Do total dos projetos apresentados pelos vereadores nesse período, 22,4% podem ser

considerados como tendo aplicação restrita a uma determinada região da cidade. Esse grupo é o que apresenta menor participação de projetos localizados, em relação ao total das iniciativas formuladas. O maior percentual de propostas direcionadas a regiões específicas do município, por sua parte, foi encontrado entre os vereadores com votação de tipo concentrada/contígua, representando 27% (Tabela 54).

Tabela 54. Área de aplicação dos projetos de lei apresentados por parlamentares à CMBH (2005-2007)

	<i>Legislativo</i>		<i>Titulares</i>		<i>Concentrados XV</i>							
					<i>Total</i>		<i>Contíguos</i>		<i>Não-contíguos</i>		<i>Dispersos</i>	
<i>Localizável</i>	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Sim	324	22,4	309	22,8	103	25,9	63	27,0	40	24,4	88	23,3
Não	1124	77,6	1048	77,2	294	74,1	170	73,0	124	75,6	290	76,7
Total	1448	100	1357	100	397	100	233	100	164	100	378	100

Fonte: Produzida a partir de informações fornecidas pela CMBH em 2007.

As proposições legislativas localizadas, quando relacionadas às regionais administrativas da cidade às quais se destinam, trazem-se as seguintes informações. Em conjunto, os legisladores priorizaram as regionais Centro-Sul e Venda Nova, que receberam, respectivamente, 15,7% e 12,6% dos PLs localizados. A esse respeito, os vereadores denominados titulares e aqueles com voto disperso apresentaram índices próximos, embora do ponto de vista populacional as regionais mais populosas sejam a Noroeste e a Nordeste, com 15,1% e Nordeste 12,2% dos habitantes da capital, respectivamente.

As regiões do município de Belo Horizonte que são efetivas do ponto de vista eleitoral para um maior número de parlamentares com votação concentrada, são as regiões Nordeste, Leste e a Oeste, pois são decisivas na eleição de cinco, quatro e quatro desses vereadores, respectivamente. No caso desse grupo, dos vereadores com votação concentrada, as regiões do município que foram contempladas com uma maior quantidade de projetos por eles apresentados foram a Centro-Sul e Venda Nova, com, respectivamente, 17,5% e 16,5% das iniciativas de caráter localizado. Entre os vereadores concentrados/contíguos, as regionais Centro-Sul, com 22,2%, e a Noroeste, com 15,9%, foram as privilegiadas. Entre os parlamentares com votação concentrada/não-contígua, as regionais Venda Nova e Pampulha foram foco de 32,5% e de 22,5% das proposições localizadas desses vereadores (Tabela 55).

Tabela 55. Regionais às quais se destinam os projetos de lei localizáveis apresentados por parlamentares à CMBH (2005-2007)

	<i>Legislativo</i>		<i>Titulares</i>		<i>Concentrados XV</i>							
					<i>Total</i>		<i>Contíguos</i>		<i>Não-contíguos</i>		<i>Dispersos</i>	
<i>Regionais</i>	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Barreiro	33	10,2	33	10,7	8	7,8	8	12,7	0	0	6	6,8
Centro Sul	51	15,7	47	15,2	18	17,5	14	22,2	4	10	14	15,9
Leste	25	7,7	25	8,1	6	5,8	6	9,5	0	0	4	4,5
Nordeste	29	8,9	26	8,4	4	3,9	3	4,8	1	2,5	12	13,6
Noroeste	34	10,5	31	10,0	11	10,7	10	15,9	1	2,5	6	6,8
Norte	34	10,5	33	10,7	7	6,8	3	4,8	4	10,0	16	18,1
Oeste	17	5,2	16	5,2	9	8,7	4	6,3	5	12,5	2	2,3
Pampulha	30	9,3	30	9,7	16	15,5	7	11,1	9	22,5	10	11,4
Venda Nova	41	12,6	39	12,6	17	16,5	4	6,3	13	32,5	11	12,5
Favelas	4	1,2	4	1,3	1	1,0	1	1,6	-	-	1	1,1
Indefinido*	26	8,0	25	8,1	6	5,8	3	4,8	3	7,5	6	6,8
Total	324	100	309	100	103	100	63	100	40	100	88	100

Fonte: Produzida a partir de informações fornecidas pela CMBH em 2007. *Projetos cujas informações não possibilitaram a classificação.

Quanto ao número de projetos apresentados, vereadores concentrados apresentaram, em média, 36,1 projetos entre primeiro de janeiro de 2005 e 25 de setembro de 2007. Tratados individualmente, os vereadores concentrados que encaminharam mais propostas legislativas foram os parlamentares Preto, com 98 propostas, e Fred Costa, com 60 PLs. Por outro lado, os membros do legislativo municipal com votação concentrada que apresentaram um menor número de projetos de lei de autoria individual, durante o período em análise, foram o Vereador Gêra Ornelas, com oito encaminhamentos, e o Vereador Geraldo Félix, com onze iniciativas (Tabela 56).

No grupo dos vereadores com votação concentrada da XV Legislatura, os parlamentares que apresentaram um maior aproveitamento em termos de aprovação dos projetos legislativos encaminhados foram os parlamentares Índio e Silvinho Rezende, com, respectivamente, 42,8% e 39,1% de suas iniciativas aprovadas. Na outra ponta, os vereadores Preto, com 3,1% de projetos aprovados, e Balbino, com 4,6% de propostas transformadas em leis, foram os que tiveram os menores percentuais de aproveitamento.

Em relação ao destaque de um grupo social a ser diretamente beneficiado pelas iniciativas apresentadas pelos parlamentares de votação concentrada da XV Legislatura, ocorreu em 19,4% do total de proposições. Todos esses vereadores apresentaram majoritariamente Projetos em que não explicitaram o grupo, setor ou categoria a qual a

iniciativa se direcionava. O Vereador Gêra Ornelas não apresentou iniciativas legais que especificassem o grupo beneficiado pela medida e, juntamente com Silvinho Rezende, que teve apenas 4,3% de suas Proposições com os beneficiados definidos, foram os parlamentares que menos defenderam legislações com esse perfil. Por outro lado, os vereadores Paulão e Hugo Thomé foram aqueles que apresentaram maior participação, no total de suas proposições legislativas, de projetos que especificaram o grupo social contemplado, 42,8% e 33,3%, respectivamente. Paulão dedicou 19,9% de suas iniciativas a negros e afro-descendentes. (Tabela 57)

Quanto ao conteúdo, dez dos onze representantes de votação concentrada apresentaram majoritariamente Projetos de caráter político. Os vereadores Preto e Balbino foram aqueles que apresentaram o maior percentual de PLs de conteúdo político, respectivamente, 95,8% e 90,6%. O único parlamentar concentrado que apresentou mais propostas simbólicas do que políticas foi o Vereador Gêra Ornelas, com 75% de seus projetos sendo de tipo simbólico. (Tabela 58)

No que se refere à temática das proposições legislativas dos vereadores concentrados da 15ª Legislatura, destaca-se a baixa participação de projetos nas áreas cultural e econômica, que representaram, no período, 2,5% e 3,5%, respectivamente, do total apresentado por esses parlamentares. Entre as propostas de caráter simbólico, aquelas destinadas a prestar homenagens foram as que obtiveram menor quantidade de iniciativas, 3% do total de Projetos dos vereadores concentrados do período. Quando vistos individualmente, também são essas as temáticas que receberam um menor número de proposições a elas dedicadas por parte dos legisladores com voto mais concentrado da CMBH.

Os projetos de lei com repercussão localizada são minoritários, mesmo entre os parlamentares com votação concentrada. Dos onze vereadores pertencentes a esse grupo, dois apresentaram mais iniciativas geograficamente localizáveis, Geraldo Félix e Silvinho Rezende. O Vereador Índio dividiu igualmente suas proposições entre localizadas e não localizadas. Os demais parlamentares apresentaram mais iniciativas legais cuja aplicabilidade não pode ser delimitada dentro do território municipal. Abaixo veremos como cada um dos legisladores de votação concentrada distribuíram seus processos por temas (Tabela 59) e se estão voltados para uma região específica do município (Tabela 60) e se essa região condiz com as áreas onde o vereador concentra seus votos (Tabela 61).

Tabela 56. Status dos projetos de lei apresentados pelos parlamentares concentrados à CMBH (2005-2007)

	<i>Concentrados XV</i>																					
	<i>Balbino*</i>		<i>Fred Costa</i>		<i>Gêra Ornelas</i>		<i>Geraldo Félix</i>		<i>Hugo Thomé</i>		<i>Paulão</i>		<i>Preto</i>		<i>Ronaldo Gontijo</i>		<i>Sílvia Helena</i>		<i>Índio</i>		<i>Silvinho Rezende</i>	
Status	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Aprovado	2	4,6	8	13,3	3	37,5	3	27,3	4	19,0	4	14,3	3	3,1	12	37,5	3	13,0	12	42,9	18	39,1
Não Aprovado	16	37,2	17	28,3	4	50,0	4	36,4	9	42,8	20	71,4	24	21,4	10	31,2	11	47,8	11	39,3	10	21,7
Tramitando	25	58,1	35	58,3	1	12,5	4	36,4	8	38,1	4	14,3	71	75,5	10	31,2	9	39,1	5	17,9	18	39,1
Total	43	100	60	100	8	100	11	100	21	100	28	100	98	100	32	100	23	100	28	100	46	100

Fonte: Produzida a partir de informações fornecidas pela CMBH em 2007. *Os nomes dos vereadores concentrado-contíguos estão em itálico.

Tabela 57. Grupos beneficiados explicitados nos projetos de lei apresentados pelos parlamentares concentrados à CMBH (2005-2007)

	<i>Concentrados XV</i>																					
	<i>Balbino*</i>		<i>Fred Costa</i>		<i>Gêra Ornelas</i>		<i>Geraldo Félix</i>		<i>Hugo Thomé</i>		<i>Paulão</i>		<i>Preto</i>		<i>Ronaldo Gontijo</i>		<i>Sílvia Helena</i>		<i>Índio</i>		<i>Silvinho Rezende</i>	
Beneficiados	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Sim	10	23,2	9	15,0	0	0	2	18,2	7	33,3	12	42,8	19	19,4	8	25,0	6	26,1	3	10,7	2	4,3
Não	33	76,7	51	85,0	8	100	9	81,8	14	66,7	16	57,1	79	80,6	24	75,0	17	73,9	25	89,3	44	95,6
Total	43	100	60	100	8	100	11	100	21	100	28	100	98	100	32	100	23	100	28	100	46	100

Fonte: Produzida a partir de informações fornecidas pela CMBH em 2007. *Os nomes dos vereadores concentrado-contíguos estão em itálico.

Tabela 58. Conteúdo dos projetos de lei apresentados pelos parlamentares concentrados à CMBH (2005-2007)

	<i>Concentrados XV</i>																					
	<i>Balbino*</i>		<i>Fred Costa</i>		<i>Gêra Ornelas</i>		<i>Geraldo Félix</i>		<i>Hugo Thomé</i>		<i>Paulão</i>		<i>Preto</i>		<i>Ronaldo Gontijo</i>		<i>Sílvia Helena</i>		<i>Índio</i>		<i>Silvinho Rezende</i>	
Conteúdo	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Político	39	90,6	50	83,3	2	25,0	8	72,8	16	76,1	19	67,9	94	95,8	21	65,7	13	56,4	11	39,2	18	39,1
Simbólico	4	9,4	10	16,7	6	75,0	3	27,3	5	23,8	9	32,1	4	4,1	11	34,3	10	43,4	17	60,7	28	60,8
Total	43	100	60	100	8	100	11	100	21	100	28	100	98	100	32	100	23	100	28	100	46	100

Fonte: Produzida a partir de informações fornecidas pela CMBH em 2007. *Os nomes dos vereadores concentrado-contíguos estão em itálico.

Tabela 59. Tema dos projetos de lei apresentados pelos parlamentares concentrados à CMBH (2005-2007)

	<i>Concentrados XV</i>																					
	<i>Balbino*</i>		<i>Fred Costa</i>		<i>Gêra Ornelas</i>		<i>Geraldo Félix</i>		<i>Hugo Thomé</i>		<i>Paulão</i>		<i>Preto</i>		<i>Ronaldo Gontijo</i>		<i>Sílvia Helena</i>		<i>Índio</i>		<i>Silvinho Rezende</i>	
Tema	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Administrativo	9	20,9	5	8,3	1	12,5	1	9,1	5	23,8	3	10,7	7	7,1	4	12,5	5	21,7	0	0	3	6,5
Cultural	1	2,3	3	5,0	0	0	0	0	2	9,5	1	3,6	4	4,1	1	3,1	0	0	0	0	0	0
Econômico	1	2,3	3	5,0	0	0	0	0	0	0	1	3,6	5	5,1	2	6,3	1	4,3	0	0	1	2,2
Homenagem	2	4,7	0	0	0	0	0	0	1	4,8	1	3,6	1	1,0	1	3,1	3	13,0	1	3,6	2	4,3
Ambiental	5	11,6	10	16,7	0	0	1	9,1	0	0	1	3,6	2	2,0	1	3,1	0	0	2	7,1	5	10,9
Denominação	0	0	6	10,0	3	37,5	1	9,1	2	9,5	6	21,4	0	0	5	15,6	2	8,7	11	39,3	12	26,1
Reg. atividade	8	18,6	8	13,3	0	0	2	18,2	1	4,8	1	3,6	35	35,7	3	9,4	2	8,7	3	10,7	2	4,3
Social	9	20,9	8	13,3	1	12,5	2	18,2	4	19,0	9	32,1	4	4,1	8	25,0	2	8,7	2	7,1	1	2,2
Urbano	6	14,0	13	21,7	0	0	2	18,2	4	19,0	3	10,7	37	37,7	2	6,3	3	13,0	4	14,3	6	13,0
Utilid. pública	2	4,7	4	6,7	3	37,5	2	18,2	2	9,5	2	7,1	3	3,1	5	15,6	5	21,7	5	17,8	14	30,4
Total	43	100	60	100	8	100	11	100,1	21	100	28	100	98	100	32	100	23	100	28	100	46	100

Fonte: Produzida a partir de informações fornecidas pela CMBH em 2007. *Os nomes dos vereadores concentrado-contíguos estão em itálico.

Tabela 60. Área de aplicação dos projetos de lei apresentados pelos parlamentares concentrados à CMBH (2005-2007)

	<i>Concentrados XV</i>																					
	<i>Balbino*</i>		<i>Fred Costa</i>		<i>Gêra Ornelas</i>		<i>Geraldo Félix</i>		<i>Hugo Thomé</i>		<i>Paulão</i>		<i>Preto</i>		<i>Ronaldo Gontijo</i>		<i>Sílvia Helena</i>		<i>Índio</i>		<i>Silvinho Rezende</i>	
<i>Localizável</i>	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Sim	2	4,7	13	21,7	5	62,5	2	18,2	3	14,3	9	32,1	9	9,2	10	31,2	7	25,0	14	50,0	28	60,9
Não	41	95,3	47	78,3	3	37,5	9	81,8	18	85,7	19	67,9	89	90,8	22	68,8	21	75,0	14	50,0	18	39,1
Total	43	100	60	100	8	100	11	100	21	100	28	100	98	100	32	100	28	100	28	100	46	100

Fonte: Produzida a partir de informações fornecidas pela CMBH em 2007. *Os nomes dos vereadores concentrado-contíguos estão em itálico.

Tabela 61. Projetos de lei localizáveis apresentados pelos parlamentares concentrados à CMBH relacionados às regionais nas quais concentram seus votos (2005-2007)

	<i>Concentrados XV</i>																					
	<i>Balbino*</i>		<i>Fred Costa</i>		<i>Gêra Ornelas</i>		<i>Geraldo Félix</i>		<i>Hugo Thomé</i>		<i>Paulão</i>		<i>Preto</i>		<i>Ronaldo Gontijo</i>		<i>Sílvia Helena</i>		<i>Índio</i>		<i>Silvinho Rezende</i>	
<i>Área</i>	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Mesma	1	50,0	9	69,2	1	20,0	2	100	1	33,3	2	25,0	7	77,8	5	55,6	2	33,3	3	23,1	17	68,0
Outra	1	50,0	4	30,8	4	80,0	0	0	2	66,7	6	75,0	2	22,2	4	44,4	4	66,7	10	76,9	8	32,0
Total	2	100	13	100	5	100	2	100	3	100	8	100	9	100	9	100	6	100	13	100	25	100

Fonte: Produzida a partir de informações fornecidas pela CMBH em 2007. *Os nomes dos vereadores concentrado-contíguos estão em itálico.

Quanto ao tema de seus Projetos de Lei, o Vereador Balbino priorizou aqueles relacionados a questões sociais e administrativas do município, ambas com 20,9% do total das iniciativas. As proposições de caráter localizado representaram 4,7% do total de suas iniciativas do parlamentar, sendo que metade delas foram direcionadas a regionais nas quais o candidato obteve parte efetiva de seus votos.

O Vereador Fred Costa, por seu lado, dedicou 21,7% de suas propostas legislativas às questões urbanas. Em segundo lugar, no ranking de prioridades do parlamentar, estiveram as iniciativas com temática ambiental, com 16,7% de suas proposições legais. O representante apresentou 21,7% de projetos localizados, 69,2% desses direcionados a regionais em que se localizam UEHs efetivas para o parlamentar.

O Vereador Gêra Ornelas, por sua vez, priorizou projetos de lei para denominar próprios públicos municipais e que procuravam conferir o título de utilidade pública a determinadas instituições; cada uma dessas temáticas representou 37,5% do total de proposições apresentadas pelo parlamentar. Quanto às iniciativas de caráter localizado, representaram 62,5% das Propostas legislativas de Gêra Ornelas, sendo que 20% dessas normas foram direcionadas para regiões do município em que o representante concentrou seu eleitorado.

O Vereador Geraldo Félix concentrou seus projetos nas seguintes temáticas: regulação de atividades; social; urbana e de utilidade pública, cada uma delas representando 18,2% do total de iniciativas do parlamentar. As proposições legislativas localizadas representaram 18,2% do total de iniciativas encaminhadas por Geraldo Félix. Todos esses PLs foram destinados a regiões nas quais o parlamentar teve parte significativa de seus votos.

As temáticas administrativa, urbana e de utilidade pública concentraram, respectivamente, 23,8%, 19% e 14,3%, do total de PLs apresentados por Hugo Thomé. Os projetos de lei com aplicabilidade localizada representaram 14,3% das iniciativas do parlamentar, sendo que 33,3% desses foram direcionados a regionais nas quais o vereador concentrou parte significativa de seu eleitorado.

O Vereador Paulão, por sua vez, privilegiou em suas proposições legais as questões sociais, em 32,1% dos casos, e de nomeação de próprios públicos, o que ocorreu em 21,4% do total de seus Projetos. Proposições legislativas de caráter localizado significaram 32,1% das iniciativas legais de Paulão, sendo que 25% foram destinadas à Regional Leste do município, reduto eleitoral do parlamentar.

Privilegiando projetos de lei relacionados às questões urbanas, 37,7%, e a regulação de atividades, 35,7%, o Vereador Preto apresentou 9,2% de proposições localizadas, destinadas a

áreas específicas da cidade. Desse total de propostas regionalizáveis, 77,8% foram direcionadas a regiões administrativas onde as áreas de voto concentrado do parlamentar se localizam.

O membro do Legislativo Municipal de Belo Horizonte, Ronaldo Gontijo, destinou 31,2% de suas propostas de lei à denominação próprios da cidade ou à concessão de títulos de utilidade pública, sendo 15,6% em cada um desses casos. Os PLs localizados do Vereador Ronaldo Gontijo significaram 31,2% de seu total de proposições, 55,6% deles sendo destinados a regionais onde se localizam suas UEHs efetivas em termos eleitorais.

No caso dos projetos apresentados pela Vereadora Sílvia Helena, entre 2005 e 25 de setembro de 2007, as questões administrativas e as concessões de títulos de utilidade pública foram as que mais mobilizaram a parlamentar, cada uma dessas temáticas com 21,7% do total de suas proposições legislativas. Dentre as iniciativas da parlamentar, 25% tiveram aplicação localizada, um terço delas nas mesmas regiões onde a vereadora concentrou seu eleitorado.

Já para o Vereador Índio, as temáticas que mereceram mais destaque, tendo em vista o número de projetos destinado a elas, foram as de denominação e de concessão do título de utilidade pública, com, respectivamente, 39,3% e 17,8%. Metade das proposições legislativas do parlamentar foram voltadas para questões localizadas. Quanto aos locais aos quais se voltaram seus projetos de lei, em 23,1% dos casos coincidiram com as regionais onde se concentra a maioria de seus eleitores.

O parlamentar Silvinho Rezende dedicou, 30,4% e 26,1%, respectivamente, a projetos de denominação e de declaração de utilidade pública. Suas iniciativas com aplicabilidade restrita, em termos territoriais, representaram 60,9% de suas proposições, sendo que 68% dessas se dirigiram às regiões em que o vereador concentrou seus votos.

4.4 Comentários sobre a conexão eleitoral nos projetos de lei

Discutiremos aqui, a partir de uma apresentação sintética e objetiva dos dados mais importantes revelados pela pesquisa empírica do nosso estudo de caso, possíveis análises e interpretações. Mostraremos, sobretudo utilizando comparações, ora entre Executivo e Legislativo, ora entre vereadores concentrados e dispersos ou entre os parlamentares com voto concentrado de cada um dos períodos, possíveis interpretações para os resultados obtidos.

Embora o foco de nosso trabalho não esteja na atuação legislativa do Executivo municipal de Belo Horizonte, a análise de sua participação no parlamento municipal, especificamente no que se refere a seus projetos de lei, nos ajuda a compreender o lugar e a importância dos vereadores nesse contexto. Desta maneira, comparamos as iniciativas de autoria do Executivo com as proposições apresentadas pelos parlamentares da CMBH durante a XIV e a XV Legislaturas.

Quanto ao número de projetos de lei apresentados por cada um desses Poderes municipais, há uma ampla vantagem por parte do Legislativo, responsável por 3307 iniciativas, enquanto o Executivo, por sua vez, encaminhou 282 proposições à CMBH. Entre os anos de 2001 e 2007, 82,1% dos projetos de lei da cidade foram de autoria de parlamentares. Enquanto o Executivo apresentou 141 iniciativas em cada uma das Legislaturas estudadas, cada vereador encaminhou, em média, 44,3 projetos de lei entre 2001 e 2004 e 33,1 proposições entre 2005 e 2007. Em ambos os períodos há parlamentares que, sozinhos, apresentaram mais proposições que o Executivo Municipal.

Em relação à capacidade de aprovação de seus projetos de lei, como vimos, o Executivo mostra um aproveitamento percentual duas vezes maior que o índice apresentado pelo Legislativo. Enquanto o primeiro aprovou a maior parte de seus projetos, 82,3% durante a XIV Legislatura, o conjunto dos parlamentares aprovou menos da metade de suas iniciativas. Outro aspecto a ser destacado nessa comparação diz respeito à diferença em relação ao conteúdo dos projetos de lei de autoria do Legislativo e do Executivo. Este último apresentou, durante todo o período estudado, quase que exclusivamente proposições de caráter político. Apesar dos vereadores também terem apresentado majoritariamente projetos de conteúdo político, mais de três quartos da legislação por eles aprovada possui caráter simbólico. Enquanto os legisladores aprovaram apenas 11,3% das iniciativas de caráter político de sua própria autoria, o Executivo conquistou o índice de 67,9% de aprovação para suas proposições de caráter político, durante a XIV e a XV Legislaturas. Da mesma forma que Ames (2003) afirma, analisando o Congresso Nacional Brasileiro, que resulta praticamente impossível para os parlamentares aprovarem projetos que tratem de questões econômicas ou sociais de maior relevância.

Desta forma, o Executivo foi o autor responsável por 15,5% do total das leis municipais promulgadas, entre 2001 e 2007, em Belo Horizonte. Por outro lado, em relação à legislação de cunho propriamente político, a participação dos prefeitos atinge 43,9%.

Assim, se não é possível afirmar a supremacia do Executivo na produção legislativa da CMBH durante a XIV e a XV Legislaturas, pelo menos em relação à autoria de projetos de

lei, tampouco poderíamos dizer o contrário, ou seja, que os vereadores têm grande centralidade na apresentação das leis aprovadas no município. Verifica-se, em relação aos projetos de caráter político aprovados, mais do que qualquer outra coisa, um equilíbrio entre o conjunto dos parlamentares e o chefe do Executivo. Sendo os vereadores os legisladores propriamente ditos, essa quantidade semelhante pode significar, mais do que um equilíbrio de forças, uma relação extremamente desigual. Mas, diferentemente do que afirma Souza (2004) para Campos dos Goytacazes-RJ, não há motivos para pensar que os vereadores de Belo Horizonte negligenciam suas funções legislativas. Tampouco afirmariamos que, como o fez Araujo (2001) analisando a CMBH entre 1989 e 1996, que durante a XIV e a XV Legislaturas dessa Casa o Executivo foi o principal legislador do município.

Contudo, em números absolutos, dada a quase exclusividade dos vereadores nas matérias de cunho simbólico, os parlamentares foram responsáveis pela grande maioria das leis aprovadas na CMBH. Foram também autores de mais da metade da legislação de conteúdo político, produzida na capital mineira, entre 2001 e 2007. Dessa forma, de maneira nenhuma parece irrelevante a participação dos parlamentares na produção legislativa de Belo Horizonte. Nesse sentido, existiria na CMBH algo próximo do que afirma Raimundo (2005) ao analisar a Câmara Municipal de São Paulo. Segundo o autor, questões importantes da agenda da capital paulista são decididas no parlamento local, tendo nos vereadores importantes atores nesse processo. Para Couto e Abrucio (1995), não se verificaria nas grandes cidades, diferentemente do que afirmam para os pequenos municípios, um sistema decisório “ultrapresidencialista”.

Entretanto, para se definir com maior segurança o papel desses atores no cenário legislativo do município, haveria também que se analisar de maneira mais aprofundada cada uma dessas proposições aqui igualadas, classificadas como políticas, visando a identificar sua relevância e importância para a cidade. E, essa análise aprofundada apenas nos permitiria compreender melhor os projetos de lei. Também deveriam ser estudados diversos outros aspectos relacionados aos caminhos legislativos, aos acordos e negociações, entre parlamentares ou entre esses e o Executivo, que giram em torno da elaboração e tramitação até a aprovação de uma nova lei.

Nesse sentido, outro dado apresentado parece corroborar a idéia de que os índices de aprovação, por si sós, não nos dão a completa dimensão de outros fatores importantes na tomada de decisões ou na aprovação de políticas. Exemplo disso está no fato de que, a julgar pela diferença entre o percentual de projetos do Executivo e dos parlamentares que estavam em tramitação no dia 25 de setembro de 2007, é razoável supor que o prefeito se utiliza de

suas ferramentas e prerrogativas legislativas para dar maior celeridade a seus projetos. Isso porque, na referida data, ainda tramitavam 48,6% das iniciativas apresentadas por vereadores durante a XV Legislatura contra 27% dos projetos de autoria do Executivo. A existência de uma série de prerrogativas legislativas por parte de chefe do Executivo Municipal, a exemplo do pedido de urgência, como afirmam Couto e Abrucio (1995) Araujo (2001) e Raimundo (2004), parece explicar esse descompasso entre os trâmites dos projetos dos vereadores e do prefeito.

Quanto à autoria de projetos localizáveis, durante o período em estudo, o Executivo encaminhou percentual próximo ao encaminhado pelos parlamentares da CMBH, com vantagem para o primeiro. Tiveram esse caráter cerca de um terço dos projetos da XIV e XV Legislaturas, em conjunto. Entretanto, se o percentual dedicado a proposições com aplicação localizável é semelhante, há uma diferença na temática dessas iniciativas. Enquanto a grande maioria dos projetos geograficamente restritos apresentados pelo Executivo se relaciona à temática urbana, entre os vereadores a maioria dessas proposições é de denominação e declaração de utilidade pública.

No caso dos projetos de lei que especificam o setor ou grupo social que será beneficiado com a aprovação da iniciativa, representaram 19,2% das proposições dos membros do parlamento e 12,8% das proposições encaminhadas pelo Executivo. No caso deste último, quase sempre esses projetos tiveram temática administrativa, sendo que os beneficiados foram os servidores da administração pública municipal.

Iniciando a análise dos resultados obtidos a partir da categorização e comparação dos projetos de lei de iniciativa dos parlamentares com votação concentrada e dispersa, da XIV e XV Legislaturas. Nosso objetivo é discutir nossa hipótese geral, que afirma que incentivos eleitorais diversos influenciam nas proposições dos vereadores da CMBH. A ideia é discutir a conexão eleitoral existente entre concentração de votos e os projetos dos parlamentares de lei em Belo Horizonte, entre 2001 e 2007.

Nossas hipóteses específicas, que partem dessa mais geral, afirmam que os parlamentares concentrados tenderiam a se envolver menos com o processo legislativo. Apresentariam, em média, um menor número de proposições legislativas, maior proporção de projetos simbólicos e teriam mais dificuldades para aprovarem suas iniciativas. Além disso, destinariam um percentual maior de seus projetos a questões localizáveis, dirigidas a seus redutos eleitorais. Por fim, os parlamentares com eleitorado disperso tenderiam a apresentar um maior percentual de proposições explicitando o grupo social beneficiado, uma vez que não representariam regiões do município e sim categorias e setores da sociedade

Em relação à comparação do número médio de projetos apresentados por vereadores classificados como concentrados ou dispersos, verifica-se um equilíbrio. Os vereadores com votação concentrada apresentaram em média 42,5 e 36,1 proposições, enquanto que os parlamentares com eleitorado disperso encaminharam 44 e 37,8 iniciativas legais durante a XIV e XV Legislaturas, respectivamente.

Quanto à capacidade de aprovação de suas medidas, os dois grupos de concentração eleitoral antagônica também mostraram semelhança. Durante a XIV Legislatura, concentrados e dispersos aprovaram, respectivamente, 27,9% e 31,8% de suas iniciativas. Por sua vez, durante o período analisado da Legislatura posterior, a diferença percentual em termos de aprovação entre esses grupos de parlamentares ficou em apenas 0,7%, em favor do disperso.

Entretanto, quando comparamos somente a aprovação verificada nos projetos de caráter político durante a XIV Legislatura, os vereadores dispersos mostram um aproveitamento duas vezes superior. Nessa legislatura, esse grupo também apresentou maior percentual de projetos de conteúdo político, 73,8% contra 63,7%. Apesar disso, como essas diferenças, tanto em relação ao percentual de iniciativas de caráter político quanto em relação ao percentual dessas entre as leis produzidas por concentrados e dispersos, não se confirmaram na Legislatura seguinte, não podemos dizer que seja uma característica distintiva entre esses grupos de parlamentares.

Os percentuais destinados a cada um dos temas das proposições, comparando-se concentrados e dispersos da XV Legislatura, também se mostraram extremamente semelhantes. Exceção feita às iniciativas envolvendo questões urbanas, para as quais os parlamentares concentrados dedicaram percentual duas vezes maior que o dos vereadores dispersos. Durante a XIV Legislatura, podemos destacar prioridades distintas em relação à distribuição dos projetos de concentrados e dispersos entre as temáticas. Entretanto, dada a enorme semelhança entre os temas das proposições apresentadas por concentrados e dispersos, entre 2005 e 2007, não há como delimitar um padrão de comportamento para esses grupos de parlamentares.

No que se refere ao direcionamento dos projetos de lei para áreas e regiões específicas do território municipal, também se mostrou impossível estabelecer um padrão de comportamento capaz de diferenciar as iniciativas dos parlamentares a partir de seus níveis de concentração eleitoral. Se durante a XIV Legislatura o percentual de projetos localizáveis apresentados pelos concentrados se mostrou superior ao dos vereadores com eleitorado distribuído pela cidade, o grupo dos legisladores com votação intermediária foi aquele que dedicou a maior parte de seus projetos a iniciativas com implicações restritas a uma dada

região do município. Por sua vez, na legislatura seguinte verificamos grande equilíbrio, entre os grupos de concentração eleitoral, no que diz respeito à participação nas iniciativas localizáveis dentro do total de proposições por eles apresentadas, em torno de 28% do total. Nesse período, foi do Executivo o maior índice percentual de projetos localizáveis dentre os grupos aqui analisados, 42,6%.

Quanto à explicitação do grupo social a ser beneficiado pela iniciativa legal, em ambas as Legislaturas, há equilíbrio entre os índices de vereadores concentrados e dispersos. Ou seja, a partir dos resultados encontrados não é possível afirmar que exista correlação entre concentração/dispersão eleitoral e a apresentação de projetos com a especificação dos beneficiados.

A comparação entre os vereadores concentrados, contíguos e não-contíguos, se mostrou prejudicada, durante o período em destaque. Como cada um desses grupos possui um número reduzido de parlamentares, cada um dos legisladores possui um peso muito grande sobre o resultado total do grupo, inviabilizando afirmações mais categóricas para o conjunto desses vereadores. Sendo assim, passaremos à análise comparativa dos parlamentares com votação concentrada eleitos em 2000 e reeleitos em 2004. A idéia é discutir possíveis mudanças/permanências no que diz respeito à autoria de projetos de lei por parte desses vereadores durante a XIV e a XV Legislaturas.

Em média, cada parlamentar da XV Legislatura apresentou um número 25% menor de projetos, se comparados aos vereadores do período anterior. Quando comparamos, individualmente, cada um dos oito legisladores concentrados que conseguiram se reeleger em 2004, percebemos que há muita variação. Três desses parlamentares reduziram a quantidade de projetos apresentados durante a XV em índices superiores à média geral. Outros três vereadores concentrados encaminharam um número menor de proposições, mas com uma redução inferior aos 25% verificados na média. Por sua vez, os outros dois parlamentares, embora a XV Legislatura ainda não houvesse acabado em 25 de setembro de 2007, já haviam encaminhado um número maior de proposições do que durante os quatro anos dos seus mandatos anteriores.

Em relação à apresentação de projetos que explicitam o grupo social a ser beneficiado com a medida, nenhum dos oito parlamentares com votação concentrada, eleitos em 2000 e reeleitos em 2004, apresentou majoritariamente projetos desse tipo. Tampouco se modificou de forma significativa o percentual de projetos dedicados a um setor social especificado na iniciativa. Apenas um vereador alterou mais de 10% a participação desse tipo de iniciativas em relação ao total por ele apresentado na primeira legislatura destacada. Os outros sete

parlamentares concentrados reeleitos mantiveram, entre suas proposições legislativas, parcelas semelhantes dedicadas a públicos específicos. Entretanto, isso não quer dizer que os grupos contemplados por essas iniciativas tenham sido os mesmos nos projetos apresentados nas duas legislaturas. Tampouco garante que os projetos de lei que não especificam o grupo social que será beneficiado com a iniciativa não estão, na prática, defendendo os interesses de um pequeno setor da sociedade, ainda que não ocorra de forma explícita.

Quanto ao tema privilegiado nas iniciativas encaminhadas por cada um dos vereadores concentrados reeleitos, houve mudança, da XIV para a XV Legislatura, no caso de sete dos oito parlamentares. Ou seja, apenas um legislador apresentou majoritariamente, nesses dois mandatos consecutivos, projetos de lei da mesma temática. Os outros sete parlamentares apresentaram mais projetos de uma dada temática na XIV Legislatura, e no mandato subsequente priorizaram outro assunto.

No que diz respeito à comparação entre o conteúdo da maioria dos projetos de lei apresentados por cada um dos vereadores concentrados, três parlamentares modificaram o conteúdo dominante entre suas iniciativas. Ou seja, esses três parlamentares dedicaram mais proposições a um determinado conteúdo durante a XIV Legislatura e, no mandato subsequente, privilegiaram projetos de conteúdo distinto. Por sua vez, os outros cinco vereadores mantiveram inalterado o conteúdo da maioria de seus projetos.

Em se tratando dos projetos de lei de tipo localizável, sete dos vereadores concentrados reeleitos mantiveram seus perfis, quando comparados de um mandato para o outro. Ou seja, aqueles vereadores que priorizaram as iniciativas não localizáveis, do ponto de vista geográfico, mantiveram essa característica na legislatura seguinte. Da mesma forma, parlamentares que dedicaram a maior parte de suas proposições da XIV Legislatura a áreas específicas do município, o fizeram novamente entre 2005 e 2007. Apenas um vereador passou a apresentar mais iniciativas de tipo localizável, tendo, nos quatro anos anteriores, dedicado a maioria de seus projetos a medidas não passíveis de serem geograficamente localizadas.

Em relação à priorização de suas áreas de concentração de votos, no caso da apresentação de projetos de lei localizáveis, somente três vereadores assim agiram majoritariamente durante a XIV Legislatura e o fizeram após serem reeleitos em 2004. Os demais parlamentares reeleitos com votação concentrada ou não priorizaram as Regionais nas quais concentraram grande parte de seus votos nestes dois mandatos ou o fizeram em apenas um dos períodos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada permite-nos tecer algumas considerações finais sem qualquer pretensão de esgotar a problemática investigada, mas procurando retomar algumas de suas questões e descobertas, numa sistematização que possa permitir a continuidade e avanço da mesma.

De um modo geral, a elaboração da geografia do voto dos vereadores de Belo Horizonte, eleitos nos sufrágios de 2000 e 2004, revelou, mais do que qualquer outra coisa, a existência, do ponto de vista eleitoral, de uma enorme diversidade entre esses atores no que diz respeito à concentração de seus votos. A partir dessa constatação, nossa hipótese de que o sistema eleitoral proporcional de lista aberta possibilita aos vereadores serem eleitos com votos em restritas áreas do município mostrou correlação empírica. Foi esse o caso de ao menos um quarto dos membros da CMBH. Entretanto, não apenas possibilitou a eleição de parlamentares com perfil eleitoral concentrado, como também disperso e de outros tantos níveis de distribuição de votos.

Entendendo que distintos contornos eleitorais, em termos de concentração, geram diferentes estímulos para a atuação dos legisladores, nossa outra hipótese relacionada à geografia eleitoral, buscamos determinar a configuração dos votos desses parlamentares. Por sua vez, temos nesses estímulos, por hipótese, importantes elementos para a compreensão do trabalho dos vereadores e, conseqüentemente, das políticas públicas elaboradas pela CMBH. Dito de outra forma, os resultados eleitorais configuram demandas que, por sua vez, conformam atuações no legislativo. A idéia central deste trabalho relaciona-se à chamada conexão eleitoral, ou seja, procuramos determinar em que medida os estímulos da arena eleitoral interferem no campo legislativo, especificamente, no caso, nos projetos de lei encaminhados à CMBH, entre 2001 e 2007.

A diversidade existente nos levou a agrupar os parlamentares em grupos, delimitados a partir da suposição de que sofreriam estímulos semelhantes entre si e diferenciados em relação aos outros grupos. Nesse sentido, definimos os quartis de concentração eleitoral, destacando seus extremos, o primeiro (vereadores de voto concentrado) e o quarto quartil (parlamentares com voto disperso). Desta forma, temos dois conjuntos de legisladores sobre os quais incidiriam mais fortemente estímulos diferenciados e que, por isso, atuariam de forma distinta dentro da Câmara. Tais suposições estão expressas nas hipóteses deste trabalho,

que discutiremos a seguir, após os comentários pertinentes à geografia eleitoral dos vereadores de Belo Horizonte.

Nas Legislaturas em análise, a maior parte dos vereadores da CMBH apresentou votação expressiva em áreas tão diversificadas, distantes e extensas do município que, praticamente, inviabilizam uma representação eficaz, do ponto de vista eleitoral, baseada apenas em critérios meramente geográficos, que priorize as regiões onde possuem mais votos. Isso se deve ao fato de que a representação dessas regiões consistiria, na prática, à representação de quase toda cidade. Um vereador que priorizasse todas as áreas da cidade não privilegiaria área nenhuma. Sendo assim, eleitoralmente, poderia resultar ineficaz um trabalho com tais características, uma vez que esse parlamentar disputaria o crédito por benfeitorias e políticas localizadas à região com outros legisladores mais próximos e presentes à comunidade. É provável que, para alguns vereadores, seja mais interessante e efetivo, na conquista de apoio e votos, a junção entre políticas geograficamente localizadas e aquelas cujos benefícios não são espacialmente delimitados.

A julgar pelos resultados eleitorais, as campanhas políticas dos vereadores de Belo Horizonte também podem se desenvolver de diversas formas, tendo como referência a questão geográfica. Se para alguns a campanha parece ter sido concentrada em determinada região da cidade, para outros, dada a dispersão de seus eleitores, é razoável supor que a propaganda política tenha se desenvolvido através de demandas que ultrapassem aspectos localizáveis. Questões programáticas, setoriais ou sociais, encontros com entidades de classes e associações visando representar interesses de determinada categoria. Aspectos relacionados à ideologia partidária também poderiam explicar a dispersão dos votos de alguns vereadores por todo o município uma vez que os partidos podem possuir bases propostas e programas que representem setores sociais e não regiões específicas. Ou seja, enquanto alguns parlamentares regionalizaram suas campanhas pautando sua representação em questões localizadas, outros legisladores, dada sua configuração eleitoral, parecem ter se associado a temas que envolvem a cidade como um todo.

Ou ainda, seja na campanha eleitoral ou no exercício do mandato, o parlamentar ou candidato poderá, por vezes, ao mesmo tempo privilegiar determinada região, apresentar e defender, também, interesses que extrapolam essa área, ou melhor, que unem seus moradores aos de outras localidades do município. Poderá, ainda, se utilizar de estratégias de contato

direto com os eleitores conjugadas com a utilização do tempo de televisão e rádio no HGPE⁵⁴ e outras mídias de massa.

Tal como exposto ao longo do trabalho, na elaboração da geografia eleitoral dos representantes legislativos de Belo Horizonte utilizamos as Unidade Espaciais Homogêneas (UEHs) como unidade territorial básica para definição dos níveis de concentração de votação. Nossa principal intenção ao trabalhar com esse instrumento era caracterizar, também sob o aspecto sócio-ocupacional, as áreas de concentração eleitoral dos vereadores. Apesar de ser notória e facilmente perceptível a estruturação espacial socialmente segregada existente na capital mineira (Mendonça, 2003), no caso dos contornos eleitorais dos parlamentares do município houve grande diversidade (Figuras 7 e 8). Embora haja forte regionalização das diferentes categorias sócio-ocupacionais, uma segregação social no município, entre os redutos eleitorais dos vereadores verificou-se, na maioria das vezes, a existência de UEHs muito distintas, impossibilitando análises mais conclusivas.

Entretanto, se neste trabalho as UEHs não puderam ser exploradas em toda a sua possibilidade, sua utilização em estudos políticos e relacionados à geografia eleitoral ainda deve ser mais explorada. Sobretudo no caso de eleições majoritárias, discutir a correlação entre voto e aspectos sócio-ocupacionais utilizando-se das UEHs poderá se mostrar bastante profícuo, uma vez que, como dissemos, há uma segregação sócio-espacial no município de Belo Horizonte, com regiões bem delimitas em relação a suas características sócio-ocupacionais.

Quanto aos projetos de lei e a conexão eleitoral, a partir da comparação entre grupos com diferentes desenhos e contornos eleitorais, com diferentes estímulos oriundos da arena eleitoral, analisamos em que medida configurações de votação repercutiram nas atuações legislativas dos vereadores de Belo Horizonte, entre 2001 e 2007. Nossa hipótese central partiu da teoria neo-institucionalista de estudo do legislativo, especificamente de sua vertente distributivista. Como afirmam Carvalho (2003) e Ames (2003), esse modelo defende que configurações geográfico-eleitorais distintas oferecem incentivos específicos aos congressistas, influenciando seus trabalhos legislativos.

Desta forma, analisamos os projetos de lei apresentados à CMBH, durante a XIV e a XV Legislaturas, comparando em um primeiro momento, a participação do Executivo e do Legislativo como um todo, seguida da discussão das propostas de autoria dos parlamentares,

⁵⁴ Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral.

divididos de acordo com sua concentração eleitoral, para, em seguida compararmos o trabalho dos vereadores com votação concentrada.

Executivo Legislativo

O Legislativo distribuiu de forma mais equilibrada seus projetos entre as dez categorias temáticas utilizadas na classificação. O Executivo, por sua vez, destinou mais de 75% de seus projetos de lei a apenas três áreas: urbana, econômica e administrativa. Desta forma, iniciativas legais em algumas temáticas – homenagens, títulos de utilidade pública ou mesmo relacionadas à cultura – foram praticamente negligenciadas pelo Executivo ou, dito de outra forma, ficaram quase que exclusivamente a cargo dos parlamentares. Ajuda a ilustrar essa afirmação a diferença existente entre o número de projetos de denominação apresentados pelo Legislativo em comparação com o Executivo. Entre os anos de 2001 e 2007 o primeiro encaminhou 670 projetos de lei visando nomear próprios públicos, 20,3% do total, contra apenas oito iniciativas desse tipo de autoria dos prefeitos, 2,8% do total de suas proposições.

Tanto o Executivo quanto os parlamentares privilegiaram proposições de conteúdo político, apresentam mais projetos relacionados a “questões de mérito”⁵⁵ em detrimento das iniciativas de caráter simbólico. Entretanto, enquanto o Poder Executivo se dedica quase que integralmente a proposições de conteúdo político, 97,3% de seus projetos de lei tiveram esse caráter, 1197 iniciativas de autoria de parlamentares destinaram-se a questões de caráter simbólico, tais como denominação, homenagens e títulos, representando 36,2% de seu total.

Em outras palavras, se não é verdade que os vereadores se dedicam unicamente a projetos de tipo simbólico, como muitas vezes se diz, esse tipo de proposição pode sim ser considerada parte significativa de suas atividades legislativas. As iniciativas de caráter simbólico constituíram-se então, na prática, prerrogativas legais quase que exclusivas dos parlamentares.

Em relação ao número de projetos de lei apresentados pelos vereadores, é bem superior ao do Executivo, 3307 contra 282, respectivamente, no período aqui analisado. Em termos percentuais, essa superioridade pode ser também expressa da seguinte forma: 92,1%

⁵⁵ Termo utilizado pelo *site* Voto Consciente para classificação dos projetos de lei dos vereadores da Câmara Municipal de São Paulo, visando designar as proposições aqui definidas como políticas (de mérito), diferenciando-as de iniciativas de homenagens, denominações e atribuição de títulos.

dos projetos de lei apresentados à Câmara Municipal de Belo Horizonte foram de autoria dos parlamentares e 7,9% do total teve como autor o chefe do Executivo. Entretanto, esse último possui enorme importância na produção legal em Belo Horizonte. Além de fazer uso de seu poder de veto, apresenta projetos através de sua bancada e elabora proposições que ele próprio elabora e encaminha.

O Legislativo municipal de Belo Horizonte, apesar da desigualdade evidente de forças em relação ao Executivo, foi autor de 84,5% produção legislativa da cidade, no período estudado. Entretanto, em relação à legislação de cunho propriamente político, a participação dos vereadores cai para 56,1% do total. Desta forma, além de mais da metade das leis de caráter político promulgadas entre 2001 e 2007 serem de autoria dos parlamentares da CMBH, eles também não se mostraram, como muitas vezes se diz, confirmadores de projetos do Executivo. Os parlamentares rejeitaram, durante a XIV e XV Legislaturas, 17,7% dos projetos encaminhados pelo prefeito. Isso sem abordar a existência de emendas que podem ter sido apresentadas ao texto original.

Quando confrontada a aprovação dos projetos encaminhados pelo prefeito e por vereadores, fica ainda mais evidente a capacidade de mobilização e de consolidação de maioria diferenciada entre esses atores. Enquanto o Legislativo aprovou apenas 11,3% de suas iniciativas de caráter político, o Executivo promulgou 67,9% de suas proposições desse tipo. Outra diferença significativa entre a atuação legislativa dos Poderes municipais está no percentual que os projetos políticos ocupam dentro o total das leis aprovadas por ambos. Esse tipo de legislação representa 95,9% das leis promulgadas pelo Executivo, contra 22,4 das propostas de autoria dos parlamentares que foram aprovadas.

A explicitação do grupo social a ser beneficiado por determinadas políticas foi minoritária dentro dos projetos de lei encaminhados à CMBH, entre 2001 e 2007. Nesse período, Executivo e Legislativo dedicaram, respectivamente, 19,2% e 12,8% de suas iniciativas a setores delimitados da sociedade. Entretanto, não se pode descartar esse volume de iniciativas, sobretudo no caso dos parlamentares, entre os quais os beneficiados foram os mais diversos e esse tipo de projeto representou quase um quinto do total de iniciativas. E, essas são apenas as proposições e apresentam de forma explícita os beneficiados. As demais iniciativas também podem apresentar esse caráter, ainda que não estejam formalmente expressos os contemplados com a proposta de legislação.

O número de projetos localizáveis foi, também, extremamente significativo, representando, respectivamente, 30% e 35,1% das proposições do Legislativo e do Executivo. Destaca-se nesse sentido que inclusive leis que não estão aqui classificadas como localizadas

também podem possuir um caráter local, na medida em que sejam usadas para atacar questões pontuais e específicas de uma dada região do município. Outro ponto a ser ressaltado refere-se ao fato de que, se são os vereadores aqueles que muitas vezes se elegem com votos concentrados em pequenas áreas da cidade, o Executivo apresenta mais projetos localizáveis que os parlamentares. Mas se os projetos localizáveis dos vereadores foram, na maioria das vezes, destinados a denominação e atribuição do título de utilidade pública, no caso do Executivo as proposições localizáveis estiveram, quase sempre, relacionadas à temática urbana.

Em relação aos projetos de lei de iniciativa do Executivo e do Legislativo, tínhamos como hipótese geral a idéia de que o primeiro teria certa preponderância em relação aos parlamentares. Assim sendo, o Executivo seria o maior legislador do município, sobretudo em se tratando de questões políticas, aprovando a maioria de seus projetos. Além disso, apresentaria índices muito inferiores aos dos parlamentares no que se refere a proposições localizáveis e que visassem beneficiar grupos sociais específicos.

A partir dos dados empíricos, pudemos verificar que, no caso da CMBH durante a XIV e a XV Legislaturas, não podemos falar de preponderância do Executivo como principal legislador municipal. Vimos que os vereadores foram os responsáveis, quase que exclusivos, pelos projetos de caráter simbólicos e, além disso, dividiram com o Executivo a quantidade de leis de conteúdo político promulgadas.

Em relação às hipóteses relativas à localização das proposições, foi uma grande surpresa verificar que, mais do que o Legislativo como um todo e inclusive em relação aos vereadores concentrados, foi do Executivo o maior percentual de iniciativas localizáveis.

Quanto à explicitação do público beneficiado pela iniciativa, foi significativa a participação dessas proposições dentro dos projetos do Executivo, representando mais de um quinto do total. Da mesma forma, o percentual desse tipo de iniciativa entre as proposições dos parlamentares foi inferior ao esperado, totalizando menos de um quinto do total de iniciativas dos membros do Legislativo.

Se na comparação entre Legislativo e Executivo nossas hipóteses não se sustentaram a partir dos dados empíricos relativos aos projetos de lei, no caso da comparação entre os vereadores concentrados e dispersos elas se mostraram ainda mais frágeis.

Tendo em vista as diversas configurações eleitorais existentes entre os membros da CMBH durante a XIV e a XV Legislaturas, sobretudo em se tratando da concentração/dispersão dos eleitores desses parlamentares, nossa hipótese geral de pesquisa afirmava que esses atores sofreriam estímulos e pressões diferenciadas, de forma que

repercutiriam, de maneira específica, configurando diferentes padrões de trabalho legislativos, expressos em seus projetos de lei.

Nessa mesma linha, apresentamos como hipóteses específicas, partindo dessa mais geral, afirmando que os parlamentares concentrados tenderiam a se envolver menos com o processo legislativo. Apresentariam, em média, um menor número de proposições legislativas, maior proporção de projetos simbólicos e terão mais dificuldade para aprovar suas iniciativas. Além disso, destinariam um percentual maior de seus projetos a questões localizáveis, destinadas a seus redutos eleitorais. Por fim, os parlamentares com eleitorado disperso apresentarão um maior percentual de proposições explicitando o grupo social beneficiado, uma vez que não representam regiões do município e sim categorias e setores da sociedade.

Como resultado de nossas pesquisas, comparando-se concentrados e dispersos, em cada uma e nas duas Legislaturas analisadas, não é possível afirmar com segurança a confirmação de nenhuma dessas hipóteses. Em alguns aspectos os projetos de lei mostram diferenças tão pequenas entre as categorias e quesitos nos quais foram classificados que são, estatisticamente, irrelevantes. Em outros casos, a análise dos dois mandatos impede a definição de uma tendência ou de algo que seria capaz de ultrapassar variações que parecem mais relacionadas a questões conjunturais, de cada uma dessas Legislaturas ou dos membros do legislativo nesses períodos, que propriamente relacionadas a demandas ou estímulos decorrentes do cenário eleitoral.

Soma-se a essas variações, em termos temporais, ou mesmo semelhanças, dentro de um mesmo período, a enorme divergência existente entre os vereadores de um mesmo grupo, seja ele concentrado ou disperso, dentro de um mesmo mandato. E, o que parece ainda mais significativo, também no caso da análise de um parlamentar eleito em 2000 e reeleito em 2004, de maneira geral, há mais diferenças que continuidades que possam tornar possível caracterizar seu comportamento em relação aos projetos que apresenta. Mesmo que, no caso desses reeleitos, todos tenham continuado apresentando eleitorado concentrado, basicamente, nas mesmas regiões.

Mais do que negar a existência de estímulos eleitorais diferenciados, é provável que a representatividade, a responsividade e as respostas às demandas dos eleitores possam, muitas vezes, ser respondidas fora de arena legislativa, não se realizar via projetos de lei. O atendimento às demandas da comunidade pelos vereadores nem sempre se dá via câmara. E, no caso dos vereadores concentrados isso parece ser ainda mais nítido. Como apresentam seus

eleitores concentrados em uma mesma localidade, o trabalho junto às bases e não via legislação possui importância, em termos eleitorais, muito mais expressiva.

Concentrados e reeleição

Os parlamentares com votação concentrada são, como vimos acima, aqueles que apresentaram o maior índice de reeleição, quando comparados com os legisladores dos outros grupos de concentração ou mesmo com o total dos vereadores. Os concentrados são também aqueles que possuem o maior número médio de mandatos.

Na busca por explicar esse fato, poderíamos pensar que os parlamentares com votação concentrada possuem maior chance de se reeleger devido a uma maior facilidade para atender às demandas de seus eleitores, uma vez que esses últimos residem em uma mesma região da cidade. Sem negar essa possibilidade, parece também significativo outro aspecto que difere os vereadores concentrados daqueles que apresentam outros tipos de concentração de votos, sobretudo dos dispersos. Os parlamentares com votação concentrada têm maiores limitações para desenvolver suas carreiras políticas. Para esses vereadores, o parlamento municipal, mais do que uma porta de entrada para a política, constitui-se, muitas vezes, na única possibilidade viável do ponto de vista eleitoral. Por outro lado, entre os legisladores de tipo disperso, e mesmo para os intermediários, as possibilidades de ampliar sua base eleitoral e se eleger para Deputado Estadual ou Federal resultam muito mais factíveis. Nas eleições de 1998, por exemplo, seis dos 37 vereadores da CMBH deixaram seus mandatos para assumir vagas na Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

Dessa forma se, por um lado, a atuação localizada possibilita mais facilmente a manutenção e consolidação de seu apoio eleitoral, parece tornar menos viável ou mais difícil a ampliação das bases.

Neste trabalho, verificamos que o sistema eleitoral proporcional de lista aberta, utilizado na escolha dos membros dos parlamentos municipais do país, possibilita a existência de vereadores com distintos perfis de concentração de votos. Além disso, através do estudo de caso dos projetos de lei apresentados à CMBH durante a XIV e a XV Legislaturas, procuramos identificar possíveis influências, ou melhor, conexões, que nos remetessem a distintas configurações eleitorais. Encontramos, mais do que semelhança entre membros de um mesmo grupo, diversidade individual, conjuntural e equilíbrio estatístico.

Essa diversidade (de configurações eleitorais) nos permite problematizar um dos pressupostos neo-institucionalistas e da teoria da escolha racional: o de que as instituições com seus constrangimentos e estímulos e os interesses dos atores racionais nos permitiriam prever ou em grande medida calcular, de maneira relativamente segura, suas ações e comportamentos. Isso porque, em um cenário como o das eleições, onde o objetivo dos candidatos está dado – se eleger – e o contexto institucional está previamente definido pela legislação eleitoral, as forma de atuar, os resultados e contornos daí advindos podem não ser previsíveis.

Segundo Kuschnir (2000, p.122), “as mesmas instituições podem provocar comportamentos totalmente distintos”, de forma a desafiar a lógica instrumental mais ampla, devido à permeabilidade dos desenhos institucionais a princípios os mais diversos.

E vamos além, apesar do esforço da pesquisa em definir conjuntos de parlamentares com estímulos semelhantes entre si e, ao mesmo tempo, distintos em relação aos demais grupos, tal delimitação parece não influenciar de maneira decisiva nos projetos de lei que os parlamentares da CMBH encaminharam suas proposições legislativas. Ou seja, os mesmos incentivos podem ser utilizados de diversas formas e se expressar em diferentes contextos.

Assim, a relação entre os interesses dos candidatos em se eleger e o arranjo institucional (sistema e contexto eleitorais) possibilitam resultados os mais variados. Ou seja, das interações entre sistema eleitoral e o objetivo de se eleger dos candidatos resultam diversas configurações.

Entretanto, não estamos aqui querendo negar a existência de estímulos diferenciados oriundos da esfera eleitoral para o trabalho dos vereadores. Sem dúvida que eles existem e podem ser estudados. Caso contrário não seria possível explicar o desempenho eleitoral diferenciado entre os grupos de concentração ou mesmo características de votação tão diversas como as que verificamos. Entretanto, o sistema eleitoral, tal qual está configurado, constitui-se em uma instituição com baixa capacidade de constranger o trabalho dos parlamentares. Certamente se devem à forma diferenciada dos parlamentares e candidatos de realizar o jogo político e eleitoral. Entretanto, os espaços, cenários, locais, formas e possibilidades de se fazer política, de representar suas bases, ou mesmo de conquistar votos são diversos e variados, inclusive, em muitos casos, irregulares do ponto de vista legal ou mesmo, reprováveis do ponto de vista moral e público.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRUCIO, F. L.; COUTO, C. G. A redefinição do papel do Estado no âmbito local. **São Paulo em Perspectiva**, v.10, n.3, São Paulo, p.13-143, jul.-set. 1996.
- AMES, Barry. **Os entraves da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- AMORIM NETO, Otávio; SANTOS, Fabiano. A produção legislativa no Congresso: entre a paróquia e a nação. In: VIANNA, Luiz Werneck (Org.). **A democracia e os três poderes no Brasil**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2002.
- ARAÚJO, Paulo Magalhães. **Instituições políticas e democracia: processo e produção legislativos na Câmara Municipal de Belo Horizonte 1989-1996**. 2001. 190f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- AVELAR, Lúcia; LIMA, Fernando Dias de. Lentas mudanças: o voto e a política tradicional. **Lua Nova**, São Paulo, n.49, p.195-224, 2000.
- d'AVILA Filho, Paulo Mesquita. Estudos legislativos municipais no estado do Rio de Janeiro. **Cadernos de Sociologia e Política**, Rio de Janeiro, v.1, p.3-57, 2005.
- d'ÁVILA Filho, Paulo Mesquita. **Legislativo Municipal e intermediação de interesses: notas de pesquisa**. Trabalho apresentado ao 4º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, Rio de Janeiro, 2004.
- AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima (Org.). **Reforma Política no Brasil**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2006.
- AZEVEDO, Sérgio. Parlamento, cidade e democracia: reflexão sobre o papel dos governos locais nos anos 90. In: DINIZ, Ely et all. (Orgs.). **O Brasil no rastro da crise: partidos, sindicatos, movimentos sociais, Estado e cidadania no curso dos anos 90**. São Paulo: ANPOCS, 1994.
- BEZERRA, Marcos Otavio. **Em nome das “bases”**: política, favor e dependência pessoal. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.
- BORGES, Arleth Santos. **Conexão eleitoral e atuação parlamentar** – representantes e bases eleitorais no Maranhão. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Candido Mendes, Iuperj, Rio de Janeiro, 2005.
- BOSCHI, Renato Raul. Descentralização, clientelismo e capital social na governança urbana: comparando Belo Horizonte e Salvador. **Dados**, Rio de Janeiro, v.42, n.4, p.655-690, 1999.
- BRASIL. Constituição (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2006. 448p.
- CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. Câmara Municipal comemora 70 anos de história. **Pensamento & Memória**, Belo Horizonte, ano1, n.1, dez. 2006.

CAMARGOS, Malco Braga. Belo Horizonte: a manutenção do status quo. In. SILVEIRA, Flavio Eduardo (org.). **Estratégia, mídia e voto: a disputa eleitoral em 2000**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

CARNEIRO, L. P.; ALMEIDA, M. H. T. **Eleições para câmaras municipais, migrações partidárias e formação de governos: a constituição dos sistemas partidários locais no Brasil**. Trabalho apresentado ao 29º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Caxambu, 2005.

CARVALHO, Nelson Rojas de. **E no início eram as bases: geografia do voto e comportamento legislativo no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

CARVALHO, Nelson Rojas de. **Concentração e dispersão eleitoral: um estudo sobre a geografia do voto e os mecanismos de competição política no Brasil**. 1996. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

CHAIA, Vera Lúcia Michalany. **Jornalismo e política: escândalos e relações de poder na Câmara Municipal de São Paulo**. São Paulo: Hacker, 2004.

CHAIA, Vera Lúcia Michalany. **A imprensa e a Câmara Municipal de São Paulo (1989-1996)**. Trabalho apresentado ao 23º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Caxambu, 1999.

CINTRA, Antônio Octávio. Sistema eleitoral. In. AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima (orgs.). **Reforma política no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

CONTRIM, Fernando Silveira. **A geografia do voto no Brasil: eleições presidenciais de 1989**. Rio de Janeiro, IBASE, 1990.

COUTO, Cláudio G.; ABRUCIO, Fernando Luiz. Governando a cidade? A força e a fraqueza da Câmara Municipal. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.9, n.2, p.57-65, 1995.

COX, Gary W; McCUBBINS, Mathew D. **Legislative Leviathan: party government in the house**. Califórnia: University of Califórnia Press, 1993.

COX, Gary W. **The efficient secret: the cabinet and the development of political parties in Victorian England**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

DEUS, Cleber. **O novo arranjo federativo brasileiro: o regime multipartidário e a competição política municipal no Ceará e no Piauí em 1996, 2000 e 2004**. 2006. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

DEUS, Cleber de. A distribuição espacial do voto e suas possibilidades analíticas. **Cadernos de Sociologia e Política**, 5/6. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2002.

DIAS, Márcia Ribeiro. **Sob o signo da vontade popular: o orçamento participativo e o dilema da Câmara Municipal de Porto Alegre**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2002.

- DOWNS, Anthony. **An economic theory of democracy**. New York: Wiley, 1957.
- FIGUEIREDO, Argelina C.; LIMONGI, Fernando. 2002. Incentivos Eleitorais, Partidos e Política Orçamentária. **Dados**, Rio de Janeiro, v.45, n.2, p. 303-344, 2002.
- FIGUEIREDO, Argelina C.; LIMONGI, Fernando. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- FIGUEIREDO, Argelina C.; LIMONGI, Fernando. Mudança constitucional, desempenho do Legislativo e consolidação institucional. **RBCS**, São Paulo, n.29, p. 175-201, 1995.
- FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. O processo legislativo e a produção legal no congresso pós-constituinte. **Novos Estudos**, São Paulo, n.38, p.24-37, mar. 1994.
- FIORINA, Morris. **Congress: Keystone of the Washington establishment**. New Haven: Yale University Press, 1989.
- FLEISCHER, David. Concentração e dispersão eleitoral: um estudo da distribuição geográfica do voto em Minas Gerais (1966 a 1974). **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, n.43, 1976.
- JACOBSON, Gary C. **The politics of congressional elections**. New York: Harper Collins, 1992.
- JOFFRE NETO, Joaquim Marcelino. **Câmaras municipais no Brasil: ascensão e declínio**. Taubaté: [s.n.], 2003.
- JOFFRE NETO, Joaquim Marcelino, O legislativo e o poder local. In: BENEVIDES, M. V.; KERCHE, F.; VANUCCHI, P. (Orgs.) **Reforma política e cidadania**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.
- KERBAUY, Maria Teresa Miceli. **As câmaras municipais na arena eleitoral**. 2006. Trabalho apresentado no 30º Encontro anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Caxambu, 2006.
- KERBAUY, Maria Teresa Miceli. As câmaras municipais brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local. **Opinião Pública**, Campinas, v.11, n.2, p.337-65, out. 2005.
- KINZO, Maria D'Alva Gil; MARTINS Jr, José Paulo; BORIN, Ivan. Padrões de competição na disputa para a Câmara paulistana. **Novos Estudos**, São Paulo, n.65, 2003.
- KREHBIEL, Keith. **Information and legislative organization**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1991.
- KUSCHNIR, Karina. **Antropologia da política: uma perspectiva brasileira**. Oxford: University of Oxford, Centre for Brazilian Studies, University of Oxford, Working Paper 64, jan./mar. 2005.

- KUSCHNIR, Karina. **O cotidiano da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- KUSCHNIR, Karina. Transito e aliança na representação parlamentar. São Paulo, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.11, n.30, p.101-27, fev. 1995.
- KUSCHNIR, Karina. **Política e mediação cultural**: um estudo na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. 1993. Dissertação. (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Rio de Janeiro.
- LAAKSO, Markku; TAAGEPERA, Rein. The 'effective' number of parties: a measure with application to west europe. **Comparative Political Studies**, vol. 12, nº 1, pp. 3-27, 1979.
- LEMOS, Leany Barreiro. O congresso brasileiro e a distribuição de benefícios sociais no período 1988-1994: uma análise distributivista. **Dados**, Rio de Janeiro, v.44, n.3, 2001.
- LESSA, Renato. A sombra da representação. **Monitor Público**, Rio de Janeiro, n.10, Ano 3, p.11-20, jul./set. 1996.
- LIMA Jr., Olavo Brasil de. Partidos, eleições e Poder Legislativo. In: MICELI, Sérgio (Org.) **O que ler na ciência social brasileira**. (1970-95). São Paulo: Sumaré/Anpocs, 1999.
- LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina. Bases institucionais do presidencialismo de coalizão. **Lua Nova**, São Paulo, n.44, 1998.
- LIMONGI, Fernando. O novo institucionalismo e os estudos legislativos: a literatura norte-americana recente. **BIB**, Rio de Janeiro, n.37, p.3-38, 1º semestre 1994.
- LOPEZ, Félix G. A política cotidiana dos vereadores e as relações entre executivo e legislativo em âmbito municipal: o caso do município de Araruama. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n.22, p.153-77, jun. 2004.
- MARCH, James G; OLSEN, Johan P. **Rediscovering institutions**: the organizational basis of politics. New York: Free Press, 1989.
- MAYHEW, David. **Congress**: the electoral connection. New Haven: Yale University Press, 1974.
- McCUBINS, Mathew; KIEWIET, Roderick. **The Logic of Delegation** – congressional parties and the appropriations process. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.
- MELO, Carlos Ranulfo. As instituições políticas brasileiras funcionam? **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, n.25, p.199-203, nov. 2005.
- MENDONÇA, Jupira Gomes de. Belo Horizonte: a metrópole segregada. In: MENDONÇA, Jupira Gomes de; GODINHO, Maria Helena de Lacerda (Org.). **População, espaço e gestão na metrópole**: novas configurações, velhas desigualdades. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003.

MENDONÇA, Jupira Gomes. **Segregação e Mobilidade residencial na Região metropolitana de Belo Horizonte**. 2002. Tese (Doutorado) – IPPUR/Rio de Janeiro, Instituto de Planejamento Urbano e Regional.

NOGUEIRA, Octaciano. Representação proporcional e distorção eleitoral. **Estudos Eleitorais**, v.1, n.1, 1997.

NOVAES, Carlos Alberto Marques. A geografia do voto em São Paulo. **Novos Estudos**, n. 45, p.56-88, jul. 1996.

NUNES, Edson. **A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v.46, n.4, 2003.

PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lucio. O que é que o reeleito tem? Dinâmicas político-institucionais locais e nacionais nas eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados. **Dados**, Rio de Janeiro, v.44, n.2, 2001.

PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. Uma teoria da preponderância do Poder Executivo: o sistema de comissões no Legislativo brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.15, n.43, jun. 2000.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Pró-Reitoria de Graduação. Sistema de Bibliotecas. **Padrão PUC Minas de normalização: normas da ABNT para apresentação de trabalhos científicos, teses, dissertações e monografias**. Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <<http://www.pucminas.br/biblioteca>>. Acesso em: 01 fev. 2009.

RAIMUNDO, Bruno Caetano. Executivo e legislativo na esfera local: agenda e construção de maiorias na Câmara Municipal de São Paulo. **Novos Estudos**, São Paulo, n.71, p.101-125, mar. 2005.

RAIMUNDO, Bruno Caetano. **Executivo e Legislativo na esfera local: o caso do município de São Paulo**. 2004. 56f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo. Versão preliminar.

RIBEIRO, Leandro Molhano. **Partidos e políticas sociais nos municípios brasileiros (1996-2003)**. 2005. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

RICCI, Paolo. O conteúdo da produção legislativa brasileira: leis nacionais ou políticas paroquiais? **Dados**, Rio de Janeiro, v.46, n.4, 2003.

SADEK, Maria Tereza A. Poder local: perspectivas da nova ordem constitucional. **São Paulo em Perspectiva**, v.5, n.2, abr./jun. 1991.

SAFFI, Aurélio. **O poder legislativo municipal**. 2ª ed. Campinas: Ed. Jurídica Mizuno, 1999.

SANTOS, Fabiano; ALMEIDA, Acir. Teoria informacional e a seleção de relatores na câmara dos deputados. **Dados**, Rio de Janeiro, v.48, n.4, p.693-735, 2005.

SANTOS, Fabiano. **O poder Legislativo no presidencialismo de coalizão**. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

SANTOS, Naiane Loureiro dos. As associações de moradores de Belo Horizonte e a criminalidade urbana. 2006. 113f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SANTOS Jr., Orlando Alves dos. **Democracia e governo local**: dilemas e reforma municipal no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

SILVA, Regina Helena Alves da (Coord.). Domínios de construção do espaço público. Belo Horizonte: CMBH, 1998.

SKOCPOL, Theda; EVANS, Peter B; RUESCHEMEYER, Dietrich (eds.). **Bringing the state back in**. New York: Cambridge University Press, 1985.

SOMARRIBA, Maria das Mercês Gomes; AFONSO, Mariza Rezende. **Poder Legislativo municipal e movimentos populares**: participação e clientelismo em Belo Horizonte. Trabalho apresentado ao 12º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Caxambu, 1987.

SOUZA, Renato Barreto. **Clientelismo e voto na Califórnia fluminense**. Trabalho apresentado ao 28º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Caxambu, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Departamento de Ciência Política. **Votação para vereador por zona eleitoral**. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2000.

ANEXOS

Quadro 02. Caracterização das UEHs de Belo Horizonte com locais de votação em 2000

Nº da UEH	Nome	Tipo	Renda*	Anos de Estudo**	População	Locais de Votação
1	Centro	Médio-superior	20,72	11,35	20438	8
2	São Lucas/Savassi	Superior	39,27	12,74	28095	10
3	Barro Preto/Lourdes	Superior	36,42	12,55	22221	7
4	CPrates/Santo André	Médio-superior	12,46	9,62	22893	10
5	Sr.BJesus/SAndré	Médio	9,43	7,69	23392	8
6	Floresta	Médio-superior	16,74	10,30	27879	10
7	Santa Teresa	Médio-superior	15,67	10,04	21582	8
8	NSão Lucas/SEfigênia/Paraíso	Médio-superior	15,28	9,62	30625	8
9	Mangabeiras/Serra	Superior	44,01	12,82	31485	9
10	Cruzeiro/Anchieta	Superior	35,07	12,86	21863	5
11	Sion/Belvedere	Superior	44,44	13,08	21335	3
12	Cidade Jardim/S Pedro	Superior	36,10	12,94	31138	7
13	Prado/Calafate	Médio-superior	19,70	11,03	20077	4
14	Cachoeirinha	Médio	10,64	8,30	19598	4
15	Renascença	Médio-superior	13,79	9,37	19547	6
16	Sagrada Família	Médio-superior	15,34	9,97	18063	3
17	Horto	Médio-superior	13,52	9,49	24308	4
18	Pompéia/São Geraldo	Médio	9,43	7,63	38239	9
19	Flamengo/Vera Cruz	Médio	7,23	6,94	22195	4
20	Mansões/SLúcia/SBento	Superior	33,74	12,60	37189	8
21	Barroca/Gutierrez/Grajaú	Superior	31,69	12,35	33373	5
22	MonsMessias/Celeste Império	Médio-superior	16,29	9,60	19587	3
23	PEustáquio/CEucarístico/DCabral	Médio-superior	18,48	10,53	31425	9
24	Caiçara	Médio-superior	15,84	9,42	29963	7
25	Aparecida/São Francisco	Médio	9,18	7,77	22888	9
26	Cidade Nova	Médio-superior	25,27	11,83	23419	6
27	Ipiranga/Santa Cruz	Médio	12,50	8,64	38159	6
28	Casa Branca/Boa Vista	Operário-popular	7,10	6,68	22220	4
29	Santa Inês/Nova Vista	Médio	11,86	8,63	18845	5
31	Jardim América	Médio-superior	17,49	10,09	37609	12
32	Alto Pinheiros/Santa Maria	Médio	9,89	8,10	36143	7
33	Califórnia	Médio	8,58	7,14	36921	5
34	Ipanema	Médio	7,06	7,04	35387	4
35	Jaraguá/Aeroporto	Médio-superior	15,94	9,97	32318	10
36	Aarão Reis/1o de Maio	Operário-popular	6,53	6,41	25202	7
37	São Marcos	Médio	10,92	7,84	29055	5
38	NBarroca/Salgado Filho	Médio-superior	14,41	9,31	32693	3

39	Nova Cintra/Vista Alegre	Operário-popular	5,48	5,84	23592	5
40	Jardinópolis/NGameleira/MaGertru	Médio	8,57	7,33	21500	6
41	Maria Emília	Médio	7,18	6,95	19850	6
42	Alípio de Melo/Serrano	Médio	10,16	7,91	43080	5
43	Ouro Preto/São Luis	Médio-superior	24,53	10,22	32008	10
44	São Bernardo/Santo Inácio	Médio	8,46	7,10	29133	6
45	Planalto/Clóris/Itapuã	Médio-superior	14,09	9,02	26363	5
46	Maria Goretti/São Paulo	Operário-popular	6,40	6,37	27253	5
47	Gorduras	Operário-popular	5,12	5,50	28810	4
48	Betânia	Médio	8,01	7,17	36727	4
49	Indústrias/Adalberto Pinheiro	Operário	5,61	6,06	28034	4
50	Barreiro de Cima/Pilar	Operário	4,62	5,34	31133	3
53	Pindorama	Operário-popular	6,47	6,32	24906	6
54	Leblon/Jardim Atlântico	Médio-superior	13,82	9,10	40436	7
55	Floramar	Operário-popular	6,96	6,25	44061	7
56	Tupi/Guarani	Operário-popular	6,00	6,31	41619	6
57	São Gabriel	Operário-popular	5,84	6,07	46875	7
58	Barreiro de Baixo/Milionários	Médio-inferior	7,17	6,96	31310	4
59	Conj Teixeira Dias/Miramar	Médio	10,46	7,99	19322	6
68	Céu Azul	Operário-popular	6,59	6,35	23355	3
69	Lagoa/Rio Branco	Operário-popular	6,13	5,77	38158	7
70	Santa Mônica	Médio	10,24	8,20	20411	3
71	Venda Nova	Médio	8,59	7,73	28715	7
72	Barreiro de Cima	Médio-inferior	7,13	6,81	22592	2
73	Tirol	Médio-inferior	7,73	6,74	35548	5
74	Lindéia	Médio-inferior	5,64	5,63	26596	5
78	Serra Verde	Operário-popular	6,32	6,52	32133	5
80	Ribeiro de Abreu	Operário-popular	4,78	5,44	34063	4
81	Vale do Jatobá	Operário	4,72	5,46	43802	5
82	Independência/Mineirão	Operário	4,49	5,13	23857	2
90	Lagoinha/Nova América	Operário-popular	6,21	5,86	23980	5
91	Nova América/SESC	Operário-popular	4,95	5,34	22043	5
92	Jardim Europa	Operário-popular	5,63	6,03	37113	4
124	Fav.Zona Sul	Popular	3,95	4,11	65073	2
125	Aglomerado Barragem	Popular	4,01	4,29	30895	1
133	Aglomerado do Taquaril	Popular	3,65	3,90	26744	6

Fonte: Instituto do Milênio – Observatório das Metrôpoles – Núcleo MG – PUC Minas 2006.

Construído a partir de dados do Senso Demográfico – IBGE 2000 e informações do TRE-MG referentes a 2000.

* Renda média familiar mensal, em salários mínimos. ** Média de anos de estudo dos moradores com 25 anos ou mais.

Quadro 03. Caracterização das UEHs de Belo Horizonte com locais de votação em 2004

Nº da UEH	Nome	Tipo	Renda*	Anos de Estudo**	População	Locais de Votação
1	Centro	Médio-superior	20,72	11,35	20438	8
2	São Lucas/Savassi	Superior	39,27	12,74	28095	8
3	Barro Preto/Lourdes	Superior	36,42	12,55	22221	7
4	CPrates/Santo André	Médio-superior	12,46	9,62	22893	10
5	Sr.BJesus/SAndré	Médio	9,43	7,69	23392	7
6	Floresta	Médio-superior	16,74	10,30	27879	9
7	Santa Teresa	Médio-superior	15,67	10,04	21582	7
8	NSão Lucas/SEfigênia/Paraíso	Médio-superior	15,28	9,62	30625	8
9	Mangabeiras/Serra	Superior	44,01	12,82	31485	8
10	Cruzeiro/Anchieta	Superior	35,07	12,86	21863	5
11	Sion/Belvedere	Superior	44,44	13,08	21335	3
12	Cidade Jardim/S Pedro	Superior	36,10	12,94	31138	7
13	Prado/Calafate	Médio-superior	19,70	11,03	20077	4
14	Cachoeirinha	Médio	10,64	8,30	19598	4
15	Renascença	Médio-superior	13,79	9,37	19547	6
16	Sagrada Família	Médio-superior	15,34	9,97	18063	3
17	Horto	Médio-superior	13,52	9,49	24308	4
18	Pompéia/São Geraldo	Médio	9,43	7,63	38239	9
19	Flamengo/Vera Cruz	Médio	7,23	6,94	22195	4
20	Mansões/SLúcia/SBento	Superior	33,74	12,60	37189	10
21	Barroca/Gutierrez/Grajaú	Superior	31,69	12,35	33373	5
22	MonsMessias/Celeste Império	Médio-superior	16,29	9,60	19587	3
23	PEustáquio/CEucarístico/DCabral	Médio-superior	18,48	10,53	31425	9
24	Caiçara	Médio-superior	15,84	9,42	29963	7
25	Aparecida/São Francisco	Médio	9,18	7,77	22888	8
26	Cidade Nova	Médio-superior	25,27	11,83	23419	6
27	Ipiranga/Santa Cruz	Médio	12,50	8,64	38159	6
28	Casa Branca/Boa Vista	Operário-popular	7,10	6,68	22220	4
29	Santa Inês/Nova Vista	Médio	11,86	8,63	18845	5
31	Jardim América	Médio-superior	17,49	10,09	37609	11
32	Alto Pinheiros/Santa Maria	Médio	9,89	8,10	36143	7
33	Califórnia	Médio	8,58	7,14	36921	5
34	Ipanema	Médio	7,06	7,04	35387	4
35	Jaraguá/Aeroporto	Médio-superior	15,94	9,97	32318	11
36	Aarão Reis/1o de Maio	Operário-popular	6,53	6,41	25202	7
37	São Marcos	Médio	10,92	7,84	29055	5
38	NBarroca/Salgado Filho	Médio-superior	14,41	9,31	32693	3
39	Nova Cintra/Vista Alegre	Operário-popular	5,48	5,84	23592	5
40	Jardinópolis/NGameleira/MaGertru	Médio	8,57	7,33	21500	5
41	Maria Emília	Médio	7,18	6,95	19850	6
42	Alípio de Melo/Serrano	Médio	10,16	7,91	43080	5

43	Ouro Preto/São Luis	Médio-superior	24,53	10,22	32008	10
44	São Bernardo/Santo Inácio	Médio	8,46	7,10	29133	6
45	Planalto/Clóris/Itapoã	Médio-superior	14,09	9,02	26363	6
46	Maria Goretti/São Paulo	Operário-popular	6,40	6,37	27253	5
47	Gorduras	Operário-popular	5,12	5,50	28810	4
48	Betânia	Médio	8,01	7,17	36727	4
49	Indústrias/Adalberto Pinheiro	Operário	5,61	6,06	28034	4
50	Barreiro de Cima/Pilar	Operário	4,62	5,34	31133	3
53	Pindorama	Operário-popular	6,47	6,32	24906	6
54	Leblon/Jardim Atlântico	Médio-superior	13,82	9,10	40436	7
55	Floramar	Operário-popular	6,96	6,25	44061	7
56	Tupi/Guarani	Operário-popular	6,00	6,31	41619	6
57	São Gabriel	Operário-popular	5,84	6,07	46875	7
58	Barreiro de Baixo/Milionários	Médio-inferior	7,17	6,96	31310	5
59	Conj Teixeira Dias/Miramar	Médio	10,46	7,99	19322	6
68	Céu Azul	Operário-popular	6,59	6,35	23355	4
69	Lagoa/Rio Branco	Operário-popular	6,13	5,77	38158	7
70	Santa Mônica	Médio	10,24	8,20	20411	3
71	Venda Nova	Médio	8,59	7,73	28715	7
72	Barreiro de Cima	Médio-inferior	7,13	6,81	22592	2
73	Tirol	Médio-inferior	7,73	6,74	35548	5
74	Lindéia	Médio-inferior	5,64	5,63	26596	5
78	Serra Verde	Operário-popular	6,32	6,52	32133	5
80	Ribeiro de Abreu	Operário-popular	4,78	5,44	34063	4
81	Vale do Jatobá	Operário	4,72	5,46	43802	6
82	Independência/Mineirão	Operário	4,49	5,13	23857	2
90	Lagoinha/Nova América	Operário-popular	6,21	5,86	23980	5
91	Nova América/SESC	Operário-popular	4,95	5,34	22043	5
92	Jardim Europa	Operário-popular	5,63	6,03	37113	4
124	Fav.Zona Sul	Popular	3,95	4,11	65073	2
125	Aglomerado Barragem	Popular	4,01	4,29	30895	1
133	Aglomerado do Taquaril	Popular	3,65	3,90	26744	7

Fonte: Instituto do Milênio – Observatório das Metrôpoles – Núcleo MG – PUC Minas 2006.

Construído a partir de dados do Senso Demográfico – IBGE 2000 e informações do TRE-MG referentes a 2004.

* Renda média familiar mensal, em salários mínimos. ** Média de anos de estudo dos moradores com 25 anos ou mais.

Tabela 62. Partido e número de UEHs efetivas dos vereadores da XIV Legislatura da CMBH

Vereadores Titulares - XIV Legislatura	Nº de UEHs Efetivas	Eleitorado	Distribuição das UEHs	Partido
Índio	2	Concentrado	Contíguas	PPS
Hugo Thomé	3		Não- contíguas	PRTB
Paulão	4		Não- contíguas	PCdoB
Gêra Ornelas	4		Contíguas	PSB
Preto	7		Não- contíguas	PFL
Ronaldo Gontijo	8		Contíguas	PPS
Geraldo Félix	9		Não- contíguas	PMDB
Silvinho Rezende	9		Contíguas	PSD
Conceição Pinheiro	9		Não- contíguas	PSC
Rui Rezende	13		Intermediário	-
Roberto Carvalho	14	-		PT
Célio Moreira	15	-		PL
Walter Tosta	18	-		PMN
Antônio Pinheiro	18	-		PSB
Sérgio Ferrara	20	-		PDT
Osman Miranda	21	-		PDT
Hugo Gontijo	23	-		PRTB
Neusinha Santos	23	-		PT
Betinho Duarte	23	-		PSB
Arnaldo Godoy	23	-		PT
João Gualberto Filho	23	-		PMDB
Alexandre Gomes	24	-		PSDB
José Lincoln Magalhães	26	-		PSDB
Lúcia Pacífico Homem	27	-		PSDB
Maria Lúcia Scarpelli	32	-		PMDB
Neila Batista	33	-		PT
Moamed Rachid	34	-		PST
André Quintão	37	-		PT
Juarez Amorim	39	Disperso		-
Pastor Carlos Henrique	40		-	PL
Tarcísio Caixeta	40		-	PSB
Carlos Willian	41		-	PPB
Jô Moraes	43		-	PCdoB
Léo Burgês	44		-	PSDB
César Masci	45		-	PTN
Leonardo Quintão	52		-	PMDB
Leonardo Mattos	57		-	PV

Fonte: Produzida a partir de dados do TRE-MG sobre as eleições municipais de 2000.

Tabela 63. Partido e número de UEHs efetivas dos vereadores da XV Legislatura da CMBH

Vereadores Titulares - XV Legislatura	Nº de UEHs Efetivas	Eleitorado	Distribuição das UEHs	Partido
Gêra Ornelas	4	Concentrado	Contíguas	PSB
Balbino	4		Não- contíguas	PTC
Paulão	4		Contíguas	PCdoB
Sílvia Helena	6		Não- contíguas	PPS
Geraldo Félix	7		Contíguas	PMDB
Índio	7		Contíguas	PTB
Fred Costa	8		Não- contíguas	PHS
Silvinho Rezende	8		Contíguas	PTN
Preto	8		Contíguas	PFL
Hugo Thomé	9		Contíguas	PHS
Ronaldo Gontijo	9		Contíguas	PPS
Miguel Correa Jr	10		Intermediário	-
Valdivino	10	-		PTC
Moamed Rachid	11	-		PDT
Totó Teixeira	13	-		PMDB
Ana Paschoal	14	-		PT
Anselmo José Domingos	18	-		PTC
Wellington Magalhães	19	-		PAN
Walter Tosta	20	-		PMN
Pastor Henrique Braga	22	-		PSDB
Antônio Pinheiro	24	-		PSDB
Sérgio Ferrara	25	-		PDT
Délio Malheiros	27	-		PT
Arnaldo Godoy	27	-		PT
Maria Lúcia Scarpelli	27	-		PT
Elias Murad	29	-		PSB
Alexandre Gomes	29	-		PSB
Paulo Lamac	29	-		PTN
Neusinha Santos	31	-		PT
Bispo Chambarelle	32	-		PTB
Carlão	34	-		PT
Pastor Autair Gomes	38	Disperso	-	PSC
Neila Batista	40		-	PT
Luzia Ferreira	41		-	PPS
Pastor Carlos Henrique	42		-	PSL
Tarcísio Caixeta	45		-	PT
Ovídio Teixeira	48		-	PV
Alberto Rodrigues	49		-	PL
Reinaldo Lima	51		-	PRTB
Eliane Matozinhos	57		-	PTB
Pastor Wanderlei Miranda	61		-	PSB

Fonte: Produzida a partir de dados do TRE-MG sobre as eleições municipais de 2004.

Figura 1 - Município de Belo Horizonte
 Unidades Espaciais Homogêneas (UEH) onde os vereadores
 Conceição Pinheiro, Preto e Índio concentraram seus votos em 2000

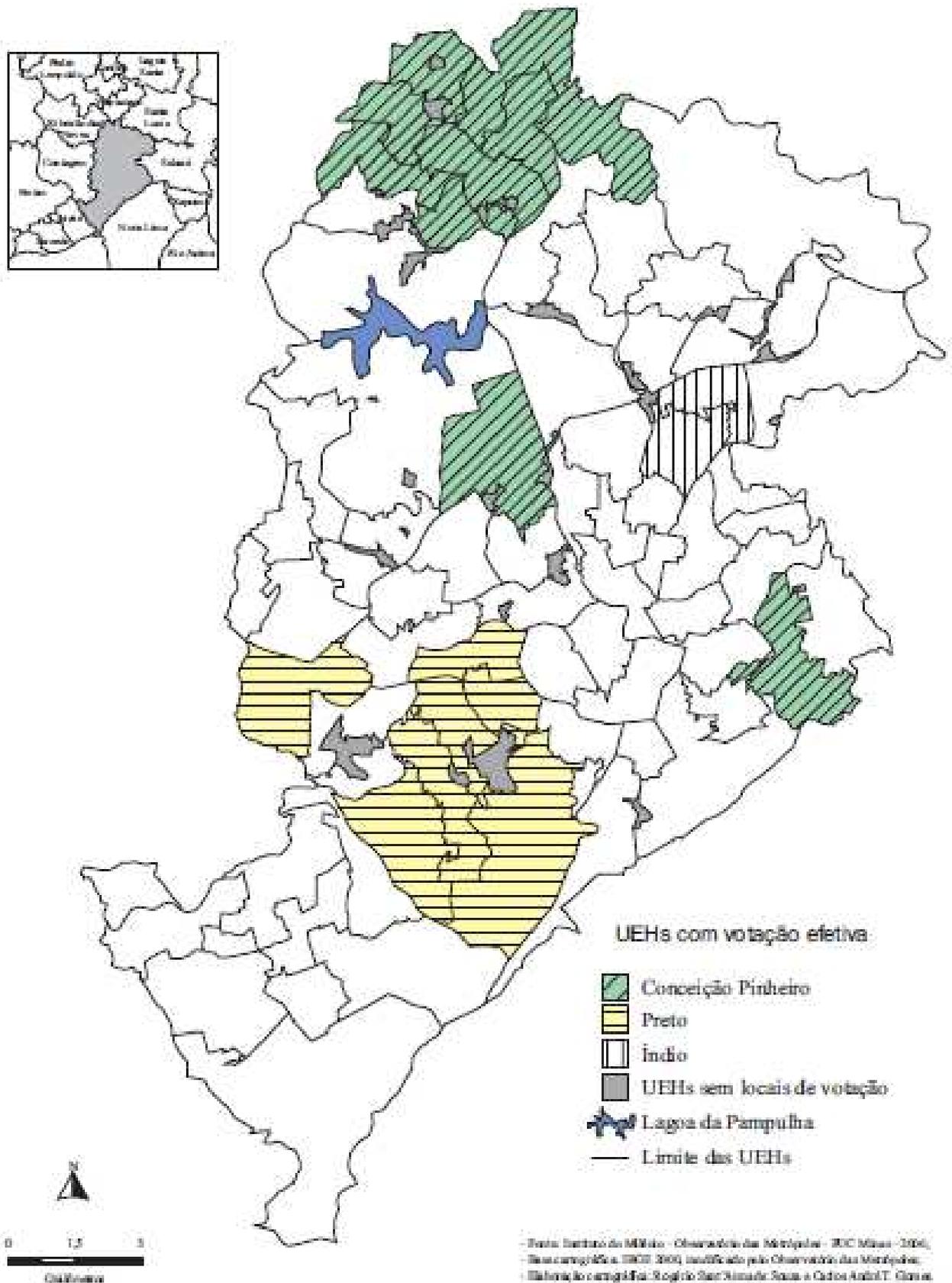


Figura 2 - Município de Belo Horizonte
 Unidades Espaciais Homogêneas (UEH) onde os vereadores
 Geraldo Félix, Hugo Thomé e Paulo concentraram seus votos em 2000

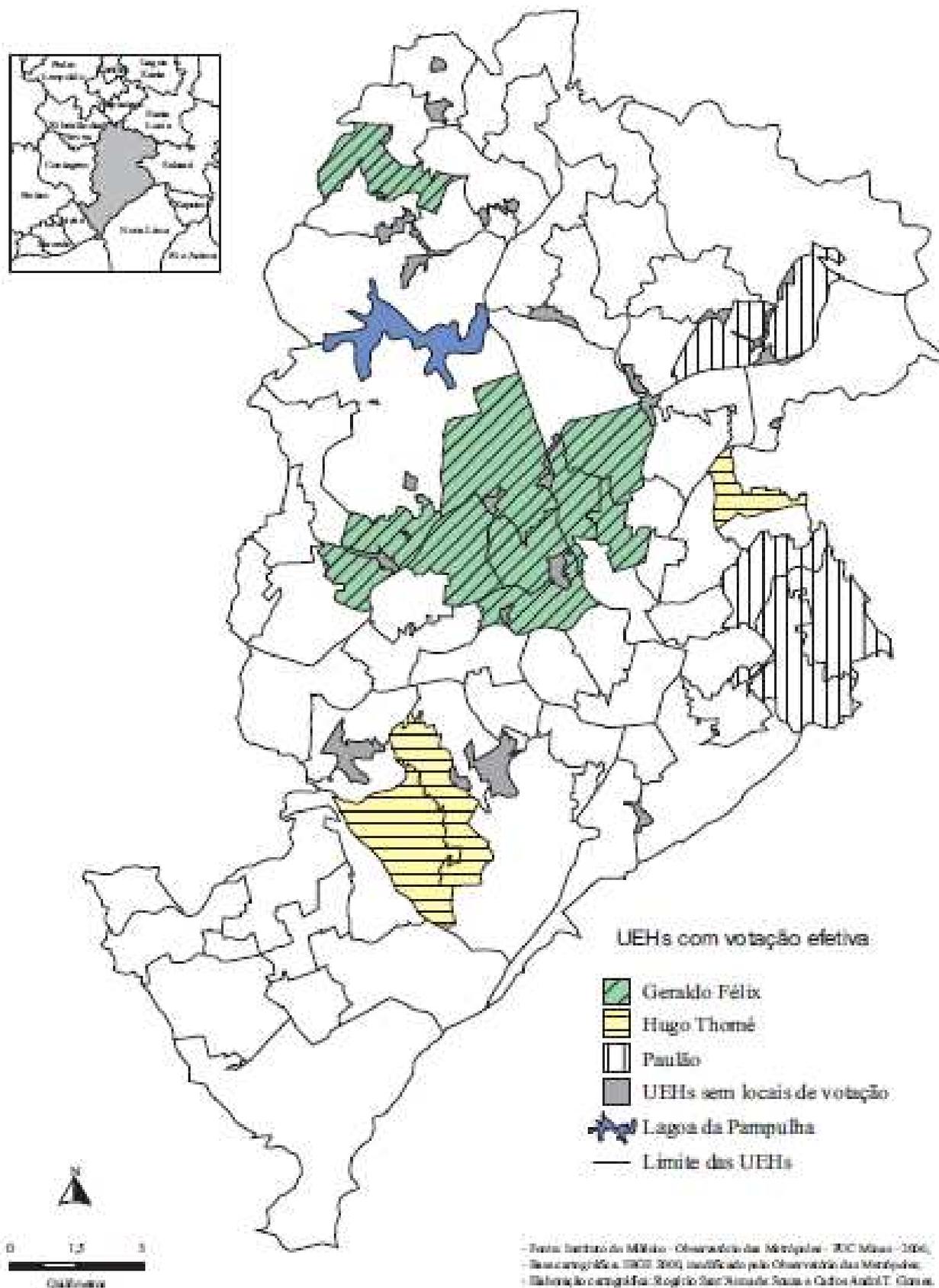


Figura 3 - Município de Belo Horizonte
 Unidades Espaciais Homogêneas (UEH) onde os vereadores
 Silvinho Rezende, Ronaldo Gontijo e Gêra Ornelas concentraram seus votos em 2000

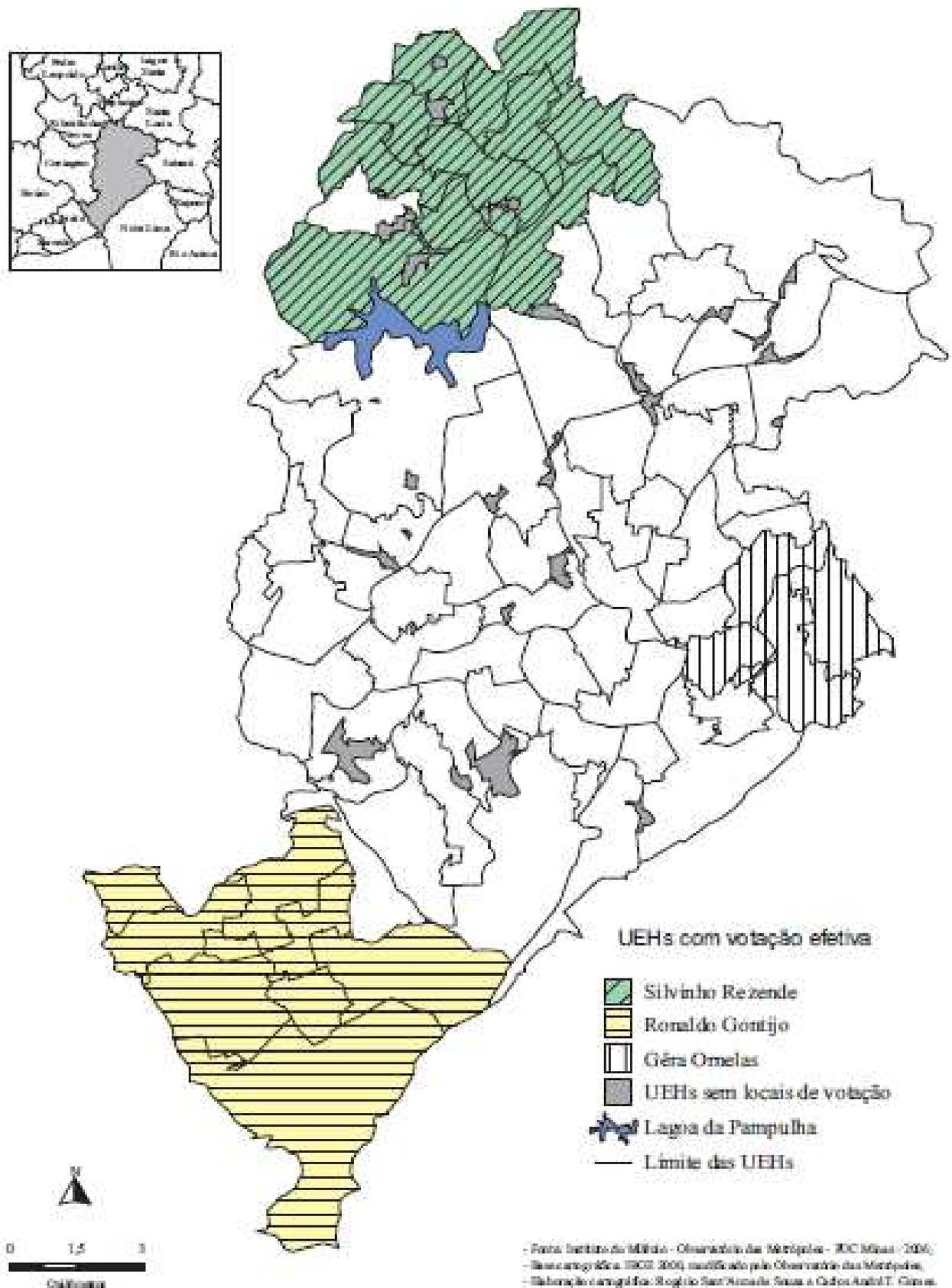


Figura 4 - Município de Belo Horizonte
 Unidades Espaciais Homogêneas (UEH) onde os vereadores
 Silvinho Rezende, Hugo Thomé e Geraklo Félix concentraram seus votos em 2004

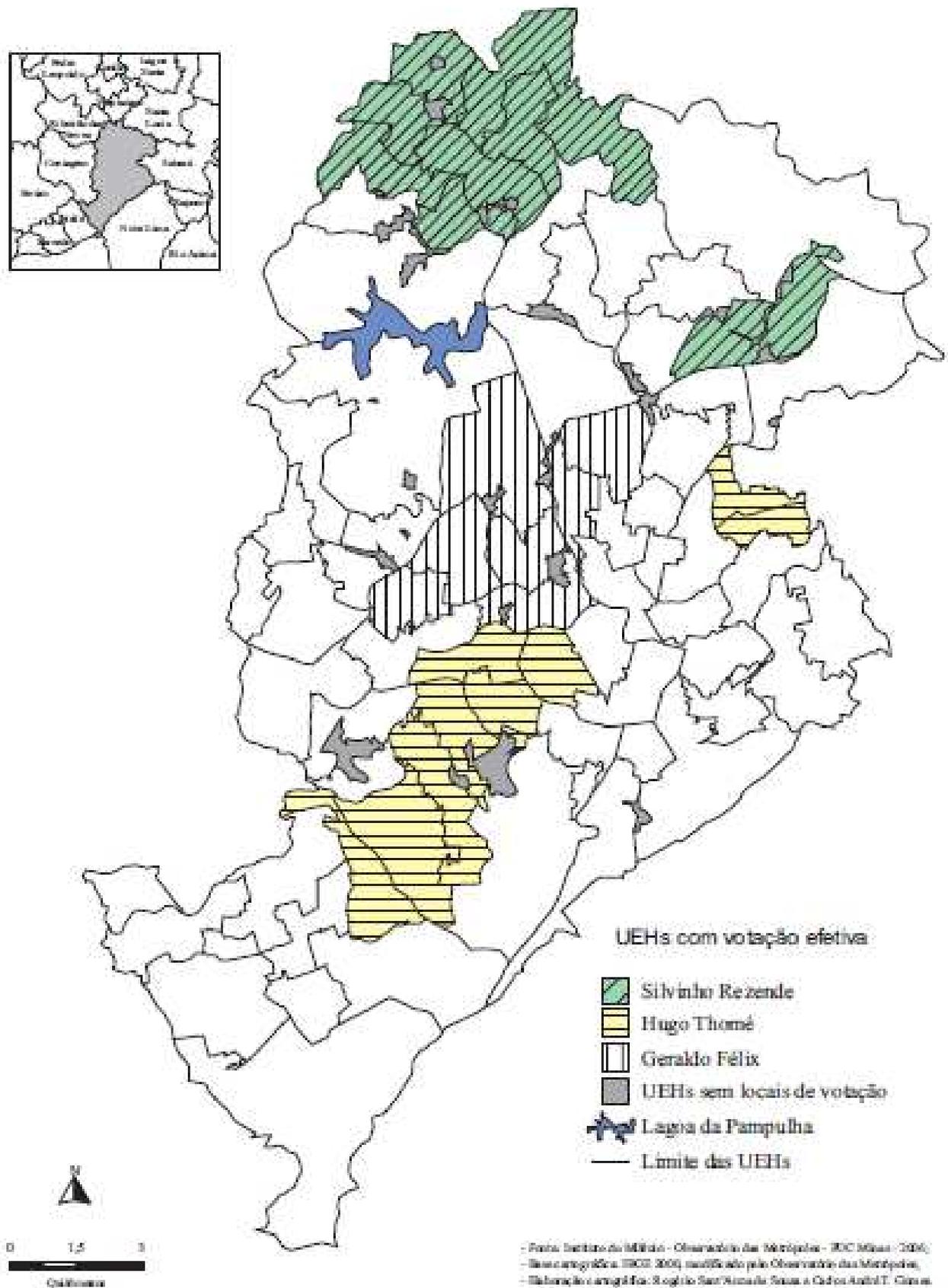


Figura 5 - Município de Belo Horizonte
 Unidades Espaciais Homogêneas (UEH) onde os vereadores
 Índio, Ronaldo Gontijo, Paulo e Preto concentraram seus votos em 2004

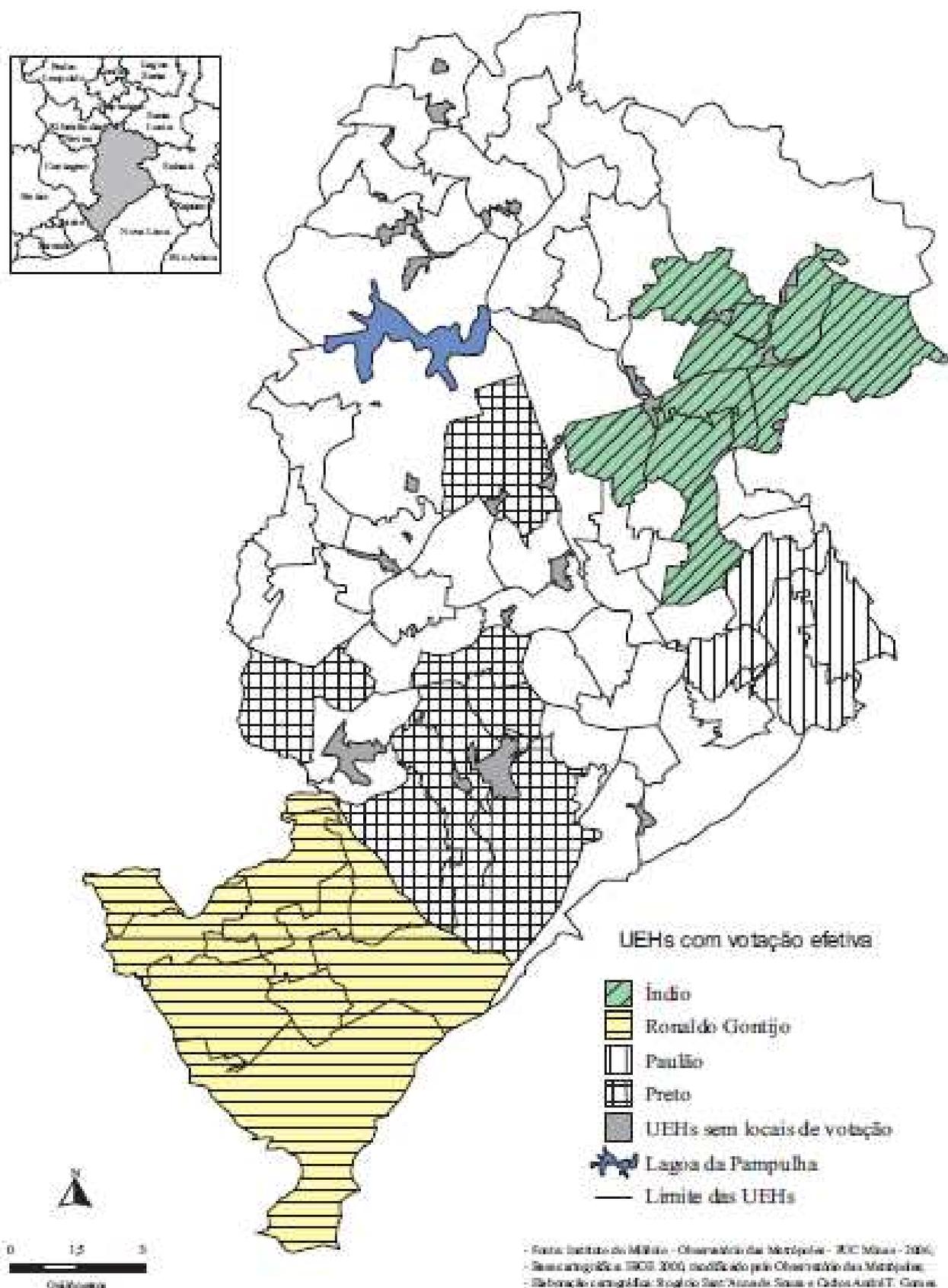


Figura 6 - Município de Belo Horizonte
 Unidades Espaciais Homogêneas (UEH) onde os vereadores
 Balbino, Fred Costa, Gêra Ornelas e Sílvia Helena concentraram seus votos em 2004

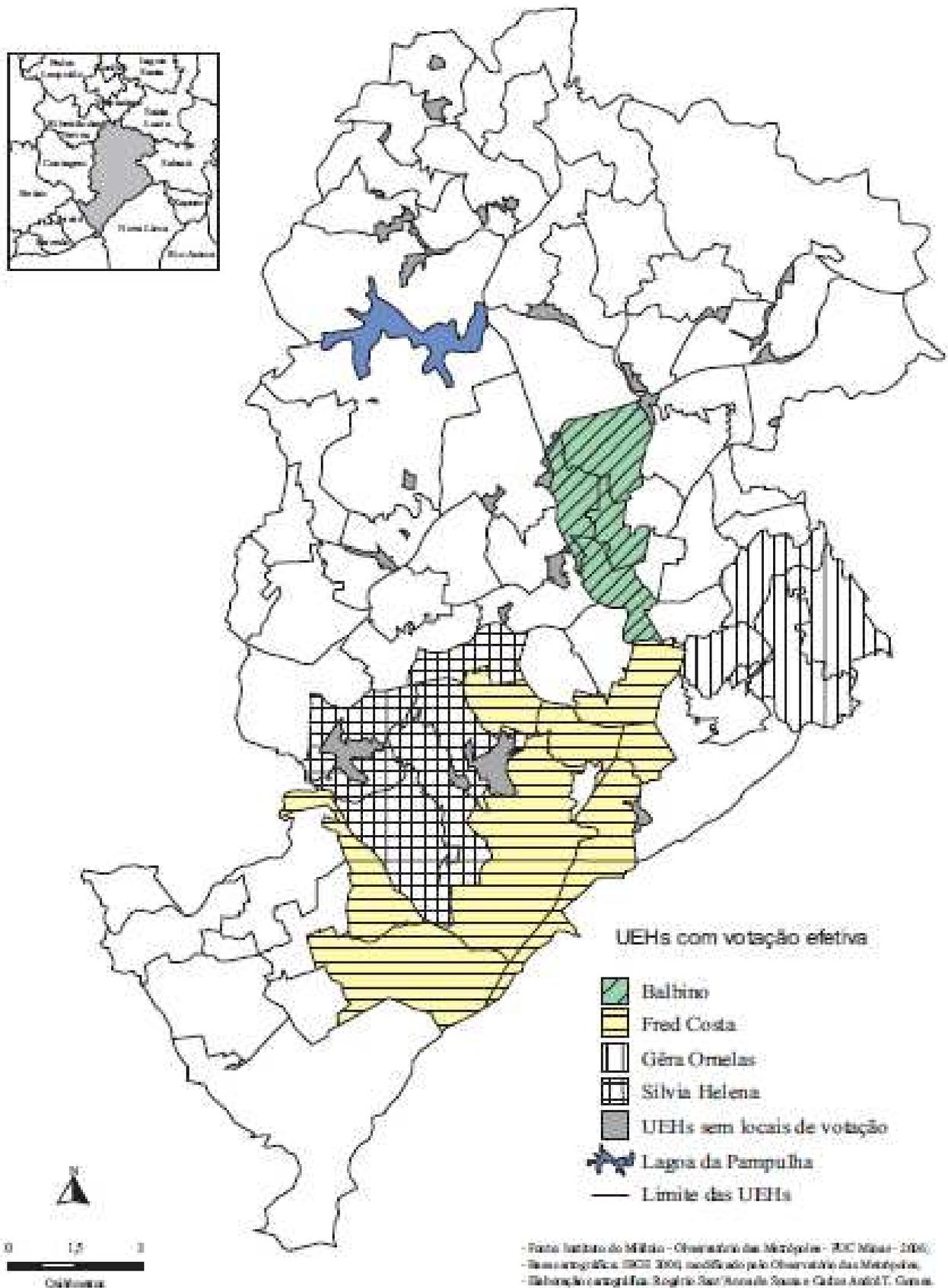


FIGURA 7
DISTRIBUIÇÃO DOS LOCAIS DE VOTAÇÃO NO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE EM 2000
NAS UEHs POR TIPOLOGIA SOCIOESPACIAL - 2000

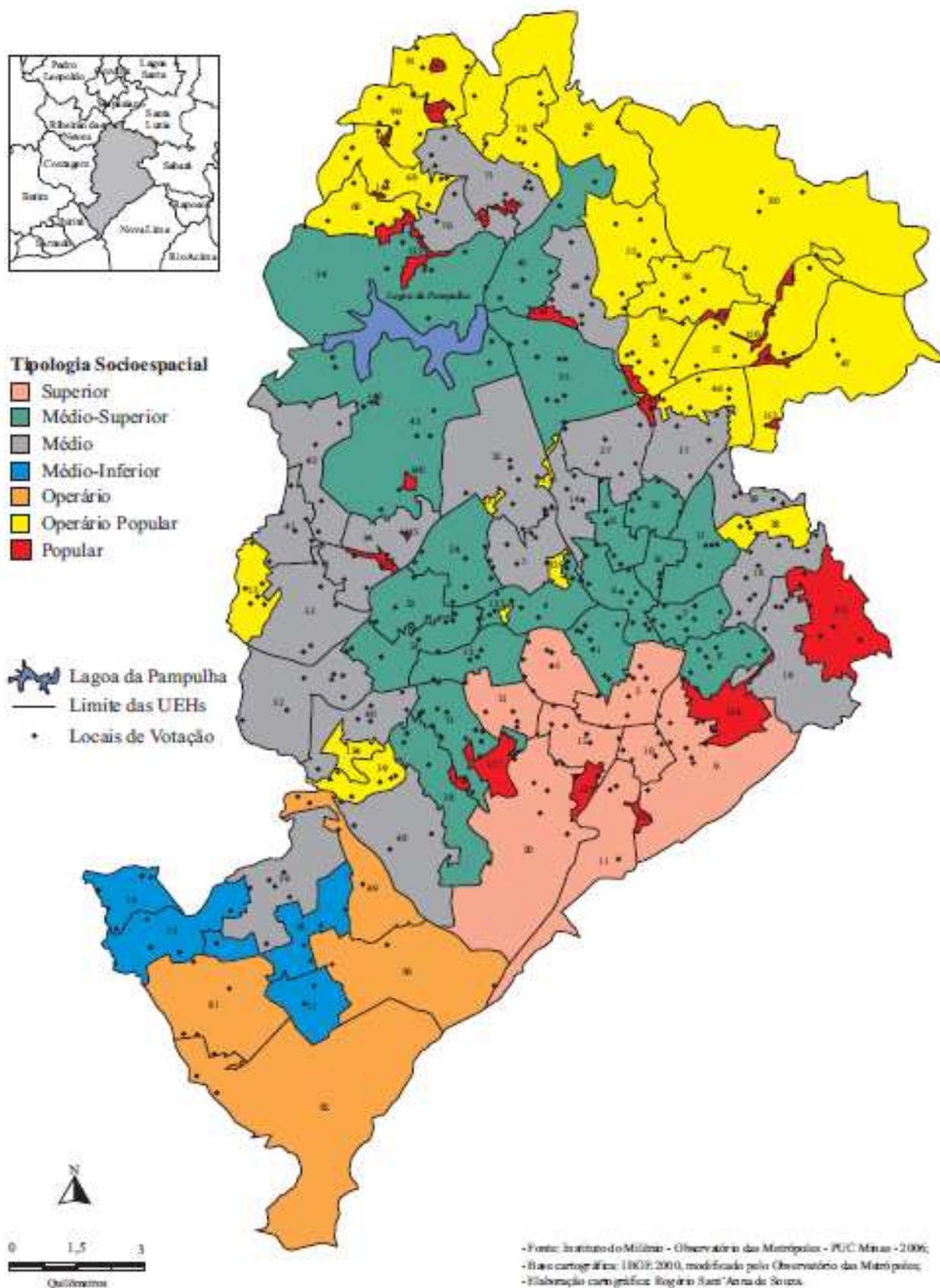


FIGURA 8
DISTRIBUIÇÃO DOS LOCAIS DE VOTAÇÃO NO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE EM 2004
NAS UEHs POR TIPOLOGIA SOCIOESPACIAL - 2000

